

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

ALEX SANDER ALCÂNTARA LOPES DE SANTANA

De passagem:

A etnografia como método de observação para contextos socioculturais na
reportagem

(Uma experiência etnográfica no Elevado João Goulart, o Minhocão, em São Paulo)

SÃO PAULO

2023

ALEX SANDER ALCÂNTARA LOPES DE SANTANA

De passagem:

A etnografia como método de observação para contextos socioculturais na
reportagem

(Uma experiência etnográfica no Elevado João Goulart, o Minhocão, em São Paulo)

Versão Corrigida

(Versão original disponível na Biblioteca da ECA/USP)

Tese de doutorado apresentada à Escola de
Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Doutor em Comunicação

Área de Concentração: Comunicação, Redes e
Linguagens: Objetos Teóricos e Empíricos

Orientador: Prof. Dr. Eugênio Bucci

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Santana, Alex Sander Alcântara Lopes de
De passagem: a etnografia como método de observação
para contextos socioculturais na reportagem (Uma
experiência etnográfica no Elevado João Goulart, o
Minhocão, em São Paulo) / Alex Sander Alcântara Lopes de
Santana; orientador, Eugênio Bucci. - São Paulo, 2023.
191 p.: il.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em
Ciências da Comunicação / Escola de Comunicações e Artes
/ Universidade de São Paulo.
Bibliografia
Versão corrigida

1. Jornalismo. 2. Etnografia. 3. Reportagem. 4.
Antropologia. 5. Contextos socioculturais. I. Bucci,
Eugênio. II. Título.

CDD 21.ed. - 070

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

SANTANA, Alex Sander Alcântara Lopes de. **De passagem:** A etnografia como método de observação para contextos socioculturais na reportagem (Uma experiência etnográfica no Elevado João Goulart, o Minhocão, em São Paulo).

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

À memória dos meus pais, Maria Neide e Fausto Lopes, que partiram durante a pesquisa.

AGRADECIMENTOS

À professora **Cremilda Medina**, cuja pedagogia sempre priorizou a observação-experiência como prática essencial ao jornalismo.

Ao professor **Eugênio Bucci**, homem de face rara, de inteligência, sabedoria e generosidade admiráveis.

Ao professor do Departamento de Antropologia da USP, **José Guilherme Magnani**, com quem aprendi os fundamentos da etnografia, *De perto e De dentro*, caminhando pelos “pedaços” de São Paulo.

Aos médicos psiquiatras da USP, **Fábio Scarduelli** e **Isabella D’Andrea Garcia da Cruz**, pessoas queridas, que me ajudaram a obter força, equilíbrio e segurança durante toda a travessia de pesquisa.

À **Maria das Graças**, mãe espiritual e guia.

À assistente social **Ana Carolina Onofre**, que me acompanhou nas abordagens com os moradores em situação de rua pelas entranhas do Minhocão e pela leitura atenta da reportagem.

Ao meu amigo e parceiro de pesquisa, **João Noé Alves de Carvalho**, que compartilha o mesmo tema de pesquisa na Universidade de Coimbra (Portugal), pelas indicações de grande parte dos estudos norte-americanos e europeus atuais sobre jornalismo e etnografia e pelas observações precisas sobre a tese.

Ao antropólogo **Enrico Spaggiari**, pesquisador do Núcleo de Antropologia Urbana (NAU) da USP, pela leitura criteriosa do segundo capítulo e pelas observações valiosas. Em nome dele, agradeço aos membros do NAU.

Ao poeta e escritor **Gil Veloso**, que me apresentou os múltiplos sentidos do Elevado João Goulart.

Ao escritor **Diógenes Moura**, cuja literatura inspirada no cotidiano do Minhocão foi essencial para a reportagem.

À **Rosa Haruco Tane**, uma das coordenadoras do Grupo de Estudos sobre Guimarães Rosa, pelo acolhimento ao grupo e pelas informações generosas da caminhada “Grande Minhocão: Veredas”. Em nome dela, agradeço também à **Neli Martins**; **Regina Pereira**; **Cleisa Rosa** e a **José Osvaldo dos Santos**.

Ao presidente da Associação Parque do Minhocão, **Felipe Morozini**, artista, fotógrafo e apaixonado pelo Elevado.

Ao artista plástico e escultor **JC Neto**, pela entrevista acolhedora em sua residência-ateliê.

À professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP, **Paula Santoro**, uma das coordenadoras do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade), pela entrevista.

À professora de Antropologia da USP, **Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer**, que me deu pistas e observações fundamentais durante o processo de qualificação.

A **Antônio Linhares**, idealizador do Cine Minhocão.

Ao ex-vereador de São Paulo **José Police Neto**; ao advogado e pesquisador sobre o Direito à Cidade, **Wilson Lévy**.

Aos entrevistados **Marcio Rachkorsky, Samara Félix, Edvaldo, Ricardo Oliveira, André, Bruna, Alainy Pryscilla** e a todos aqueles que entrevistei de passagem pelo Minhocão.

Agradeço aos funcionários do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência de fomento que me concedeu bolsa de doutorado.

RESUMO

SANTANA, A. S. A. L. de. **De passagem:** A etnografia como método de observação para contextos socioculturais na reportagem (Uma experiência etnográfica no Elevado João Goulart, o Minhocão, em São Paulo). 2023. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

A tese estabelece um diálogo com a etnografia, definida como método de observação para compreender contextos socioculturais. O estudo define conceitos para o jornalismo, esclarece o que é etnografia, problematiza a questão do tempo, formas de imersão e o acesso às pessoas no jornalismo. Há uma incompreensão generalizada nos estudos sobre jornalismo que incorporam a prática etnográfica como método: “observação participante”, “trabalho de campo” e “descrição literária” aparecem como práticas sinônimas. A etnografia é vista como uma atividade instrumental desprovida de teoria, e não como resultado de processos de observação e seleção, associada a um esforço intelectual para compreensão dos contextos socioculturais. A pesquisa discute três perspectivas antropológicas – *De perto*, *De longe* e *De passagem* – com o objetivo de incorporar práticas de observação ao método de verificação jornalístico. Aplica o método etnográfico, nas três formas de apreensão de contextos, à reportagem sobre o Elevado João Goulart, o Minhocão, em São Paulo. A experiência permite inferir que o Minhocão é um lugar de passagem, um espaço de lazer para práticas esportivas, caracterizado como um *espaço das técnicas*. A partir do movimento de ocupação espontânea, deduz-se que, por essência, o elevado é um espaço para as artes. No seu entorno, a dinâmica sociocultural é caracterizada pela *hipersterização*, fenômeno que reflete uma intrincada rede de referências, preferências estéticas e posicionamentos políticos, individuais e coletivos, e de estabelecimentos que não fazem parte de nenhuma rede de lojas ou negócios.

Palavras-chave: 1. Jornalismo. 2. Etnografia. 3. Reportagem. 4. Antropologia. 5. Contextos socioculturais.

SANTANA, A. S. A. L. de. **Passing through:** The ethnography as observation method of sociocultural background reporting. (An ethnography experience in the Elevado João Goulart, the Minhocão, in São Paulo). 2023. Thesis. (Doctorate in Communication) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

ABSTRACT

The thesis establishes a dialogue with ethnography, defined as an observation method to understand sociocultural contexts. The study defines concepts for journalism, clarifies what ethnography is, discusses the issue of time, forms of immersion and access to people in journalism. There is widespread misunderstanding in journalism studies that incorporate ethnographic practice as a method: “participant observation”, “fieldwork” and “literary description” appear as synonymous practices. Ethnography is seen as an instrumental activity devoid of theory, and not as a result of observation and selection processes, associated with an intellectual effort to understand sociocultural contexts. The research discusses three anthropological perspectives – Close, Far and Passing – with the aim of incorporating observation practices into the journalistic verification method. It applies the ethnographic method, in the three ways of apprehending contexts, to the report on the Elevado João Goulart, the Minhocão, in São Paulo. Experience allows us to infer that Minhocão is a place of passage, a leisure space for sports, characterized as a space for techniques. From the movement of spontaneous occupation, it is deduced that, in essence, the elevated is a space for the arts. In its surroundings, the sociocultural dynamics is characterized by *hypersterization*, a phenomenon that reflects an intricate network of references, aesthetic preferences and political, individual and collective positions, and of establishments that are not part of any network of stores or businesses.

Keywords: 1. Journalism. 2. Ethnography. 3. Reporting. 4. Anthropology. 5. Sociocultural contexts.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
JORNALISMO: MUTAÇÕES E CONCEITOS	18
1.1 Processo erosivo	20
1.2 Perda de hegemonia	23
1.3 Diluição conceitual.....	27
1.4 O princípio da veracidade.....	38
1.5 Uma forma de conhecimento.....	41
1.6 A verificação como método	47
DA VERIFICAÇÃO À OBSERVAÇÃO	53
2.1 Sociologia <i>versus</i> Antropologia.....	56
2.2 Etnografia não é só observação participante	62
2.3 Jornalismo e etnografia	63
2.4 Descrição jornalístico-literária é etnografia?	66
2.5 Ver por dentro: o ato etnográfico	72
2.6 Entre deslizamentos e deslocamentos	74
2.7 Contextos socioculturais no jornalismo.....	81
2.8 “De perto, De longe” e De passagem	86
2.8.1 <i>De perto e De dentro</i> : o suicídio do reitor	96
2.8.2 <i>De passagem</i> : o triste dia de Rodrigo Janot.....	99
<i>Uma imensa serpente de concreto</i>	103
3.1 <i>De longe</i>	103
3.1.1 Surto de impaciência	105
3.1.2 Apropriações espontâneas	109
3.2 <i>De perto e De dentro</i>	113
3.2.1 Espaço das técnicas.....	115
3.2.2 Cine Minhocão: com Betty Boop, André e Bruna	126
3.2.3 Há arte nas ervas daninhas	132
3.3 <i>De passagem</i> : o extraordinário	133
3.4 <i>De perto e De passagem</i> : pelos baixios, carregando a bandeira	139
3.4.1 Pelo apelido	148
3.4.2 <i>La Fontaine</i> do Minhocão.....	149
3.4.3 “São Paulo é o meu sertão”	152
3.4.4 Foto fuligem	153

POR UMA RAZÃO NÔMADE NO JORNALISMO	156
4.1 O estar lá.....	156
4.2 Visibilidade <i>versus</i> invisibilidade.....	160
4.3 O Elevado como espaço de relações.....	166
4.4 A <i>hipsterização</i> do entorno.....	168
4.5 A fabricação do presente.....	170
PREGANDO PARA OS CONVERTIDOS?	177
<i>(Considerações finais e inferências, sem conjunções conclusivas)</i>	
5.1 A força da (im)precisão.....	181
5.2 Pelos tempos, de passagem.....	182
5.3 A técnica e o espaço das artes.....	182
REFERÊNCIAS	184

INTRODUÇÃO

Claude Lévi-Strauss: Posso confessar-lhe? Depois de *Tristes Trópicos*, por momentos imaginei que este ou aquele órgão de imprensa iria convidar-me para uma grande reportagem. Se isso tivesse acontecido, talvez eu tivesse noções mais claras sobre alguns problemas contemporâneos.

Didier Eribon: É pena que ninguém lhe tenha proposto isso.

Claude Lévi-Strauss: Não, porque eu não teria escrito os mesmos livros. Melhores ou piores, não sei. Em todo caso, teria sido diferente. (LÉVI-STRAUSS, C. & ERIBON, D. *De Perto e De Longe*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 204).

A epígrafe acima, extraída de uma entrevista do filósofo e escritor francês Didier Eribon¹ com o antropólogo Claude Lévi-Strauss [1908-2009], não é aleatória. Publicado em 1988, o livro *De Perto e De Longe (De Prés et De Loin)* aborda o itinerário intelectual do antropólogo, conta a gênese de suas obras, narra suas viagens, inclusive sobre a temporada que passou no Brasil entre 1935 e 1939, cuja experiência deu origem a *Tristes Trópicos*, publicado originalmente em 1955. O título da tese é uma inspiração direta das obras levistraussianas e das pesquisas do antropólogo brasileiro José Guilherme Magnani, professor do Departamento de Antropologia da USP, que empregou a perspectiva *De perto e De dentro*, numa abordagem aplicada aos estudos de antropologia urbana no Brasil (MAGNANI, 2012).

Antes de falar especificamente sobre os capítulos, cabem algumas considerações e ressalvas sobre a principal contribuição de Lévi-Strauss para a antropologia e para o diálogo com outras áreas – no meu caso, o jornalismo. Ouvi conselhos de acadêmicos para abandonar noções ‘ultrapassadas’ de Lévi-Strauss. Os críticos se referiam ao método estruturalista desenvolvido por ele. Embora a tese não aborde o estruturalismo porque não é o objetivo, o estruturalismo desenvolvido por Lévi-Strauss é um método e não uma teoria sobre o mundo, segundo Beatriz Perrone-Moisés². Para o antropólogo, as estruturas (sempre no plural) são um

¹ Didier Eribon é um dos intelectuais contemporâneos mais conhecidos na França. Foi crítico literário do jornal francês *Libération*, no início dos anos 1980 e ficou conhecido por ter feito uma biografia sobre Michel Foucault [1926-1984]. No Brasil, a obra foi publicada pela Companhia das Letras, em 1990.

² A afirmação é da antropóloga e professora Beatriz Perrone-Moisés, tradutora das obras de Lévi-Strauss no Brasil, durante a disciplina “Mitológicas”, código FLS-5320, do Departamento de Antropologia da USP. As aulas foram ministradas no segundo semestre de 2021, de forma virtual, durante a pandemia de Covid-19.

conjunto de relações que nunca são acessíveis no abstrato, mas no concreto, e operadas em determinado momento, lugar, contexto. Ou seja, as relações são estabelecidas a partir do que se encontra no campo. Nesse sentido, há um equívoco em acreditar que Lévi-Strauss tentasse criar análises com a ideia de universais da cultura.

Há diferenças entre o estruturalismo genérico (que virou moda na França nos idos da década de 1960-70) e o estruturalismo levistraussiano. A ideia de “estrutura pronta”, como algo dado, não é uma noção compartilhada pelo antropólogo. A análise estruturalista à qual se filiou, no diálogo com a linguística, revela coisas. Não existe um modelo que é aplicado e uma interpretação a partir de uma estrutura prévia. Nesse aspecto, há uma mudança de paradigma na análise de mitos, por exemplo. Seus estudos se diferenciam de mitólogos como Mircea Eliade [1907-1986], muito citado em diversas áreas. Para o autor de *Tristes Trópicos*, não há universais de sentido. Um exemplo é o texto *O sexo dos Astros* no qual demonstra que não há correspondência automática entre as oposições linguísticas (no caso do Sol e da Lua) e os significados “masculino” e “feminino” (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 227).

Os Iroqueses, povos indígenas da América do Norte, chamam o Sol e a Lua pelo mesmo nome. Em outros povos, a Lua tem uma conotação masculina e o Sol, feminina. Lévi-Strauss destaca também que os Surára, do Norte do Brasil, consideram a Lua o seu demiurgo, colocando o Sol num lugar secundário na mitologia desses povos. Nessa perspectiva de variações ou mesmo inversões, não fazem sentido dicionários de mitos. Essa oposição de natureza binária, segundo o antropólogo, parece ser evidente ao observador ocidental, mas em culturas longínquas exprime-se de maneira singularmente diversa. Outro ponto importante é que para ele o afastamento é condição necessária de sobrevivência da antropologia. Nesse sentido, as formas de apreensão *De perto* e *De longe*, presentes no corpo da tese, são o resultado desse aprendizado.

As ressalvas são necessárias porque as referências a Lévi-Strauss na tese são significativas. Sobre o autor, contudo, o que me chamou a atenção foram suas observações sobre a cidade de São Paulo – contidas em *Tristes Trópicos*, *Saudades de São Paulo*, *De Perto e De Longe* e *Lévi-Strauss*, uma biografia-ensaio que narra a vida e obras do autor, de Emmanuelle Loyer (2018). Na discussão teórica, utilizo

partes de *Antropologia Estrutural*, publicada originalmente em 1958. Na obra mais conhecida do autor, *Tristes Trópicos*, ele dedica algumas páginas à etnografia *Como se faz um etnográfico* (LÉVI-STRAUSS, 1996a, p. 54–64), um dos temas centrais desta pesquisa.

Como explicam o título e o subtítulo, esta tese parte do pressuposto de que a etnografia, definida como um método de observação para contextos socioculturais, pode contribuir para enriquecer o trabalho de reportagem. Autores como Harrington (2003) apontam, entre as fragilidades das abordagens jornalísticas, a compreensão de contextos culturais. De início, ressalta-se que, para a antropologia, os contextos são socioculturais.

Em termos metodológicos, o diálogo entre etnografia e reportagem apresenta algumas características das duas áreas, aponta aproximações e diferenças entre elas, mas não estabelece uma hierarquia entre jornalismo e antropologia. Ressalta-se que o objetivo é o uso do método etnográfico para elaboração de material jornalístico – e não a utilização da etnografia para estudar o jornalismo. A finalidade das duas disciplinas se distingue. Nas democracias, o jornalismo se destina ao atendimento do direito à informação (BUCCI, 2006). Diferentemente do jornalismo, no qual os acontecimentos são noticiados e comentados, na antropologia, os fatos etnográficos não existem: são construídos ou inferidos à medida que as pesquisas avançam.

O primeiro capítulo se concentra em definir o que é jornalismo, assinala as metamorfoses pelas quais vem passando a profissão, com ênfase no diagnóstico de que o ofício perdeu a hegemonia em pautar a agenda pública (BUCCI, 2000). Diante das transformações, atualmente a profissão não é uma exclusividade dos jornalistas (ROSENSTIEL, 2013). Mas, com a descentralização da produção e da distribuição, qualquer relato factual pode ser chamado de jornalismo?

O capítulo destaca esse processo de mutação diante do surgimento das novas tecnologias, mas enfatiza que a função do jornalista não mudou na era digital e os princípios básicos do ofício ainda são os mesmos. A pesquisa segue o princípio segundo o qual o jornalismo é regido por uma ética e não por uma técnica apenas (BUCCI, 2000). Destaca, sobretudo, uma particularidade brasileira: há uma ausência da definição do que é o ofício no país (BUCCI, 2009, 2015, 2016), uma vez que o

código de ética do jornalismo brasileiro não distingue a atividade de assessoria de imprensa do ofício de jornalista. Na discussão sobre formas de conhecimento e sobre método, o estudo defende que o jornalismo está envolvido no princípio de verificação (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004).

Encaminhando-se para a próxima discussão, a ideia é incorporar um método de observação ao princípio de verificação. O segundo capítulo define o que é etnografia – e o que não é – e discute as confluências entre as duas áreas. Um dos objetivos é pontuar alguns equívocos recorrentes nos estudos de jornalismo que adotam a abordagem antropológica. Há uma incompreensão generalizada nos estudos sobre jornalismo que incorporam a etnografia como método.

Nas pesquisas que mantêm um diálogo com a antropologia, “observação participante”, “trabalho de campo” e “etnografia” são citadas como práticas sinônimas. Empregada frequentemente de forma instrumentalizada, a etnografia é definida recorrentemente nessas pesquisas como uma “descrição densa” (GEERTZ, 2019). O equívoco ocorre, sobretudo, porque adota-se a concepção de que etnografia é uma atividade instrumental desprovida de teoria. Na prática jornalística e nas pesquisas sobre jornalismo, há muitos relatos etnográficos – tópico também discutido no capítulo – que são confundidos com etnografia.

Outro reducionismo é restringir a etnografia à ideia de observação participante. Como consequência, não só autores brasileiros (LIMA, 2004), mas também norte-americanos e europeus (HERMANN, 2016a, 2016b; HARRINGTON, 2003; NEVEU, 2016) associam, de forma generalizada, os trabalhos de jornalistas adeptos à corrente do *new journalism*, também conhecida como jornalismo literário, à concepção de que realizaram (ou realizam) observação participante. Esses autores se amparam na discussão posta por Tom Wolfe [1930-2018], que publicou um manifesto em 1973 sobre o *new journalism*. Nele, o autor não faz referências à observação participante nem à etnografia no contexto dos estudos antropológicos. A observação empregada pelo *new journalism* é diferente – é essencialmente literária.

O segundo capítulo introduz ainda a primeira abordagem sobre as perspectivas de observações antropológicas – *De longe* (sociológica), *De perto* (etnográfica) e *De passagem* (etnográfica; literária; ensaística e jornalística) – com base nos estudos de Magnani (2002, 2012).

O terceiro capítulo, intitulado *Uma imensa serpente de concreto*, é uma reportagem sobre o Elevado João Goulart, o Minhocão, que completou 50 anos em

2021. O objetivo foi aplicar o método de observação etnográfica, a partir das três perspectivas de abordagem antropológica, e testar alguns aspectos teóricos discutidos na tese. Foram realizadas 14 incursões (em cima, por baixo e ao redor) no Elevado, no intervalo de mais de um ano, entre março de 2022 e junho de 2023. A reportagem tenta traçar um perfil da dinâmica do Minhocão, na sua função “parque”, quando fica fechado para os carros à noite, durante os dias úteis, e totalmente nos fins de semana e feriados. Uma das principais ideias desenvolvidas é a de que, além de funcionar como espaço de lazer, o Elevado é um lugar de passagem que serve como espaço para o desenvolvimento de técnicas esportivas e artísticas.

Ao seu redor, num contexto cultural mais amplo, o Minhocão se caracteriza por representar uma mancha cultural marcada pelo fenômeno da *hipsterização*, assunto do último capítulo. Vem crescendo nos bairros de Santa Cecília e Vila Buarque, atravessados pelo Elevado, a presença de empreendimentos voltados para o público *hipster*, normalmente jovem e de alta renda, que frequenta espaços improvisados conscientemente para atender a um público que degusta comida em cadeiras de praia na cidade, toma cerveja artesanal, alimenta-se de comida vegana, adquire roupas em brechós e móveis de segunda mão, participa de clubes de doações de objetos. São consumidores de produtos “artesanais, orgânicos, veganos, autorais com produção independente não ligados a grandes redes” (ALCÂNTARA, 2020, p.648).

Além dos achados da reportagem, a partir da premissa de que o Elevado é analisado num conjunto de relações, o quarto capítulo aborda o processo de imersão, formas de aproximação e o acesso às pessoas, além da problemática do tempo. No subtítulo “A fabricação do presente”, discute-se a questão do tempo de produção no jornalismo e na antropologia e tenta demonstrar que, mesmo nas pesquisas antropológicas, a duração curta de tempo para observar contextos e situações não é um problema para a antropologia. Autores (MORETZSOHN, 2007) que criticam a aproximação entre as duas áreas apontam o fator tempo como maior distinção entre as duas atividades. O que de fato separa as duas áreas é a finalidade de cada disciplina – e não o tempo cronológico ou cronométrico. O tempo é uma construção sociocultural.

Embora eu faça parte do núcleo de Antropologia Urbana (NAU) da Universidade de São Paulo, ligado ao Departamento de Antropologia, desde 2021, e participe como membro da comissão editorial da revista *Ponto Urbe*, do NAU/USP,

não me sinto autorizado a falar como antropólogo. A pesquisa é direcionada a jornalistas, embora o debate interesse também a antropólogos. Esse cuidado metodológico e epistemológico é fundamental para não correr o risco de enveredar por equívocos um tanto constrangedores ou, como diz Lévi-Strauss, em outro contexto, “para não cometer erros grosseiros de bater em portas abertas” (LÉVI-STRAUSS, 1990, p. 216).

Como jornalista, enxergo na antropologia uma disciplina fundamental pouco explorada na formação. O ofício de repórter não consiste apenas em anotar, gravar, fotografar e coletar informações, mas em decidir quais são os fatos significativos para articulá-los num contexto complexo de relações. A tese convida a uma reflexão sobre as possibilidades de atingir um grau satisfatório de compreensão dos fenômenos socioculturais no jornalismo, a partir da etnografia. Existem alguns caminhos – e o conhecimento antropológico pode ser um deles.

JORNALISMO: MUTAÇÕES E CONCEITOS³

[...] O jornalismo é uma escola de clareza de linguagem, que exige clareza de pensamento. E proporciona o treino diário, a aprendizagem continuamente verificada.
(Carlos Drummond de Andrade)⁴

O jornalista norte-americano Bill Kovach afirma no prefácio à quarta edição do livro *The Elements of Journalism*, clássico publicado originalmente em 2001 e produzido em parceria com Tom Rosenstiel, que cada geração cria seu próprio jornalismo, cujo ofício se modifica de tempos em tempos. Mas as transformações não acontecem gradualmente, diz Kovach: “ocorrem em ataques e começam à medida que eventos importantes ou mudanças culturais dramáticas forçam as redações a se reexaminarem”⁵ (KOVACH; ROSENSTIEL, 2021, p.4, tradução nossa). Apesar disso, os elementos para o exercício da atividade jornalística permanecem os mesmos. A função do jornalista não mudou na era digital, afirmam os autores: “as técnicas talvez sejam diferentes, mas os princípios básicos são os mesmos. O jornalista em primeiro lugar está envolvido na verificação” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 42).

Assim como cada geração cria seu próprio jornalismo, cada país o desenvolve de forma diferente em meio às particularidades do processo de desenvolvimento histórico, social, econômico e político. Neste capítulo, serão examinadas as metamorfoses pelas quais a atividade vem passando. O termo que assinala com certa exatidão o que vem acontecendo com a comunicação social, no

³ Algumas citações bibliográficas desta tese serão referenciadas apenas em notas de rodapé por serem circunstanciais e acessórias à pesquisa.

⁴ COSTA, C. Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil, de 1904 a 2004. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 108.

⁵ O trecho original da introdução à quarta edição: *Bill Kovach often says that every generation creates its own journalism. That change doesn't happen gradually. It occurs in fits and starts, as momentous events or dramatic cultural shifts force newsrooms to reexamine themselves* (KOVACH; ROSENSTIEL, 2021, p.4).

qual o jornalismo está inserido, é “mutação”, característica apontada por Eugênio Bucci ao analisar como as *big techs* exploram nosso olhar como forma de trabalho (BUCCI, 2021, p. 21). Antes centralizador do debate público, agora mais do que nunca o jornalismo disputa esse espaço com as novas mídias: “o que está em jogo é uma sub-reptícia economia da atenção, em cuja base está o hábito do consumidor” (SODRÉ, 2009, p. 90).

O capítulo discute a atividade em meio à crise evidente das formas tradicionais do jornalismo de produzir e distribuir notícias. O que é agora a profissão que “é mais do que os jornalistas fazem” (ROSENSTIEL, 2013) e “perdeu o poder de regular o debate público”? (BUCCI, 2021, p. 32). Qual ou quais os conceitos para o jornalismo? O capítulo destaca, sobretudo, a particularidade brasileira: há uma ausência da definição do que é o ofício no país (BUCCI, 2009, 2015, 2016). Além disso, a questão das novas tecnologias, a discussão sobre o modelo de negócios e de financiamento, além dos limites entre jornalismo e entretenimento são alguns dos aspectos presentes.

Encaminhando-se para a proposta da tese, o capítulo expõe as discussões em torno do tipo de conhecimento produzido pelo jornalismo (GENRO FILHO, 1987; MEDITSCH, 1992, 1997), um saber que foi moldado pela doutrina filosófica positivista (MEDINA, 2008; SODRÉ, 2009, p. 31). Parte-se da concepção de que o jornalismo é uma atividade intelectual e não se define por uma técnica apenas, mas por uma ética (BUCCI, 2000, p. 26). Nesse sentido, ressalta-se uma questão negligenciada nos cursos de jornalismo: a profissão necessita de uma imersão acadêmica (ROSENSTIEL, 2013).

O estudo fundamenta o diálogo com a antropologia, a partir do método etnográfico, por entender que o jornalismo pode avançar em sua forma particular de produção de conhecimento: “é no campo antropológico que se desenham as sugestões de uma ciência da comunicação” (SODRÉ, 2014, p. 131). “A antropologia tem muito que testemunhar quanto à redescoberta das diferenças culturais” (MEDINA, 2006, p.12). Assim como na antropologia, no jornalismo não há distinção clara entre o sujeito e o objeto: “o jornalista é um sujeito falando com outro sujeito para um terceiro sujeito” (BUCCI, 2000, p. 92). É uma relação sujeito-sujeito e não sujeito-objeto (MEDINA, 2008).

1.1 Processo erosivo

As novas tecnologias da informação, as mudanças no capitalismo global e a diluição das empresas jornalísticas em conglomerados de mídias impuseram mudanças profundas na forma de se produzir e distribuir conteúdo jornalístico. Kovach e Rosenstiel elencam essas três forças como responsáveis por mudanças estruturais, com impacto na concepção do jornalismo ligado à construção da cidadania. A primeira força é de ordem tecnológica. Os dispositivos conectados à internet "dissociaram o jornalismo da geografia e, por tabela, da comunidade como a conhecemos no sentido político ou cívico" (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 51). A segunda grande mudança foi provocada pelo processo de globalização que transformou muitas companhias – especialmente as de comunicação – em corporações sem fronteiras. A noção de cidadania e de comunidade tradicional, pontuam os autores, fica obsoleta no sentido comercial. A terceira força está ligada aos conglomerados de comunicação, que impulsionaram o jornalismo de mercado. A conglomeração de negócios informativos representa uma “ameaça à sobrevivência da imprensa como instituição independente, à medida que o jornalismo se converte em um setor subsidiário dentro das grandes corporações essencialmente voltadas aos negócios" (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 54).

Entre os princípios que regem a prática jornalística – independência do Estado, de governos, empresas, ONGs, religião, partidos políticos –, o surgimento dos conglomerados jornalísticos impôs novos desafios éticos: o jornalismo pode ser independente da empresa à qual ele pertence? A questão é lançada por Eugênio Bucci que define o jornalismo como o “discurso que se destina ao atendimento do direito à informação” (BUCCI, 2006)⁶. Segundo o autor, esse discurso foi absorvido por companhias que não são mais empresas jornalísticas e apropriado pelos conglomerados de mídia, que “têm em sua composição uma carteira de negócios diversificada entre telecomunicações, entretenimento e jornalismo” (BUCCI, 2006).

A discussão ética envolvendo a empresa jornalística pertencente a outros grupos de interesse – que, no caso do Brasil, esteve fortemente vinculada

⁶ A citação se refere a uma palestra realizada no Espaço Cultural CPFL com apoio da TV Cultura. O evento foi editado em dois CDs, intitulado *Jornalismo Sitiado*. Cf. BUCCI, Eugênio; BASILE, Sidnei (curadores). *Jornalismo Sitiado*. São Paulo: Log Editora Multimídia, 2006.

principalmente a interesses de grupos políticos – deslocou-se para a esfera essencialmente econômica. Os desafios sobre o tipo de financiamento da imprensa, antes amparado pela venda de espaços publicitários nos jornais, tornaram-se mais complexos. Isso porque “a informação contemporânea implica outro tipo de valor: transparência ao invés de densidade simbólica” (SODRÉ, 2009, p. 194).

Um exemplo sintomático do quadro atual do jornalismo brasileiro pode ser ilustrado pela revista *Exame*. Fundada em 1967 pelo Grupo Abril, a publicação foi vendida por R\$ 72,374 milhões, em dezembro de 2019, para a Editora e Comércio Valongo, pertencente ao banco BTG Pactual⁷. A revista se tornou uma referência para o jornalismo de negócios e de economia, mas com a venda (em meio à crise que desmantelou a editora Abril) a *Exame* se descaracterizou por completo. O portal da revista prioriza matérias relacionadas ao banco, cujas pautas (produtos e serviços ofertados pelo BTG) e fontes são de interesse da instituição financeira proprietária. As matérias até alertam que a *Exame* pertence ao mesmo grupo de controle do BTG, mas a informação não atenua o conflito de interesses. Esse fenômeno – de publicação de textos pagos por anunciantes e disfarçados de informação jornalística – virou rotina na atividade e um sério problema no jornalismo brasileiro na tentativa de alavancar receitas. A estratégia é fazer circular na internet informação privada, com propósitos mercadológicos, como se fosse de interesse público. O portal *Infomoney*, que publica noticiário econômico, principalmente relacionado a investimentos, é outro exemplo. O *Infomoney* pertence ao Grupo XP⁸, *holding* que concentra banco, seguradora, corretora de seguros, empresas de gestoras de recursos de terceiros.

A prática jornalística hoje é, portanto, reflexo dessa metamorfose dominada pelas grandes corporações de comunicação e de tecnologia, fato que se constitui

⁷ A venda foi amplamente divulgada pela imprensa: “BTG Pactual compra revista Exame”, G1, 05/12/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2019/12/05/btg-pactual-compra-revista-exame.ghtml>. Acesso em: 18/10/2022.

⁸ O portal www.infomoney.com.br é de propriedade da Infostocks Informações e Sistemas LTDA, sociedade controlada, indiretamente, pela XP Controle Participações S/A, *holding* que controla as empresas do XP Inc. O Infomoney diz em nota no site: “apesar de as Sociedades XP estarem sob controle comum, os executivos responsáveis pela Infostocks são totalmente independentes e as notícias, matérias e opiniões veiculadas no Portal não são, sob qualquer aspecto, direcionadas e/ou influenciadas por relatórios de análise produzidos por áreas técnicas das empresas do XP Inc, nem por decisões comerciais e de negócio de tais sociedades, sendo produzidos de acordo com o juízo de valor e as convicções próprias da equipe interna da Infostocks”.

parte de um processo estruturalmente bem maior e mais radical. As mutações sociotécnicas estão inseridas nas grandes transformações econômicas e ideológicas promovidas pelo capitalismo avançado, no qual a produção de bens e serviços tem como base a comercialização não mais de mercadorias corpóreas, mas de signos: “o capitalismo dos nossos dias é um fabricante e mercador de signos – as coisas corpóreas não são mais o centro do valor” (BUCCI, 2021, p. 21). Nesse sentido, “a informação pública se transformou em um desses objetos de consumo” (SODRÉ, 2009, p.105) e a informação jornalística, além de direito do cidadão, circula também na sociedade “como um tipo especial de mercadoria” (BUCCI, 2000, p.73).

Pelas características dos negócios em conjunto, os conglomerados de mídia romperam a fronteira entre jornalismo e entretenimento, fortalecendo o campo do espetáculo, na acepção delineada pelo filósofo francês Guy Debord⁹ [1931- 1994]. Nas chamadas editoriais de “cultura”, para dar um exemplo mais óbvio, que incluem fortemente a cobertura sobre a indústria cinematográfica, e sobre o mercado editorial, entre outros, o jornalismo age como “prolongamento do espetáculo” (BUCCI, 2000, p. 190).

Desde o início do século 20, com o advento de novas mídias e das tecnologias da informação, o jornalismo vem perdendo espaço para o que podemos chamar de tirania da imagem. Para que um fato ganhe o *status* de verdade, precisa ser demonstrado fotograficamente, “algo que enfraquece o discurso racional do jornalismo e fortalece o campo do espetáculo”, segundo Bucci (2006), ao destacar que as raízes do discurso jornalístico se fundamentam a partir do pensamento iluminista nos séculos 17 e 18 e da Revolução Francesa (1789-1794), tendo a razão e a ciência como parâmetros. O jornalismo e a ciência, reforçam Kovach e Rosenstiel, citando Phil Meyer, professor de jornalismo da *Univeristy of North Carolina*, “têm as mesmas raízes intelectuais” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 121).

A constatação mais evidente em relação ao ofício é a de que, na era do conhecimento compartilhado, o jornalismo perdeu a hegemonia de determinar a agenda pública, na concepção delineada por Jürgen Habermas, no clássico *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, publicado em 1962. A ideia de imprensa está

⁹ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. São Paulo: Contraponto, 1997.

intrinsecamente ligada ao surgimento da democracia. O que distingue o jornalismo dos outros relatos “não é propriamente o seu estilo, nem a sua composição interna, mas o ponto de chegada: a atividade caracteriza-se pela subordinação ao atendimento do direito à informação” (BUCCI, 2006).

1.2 Perda de hegemonia

O universo da internet transformou radicalmente a comunicação social, tornando-a mais “ubíqua e onipresente” (BUCCI, 2021, p.32), afetando principalmente a estrutura de produção e distribuição de material jornalístico. “O debate público, antes regulado pela pulsação dos jornais diários, em seus ciclos de 24 horas, aclimatou-se aos sinais instantâneos do rádio, da televisão e, depois, da internet” (BUCCI, 2021, p. 32). Não só a produção e distribuição de notícias foram afetadas, mas também a recepção. Com a internet, diz Sodré (2009), emerge uma outra lógica em relação ao receptor, provocando uma “descentralização das fontes informativas e uma participação ativa do usuário”. A lógica de seleção dos assuntos – função atribuída aos *gatekeepers* (responsáveis por selecionar e filtrar os acontecimentos que serão noticiados, tradicionalmente uma das funções do editor) – desloca-se para o receptor que passa a ter o poder de pautar os acontecimentos:

[...] o novo *medium* transforma o antigo receptor passivo (assim como também o antigo receptor ativo) em usuário ativo, ao pôr à sua disposição uma caixa de ferramentas editoriais, que inclui páginas, portais, correio eletrônico, lista de discussões (...) possibilitando programação de conteúdos (SODRÉ, 2009, p. 101).

Esse novo contexto modifica profundamente “a experiência habitual do tempo, a da ordem temporal sucessiva, dando lugar à simultaneidade e à hibridização” (SODRÉ, 2009, p. 101) nas formas de produção e distribuição de conteúdo informativo. O contexto analisado por Habermas, a partir do conceito de esfera pública, um espaço gerado essencialmente pela comunicação social, a partir da imprensa, foi radicalmente modificado. O jornalismo não decide mais o que o público deve saber:

[...] ele ajuda o público a pôr ordem nas coisas. Isso não significa simplesmente acrescentar interpretação ou análise a uma reportagem. A primeira tarefa dessa mistura de jornalista e explicador é checar se a informação é confiável e ordená-la de forma que o leitor possa entendê-la (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p.41).

O sentido de hegemonia adotado aqui abarca o diagnóstico feito por Bucci, segundo o qual

o jornalismo já não contém em si todas as formas de comunicação social como continha há dois séculos quando vigorava o modelo da imprensa de opinião. Hoje, a comunicação social é mais ampla, mais ampla que o jornalismo e mais ampla que os próprios meios de comunicação (BUCCI, 2000, p. 191).

Ainda, segundo o autor, o jornalismo pode ter perdido parte de sua hegemonia no espaço público, contudo, “não perdeu a sua essencialidade” (BUCCI, 2000, p. 200). Os efeitos concorrenciais das novas mídias são o sintoma mais visível do processo erosivo por que passa o jornalismo associado à discussão, cada vez mais intensa, sobre as formas de financiamento da produção jornalística. No artigo *Reconstruction of American Journalism*, publicado em 2009, no site da *Columbia Journalism Review*, da *Columbia University*, nos Estados Unidos, Michael Schudson e Leonard Downie Jr. destacam essa transformação: houve uma diluição na forma de coleta e distribuição de informações que antes era concentrada nos veículos tradicionais. Existem atualmente múltiplas formas, amplamente dispersas, de coletar e distribuir notícias. As mídias tradicionais não irão desaparecer no futuro previsível,

mas elas desempenharão papéis reduzidos em um mundo emergente e ainda em rápida mudança do jornalismo digital, no qual os meios de produção de reportagem estão sendo reinventados, o caráter das notícias está sendo reconstruído e as reportagens estão sendo distribuídas em um número e variedade maior de organizações de notícias, novas e antigas¹⁰ (DOWNIE Jr.; SCHUDSON, 2009, p.1, tradução nossa).

¹⁰ Trecho no original: *Newspapers and television news are not going to vanish in the foreseeable future, despite frequent predictions of their imminent extinction. But they will play diminished roles in an emerging and still rapidly changing world of digital journalism, in which the means of news reporting are being re-invented, the character of news is being reconstructed, and reporting is being distributed across a greater number and variety of news organizations, new and old.* (DOWNIE Jr.; SCHUDSON, 2009, p. 1).

Ambos os autores salientam a implosão da base econômica dos principais jornais e das redes de televisão nos Estados Unidos. A receita dos principais veículos, há tempos sustentada pela publicidade, vem entrando em colapso desde o final dos anos 1990, com reflexos profundos para a produção de reportagens. O fato é que “menos jornalistas estão relatando menos notícias, em menos páginas, e a hegemonia que os jornais metropolitanos, quase monopolistas, desfrutaram durante o último terço do século 20 está acabando”¹¹ (DOWNIE Jr.; SCHUDSON, 2009, p.1, tradução nossa).

O jornalismo ocupa cada vez menos espaço dentro do universo maior dos veículos de comunicação. Na visão mais otimista desenhada por Downie Jr. e Schudson, a produção jornalística, particularmente a reportagem, está se tornando “mais participativa e colaborativa”, a partir da iniciativa de entidades sem fins lucrativos e com suporte financeiro advindos de diferentes fontes. A ONG ProPublica é um dos exemplos emblemáticos dessa nova realidade.

O contexto brasileiro destoa dessa perspectiva de financiamento público ou privado, via doações, para incentivar a produção de conteúdo jornalístico. Não há no Brasil, como nos Estados Unidos, uma cultura de doações milionárias para universidades, institutos de pesquisa ou entidades que produzam conteúdo jornalístico independente. No país, diz o antropólogo Roberto DaMatta, “temos uma cultura da caridade, mas não de filantropia”¹². Muitas universidades americanas surgiram a partir de aportes de recursos de milionários. Um exemplo é a Universidade de Chicago, criada em 1892, a partir de doações de John D. Rockefeller (de cerca de mais de 45 milhões de dólares em valores da época) sem exigir em troca qualquer poder de gestão (COULON, 1995, p.12).

¹¹ Trecho no original: [...] *Fewer journalists are reporting less news in fewer pages, and the hegemony that near-monopoly metropolitan newspapers enjoyed during the last third of the twentieth century, even as their primary audience eroded, is ending. Commercial television news, which was long the chief rival of printed newspapers, has also been losing its audience, its advertising revenue, and its reporting resources* (DOWNIE Jr.; SCHUDSON, 2009, p.1).

¹² Em palestra virtual para alunos da Pós-Graduação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), em 08/03/2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9gaqEmtYJis> Acesso em: 02/08/2022

A erosão na base de financiamento da atividade jornalística enseja também novas soluções para geração de recursos, particularmente no contexto norte-americano. Citando um exemplo recente, em janeiro de 2021, os jornalistas Robert McChesney e John Nichols propuseram um projeto para incentivar o jornalismo local. O plano prevê o financiamento público para iniciativas jornalísticas comunitárias sem fins lucrativos, cuja gestão ficaria sob controle dos moradores das cidades contempladas pela iniciativa *To Protect and Extend Democracy, Recreate Local News Media*¹³ (Em tradução livre, “Para proteger e ampliar a democracia, recrie a mídia local”).

O documento produzido por Robert McChesney e John Nichols salienta os momentos de crise da democracia americana (a invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021 é citada como paradigmática) associados à crise no jornalismo. Não interessa aqui a proposta em si da Iniciativa de Jornalismo Local (*Local Journalism Initiative*), mas os diagnósticos apresentados pelos autores. A essência da crise de informação que os Estados Unidos enfrentam, dizem os autores, sustentada por um *tsunami* de desinformação não identificada, é resultado de um problema muito maior, que é o colapso do jornalismo local como instituição viável em cidades¹⁴. Um exemplo dessa experiência é o jornal *The Bronx*, bilíngue (espanhol e inglês), destinado à comunidade latina, principalmente negra, que reside no Bronx, em Nova York. É de periodicidade semanal, distribuído gratuitamente, mas oferece a opção de assinatura para quem quiser recebê-lo em casa. É mantido principalmente pela publicidade do bairro. A defesa da prática de jornalismo regional vem ganhando força: pesquisadores o situam numa categoria de “jornalismo de proximidade”, prática jornalística que pode criar um ambiente mais propício para o exercício de uma cidadania ativa. A ideia de proximidade não se limita à dimensão física e geográfica, “inclui também as dimensões temporais, psicoafetivas, socioprofissionais e socioculturais [...] ou seja, assume uma dimensão simbólica” (CAMPONEZ, 2012, p. 36 e 37).

¹³ Disponível em: https://www.freepress.net/sites/default/files/2022-03/to_protect_democracy_recreate_local_news_media_final.pdf Acesso em: 02/08/2022

¹⁴ No Brasil, o jornal *O Estado de S. Paulo* lançou em outubro de 2022 uma plataforma gratuita sobre bairros de São Paulo. A versão impressa terá 1 milhão de exemplares. O Projeto Estadão Expresso Bairros contempla 32 edições mensais customizadas – uma para cada sub-região da cidade. Detalhes sobre o projeto na página: <https://expresso.estadao.com.br/bairros/> Acesso em: 21/10/2022.

De tempos em tempos, os pesquisadores do jornalismo levam ao debate algumas questões recorrentes como forma de atualizar as discussões em meio às mudanças: para que serve o jornalismo? (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p.27). O que é um repórter? (SCHUDSON, 2000, p. 72).

Em comum, os pesquisadores associam o desenvolvimento do jornalismo à evolução da democracia e, conseqüentemente, às práticas de cidadania. Quando a democracia vai mal, um sinal de alerta também acende para se investigar o que está ocorrendo na prática jornalística: “o jornalismo é tão fundamental para essa finalidade que as sociedades que querem suprimir a liberdade devem primeiro suprimir a imprensa” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 31 e 32). Os autores, citando a perspectiva de historiadores, salientam: “quanto mais democrática uma sociedade, maior é a tendência para dispor de mais notícias e informações” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 36).

Em um mercado cada vez mais aberto e competitivo, a ideia simplista de que o jornalismo “é um serviço público que fala por si” e qualquer pessoa com um computador pode “fazer jornalismo” provoca um vácuo conceitual sobre o ofício. Kovach e Rosenstiel sublinham que o propósito do jornalismo é fornecer um meio de “conexão social” e de “conhecimento” e que a atividade não é definida pela tecnologia, ou pelos jornalistas ou pelas técnicas que empregam, “mas por algo mais básico: a função que a notícia desempenha na vida das pessoas” [...] ou seja, elas são movidas por um instinto básico do ser humano, que os autores denominam de “instinto de percepção” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p.36).

1.3 Diluição conceitual

O que se revela crucial na discussão atualmente é: com a descentralização da produção e distribuição, qualquer relato factual pode ser chamado de jornalismo? O problema é abordado por Bucci (2016)¹⁵ ao contextualizar as questões pontuadas

¹⁵ Texto apresentado em formato de palestra, em 20/04/2016, no Grupo de pesquisa “Jornalismo, Direito e Liberdade” (JDL), vinculado à Escola de Comunicações e Artes e ao Instituto de Estudos Avançados da USP. Disponível em: <https://jdlusp.files.wordpress.com/2017/01/conceito-de-jornalismo-no-grupo-jdl-abril-2016.pdf> Acesso em: 25/04/2022. A discussão é abordada também em: BUCCI,

até agora com ênfase no contexto brasileiro. A falta de uma definição do que vem a ser jornalismo no país é apontada pelo pesquisador como um dos desafios. O autor elenca três problemas a serem superados: a questão do financiamento ou modelo de negócios; um segundo desafio relaciona-se com as novas tecnologias, que mudaram de modo irreversível a rotina das redações (esses dois primeiros pontos não são uma exclusividade brasileira); e, por último, o que se constitui uma particularidade, a ausência de um conceito de jornalismo. Ou pior: há uma diluição conceitual do ofício no Brasil.

No Brasil, a profissionalização do jornalismo ocorreu de forma tardia. Se comparadas a muitos países de tradição democrática, as pesquisas sobre jornalismo profissional no país são relativamente recentes, com menos de 50 anos de estudos.¹⁶ Essa dinâmica de profissionalização da atividade é salientada por estudiosos em outros países que conviveram com processos parecidos. O jornalismo francês, segundo Érik Neveu, seguiu um ritmo diferente de alguns países europeus, a exemplo da Inglaterra. Trabalhos recentes “realçam a lentidão do processo de institucionalização de uma identidade profissional dos jornalistas franceses” (NEVEU, 2005, p. 21). Por razões históricas de seu desenvolvimento e diferentemente de todos os países de tradição democrática, o Brasil ainda lida com dificuldades básicas: uma delas se refere ao conceito.

Há mais de 60 anos Luiz Beltrão, no seu clássico *Introdução à Filosofia do Jornalismo*, já sinalizava para a multiplicidade das manifestações do jornalismo, destacava a ausência de normas éticas na atividade da imprensa brasileira, bem como alertava para a necessidade da liberdade como um valor inerente e essencial à prática jornalística e sobre a responsabilidade social do jornalista. Frise-se que a análise do autor sobre as condições para se exercer o jornalismo está focada no final da década de 1950, quando havia jornais impressos, emissoras de rádio e a TV ainda era incipiente no Brasil. Beltrão situa o jornalismo “como uma atividade

Eugênio. Para ensinar é preciso saber definir a profissão. In: *Uma Escola de Jornalismo para o Futuro*. Org. Eugênio Bucci. São Paulo: ESPM, p. 288-330, 2015.

¹⁶ O XX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação no Intercom discutiu, em 1997, entre os temas, os 20 anos de pesquisa em Jornalismo no Brasil. José Marques de Melo assina o texto “A Pesquisa em Jornalismo no Brasil: Trajetória e Perspectivas” para sessão especial nos grupos de trabalho. Nele, o autor salienta o atraso do desenvolvimento da imprensa no Brasil. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/d403808cde46d17afaf34b5f30443151.pdf> Acesso em: 15/08/2022

essencial às coletividades; uma instituição social que, no mundo moderno, assume posição da mais alta relevância” e que produz antes de tudo “informação de fatos atuais, correntes” (BELTRÃO, 2003, p. 65). Ou seja, jornalismo é uma forma de se conhecer o presente, um ofício que se diferencia da atividade de historiador (BELTRÃO, 2003, p. 64).

A referência a Beltrão, que apresenta um quadro conceitual abrangente e cuja obra é datada, é essencial por introduzir no Brasil uma perspectiva acadêmica e filosófica – e não apenas técnica do fazer jornalístico. Na análise sobre a comemoração dos 50 anos da obra, Hohlfeldt salienta que a categoria mais relevante destacada pelo autor, do ponto de vista filosófico, é a interpretação (HOHLFELDT, 2010). Beltrão defendia que o jornal apresentasse comentários e projeções capazes de orientar o leitor sobre os desdobramentos futuros das notícias. Entendia, contudo, que a interpretação jornalística difere daquela histórica: “Beltrão distingue, então, o jornalismo extensivo, aquele circunscrito à informação de última hora, do intensivo, um jornalismo de profundidade, que transforma um periódico realmente em referencial para decisões as mais diversas” (HOHLFELDT, 2010, p. 31). Ao priorizar a perspectiva filosófica, segundo Hohlfeldt, Beltrão “ênfatiza as implicações éticas em torno do problema da liberdade e da responsabilidade do jornalista” (HOHLFELDT, 2010, p. 37).

Em outras palavras, o que Beltrão havia afirmado há mais de 60 anos pode ser sintetizado nas palavras de Bucci. O jornalismo não é um mero prestador de serviços e

não existe para dar a temperatura de uma avenida, ou o placar das partidas do campeonato paulista, ou a cotação das ações. Ele não foi inventado para isso, embora faça *também* isso. Ele existe para pôr as ideias em confronto, para realizar o debate público, para suprir os habitantes do planeta das notícias diversas de que eles passaram a precisar para mover-se e tomar decisões na democracia moderna. Existe para narrar a aventura humana no calor da hora, para difundir notícias (BUCCI, 2000, p. 93).

A discussão de que a ética precede à técnica jornalística – mas ambas estão imbricadas – é um conceito-chave. Parte-se da concepção de que o jornalismo como instituição democrática (e de cidadania) “é uma vitória da ética” e seu ofício

envolve, inevitavelmente, o conflito e “quando não há conflito no jornalismo, um alarme deve soar. Aliás, a ética só existe porque a comunicação social é lugar de conflito” (BUCCI, 2000, p. 10 -11). Manter distância de governos, de partidos políticos, ONGs, igrejas, empresas, corporações e sindicatos é condição necessária para vigiar o poder político e econômico (BUCCI, 2009, p. 115). Nesse sentido, a profissão só é viável pela exigência de liberdade de imprensa, mas ser livre é, sobretudo, um dever do jornalista e não apenas um direito (BUCCI, 2009).

O princípio de que uma imprensa livre está historicamente ligada à “construção de regimes democráticos e de que o jornalismo é mais do que um ofício” (BUCCI, 2000; NEVEU, 2005, KOVACH; ROSENSTIEL, 2004; SCHUDSON, 2009) parece haver um consenso entre os pesquisadores da área. Como já mencionado, os processos de desenvolvimento e profissionalização do jornalismo, contudo, seguem um ritmo diferente entre os países. O Brasil apresenta um período democrático muito recente, pós-Ditadura Militar (1964-1985) e, mesmo antes, no início do século 19, os primeiros jornais surgidos no país, a partir de 1808, já nasceram censurados. A *Gazeta do Rio de Janeiro* e *Correio Braziliense* são os dois veículos que surgiram nesse período de forma *sui generis*. Bucci lembra que “somos um país em que a instituição da censura nasceu antes da imprensa” (2016, p. 3).¹⁷ A *Gazeta* era um informativo governamental da corte portuguesa e, portanto, não pode ser considerada um órgão de imprensa. A censura se estabeleceu logo na chegada da família real ao Rio de Janeiro, em 1808: “a censura nasceu antes da imprensa e a imprensa que nasceu depois da censura não era bem imprensa, mas um serviço de divulgação de notas oficiais” (BUCCI, 2015, p. 297; 2016, p. 3).

Três meses antes do lançamento de *A Gazeta do Rio de Janeiro*, no mesmo ano, em 1808, surgia o *Correio Braziliense*, jornal mensal. O *Correio* foi fundado por Hipólito da Costa, que havia fugido da cadeia em Portugal, onde fora perseguido político. Surgido no exílio, o jornal era redigido e impresso em Londres e sua circulação no Brasil foi censurada desde o início. Por conta desse contexto, era lido clandestinamente. A censura se manteve até 1822, quando o jornal encerrou suas atividades.

¹⁷ Bucci compila a informação do livro *1808*, de Laurentino Gomes, publicado pela editora Planeta, 2007, p. 136.

O atraso no desenvolvimento de uma imprensa profissional teve repercussões na concepção e definição do jornalismo no país. Há incompreensões da cultura política brasileira quanto ao lugar da imprensa. O Brasil convive com a “tradição” de políticos serem os proprietários de jornais em diversas cidades brasileiras e também detentores de concessões de rádio e TV em nome de terceiros. Esse contexto engendrou uma espécie de concepção deturpada sobre a atividade jornalística. Do senso comum à classe política e empresarial, há uma visão asséptica, segundo a qual o jornalismo “costuma ser tacitamente assimilado como uma espécie de dispositivo técnico para difundir informações de interesse geral” (BUCCI, 2016, p. 2). Imbuída nessa concepção está o papel da “boa prática jornalística”, que consiste em ser um difusor técnico neutro que não deve incomodar os interesses dos grupos de poder:

O bom jornalista e o bom veículo jornalístico seriam, portanto, tecnicamente neutros, como um sistema de encanamento impermeável e esterilizado, aptos a conduzir a notícia sem contaminá-la com subjetivismos impróprios. Segundo essa concepção tácita, o ato de contestar com vigor, de duvidar e de difundir a dissidência tem sido visto como distorção a ser evitada, como vício (BUCCI, 2016, p. 2).

Em outros países, como Inglaterra, França, Estados Unidos, argumenta Bucci, a ideia de uma prática asséptica dos jornais não tem lugar. Nessas democracias, “a imprensa é vista como contrapoder em relação às autoridades públicas e aos grandes interesses econômicos (...) Repórteres incomodam, inquirem, investigam, fiscalizam o poder” (BUCCI, 2016, p. 3). No Brasil, essa postura é vista como desvio da profissão e, de tempos em tempos, a ideia de impor limites à liberdade de imprensa ganha coro entre os representantes do poder público. Nenhuma liberdade é absoluta, mas a má conduta de jornalistas ou de órgãos noticiosos, diz Bucci, jamais deveria dar ensejo ao questionamento da liberdade:

o jornalismo erra, e é no cumprimento do dever de corrigir publicamente o seu erro que ele se aperfeiçoa: repondo a verdade, contribuindo para a reparação dos danos e se submetendo à lei para que os autores dos excessos sejam punidos. Esse é o caminho, e ele não fica mais fácil com menos liberdade – fica, isso sim, menos viável (BUCCI, 2009, p.118).

A profissionalização da atividade jornalística no país configurou-se, portanto, numa perspectiva de “intolerância à divergência”, um dos fatores que “sitiam o jornalismo brasileiro” (BUCCI, 2006)¹⁸. Não só o senso comum, mas também integrantes de diferentes instâncias do poder confundem a liberdade de imprensa como sendo um atributo do jornalista ou do veículo para o qual trabalha, ou seja, os “erros da imprensa” devem ser contidos por meio de ações judiciais e não discutidos em público.

[...] discutir em público os problemas do conteúdo editorial e as falhas de processo não abalam a solidez dos jornais, pelo contrário, a robustece. A imprensa vive da liberdade do cidadão, não da liberdade privilegiada do jornalista ou dos veículos considerados isoladamente (BUCCI, 2006).

Além da intolerância à divergência, a diluição do conceito de jornalismo é uma característica brasileira que se materializa, principalmente, na concepção de que a assessoria de imprensa é uma das modalidades técnicas da profissão – o que se constitui uma anomalia se comparada a países de tradição democrática da América do Norte e da Europa. Essa confusão, demonstra Bucci, encontra respaldo no Código de Ética da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj) e nas diretrizes do Ministério da Educação que norteiam os cursos de graduação em jornalismo. Ambos os documentos amenizam essa distinção “sem sustentação lógica e deontológica”, segundo Bucci.

O Código de Ética do jornalismo no Brasil repousa sobre um conflito de interesses. Temos praticado o exercício de conciliar duas funções legítimas, dignas, justas e éticas, necessárias à informação da sociedade brasileira, mas que não constituem o mesmo ofício. Jornalismo e assessoria de imprensa são duas profissões diferentes e não podem ser regidas por um mesmo Código de Ética (BUCCI, 2009, p. 91).

¹⁸ BUCCI, Eugênio; BASILE, Sidnei (curadores). *Jornalismo Sitiado*. São Paulo: Log Editora Multimídia, 2006.

A acomodação, um tanto constrangedora, no discurso da Fenaj em relação à permanência de filiados que são assessores de imprensa, tem razões históricas. As mudanças no perfil de mercado com proliferação de assessorias de imprensa estão na raiz do discurso conciliador da entidade. Desde os anos de 1960, segundo Bucci,

houve uma persistente e significativa migração de seus filiados para a área de assessoria de imprensa. Os migrantes, contudo, não se desligaram nem foram desligados dos sindicatos. Isso resultou num reforço, claramente involuntário, da visão pré-moderna de imprensa, segundo a qual o jornalista apenas difunde informativos sobre o poder e, apenas ocasionalmente, pode (ou não) se dedicar a criticá-lo (BUCCI, 2016, p. 5-6).

O autor esmiúça o Código de Ética da Fenaj e sublinha dois artigos (7 e 12), os quais apresentam um discurso “conciliador e diluidor” e um grave conflito de interesses entre os ofícios de jornalista e de assessor de imprensa. O artigo 7¹⁹, inciso VI, permite a dupla jornada como jornalista e assessoria de imprensa, impedindo apenas que se produza matérias sobre a instituição para qual se trabalha. Segundo Bucci, esse artigo é um ato falho deontológico:

a simples autorização para tal acúmulo de atividades agride os postulados clássicos da ética profissional amplamente observada no mundo democrático. Não por acaso, nenhum jornal sério (inclusive no Brasil atual) aceita que seus jornalistas incorram nessa dupla jornada. Os sindicatos brasileiros, na contramão, chegam ao ponto de consagrá-la como ética (BUCCI, 2016, p. 7).

A diluição conceitual encontra amparo institucional e já alcançou as escolas de jornalismo. A indistinção conceitual entre o exercício do jornalismo crítico e a mera divulgação de discursos tem sido a regra dominante, segundo Bucci, que reforça sua análise a partir das Diretrizes Curriculares para os cursos de jornalismo. Embora o documento²⁰, produzido e homologado pelo MEC, apresente aspectos satisfatórios, adequando-o às exigências de uma sociedade democrática, há a

¹⁹ Código de ética dos jornalistas brasileiros. Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ).

Disponível em

http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf Acesso em: 19/08/2022.

²⁰ Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf Acesso em: 19/08/2022.

recomendação para incluir na formação de jornalistas as rotinas de trabalho em assessoria a instituições de todos os tipos.

Essa distinção é fundamental para a definição do jornalismo como uma atividade que tem a ética como norteadora. A imprensa livre é direito do cidadão, mas um dever do jornalista, como já salientado, não é apenas um direito, mas uma obrigação. Segundo Bucci, é preciso ser livre para alcançar a verdade factual:

o dever de ser livre se converteu em algo tão central que, se não observado, todos os demais princípios da missão de informar resultam prejudicados. Se não for livre, escancaradamente livre – uma vez que se trata de ser livre em público, para o público, segundo padrões públicos – o repórter e o veículo para o qual ele trabalha estão impossibilitados de iniciar sua busca pela verdade dos fatos. A verdade jornalística – efêmera, transitória, precária, como sabemos – só se revela aos que não servem a outro senhor que não a ela própria (BUCCI, 2009, p. 17-18).

O advento avassalador das mídias digitais impôs novos desafios à discussão ética, afirma o autor, mas não a revogou, como pensam alguns, o dever da liberdade: “as novas tecnologias a tornaram ainda mais premente” (BUCCI, 2009, p. 19). O avanço de fusões de empresas de comunicações e de conglomerados jornalísticos, notadamente a partir da década de 1990, também impôs novos desafios à atividade: “dentro desse ambiente, as conexões entre jornalismo e entretenimento ganharam uma relevância ética que antes não tinham” (BUCCI, 2009, p. 33).

Uma das consequências dessa “mistura” entre jornalismo e assessoria de imprensa avança para o conteúdo jornalístico produzido por parte da imprensa brasileira. A diluição cada vez mais sutil entre conteúdo jornalístico e publicitário – a partir de matérias pagas veiculadas como se fossem produzidas pela equipe de jornalistas – tem se tornado cada vez mais frequente e atinge todas as áreas do jornalismo, principalmente a cobertura de negócios e a oferta de serviços. São informes publicitários disfarçados de apuração jornalística. Ou seja, a intenção de vender o serviço ou produto é escondida ou amenizada na página, utilizando como estratégia, na grande maioria dos casos, o mesmo *layout* do jornal ou site e a mesma forma de estrutura de organização das matérias produzidas pela equipe. O objetivo é

agregar credibilidade ao conteúdo com o intuito de vender o serviço a partir de uma cobertura jornalística.

Um dos exemplos é a agência Dino, que publica matérias nos principais jornais e portais brasileiros cujos textos apresentam uma estrutura de conteúdo jornalístico, mas com objetivos comerciais. Os serviços da Dino²¹, voltados às grandes empresas brasileiras, garantem a publicação de notícias corporativas em mais de 200 veículos de alta credibilidade. A plataforma reúne mais de 16 mil jornalistas cadastrados, que recebem as ‘matérias’ (na verdade *releases*, textos de assessorias de imprensa) produzidas pela agência.

Não há problemas nos serviços oferecidos pela Dino, se os veículos “parceiros” que publicam o conteúdo do anunciante informassem ao público, explicitamente, e antes da leitura, que aquele texto é publicitário e produzido por uma empresa. Apenas para citar um exemplo, entre centenas, o *Valor Econômico*²² publicou, em 17 de agosto de 2022, em seu site a matéria: *Pesquisa revela que maioria dos brasileiros estava com sobrepeso em 2021*. Ao lado da marca do *Valor* aparece o nome Dino e, antes do título, a informação “conteúdo de marca”. Só após a leitura de todo o texto, organizado como se fosse mais uma matéria do veículo, o *Valor* informa que o “conteúdo é de responsabilidade do anunciante”. O jornal se exime da responsabilidade, mas suaviza o conteúdo que utiliza as mesmas características gráficas do veículo. Para o leitor, a informação é diluída e confusa.

O texto da Dino no *Valor* utiliza dados da Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), do Ministério da Saúde. Os números da Vigitel são esmiuçados e analisados por capitais e faixa etária em contexto que permite a análise do diretor do Instituto Mineiro de Obesidade (IMO), Dr. Leonardo Salles. Detalhe: o Instituto Mineiro de Obesidade aparece com link para que o leitor seja conduzido ao site do IMO nas duas oportunidades em que o especialista é citado. No final da matéria, há a referência também ao site do Instituto.

²¹ <https://www.dino.com.br/> Acesso em: 22/08/2022.

²² Matéria publicada em 17/08/2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/patrocinado/dino/noticia/2022/08/17/pesquisa-revela-que-maioria-dos-brasileiros-estava-com-sobrepeso-em-2021.ghtml> Acesso em: 22/08/2022

Ganha o anunciante, ganha o jornal, mas perde o leitor, que é induzido a ler a oferta de serviços de uma empresa como se fosse uma informação de interesse público.

Em outros exemplos, a informação sobre a verdadeira origem da produção de conteúdo é sutil – mas a falta de transparência é grosseira. O portal *Terra* publica com frequências as matérias publicitárias da Dino, com esclarecimentos sobre o tipo de conteúdo apenas no final. A estrutura de apuração jornalística é idêntica ao conteúdo jornalístico veiculado no site. Mais um exemplo: neste outro caso, a abordagem é sobre o desemprego de jovens nordestinos²³. O drama é exposto com dados do IBGE, depoimento de “fontes anônimas” para contextualizar a situação do desemprego no Brasil, e análise de especialista, que é a parte interessada, representante da empresa que pagou pelo serviço. Desta vez, o anunciante é o Global Pharma Services (GPS) e o sócio-diretor, André Lima, é ouvido como especialista. O site do GPS é disponibilizado ao final da matéria, e a informação de que o “conteúdo é comercial divulgado pela empresa Dino e não é de responsabilidade do Terra” é colocada de forma discreta.

O *Estado de S. Paulo* oferta esse tipo de serviço às empresas através do *Estadão Blue Studio*²⁴. Na página, o site do serviço do Grupo Estado exalta o diferencial do serviço: “todo mês, vamos veicular uma de suas matérias na home do *Estadão*. Assim, você ganha a chancela de nossa marca e aproveita o alcance de nossa audiência de mais de 40 milhões de leitores mensais”. Nas edições impressas e digitais, o *Estadão* diferencia o tipo de letra do jornal e coloca a informação explícita sobre a publicação publicitária. No site, o veículo apresenta a extensão dos benefícios ofertados: “cuidamos do conteúdo de seu site, blog e redes sociais” para que a empresa conquiste novos clientes. Entre as vantagens, reforça: “se você quiser, seu conteúdo pode aparecer no portal do *Estadão*”, mas não esclarece se a matéria entra como informação jornalística ou publicitária. A sugestão é ambígua, uma vez que promete “entregar acesso à audiência engajada que o *Estadão* conquistou durante seus mais de 146 anos”. Ou seja, o serviço utiliza a credibilidade do jornal, que possui

²³ *Jovens no Nordeste sofrem com a maior taxa de desemprego*. Matéria publicada no *Terra* em 22/08/2022. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/jovens-no-nordeste-sofrem-com-a-maior-taxa-de-desemprego,15f69d4cb13d22b14055668d43043495tfufyn0v.html> Acesso em: 22/08/2022

²⁴ <https://bluestudioexpress.estadao.com.br/> Acesso em: 22/08/2022

quase 150 anos de história, para vender outro produto, que não é jornalismo, mas publicidade.

A *Folha de S. Paulo* oferece serviço idêntico a partir do Estúdio Folha, com oferta de publicação de conteúdo patrocinado²⁵. A *Folha* é mais explícita no tipo de produto a ser veiculado no jornal ou no site. Tanto o caso do *Estadão* quanto o da *Folha* requerem discussões mais aprofundadas, mas o que se quer sinalizar são os caminhos que os grandes veículos vêm buscando para conseguir receita.

O exemplo da agência Dino ilustra o quanto os parâmetros éticos podem mudar conforme a época e as formas de escamotear os conflitos de interesse ficam cada vez mais sofisticadas. A sofisticação em veicular serviços publicitários como se fossem atividade jornalística ocorre, em grande parte, porque os “níveis de tolerância da sociedade são menos flexíveis hoje” (BUCCI, 2000, p. 79) e, por isso, os mecanismos de “enganar” os leitores são mais requintados. Atualmente, um veículo que agisse grosseiramente nos moldes da revista *O Cruzeiro*, de Assis Chateaubriand, por exemplo, surgida em 1928 e editada pelos Diários Associados, seria um escândalo e possivelmente sua existência estaria comprometida. A revista publicava matérias pagas, como revelou Fernando de Moraes no livro *Chatô, o rei do Brasil*. Samuel Wainer, que fundou o jornal *Última Hora*, em 1951, narra no livro *Minha Razão de Viver: memórias de um repórter*, que criou o jornal com dinheiro arranjado pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek [1902-1976].

Conflitos de interesses no jornalismo não conseguem passar mais às escondidas do público diante das inúmeras possibilidades de dados disponíveis e de canais de denúncias. O que muda não é o caráter dos homens, “mas o grau de exigência ética da sociedade” (BUCCI, 2000, p. 84). Credibilidade “gera lucro para os jornais, e a ética é fator de remuneração para os jornalistas” (BUCCI, 2000, p. 77).

²⁵ <https://estudio.folha.uol.com.br/institucional/> Acesso em: 22/08/2022

1.4 O princípio da veracidade

O jornalismo²⁶ se caracteriza como uma atividade discursiva, cujo ofício compreende “um sistema profissional que provê o mercado de informações e discursos (enunciados, argumentos, descrições e relatos)”, segundo a definição de Wilson Gomes. “É uma atividade integralmente afetada pela norma da veracidade: não há notícia sobre a qual não se imponha legitimamente uma obrigação de veracidade” (GOMES, 2009, p. 10 - 11).

Uma primeira característica do jornalismo é destacada no parágrafo anterior: a atividade é inteiramente centrada na *veracidade* e não na *verossimilhança* – categoria central na literatura. O dicionário Houaiss define a *verossimilhança* “como a qualidade do que é verossímil ou verossimilhante”. Parecer verossímil “é estabelecer uma ligação, nexos ou harmonia entre fatos, ideias numa obra literária para que os elementos imaginosos ou fantásticos sejam determinantes no texto”²⁷. Ou seja, é algo que se assemelha à realidade – às vezes o fato descrito não existiu realmente, mas pode ser recriado pela capacidade imaginativa do escritor.

Um exemplo de utilização dos recursos de verossimilhança no jornalismo é *Chatô, o rei do Brasil*, livro em que Fernando Morais narra, no primeiro capítulo, os delírios de Assis Chateaubriand enquanto recebia atendimento de urgência num hospital do Rio de Janeiro. Morais recria cenas, descrevendo um suposto ritual de canibalismo envolvendo Chateaubriand e a filha, que “comiam com voracidade os restos do bispo Pero Fernandes Sardinha”. Os delírios de Chateaubriand, enquanto morria, são descritos com recursos a partir do fluxo de consciência: o dono dos Diários Associados ouvia tudo o que se passava ao seu redor enquanto falecia. A narrativa de Fernando Morais conduz o leitor que fica sabendo dos delírios de Chateaubriand: “mas então, meu Deus, aquela gente que conversava à sua volta tinha razão: ele tinha

²⁶ A definição de jornalismo empregada nesta tese não se restringe a uma atividade ligada exclusivamente aos veículos que compõem a chamada indústria da informação. O termo contempla experiências isoladas de circulação de informação de interesse público, a exemplo da chamada imprensa alternativa no Brasil e refere-se também a projetos de jornalismo local desenvolvidos em comunidades em todo o país. Em essência, o capítulo define jornalismo como “toda atividade que se caracteriza pela subordinação ao atendimento do direito à informação” (BUCCI, 2006).

²⁷ Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 2.849. O conceito de verossimilhança e *mimésis* perpassa grande parte das discussões nas artes em geral, remonta à tradição filosófica de Platão e Aristóteles, e é tema central de filósofos modernos, críticos de arte, além de alimentar grandes debates nos estudos de Estética.

morrido mesmo. Ali devia estar apenas sua alma, ou que nome tivesse o que restara de seu espírito ainda não desencarnado.”²⁸.

O exemplo extraído acima deve ser entendido como recurso estilístico literário e não necessariamente como informação jornalística. Caso o jornalista não revele os detalhes reconstruídos das cenas, não informe sobre os métodos empregados, “todos esses truques – reconstrução de diálogos, uso de personagens compósitos, síntese de fatos e transporte de gente no tempo – são invenções” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 124).

No caso do jornalismo, os fatos narrados precisam não só assemelhar-se à realidade: uma prova substancial de que eles existiram torna-se necessária. Mesmo tendo que recriar falas que possivelmente não existiram, as circunstâncias em torno da morte certamente são verídicas. Há um compromisso moral e ético com a veracidade dos fatos e

a norma da veracidade que obriga qualquer um que faça discursos sobre a realidade e que, ademais, pretende que se considere tais discursos como dizendo o que a realidade efetivamente é, significa para o jornalismo uma obrigação suplementar. O jornalismo não apenas assume com o consumidor de notícias a obrigação de ser veraz, mas também o compromisso de usar de todos os recursos possíveis para evitar o engano e o erro (GOMES, 2009, p.10 - 11).

Mas o que seria a verdade no jornalismo, já que o termo é uma categoria filosófica por excelência, polêmica e sem consenso em diversas áreas do conhecimento? Kovach e Rosenstiel salientam a obrigação do jornalismo com a verdade entre os princípios fundamentais. Para esses autores, o significado da palavra no jornalismo estaria relacionado a “apurar bem os fatos” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p.61), “uma forma prática e funcional da verdade”, mas não no sentido absoluto ou filosófico (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p.68). Os autores também advertem que precisão e verdade não são as mesmas coisas:

²⁸ MORAIS, Fernando. *Chatô, o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 24.

[...] a verdade jornalística é muito mais do que simples precisão. É um processo seletivo que se desenvolve entre a matéria inicial e interação entre o público leitor e os jornalistas, ao longo do tempo. Esse princípio básico do jornalismo – a busca desinteressada da verdade – é, em última instância, o que diferencia a profissão de todas as outras formas de comunicação (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 68).

Ou seja, a ideia de precisão “é mais um instrumento na abordagem dos fatos jornalísticos do que um conceito de objetividade” (SPONHOLZ, 2009, p. 25). O ponto central recai na discussão dos recursos utilizados pelos jornalistas para se aproximarem da verdade. Quais métodos usam e como os transmitem ao leitor, já que a primeira lealdade do jornalismo é com os cidadãos? (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004). Imparcialidade e equilíbrio podem funcionar como princípios de veracidade? Kovach e Rosenstiel acreditam que essas categorias são abstratas e subjetivas. O jornalismo procura uma forma prática e funcional da verdade: “escrever uma matéria em se tratando de ser justo com os dois lados da história talvez não seja o ideal de verdade, sobretudo se os dois lados não têm o mesmo peso” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 68).

A verdade jornalística, acrescenta Bucci, é mais um ideário do projeto iluminista do que uma possibilidade prática, “só é concebível à medida que seja gerada na diversidade de fontes, de narradores, de veículos, de públicos e, sobretudo, de instituições (públicas ou privadas) dedicadas ao negócio de informar o cidadão”. Como projeto iluminista,

projeto gêmeo do projeto democrático, o jornalismo é mais um ideal de oferecer ao público os elementos para o entendimento racional do que o ideal de ser entendimento propriamente dito – pois ele, jornalismo, não busca o acordo, mas a diferença possível de ser entendido por todos como diferença, o que parece igual, mas é bem diferente (BUCCI, 2009, p. 84).

A noção de método no jornalismo – principalmente relacionada à reportagem – existe, mas em fragmentos, que é repassada de repórter a repórter (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004). Nas abordagens jornalísticas, com raras exceções, quase nada é revelado sobre métodos e fontes:

é muito mais produtivo, e mais realista, entender a verdade jornalística como um processo – ou uma caminhada contínua na direção do entendimento – que começa com as primeiras matérias e vai se construindo ao longo do tempo [...] as primeiras matérias indicam a existência de um novo fato ou tendência (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 70).

1.5 Uma forma de conhecimento

A falta de transparência dos condicionantes da produção jornalística, a velocidade da produção e a espetacularização na narração dos acontecimentos, na busca por mais público, estariam entre os fatores problemáticos no jornalismo como produtor de conhecimento (MEDITSCH, 1997). Em raras situações, o leitor será informado sobre os critérios de decisão que nortearam a equipe de jornalistas, bem como não saberá o que foi omitido ou privilegiado na produção de um material.

A produção de conhecimento no jornalismo situa-se num ponto intermediário entre a linguagem científica e o senso comum. Essa constatação, contudo, não resolve o problema porque nem toda a linguagem situada nesse terreno intermediário é jornalismo. Voltamos ao ponto inicial levantado acima e já salientado por Bucci: qualquer relato factual pode ser considerado jornalismo?

Genro Filho (1987) postula a singularidade como uma categoria que caracterizaria o tipo de conhecimento socialmente produzido pela atividade jornalística. Essa noção filosófica é originária de Hegel [1770-1831], no século 19, mas Genro Filho foca nas discussões sobre estética de Georg Lukács [1885-1971] para analisar o universal, o particular e o singular.

O universal estaria intrinsecamente associado ao conhecimento científico, que busca regularidade na observação dos fenômenos. O particular, por sua vez, concentra-se no campo das artes, cuja subjetividade do autor é o ponto de partida para a criação estética. O particular estaria ligado também à singularidade, mas a particularidade nesse caso é arbitrária, segundo análise de Genro Filho. A preocupação com a singularidade dos fatos ou com aquilo que é específico dos acontecimentos sociais é inerente ao jornalismo.

Diferentemente da atividade artística, o jornalismo não elabora uma representação singular arbitrária. O processo de significação produzido pelo jornalismo, salienta Genro Filho, situa-se entre duas variáveis: 1) nas relações objetivas do evento, no grau de amplitude e na radicalidade do acontecimento em relação a uma totalidade social considerada; 2) e nas relações e significações que são constituídas no ato de sua produção e comunicação (GENRO FILHO, 1987). A ciência opera com noções lógicas e universais, enquanto no jornalismo o singular é, por natureza, efêmero. “É a dimensão objetiva da singularidade que diferencia o jornalismo da arte” (GENRO FILHO, 1987, p. 66). Ou seja, o compromisso prioritário com a “singularidade objetiva” impede que o particular possa cristalizar-se como categoria estética como ocorre na produção artística. A dimensão estética tem seu espaço garantido em qualquer atividade – mesmo na aridez da ciência – mas quando se trata de jornalismo essa dimensão será sempre subordinada ao processo de conhecimento cristalizado no singular, segundo Genro Filho.

O jornalismo narra micro instâncias dos fatos que se referem, na maioria das abordagens, a acontecimentos isolados, sem preocupação de relacioná-los. A imediaticidade do real é um ponto de chegada no jornalismo – e não de partida, como bem percebeu Genro Filho.

[...] este tipo de diferenciação do jornalismo a partir do grau de profundidade que alcança comparativamente à Ciência ou à História é admitida pelos próprios jornalistas. Ao fazerem comparações entre o seu trabalho e o dos cientistas, os jornalistas costumam sugerir esta forma de gradação. Quando não se refere à profundidade de análise, a gradação pode referir-se também à velocidade da produção, e o Jornalismo já foi definido como a História escrita à queima-roupa (MEDITSCH, 1997, p. 3).

Em outras palavras, o jornalismo não busca a regularidade científica e “importa-se exatamente com o que a ciência ignora” (SPONHOLZ, 2009, p. 110). A “ciência é senso incomum”, reforça Sodré, ao citar o físico Robert Oppenheimer (SODRÉ, 2009, p. 45). O fato é que o jornalismo produz um conhecimento “não sistemático, não científico, sem conexões de conceitos e expressões, que pode comportar graus diferentes de aprofundamento de um fato” (SODRÉ, 2009, p. 48).

Um exemplo de singularidade: a *Folha de S. Paulo* publicou a notícia “Avó tem R\$ 0,04 no BC (Banco Central) e família faz vaquinha para evitar decepção”²⁹. A matéria tem como contexto o anúncio feito pelo Banco Central de liberação de dinheiro esquecido por clientes em contas bancárias. No total, o BC divulgou que cerca de R\$ 8 bilhões seriam liberados de contas correntes. Rita Porto, de 93 anos, achou que receberia uma bolada esquecida na conta. A aposentada, que tinha passado por uma cirurgia, ficou ansiosa, segundo o relato da *Folha*. Para que não vivesse a decepção de descobrir que tinha apenas R\$ 0,04 na conta e não afetasse a saúde, a família arrecadou R\$ 1.000 para a idosa.

Antes de prosseguir com a análise da singularidade no jornalismo, a partir do fato noticiado acima, vale pontuar algumas discussões teóricas sobre critérios de noticiabilidade. Mauro Wolf (2003) elenca duas características básicas para que algo seja noticiado: interesse e importância. A importância pode ser mensurada pelo 1) grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável; 2) pelo impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; 3) pela quantidade de pessoas que o acontecimento envolve; 4) e pela relevância e significatividade do acontecimento em relação aos desenvolvimentos futuros de uma determinada situação (WOLF, 2003, p. 208 - 213). O interesse, por outro lado, estaria ligado a decisões subjetivas, como a imagem que o jornalista faz do público e sua capacidade de lhe oferecer material valioso para a leitura, por exemplo.

A respeito do conceito de notícia, o produto básico do discurso jornalístico, cabe uma observação epistemológica. A partir de uma discussão filosófica sobre fato e acontecimento, Sodré (2009) adensa a problemática em torno da definição de notícia. O autor afirma que há uma imprecisão conceitual e uma precariedade teórica sobre esse assunto. A noção simplista de que a notícia é tudo aquilo que o leitor precisa saber, quanto mais comentários provocar, mais valor tem, e a melhor notícia é a que interessa ao maior número de leitores são conceitos que não passam de “descrições de uma prática profissional cujas definições são escassas em valor cognitivo” (SODRÉ, 2009, p.22 - 23). O pesquisador problematiza o conceito de notícia a partir da definição de que ela constitui um “relato de algo que *foi* ou *será* inscrito na trama das relações cotidianas de um real-histórico determinado” (SODRÉ,

²⁹ *Folha de S. Paulo*, p. A22, 10/03/2022.

2009, p. 24). A notícia, reforça o autor, “é um gênero sociodiscursivo” (SODRÉ, 2009, p. 138). Na mesma linha, Nelson Traquina (2005) afirma: “as notícias são uma construção social, o resultado de inúmeras interações entre diversos agentes sociais que pretendem mobilizar as notícias como um recurso social em prol das suas estratégias de comunicação” (TRAQUINA, 2005, p. 28).

Voltando à notícia da *Folha* sobre resgate de dinheiro esquecido em conta corrente de bancos, a informação de utilidade pública já havia sido noticiada pelo jornal. Evidentemente, a importância do fato se justifica pelo alcance e interesse público. A singularidade do fato em si se concentra na trama da história pessoal, na identificação do leitor com o drama humano, e obviamente porque uma boa história no jornalismo amplia o número de leitores. “É que o singular, o caso isolado, pode propiciar uma boa história. O jornalismo se alimenta da narrativa por trás do singular” (SODRÉ, 2009, p.77).

O singular é uma categoria importante para se entender essa operação, uma vez que o local e singular induzem emocionalmente à identificação do leitor com o acontecimento que, comunicado de forma apenas abstrata ou conceitual, poderia não mobilizar a atenção pública (SODRÉ, 2009, p. 58).

A obra de Genro Filho (1987) merece uma ressalva. Fruto da sua dissertação de mestrado, sua pesquisa é a principal referência no Brasil na discussão epistemológica sobre o tipo de conhecimento produzido pelo jornalismo e seu legado tem sido enaltecido em encontros acadêmicos na área³⁰. O autor contribuiu na discussão dos aspectos teóricos que apresenta, no diagnóstico-síntese da atividade e, sobretudo, no mapeamento que faz das produções acadêmicas brasileiras até meados da década de 1980. O problema é que ele enquadra quase tudo o que foi produzido até 1986 no que se convencionou chamar de “análise funcionalista” da comunicação social. Segundo as críticas a essa visão, o funcionalismo, em síntese, enxergaria os produtos da comunicação social – no caso específico do jornalismo – como necessários para atender as funções e as necessidades das sociedades capitalistas. A teoria funcionalista tenta entender a função de cada meio comunicativo

³⁰ A contribuição de Adelmo Genro Filho para o Jornalismo foi tema central do encontro, em 2021, da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). A entidade criou também o Prêmio Adelmo Genro Filho para contemplar anualmente as melhores pesquisas em Jornalismo.

e sua lógica na problemática social: “sua importância mais significativa está voltada a explicitar as funções desenvolvidas pelo sistema de comunicações de massa” (WOLF, 2003, p. 50). Segundo Wolf, os estudos anteriores haviam se concentrado nos problemas da manipulação, para passar aos da persuasão e depois à influência, atingindo justamente as funções (WOLF, 2003, p. 50). A imersão do jornalismo à luz da discussão filosófica certamente está entre os méritos da obra de Genro Filho, mas a ideia de que sua análise representa uma ruptura em relação a todos os enfoques estudados sobre o fenômeno jornalístico é pretensiosa:

[...] até o presente, as tentativas de abordagem sobre o fenômeno jornalístico, com seus variados enfoques – funcionalista, ideológico, econômico, semiológico etc. – não ultrapassaram certos limites teóricos. Uma vez que o jornalismo inaugura historicamente uma nova possibilidade epistemológica, uma teoria capaz de abrangê-lo deve propor claramente o problema em sua conexão com categorias filosóficas, situando os aspectos histórico-sociais no contexto de uma reflexão ontológica sobre o desenvolvimento social (GENRO FILHO, 1987, p. 156).

Contemporâneo de Genro Filho, Eduardo Meditsch deu continuidade a esse debate, delineando os limites do jornalismo dentro das chamadas epistemologias do conhecimento. O pesquisador retoma a ideia de singularidade, sem o viés fortemente marxista presente em *O Segredo da Pirâmide*.

Em *O Conhecimento do Jornalismo*, publicado em 1992, Meditsch³¹ centra-se nas ideias de Genro Filho, mas sua contribuição ganha corpo anos depois com inclusão de autores fora da área de comunicação. O jornalismo produz um tipo específico de conhecimento, segundo o autor, mas existem problemas e limites quando comparamos a atividade com outras áreas do saber. O foco dos seus estudos, contudo, muda para discutir, de forma abrangente, o que é de fato conhecimento. É somente aquilo validado pelas ciências? Um consenso parece nortear as discussões até aqui. Definitivamente jornalismo não faz ciência, mas promove outras formas de saberes.

³¹Algumas ideias de Eduardo Meditsch utilizadas estão condensadas em artigos e numa conferência proferida em 1997, disponível na biblioteca on-line de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf> Acesso em: 01/01/2022.

Críticas mais contundentes, mapeadas pelo pesquisador, destacam que a prática jornalística pode não somente reproduzir outros saberes como também degradar o conhecimento científico, sobretudo porque o método empregado pelo jornalismo é frágil e sem rigor. A visão que a ciência tem do jornalismo não é tão positiva. Pierre Bourdieu³² já contestava o monopólio que os jornalistas exerciam (hoje menos, como já sublinhado) no campo intelectual, na medida em que o jornalismo representava uma porta de entrada para o debate público.

A ideia de que os jornalistas são apenas “divulgadores dos conteúdos científicos” (MEDINA, 2006, p.13) é recorrente no mundo acadêmico. Cremilda Medina denomina essa visão, em sua análise sobre a crise de paradigmas científicos, de “signo da difusão”. Fundamentada nas contribuições de epistemologistas, como Edgar Morin e Boaventura de Sousa Santos, a pesquisadora defende o signo da relação como a característica fundamental das narrativas da contemporaneidade: “uma noção fundamental para o signo da relação, cujo macrocenário é a constituição da cidadania democrática, diz respeito às mediações sociais” (MEDINA, 2006, p. 22).

Meditich destaca a crítica ácida que o austríaco Karl Kraus [1874-1936] faz ao jornalismo. Para Krauss, o jornalismo não produz conhecimento válido, e contribui apenas para a degradação do saber. Meditsch afirma que Kraus não representa um crítico isolado e seu pensamento

influenciou profundamente muitos outros intelectuais de respeito, como Walter Benjamin e os fundadores da Escola de Frankfurt. Apesar das críticas que esse ponto de vista vem recebendo nos últimos anos, sua influência ainda pode ser constatada em grande parte da produção acadêmica contemporânea sobre o jornalismo, que de uma forma ou de outra o situa no campo do conhecimento como uma ciência malfeita, quando não como uma atividade perversa e degradante (MEDITSCH, 1997, p. 2).

³² BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

1.6 A verificação como método

A falha dos jornalistas em articular bem os fundamentos do seu ofício provoca desconfiança na população, segundo Kovach e Rosenstiel, “levando a acreditar que quem engana a si próprio esconde alguma coisa” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 67). Outro ponto, segundo esses autores, é que os próprios jornalistas nunca tiveram uma noção clara do que querem dizer com veracidade. O mesmo raciocínio vale para a objetividade, “um conceito muito mal compreendido que acabou se tornando uma armadilha” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 114), concebido como um método consistente para testar a informação.

O ponto que permeia a discussão sobre o tipo de conhecimento produzido pelo jornalismo é que a atividade é, em essência, uma disciplina de verificação, característica que “separa o jornalismo do entretenimento, da propaganda, da literatura ou da arte (...) somente o jornalismo se concentra primeiro em registrar direito o que aconteceu” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 113).

Citando as contribuições de Walter Lippmann [1889-1974], autor do clássico *Public Opinion* (1922), Kovach e Rosenstiel discutem a ideia de disciplina de verificação. Lippmann defendia que a formação jornalística deveria ter como ponto central o estudo da prova e da verificação, numa clara visão de que os jornalistas deveriam adquirir um pouco de “espírito científico” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 116).

Esse aspecto é retomado por Tom Rosenstiel (2013), no artigo *Why we need a better conversation about the future of journalism education?*, publicado no site do *Poynter Institute*. Rosenstiel critica a idolatria da prática que caracteriza a formação do jornalista em muitos cursos. A profissão, segundo ele, foi marcada por um “traço de anti-intelectualismo”, uma negação da teoria e, em sentido inverso, uma exaltação da prática. O autor cita iniciativas de cursos de jornalismo que pretendem transformar a indústria de notícias para que se opere de forma mais científica. Rosenstiel ressalta, portanto, uma questão negligenciada nos cursos de jornalismo – a profissão necessita de uma imersão acadêmica:

durante anos, o jornalismo foi marcado por um traço de anti-intelectualismo – a negação da teoria, a exaltação do ofício, o repúdio da identidade profissional, a ignorância da erudição. Um subproduto da crise do jornalismo é que o anti-intelectualismo está dando lugar a algo melhor nas escolas, onde profissionais e acadêmicos trabalham juntos para criar um novo currículo³³ (ROSENSTIEL, 2013, tradução nossa).

Entre os eixos que Rosenstiel elenca para o ensino de jornalismo, o autor defende a inclusão curricular de “uma disciplina intelectual da verificação” que

alguns chamam de evidência e inferência, ou que poderia ser mais bem entendida como empirismo social. É uma abordagem mais consciente, disciplinada e clínica do que aquilo que uma vez foi chamado de conhecimento para relatar, pensar e escrever. A averiguação jornalística é uma maneira rigorosa, numericamente alfabetizada, cética e independente de pensar, da mesma forma como descrevemos o direito, a engenharia e a medicina como jeitos de pensar³⁴ (ROSENSTIEL, 2003, tradução nossa).

Ele conclui o artigo com uma ironia: “isso soa um pouco acadêmico para a educação em jornalismo? Deveria”³⁵ (ROSENSTIEL, 2013, tradução nossa). A crítica de Rosenstiel recai sobre a ênfase na instrumentalização de técnicas dos cursos de jornalismo. A técnica sozinha não resolve as demandas do jornalismo:

ao lado da técnica, o pensamento precisa elaborar o critério de cobertura. É nessa medida que a crise das redações, hoje, mais do que crise econômica ou tecnológica é uma crise de pensamento. Para cobrir bem é preciso pensar bem – com independência (BUCCI, 2019).³⁶

³³ No original: *For years, journalism was marred by an ugly streak of anti-intellectualism — the denial of theory, the exaltation of craft, the repudiation professional identity, ignorance of scholarship. One byproduct of the crisis in journalism is that anti-intellectualism is giving way to something better at schools where practitioners and scholars work together to create a new curriculum.* (ROSENSTIEL, 2013). Disponível em: <https://www.poynter.org/reporting-editing/2013/why-we-need-a-better-conversation-about-the-future-of-journalism-education/> Acesso em: 27/04/2022.

³⁴ No original: *The intellectual discipline of verification, what some call evidence and inference, or what might better be understood as social empiricism. It is a more conscious, disciplined and clinical approach to what we once called knowing how to report, think and write. At its best, journalistic inquiry is a rigorous, numerically literate, skeptical and independent way of thinking, in the same way we describe law, engineering and medicine as teaching a way of thinking. As Jack Hamilton, the former provost and dean at LSU told me on the phone, these were always the core of the best journalism* (ROSENSTIEL, 2013).

³⁵ No original: *Does that sound a bit academic for journalism education? It should.* (ROSENSTIEL, 2013)

³⁶ BUCCI, Eugênio. *Imprensa, objetividade e militância*. Estadão, A2, 10/10/2019. Disponível em: <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,imprensa-objetividade-e-militancia,70003043982> Acesso em: 20/10/2020.

Na era do jornalismo digital, “os jornalistas passam mais tempo procurando alguma coisa para acrescentar às suas matérias, geralmente interpretação, em lugar de tentar descobrir e checar, de forma independente, novos fatos” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 119), ou seja, o que se vê hoje, afirmam os autores, é uma prática de jornalismo de afirmação e opinião. E, nesse sentido, há uma tendência de os jornalistas se tornarem mais passivos, na medida em que passam mais tempo tentando sintetizar a enorme massa de informação que retiram dos portais de internet. Uma disciplina mais consciente da verificação “é o melhor antídoto para evitar que o velho jornalismo de verificação seja atropelado pelo novo jornalismo de afirmação, e forneceria aos cidadãos uma base para confiar nos relatos jornalísticos” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 119).

Entre os cinco princípios intelectuais que formam a base da disciplina da verificação, os autores destacam que (1) nunca se deve acrescentar nada que não tenha existido; (2) nunca enganar o público; (3) ser o mais transparente possível sobre seus métodos e motivos; (4) confiar no próprio trabalho de reportagem e (5) ser humilde (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 123). Ou seja, se não for possível checar, não se deve usar a informação; o público deve saber se foram usadas técnicas narrativas que diferem da forma mais comum de reportagem testemunhal.

Os autores defendem uma “narrativa a serviço da verdade” e alertam sobre a discussão da técnica narrativa em detrimento dos fatos, assunto que será abordado no próximo capítulo:

quando discutimos técnica, devemos lembrar que a forma nunca pode determinar a substância – a técnica nunca deve alterar os fatos. A forma como o jornalista usa a narrativa deve sempre ser governada pelos princípios de exatidão e da veracidade [...]. Não importa a forma de apresentação, o que importa é ter sempre em mente a coisa mais importante: a história é verdadeira (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 243).

Quanto maior rigor em relação aos procedimentos e métodos aplicados no jornalismo, maior o grau de transparência e credibilidade que o jornalista e o veículo conquistam em relação à opinião pública, sobretudo, porque a transparência tem uma segunda virtude que é o de mostrar “respeito por seu público” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 127). A transparência consiste também em revelar em quais condições foi produzida a reportagem. “Infelizmente, a ideia de transparência é quase

sempre violada. Muitos jornalistas falham ao não falar nada sobre métodos, motivos e fontes” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p.129).

Há jornalistas que se disfarçam de outros profissionais para colher informações, postura que inclui também esconder quais os reais objetivos da matéria. Um dos problemas na prática jornalística que comprometem a transparência diz respeito à seleção de fontes. A utilização de fontes oficiais é um dos problemas do jornalismo brasileiro. Em determinadas áreas – economia, política, saúde pública – os especialistas que analisam assuntos específicos são quase sempre os mesmos. Cremilda Medina esmiúça esse comportamento ao destacar como é feita a seleção de quem será ouvido na matéria. Segundo a autora, não existe a prática de se realizar uma pesquisa de campo para se avaliar quem falará sobre o assunto. Torna-se sumária a seleção de fontes de informação e

já estão à disposição do editor, chefe de reportagem, repórter ou pauteiro aqueles nomes, endereços e telefones dos entrevistados *habitués*. Outras possíveis fontes são descartadas ou porque não servem (não se explica o motivo) ou porque "a casa" não aceita esses nomes malditos ou porque, por desconhecimento total, uma sugestão inovadora por parte do repórter pega de surpresa o produtor cultural que está à frente do processo de decisão (MEDINA, 1986, p. 35).

Este aspecto – o da seleção de fontes – será retomado no segundo capítulo. Um outro ponto problemático, relacionado ao direito à informação que interfere também no conceito de jornalismo, é o uso do “off”, recurso utilizado para manter o sigilo de quem repassou a informação ao jornalista. O termo, que vem da expressão inglesa *off the record*, é um recurso usado no jornalismo para manter a confidencialidade da informação transmitida ao jornalista. Ou seja, aquilo que a fonte diz não pode ser publicado e, caso seja, ela não pode ser mencionada. No Brasil, admitem-se as duas situações: “entre nós, é verdade, o uso do *off* tornou-se rotina e se transformou em abuso. Com frequência, o leitor, telespectador ou ouvinte não fica sabendo da origem da informação” (BUCCI, 2000, p. 132). A seleção de fontes e uso do *off* são dois procedimentos rotineiros da atividade que reforçam o diagnóstico em relação à falta de transparência nos processos de produção de conteúdo jornalístico.

O jornalismo possui raízes muito fortes no pensamento positivista que norteou grande parte do conhecimento científico no século 19. A atividade

incorpora o senso comum sobre os fatos, mas principalmente um senso comum moldado pelo positivismo, doutrina cujo auge coincide com a ascensão prestigiosa da imprensa burguesa. A elaboração histórica da ideia de objetividade jornalística – segundo a qual o jornalismo informativo deveria funcionar como uma espécie de espelho do mundo real – é também uma doutrina, de caráter profissional-industrial apenas, sem garantias acadêmicas, como é o caso do positivismo. (...) há coincidências fortes entre o espírito do jornalismo e o positivismo (...) na medida em que se adere dogmaticamente aos fatos (isto é, se oferece à intuição empírica como ponto de partida para o conhecimento de alguma coisa) (SODRÉ, 2009, p. 31).

Pesquisadora que apontou com mais ênfase a influência positivista no jornalismo, Cremilda Medina (2006) observa que essa doutrina está presente no cotidiano do jornalista e na formação universitária como “marcas epistemológicas herdadas do *Discurso sobre o espírito positivo*”, de Auguste Comte. De acordo com a autora, quando o jornalista está diante do desafio de produzir notícias, reportagens e largas coberturas dos acontecimentos sociais, “os princípios ou comandos mentais que conduzem a operação simbólica espelham a força da concepção de mundo positivista”, cuja visão opera

a noção de real e a relação objetiva com o real; a tendência a diagnosticar o acontecimento social no âmbito da inviabilidade das leis naturais; a ênfase na utilidade pública dos serviços informativos; o tom afirmativo perante os fatos jornalísticos; a busca obsessiva pela precisão dos dados como valor de mercado; a fuga das abstrações; a delimitação de fatos determinados (MEDINA, 2006, p. 25).

Ressalta-se que a influência do pensamento positivista não se restringiu ao jornalismo – expandiu-se para diversas outras áreas das Ciências Sociais –, mas a visão positivista manteve seus alicerces na prática jornalística (MEDINA, 2008). Em *Tristes Trópicos*, por exemplo, Lévi-Strauss³⁷ chama a atenção sobre a expectativa dos professores da Universidade de São Paulo que esperavam que ele “contribuísse para o ensino de uma sociologia durkheimiana para qual os haviam impelido a tradição positivista, tão viva na América do Sul”³⁸ (LÉVI-STRAUSS, 1996a, p. 63).

³⁷ Lévi-Strauss fez parte da comitiva francesa que teve como missão fundar a Universidade de São Paulo, em 1935. Para uma biografia sobre a vida e obra de Lévi-Strauss, com destaque para os anos que passou no Brasil, cf. LOYER, Emmanuelle. *Lévi-Strauss*. São Paulo: Edições SESC, 2018.

³⁸ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a, p. 63.

A presença mais sintomática do paradigma positivista no jornalismo é a recorrência irrefletida que se faz dos dados estatísticos como sendo um ‘retrato da realidade’, recurso que se torna a principal ferramenta epistemológica para a compreensão dos contextos socioculturais. Esse aspecto será abordado mais adiante, no segundo capítulo.

Ao salientar as mudanças e características, bem como ao definir o conceito de jornalismo, reforça-se a ideia de que o resgate dos princípios jornalísticos é um dos caminhos defendidos por pesquisadores (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004; BUCCI, 2006) para que o ofício retome parte da credibilidade e prestígio perdidos. Checar as informações, ouvir as partes, cumprir o contraditório, não misturar opinião com informação, assegurar o direito de defesa pública e deixar claro em que circunstâncias as informações sensíveis foram apuradas constituem os alicerces da profissão.

Ganha força entre estudiosos do jornalismo a defesa do resgate do factual: “jornalismo é a busca do essencial, sem adereços, adjetivos ou adornos. O jornalismo transformador é substantivo. Sua força não está na militância, mas no vigor persuasivo da verdade factual e na integridade de uma apuração ética” (FRANCO, 2022).³⁹

O próximo capítulo foca na concepção da etnografia como um método de observação que pode contribuir para a compreensão de contextos socioculturais no jornalismo. A ideia é agregar à prática jornalística – que em essência é uma disciplina de verificação – ao método de observação etnográfica. O capítulo avança na discussão do jornalismo etnográfico (HERMANN, 2016a; 2016b), define o que é etnografia (e o que não é), destaca as confluências e diferenças entre reportagem e o método etnográfico e, sobretudo, expõe as perspectivas de observação (*De perto*, *De longe* e *De passagem*), aplicadas ao trabalho de reportagem.

³⁹ FRANCO, Carlos Alberto Di. *Jornalismo – o resgate do factual*. Estadão, 08 de agosto de 2022. Disponível em: <https://opinio.estado.com.br/noticias/espaco-aberto,jornalismo-o-resgate-do-factual,70004127295> Acesso em: 22/11/2022

DA VERIFICAÇÃO À OBSERVAÇÃO⁴⁰

[..] Preste atenção às coisas – observar os seus movimentos e escutar os seus sons – é flagrar o mundo em ação, como surfar a crista de uma onda sempre a ponto de quebrar (INGOLD, 2019, p 17).

Até o momento, o estudo pontuou as metamorfoses pelas quais vem passando o jornalismo, com ênfase no diagnóstico de que a atividade perdeu a hegemonia em pautar a agenda pública (BUCCI, 2000). A importância do jornalismo como atividade essencial à democracia, contribuindo para que as pessoas exerçam o direito à informação, permanece, contudo, como termômetro de sociedades democráticas. A ideia central que se pretendeu reforçar, do ponto de vista epistemológico, é que, em essência, o jornalismo é uma disciplina de verificação (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004), que tem como parâmetro a veracidade. O resgate dos princípios básicos do ofício é uma condição para sua sobrevivência.

Dando sequência à análise, a ideia é discutir agora como a etnografia – concebida aqui como um método de observação para contextos socioculturais – pode contribuir para que o jornalismo atinja níveis de profundidade em reportagens (CONOVER, 2023). Esta parte, portanto, define o que são etnografia e reportagem, expõe alguns equívocos das pesquisas em jornalismo que utilizam o método etnográfico, bem como estabelece semelhanças e discrepâncias entre ambas as práticas.

⁴⁰ Algumas referências bibliográficas deste e do quarto capítulo estão registradas apenas em notas de rodapé e não constam na bibliografia final por entender que são circunstanciais e acessórias à pesquisa. Algumas das principais ideias deste capítulo deram origem ao artigo publicado na revista *Estudos em Jornalismo e Mídia*. ALCÂNTARA, Alex Sander. Jornalismo e etnografia: confluências, discrepâncias e alguns equívocos. In: *Estudos em Jornalismo e Mídia*. Florianópolis (SC), v. 19, nº 2, p. 237-249, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/89553/52466> Acesso em: 12/12/2022.

Fundamentalmente, o capítulo introduz a primeira abordagem sobre perspectivas de observações antropológicas – *De longe* (sociológica); *De perto* (etnográfica); *De passagem* (etnográfica; literária; ensaística e jornalística) – com base nos estudos de Magnani (2002; 2012) sobre antropologia urbana. Estes enfoques de observação serão aplicados à reportagem sobre o Minhocão, no terceiro capítulo, e serão rediscutidos no último.

As pesquisas que investiram numa abordagem sociológica para se entender o jornalismo como fenômeno da comunicação social são inúmeras (não interessa aqui um inventário sobre elas) e remontam ao início do século 20. Um dos pioneiros no Brasil, José Marques de Melo [1943-2018], publicou uma das primeiras teses⁴¹ no país, na década de 1970, analisando a imprensa brasileira sob a ótica sociológica. Seis décadas antes, Max Weber [1864-1920], em 1910, já chamava a atenção para a importância de estudos sobre imprensa. No artigo *Sociologia da Imprensa: um programa de pesquisa*⁴², Weber salienta a necessidade de se investigar os jornais como fenômeno à luz da sociologia, área esta que, no século 19, vinha se firmando como disciplina autônoma. Os estudos da antropologia aplicados à investigação jornalística são mais pontuais e despertam interesse da comunidade acadêmica de forma dispersa, particularmente no Brasil.

Essa lacuna de estudos antropológicos relacionados à comunicação e, em particular ao jornalismo, é salientada entre os estudiosos da área. No livro *A Ciência do Comum*, Muniz Sodré (2014) cita as contribuições das disciplinas que delinearão os estudos das Ciências da Comunicação, acentuando o papel da antropologia. Ao expor as análises de Lévi-Strauss sobre a noção do método estruturalista, Sodré sintetiza que, segundo a concepção levistraussiana, “toda e qualquer cultura seria uma modalidade específica de comunicação” (SODRÉ, 2014, p. 130). Ao inserir Foucault na discussão, reforça a tese de que “é no quadro conceitual e metodologicamente largo da antropologia – e não no âmbito mais estreito da sociologia – que se desenham as sugestões de uma ciência da comunicação” (SODRÉ, 2014, p. 131).

⁴¹ MARQUES DE MELO, José. *Sociologia da imprensa brasileira*, Petrópolis, Vozes, 1973.

⁴² Reproduzido e traduzido pela *Revista Española de Investigaciones Sociales – REIS*, nº 57, p. 251-259, 1992. No Brasil, a revista *Lua Nova* publicou a versão traduzida em 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/XMzjFjLswVVT7V63rfyH5vv/?lang=pt> Acesso em: 16/12/2022.

A ressalva está presente também na obra de Adelmo Genro Filho (1987). Ao analisar o conceito que Nilson Lage [1936 – 2021] confere à reportagem, Genro Filho cita *en passant* a ausência de uma dimensão antropológica na atividade jornalística. Nilson Lage elenca características da reportagem, entre elas a “investigação” (que parte de um fato para revelar outros que estão ocultos, um perfil ou situação de interesse); a “interpretação”, em que um conjunto de fatos é analisado na perspectiva metodológica de uma ciência, especialmente sociológica e econômica: “seria pertinente acrescentar ‘antropológica’ ao enfoque de Lage”, sublinha Genro Filho (GENRO FILHO, 1987, p. 198).

Certamente, esse panorama tem mudado em relação às pesquisas sobre jornalismo, mas não avançou na interação entre jornalismo e etnografia. Nesta confluência, os estudos acadêmicos continuam escassos no Brasil e também na Europa. Nos Estados Unidos, contudo, há pelo menos 30 anos cresce o interesse pelo jornalismo etnográfico como um gênero jornalístico (HERMANN, 2016a, 2016b). No Brasil, num levantamento realizado por Cláudia Lago e Cláudia Nonato, publicado em 2017⁴³, com base nas pesquisas em pós-graduação no jornalismo a partir da base de dados dos congressos da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), as autoras elencam os principais temas dos estudos em jornalismo dos participantes. Com base em três encontros (2014, 2015 e 2016) realizados pela entidade, os dados apontam que, do total de 409 *papers* analisados, nos três anos, somente dois trabalhos abordavam etnografia e jornalismo. No recorte feito pelas pesquisadoras, os Estudos do Discurso e das Narrativas reuniam 125 trabalhos (cerca de 30%). Jornalismo Digital (Estudos sobre jornalismo digital/Estudos sobre convergência midiática/novas mídias) concentrava nos três anos 77 pesquisas, ou quase 19%, e na temática sobre Ética e Deontologia houve 16 estudos, ou quase 4% do total. Nas conclusões, as autoras identificaram “fragilidades ainda persistentes, especialmente em relação às questões metodológicas” no conjunto de pesquisas apresentadas (LAGO; NONATO, 2017, p. 22).

Os estudos sobre reportagem etnográfica (HERMANN, 2016a; 2016b), antropológico-jornalismo, jornalismo lento (NEVEU, 2016), imersivo (CONOVER, 2016), jornalismo íntimo (HARRINGTON, 1997) – que são outras denominações para essa

⁴³ NONATO, C.; LAGO, Cláudia. A pesquisa em pós-graduação no jornalismo a partir da base de dados dos congressos SBPJor (2014 a 2016). *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 14, p. 22-35, 2017.

confluência de áreas – são relativamente recentes e bem mais restritos. As revistas *Journalism Practice*⁴⁴ e *Digital Journalism*⁴⁵ dedicaram, em 2016, uma edição especial cada para abordar o que os estudiosos passaram a denominar de *Slow Journalism* (jornalismo lento), um novo paradigma de pesquisa cujo termo contempla também o jornalismo etnográfico (NEVEU, 2016; HERMANN, 2016a; 2016b). O sintoma mais agudo da discussão é que a grande maioria dos estudos que expõe essa relação não consegue definir com clareza e problematizar o conceito de etnografia, uma vez que o método é confundido com a ideia de “trabalho de campo”, “relato etnográfico”, “observação participante”, “descrição literária” ou como prática de descrição excessiva de cenários e de pessoas. Não se dá a devida atenção à etnografia por se supor que o método é exclusivamente prático – e não teórico.

2.1 Sociologia versus Antropologia

Uma primeira distinção se faz necessária na medida em que esta tese discute aproximações entre áreas de fronteiras e parte de uma concepção interdisciplinar. Há diferenças entre sociologia e antropologia, disciplinas que surgiram praticamente juntas. A antropologia nasce no bojo das chamadas Ciências Sociais, em meados do século 19, e tem entre as referências Émile Durkheim [1858-1917] e seu sobrinho Marcel Mauss [1872-1950], que “forneceram o quadro teórico e os instrumentos que lhe faltavam” (LAPLANTINE, 2007, p. 88). À época, a sociologia tentava se firmar como área autônoma de conhecimento e os primeiros esboços do método sociológico de investigação foram descritos por Durkheim em *As Regras do Método Sociológico*, publicado em 1894. Durkheim demonstra que “existe uma especificidade do social, e que convém conseqüentemente emancipar a sociologia, ciência dos fenômenos sociais, dos outros discursos sobre o homem, em especial, do da psicologia” (LAPLANTINE, 2007, p. 88). Ou seja, a sociologia caminhava para a definição do método e objeto de estudo próprios. Como muitas disciplinas, ressalta

⁴⁴ *Journalism Practice*, vol. 10, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/toc/rjop20/10/4>
Acesso em: 12/12/2022.

⁴⁵ *Digital Journalism*, vol. 4, 2016. Disponível em:
<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21670811.2015.1111768> Acesso em: 12/12/ 2022.

Tim Ingold, “no panteão acadêmico moderno, a antropologia é filha da Era da Razão” (INGOLD, 2019, p. 35).

Como disciplinas, sociologia e antropologia começam a se diferenciar nas concepções de Durkheim e nas de Mauss. Enquanto o criador do conceito de “fato social” pensava a antropologia como um ramo da sociologia, Mauss empenhava-se em demarcar o lugar da antropologia como uma “ciência verdadeira” e autônoma e não “como uma disciplina anexa” (LAPLANTINE, 2007, p. 90). As divergências não se limitaram a Durkheim e a Mauss. Evans-Pritchard [1902-1973], antropólogo britânico, defendia que a antropologia social deveria ser considerada como parte dos estudos sociológicos, ou seja, “a disciplina seria um ramo da sociologia cujo estudo se liga mais especificamente às sociedades primitivas” (LAPLANTINE, 2007, p. 117).

Qual seria a particularidade da antropologia em relação à sociologia? Diferencia-se pela questão do trabalho de campo com a aplicação do método etnográfico? No artigo *Lugar da antropologia nas Ciências Sociais e problemas colocados por seu ensino*, publicado originalmente em 1954, Lévi-Strauss pontua que a antropologia é uma “ciência em devir, cuja autonomia ainda não é universalmente reconhecida” (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 371), mas “a antropologia não se distingue das demais ciências humanas e sociais por um tema de estudo que lhe seja próprio”

o que é, então, a antropologia? Por enquanto, digamos apenas que ela procede de uma certa concepção do mundo ou de um modo original de colocar questões, ambos descobertos por ocasião do estudo de fenômenos sociais que não são necessariamente mais simples (como se tende a crer) do que os que se apresentam na sociedade do observador, mas que – em razão das grandes diferenças que manifestam em relação a estes últimos – evidenciam certas propriedades gerais da vida social, que os antropólogos tomaram como objeto (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 369).

O “modo original de colocar questões”, salientado por Lévi-Strauss, aliado à especificidade do caso concreto e ao caráter universalista da sua manifestação “levam a antropologia a um processo de refinamento de problemas e conceitos e não, como propagam os estereótipos a respeito do seu empirismo, a um acúmulo de informações sobre situações bizarras” (PEIRANO, 1995, p. 19). O objetivo geral da antropologia, segundo Peirano, foi sempre o da “procura de uma visão alternativa,

mais genuína talvez, da universalidade dos conceitos sociológicos [...] ela se propõe formular uma ideia de humanidade construída pelas diferenças” (PEIRANO, 1995, p. 16).

No livro *Os parceiros do Rio Bonito*, por exemplo, o sociólogo e crítico literário Antonio Candido salienta a distinção entre os métodos sociológicos e os da antropologia. Ao analisar agrupamentos de caipiras no município de Bofete, em São Paulo, entre os anos de 1948 e 1954, Candido explica a metodologia empregada. Esclarece, de forma sintética, que em sua pesquisa “se combinam, mais ou menos livremente, certas orientações do antropólogo a outras mais próprias dos sociólogos (...) a antropologia tende, no limite, à descrição dos casos individuais, enquanto a sociologia tende à estatística”. A ressalva de Antonio Candido aponta, grosso modo, para algumas diferenças de métodos entre as duas áreas, ou seja, ele teve de recorrer à antropologia para reconstituir “por meio de poucos informantes, resultados significativos numa sociedade (caipira) relativamente homogênea” (CANDIDO, 2010, p. 21).⁴⁶ O que se pretende não é reduzir o alcance do conhecimento sociológico (base das chamadas Ciências Sociais) nem estabelecer hierarquias entre as duas disciplinas, mas apontar algumas distinções entre elas e especificidades das áreas. Para alguns críticos, “a antropologia não passava de um empreendimento empírico. Como a excelência era avaliada por sua contribuição à teoria, a sociologia era mais sofisticada que a antropologia” (PEIRANO, 2014, p. 380). Essa distinção se aplica hoje ainda, apesar das confluências de métodos. Atualmente,

é comum que os antropólogos trabalhem em casa como no exterior, nos grandes centros metropolitanos como nas periferias rurais. Os sociólogos, por sua vez, agregaram a etnografia ao seu arsenal de métodos de pesquisa mesmo com dados qualitativos e quantitativos em suas análises. Em muitos departamentos universitários e programas de graduação, a sociologia e a antropologia são combinadas sem conflitos. Contudo, muitos antropólogos, inclusive eu, ainda percebem uma diferença profunda entre as duas disciplinas (INGOLD, 2019, p. 35).

Laplantine reforça que a abordagem antropológica provoca uma guinada epistemológica nas Ciências Sociais, que começa por uma revolução do olhar: “ela implica em um descentramento radical, uma ruptura com a ideia de que existe um

⁴⁶ CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010, p.21.

centro do mundo e, correlativamente, uma ampliação do saber” (LAPLANTINE, 2007, p. 22). É uma paixão pela diferença, diz Tim Ingold, citando a antropóloga inglesa Henrietta Moore. “Ninguém tem as respostas. Mas temos abordagens diferentes, baseadas na experiência pessoal e no que aprendemos com os outros” (INGOLD, 2019, p. 19).

Os estudos antropológicos iniciais se desenvolveram num paradigma evolucionista, sem trabalho de campo, numa prática que se convencionou chamar de “antropologia de gabinete” ou “antropologia de varanda”, cujas pesquisas se valiam de relatos de terceiros (viajantes, missionários e administradores de colônias), a partir de questionários, trocas de correspondência ou mesmo entrevistas. Lewis Morgan [1818-1881], Edward Tylor [1832-1917] e James Frazer [1854-1941] são os principais expoentes dessa vertente. O pensamento evolucionista na antropologia foi inspirado a partir da concepção da obra de Charles Darwin [1809-1882] sobre evolução biológica e, na filosofia, sofreu influências das ideias de Herbert Spencer [1820-1903]. A principal crítica a essa vertente recai sobre a ideia de que as diferenças culturais eram reduzidas a estágios históricos de um mesmo caminho evolutivo, a partir do método comparativo muito criticado por Franz Boas [1858-1942] que apontou as “limitações” da abordagem evolucionista. Para Boas, “não é possível inferir que fenômenos aparentemente semelhantes possam ter uma mesma causa quando comparados a povos distintos” (CASTRO, 2016, p. 32). Ressalta-se, contudo, que “antropologia de gabinete” e evolucionismo não são sinônimos, mas sim uma aproximação possível, pelo fato de ser uma abordagem metodológica característica do período.

Bronislaw Malinowski [1884 - 1942] mudou radicalmente esse paradigma e se transformou num marco na história da disciplina por ter sistematizado um arcabouço teórico sobre a etnografia, a partir de sua pesquisa de campo entre os trobriandeses na Melanésia, uma região da Oceania. Em *Argonautas do Pacífico Ocidental*, publicado em 1922, Malinowski “resumiu as condições necessárias para a pesquisa etnográfica em uma introdução à monografia que, por muito tempo, converteu-se em leitura obrigatória para estudantes” (PEIRANO, 2021, p. 381).

A principal contribuição de Malinowski para a antropologia foi introduzir e sistematizar a noção de “observação participante”, derivada da sua longa

permanência em campo com o objetivo de alcançar o ponto de vista dos nativos. Em *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, que completou 100 anos em 2022, Malinowski esmiúça todo o arcabouço teórico da concepção que desenvolveu sobre etnografia: “interessava uma perspectiva etnográfica e não sociológica, isto é, de dentro, e não de fora” (PEIRANO, 2021, p. 386).

Mas o que é etnografia? Relato etnográfico e diário íntimo compõem o mesmo campo semântico do trabalho etnográfico? Etnografia, observação participante e trabalho de campo são sinônimos? Relato etnográfico e diário íntimo serão analisados mais adiante.

Etnografia não é descrição apenas. Lévi-Strauss afirma que a etnografia corresponde aos primeiros estágios da investigação: observação e descrição, trabalho de campo (*fieldwork*):

a etnografia também inclui os métodos e técnicas relativos ao trabalho de campo, à classificação, à descrição e à análise de fenômenos culturais particulares (quer se trate de armas, instrumentos, crenças ou instituições). No caso de objetos materiais, tais operações costumam estender-se aos museus, que podem ser considerados, nesse sentido, como prolongamento do campo (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 378 e 379).

Apesar da definição de Lévi-Strauss se referir à etnografia como a etapa inicial, a passagem acima evidencia que a etnografia é um método de inclusão com diferentes técnicas. Há um consenso entre os antropólogos de que ela é, na verdade, o resultado de todo o processo de observação antropológica, ou seja, não se restringe às etapas descritivas iniciais. Clifford Geertz [1926-2006], antropólogo norte-americano, um dos fundadores da antropologia hermenêutica ou interpretativa, define a prática etnográfica como a capacidade de

estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma descrição densa, tomando emprestado uma noção de Gilbert Ryle (GEERTZ, 2019, p. 4).

O esforço intelectual ao qual se refere Geertz consiste em estabelecer elos entre teoria e prática, que são inseparáveis na antropologia. Como diz Uriarte (2012), “o fazer etnográfico é perpassado o tempo todo pela teoria” e, portanto, é necessária uma formação teórica na área: “o prestígio da etnografia é tal que, até entre os antropólogos, ela se tornou a forma mais simples de definir a nossa disciplina. O método se tornou mais conhecido do que a própria disciplina que o engendrou” (URIARTE, 2012, p. 3).

É nesse sentido que Mariza Peirano põe em debate uma questão ainda atual na antropologia: etnografia é um método? Quando a autora afirma que “etnografia não é um método”, mas “parte do empreendimento teórico da antropologia” (PEIRANO, 2014, p. 382), ressalta que

(...) toda etnografia é também teoria (...) se é boa etnografia, será também contribuição teórica; mas se for uma descrição jornalística, ou uma curiosidade a mais no mundo de hoje, não trará nenhum aporte teórico (PEIRANO, 2014, p. 382).

A boa etnografia não se reduz à descrição do que foi observado, mas conduz a uma revisão das teorias existentes (PEIRANO, 2021). A antropóloga britânica Marilyn Strathern, da *University of Cambridge*, chama de “efeito etnográfico” a relação do encontro do campo etnográfico com o teórico (STRATHERN, 2017).

Etnografar, define Magnani, consiste em estabelecer eixos de observação e relações entre os achados aparentemente dispersos. Etnografia não pode ser confundida apenas como uma técnica, diz o antropólogo, uma vez que pode servir-se de várias delas, e se adaptar às circunstâncias de cada pesquisa. Etnografia “é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos [...] e tem como base um *insight* que permite reorganizar dados percebidos como fragmentários, informações ainda dispersas, indícios soltos, num novo arranjo” (MAGNANI, 2002, p.17). Não é algo que

se faz espontaneamente e meras descrições de um fenômeno de uma cultura em termos de outra são um arremedo necessariamente pobre da prática antropológica [...] as observações são realizadas não só

para descrever o curioso, o exótico ou o diferente por si mesmos [...], mas também e principalmente para universalizá-los (PEIRANO, 1995, p. 16)

2.2 Etnografia não é só observação participante

Em *Argonautas do Pacífico Ocidental*, Malinowski se lança no desafio de adotar o “ponto de vista do nativo”, tornando-se num dos grandes formuladores da teoria do Outro (PEIRANO, 2021). Mas, para Malinowski, há mais do que observação participante na etnografia. “As considerações de Malinowski indicam que a etnografia é, ela mesma, um método capaz de abranger todo um conjunto de técnicas, dentre as quais a observação participante” (SANTOS, 2021, p. 4). As práticas utilizadas na etnografia se adaptam a quaisquer contextos, modificando-se a depender das características da pesquisa. É um método heterodoxo: “o rigor do método etnográfico é justamente sua flexibilidade [...] e seus procedimentos serão fatalmente adaptados e transformados pela singularidade da nova experiência de pesquisa” (SANTOS, 2021, p.7). Isso não quer dizer, contudo, que o trabalho etnográfico seja feito de forma aleatória (MAGNANI, 2002).

A observação participante é um modo antropológico de trabalhar, assegura Tim Ingold, não um método para coletar dados etnográficos. Para a antropologia, contudo, esse envolvimento – o de estar lá – é essencial porque “na antropologia, a observação não se dá pela objetivação dos outros, mas prestando atenção a eles, vendo o que fazem e escutando o que dizem. Estudamos com as pessoas, ao invés de fazer estudos sobre elas” (INGOLD, 2019, p.12). Para o antropólogo, “a observação participante é um compromisso de aprender fazendo, semelhante ao do aprendiz ou do aluno [...]. Em resumo, o objetivo primordial da antropologia não é etnográfico, mas educativo” (INGOLD, 2019, p. 13).

Ingold alerta também sobre os reducionismos: a antropologia não se resume à etnografia. Essa concepção fortalece os argumentos de críticos de “fora da disciplina”, segundo os quais o papel da antropologia é de apenas fornecer dados sobre outras culturas, podendo inclusive concluir

que a antropologia é um jornalismo sofisticado caracterizado pela riqueza excepcional de material, que pode ser obtida através de uma imersão profunda e de longo prazo. Em todo o mundo, de fato, os etnólogos têm sido atualmente incorporados como repórteres, enviando observações e análises de campo como se isso, por si só, equivalesse à prática da antropologia (INGOLD, 2019, p. 63).

2.3 Jornalismo e etnografia

Etnografia é algo mais complexo do que as pesquisas em outras áreas – em particular no jornalismo – costumam supor: trabalho de campo, descrições de cenários e pessoas podem ou não resultar num trabalho etnográfico. No jornalismo, há uma incompreensão generalizada nos estudos que dialogam com a etnografia.

A relação entre antropologia e jornalismo remonta ao início do século 20, com o surgimento da Escola de Chicago. Fundada em 1892 nos Estados Unidos, as pesquisas realizadas por essa instituição entre 1915 e 1940, de caráter notadamente interdisciplinar, caracterizavam-se pelo empirismo e pelo interesse por patologias urbanas, como crime organizado, gangsterismo, delinquência juvenil (COULON, 1995), estudos sobre guetos e criação de conceitos como “homem marginal” (EUFRASIO, 2006, p. 27).

Os primeiros trabalhos etnográficos da Escola de Chicago, nas duas primeiras décadas do século 20, foram realizados pelo sociólogo e jornalista Robert Park, cuja produção é analisada ainda no Brasil como uma referência para as teorias do jornalismo (MACHADO, 2005) e para os estudos de “sociologia urbana” numa “época em que esta ainda não havia recebido este nome” (EUFRASIO, 2006, p. 15).

Um dos escritos de Robert Park estudados no Brasil é o artigo *A notícia como forma de conhecimento*⁴⁷. O texto, publicado em *The American Journal of Sociology*, em 1940, na Universidade de Chicago, cujo subtítulo propõe ser “um capítulo da sociologia do conhecimento”, representa um marco teórico sobre a discussão do jornalismo como produtor de conhecimento.

⁴⁷PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In: STEINBERG, Charles (Org.) *Meios de Comunicação de Massa*. São Paulo: Cultrix, 1976. p.168-185.

A análise de Park é muito referenciada no Brasil, mas quase sempre com o enfoque crítico no qual se apontam os limites de sua abordagem tida como “funcionalista”. É quase imperceptível o *insight* de Park ao perceber a importância do repórter nos anos de 1940 nos Estados Unidos: "parece que a nossa é a época da notícia, e um dos acontecimentos mais importantes da civilização norte-americana foi o surgimento do repórter" (PARK, 1940, *In*: STEINBERG, 1976, p. 185).

Nos estudos consultados para esta pesquisa⁴⁸, ao longo de quatro anos, entre 2019 e 2022, é possível mapear alguns equívocos e imprecisões na relação entre jornalismo e etnografia. O primeiro dos problemas virou um vício nos estudos brasileiros que associam as duas disciplinas. Com raras exceções⁴⁹, as investigações recorrem à definição-síntese de Clifford Geertz, já mencionada anteriormente, segundo a qual etnografia é uma “descrição densa”. A expressão virou um lugar-comum, reforçando simplificações e reducionismos sobre o assunto. O próprio Geertz alerta que as técnicas e os processos determinados não explicam a etnografia. O que a designa é um “tipo de esforço intelectual” (GEERTZ, 2019, p. 4).

Geertz contextualiza a expressão do filósofo britânico Gilbert Ryle e exemplifica o conceito de etnografia, a partir da cena de dois garotos que piscam o olho direito. Num deles, a ação é um tique involuntário; no outro, a piscadela representa uma conspiração a um amigo. Como movimentos, os dois são idênticos. Entre a descrição superficial (o tique nervoso) e a descrição densa (o piscar como farsa) está o objeto da etnografia: “[...] uma hierarquia estratificada de estruturas significantes em termos das quais os tiques nervosos, as piscadelas, as falsas piscadelas, as imitações, os ensaios das imitações são produzidos, percebidos e interpretados” [...] (GEERTZ, 2019, p 5).

⁴⁸ Foram consultadas 76 pesquisas, entre 2019 e 2022, nas plataformas do CNPq, Capes, e nos arquivos disponíveis da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), além de teses e artigos acadêmicos em periódicos associados aos programas de pós-graduação de universidades brasileiras e estrangeiras.

⁴⁹ Uma exceção relevante de pesquisa recente sobre jornalismo etnográfico é a tese, ainda em desenvolvimento, conduzida pelo pesquisador brasileiro João Noé Alves de Carvalho, na Universidade de Coimbra. Cf. CARVALHO, J.; JÚNIOR, F. Para além da lentidão: influências das relações entre tempo e espaço no conceito de jornalismo etnográfico. *Revista Eco-Pós*, v.25, n.3, p. 86-108, 2022. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27931 Acesso em: 21/04/2023.

As simplificações em torno da concepção de “descrição densa” reduzem a etnografia à ideia de descritivismo⁵⁰. Como se verá mais adiante, esta tendência associa os trabalhos de livros-reportagem e de nomes do “jornalismo literário”, conhecidos por pertencerem à corrente norte-americana do *new journalism*, como adeptos do método da observação participante e/ou do jornalismo etnográfico. O *new journalism* será abordado mais adiante.

A preocupação com o excesso de detalhes induz à instrumentalização do método etnográfico. As pesquisas em jornalismo,

quando interagem com a antropologia, o fazem principalmente visando uma aplicação quase que mecânica do método – perdendo com isso o olhar disciplinado pela antropologia, fundamentalmente marcado pela suspeição em relação à própria pesquisa (LAGO, 2010, p. 55).

A autora salienta inclusive que as pesquisas que estabelecem o encontro entre as duas disciplinas são marcadas mais “por faltas” do que “por presenças”: há “uma ausência reflexiva sobre o método antropológico por excelência, a observação participante, quando este em si é incorporado” (LAGO, 2010, p. 55).

Outra imprecisão – neste caso não tão grave – é que os estudos que relacionam jornalismo e etnografia empregam a concepção de “trabalho de campo”, inadvertidamente, como sinônimo do método etnográfico. O trabalho de campo não é uma invenção da antropologia, adverte Uriarte (2012), muito menos é exclusividade dela, e pesquisadores de diversas áreas (a exemplo de geógrafos, arqueólogos, cientistas sociais, entre outros) realizam trabalhos em campo para testar teorias a partir de dados empíricos. Mas “ao advogar um trabalho de campo intensivo foi necessário um esforço para diferenciar o tipo de conhecimento antropológico produzido com este método daquele adquirido por outras áreas” (URIARTE, 2012, p.5). O trabalho etnográfico não

⁵⁰ O dicionário Houaiss de Língua Portuguesa define etnografia como (1) “o registro descritivo da cultura material de um povo” e (2) “estudo descritivo das diversas etnias”, reforçando, portanto, a ideia de descrição. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2001, p. 1272.

consiste em fotografar, gravar, anotar, mas em decidir quais são os fatos significativos e, além dessa descrição (mas a partir dela), em buscar uma compreensão das sociedades humanas. Ou seja, trata-se de uma atividade claramente teórica de construção de um objeto que não existe na realidade, mas que só pode ser empreendida da observação da realidade concreta realizada por nós mesmos (LAPLANTINE, 2007, p. 194).

2.4 Descrição jornalístico-literária é etnografia?

As pesquisas mais recentes avançam na ideia de que a prática jornalística que adota o método etnográfico constitui um gênero específico, no qual o tempo de imersão é fator determinante para o resultado da abordagem – tão importante que os estudos já inserem a prática no conceito de “jornalismo lento” (*Slow journalism*). O jornalismo etnográfico é um domínio dentro do campo do jornalismo lento, que se tornou um gênero explícito nos Estados Unidos nas últimas três décadas (HERMANN, 2016a, 2016b). A partir da leitura de outros autores, Anne Hermann aglutina três características para esse tipo de abordagem: o jornalismo etnográfico gera produtos jornalísticos de longa duração que exigem pesquisa, redação e edição cuidadosas; os jornalistas relatam o cotidiano em vez de eventos urgentes; e, por último, a desaceleração em relação ao *deadline* (no jargão profissional, a data-limite para entrega do material jornalístico). O ritmo mais lento é uma condição essencial para adquirir uma “perspectiva do *insider*” (do outro, do informante, da fonte) ou, na perspectiva antropológica, a desaceleração permite atingir o “ponto de vista do nativo”, na acepção delineada por Malinowski, já mencionado anteriormente.

Ao citar uma entrevista com o jornalista William Finnegan, Hermann salienta a mudança de perspectiva, do olhar que diferencia a reportagem tradicional da etnográfica. Os repórteres etnográficos “buscam significado em vez de fatos, examinam o comum em vez do extraordinário e conversam com os anônimos, muitas vezes marginalizados, em vez de confiar em fontes oficiais” (HERMANN, 2016b, p. 495). Ou seja, escrevendo sobre alguém que está trabalhando no McDonald's, diz William Finnegan à Hermann, “não estou lá para estudar muito; ela preparou aquele

hambúrguer exatamente como deveria ter sido preparado. É completamente diferente. Estou lá para entender como ela sobrevive”⁵¹ (HERMANN, 2016b, p. 495).

Tanto Hermann (2016a; 2016b) quanto Harrington (2003) citam alguns jornalistas do *new journalism* – corrente que ficou conhecida como praticante de um jornalismo literário, nas décadas de 1960-70, nos Estados Unidos, – particularmente Tom Wolfe [1930-2018], que uniu “um doutorado em Yale em estudos americanos à obsessão de um jornalista pela precisão factual da voz de um romancista”⁵² (HARRINGTON, 2003, p. 95, tradução nossa). A ideia, segundo ambos os autores, é que essa corrente utilizou a observação participante como método de trabalho jornalístico.

Tom Wolfe é o nome mais conhecido desta corrente e referenciado nas análises acadêmicas por ter publicado em 1973 um manifesto sobre o *new journalism*, cujas características serão expostas abaixo. O grupo abriga outros nomes conhecidos como Truman Capote [1924-1984], que publicou *A Sangue Frio* (1965), Norman Mailer [1923-2007], além de Gay Talese, que lançou grandes perfis como o do cantor Frank Sinatra, *Frank Sinatra has a Cold*, publicado em 1966, na revista *Esquire*.

A influência desta corrente não ficou restrita aos Estados Unidos. No Brasil, a extinta editora Abril lançou, em 1966, a revista *Realidade*, que sobreviveu por 10 anos e ficou conhecida por produzir matérias nos moldes do *new journalism*. Voltarei a falar da prática de reportagem da revista *Realidade* ainda neste capítulo, porque o foco agora é abordar as características do *new journalism*.

No Brasil, Edvaldo Pereira Lima, pesquisador que defende a produção de livros-reportagem como “uma extensão do jornalismo e da literatura”, também cita a técnica de observação participante utilizada pelo *new journalism*. Lima alça esta corrente ao estágio mais avançado da prática de observação participante: “essa modalidade de captação teve o seu zênite, em livro-reportagem, na época da

⁵¹ [...] *Simply put, he and his colleagues look for meaning rather than facts, examine the ordinary rather than the extraordinary and talk to “regular”, often marginalized, people rather than relying upon official sources [...] “writing about somebody who’s working in McDonald’s I’m not there to study hard, did she cook that Burger exactly as it should have been cooked. It’s just completely different. I’m there to understand how she gets by”.* (HERMANN, 2016b, p. 495)

⁵² [...] *Plus the contribution of the new journalists of the sixties, particularly Tom Wolfe, who yoked a Yale doctoral degree in American studies to a journalist’s obsession with factual accuracy to the voice of a novelist* (HARRINGTON, 2003, p. 95)

inovação norte-americana conhecida como *new journalism*" (LIMA, 2004, p. 121). No conjunto de autores citados, o livro-símbolo que elevou a observação participante ao auge, segundo Lima, foi *A Sangue frio. O new journalism*

levou ao ápice a observação participante no livro-reportagem porque seu processo de captação, de acordo com Tom Wolfe, atingiu um nível até então só presenciado na melhor literatura de ficção de gênios como Dickens, Balzac, Gógol, Dostoiévski (LIMA, 2004, p. 124).

Esta tese busca uma certa precisão no conceito de etnografia e de observação participante, que são utilizados de forma genérica nas pesquisas em jornalismo. O tipo de observação empregado pelo *new journalism* é literária, que se diferencia da antropológica. O manifesto de Tom Wolfe é preciso quanto à utilização de recursos da literatura – particularmente fluxo de consciência e narrador onisciente –, que Wolfe denomina de “ponto de vista de terceira pessoa” (WOLFE, 2005, p. 54). No contexto mais amplo, a interlocução direta de Wolfe é com a corrente realista da literatura, fortemente presente no final do século 19. Os críticos literários citam a obra de Gustave Flaubert [1821-1880], *Madame Bovary*, lançada em 1856, como um marco desse movimento que buscou um olhar mais crítico à sociedade.

Em seu manifesto, Wolfe se opõe às convenções de jornalismo moderno – com seus pressupostos de objetividade, estrutura da notícia e velocidade. O jornalista se destaca por ter praticado um jornalismo íntimo, ou seja, uma imersão por “dentro” e não “por fora”. Uma das características é que a proximidade permite observar aquilo que Malinowski chamou de “imponderáveis da vida real” que inclui estar atento ao cotidiano e afazeres como

[...] a rotina do dia a dia de trabalho de um homem, os detalhes do seu cuidado com o corpo, maneira de consumir o alimento e prepará-lo; o tom da vida interativa e social em torno das fogueiras da aldeia; a vigência de fortes amizades, hostilidades e simpatias e antipatias passageiras entre as pessoas; a maneira sutil, mas inconfundível, como vaidades e ambições pessoais se refletem no comportamento do indivíduo e nas reações emocionais daqueles que o cercam (MALINOWSKI, *In*: CASTRO, 2016, p. 103).

No manifesto de 1973, Wolfe descreveu as características do *new journalism*, mas antropologia, etnografia e observação participante são termos ausentes do manifesto. Ao que Malinowski chama de "imponderáveis da vida real", Wolfe denomina de "status de vida da pessoa", "recurso que foi o menos entendido", segundo o jornalista norte-americano. Trata-se

do registro dos gestos, hábitos, maneiras, costumes, estilos de mobília, roupas decoração, maneiras de viajar, comer, manter a casa, modo de se comportar com os filhos, com os criados, com os superiores, com os inferiores, com os pares além de vários ares, olhares, poses, estilos de andar e outros detalhes simbólicos do dia a dia que possam existir dentro de uma cena (WOLFE, 2005, p. 55).

A generalização do termo ocorre, sobretudo, porque é possível reproduzir técnicas etnográficas e aplicá-las intuitivamente. Lévi-Strauss salienta esse 'dom' ao afirmar, em *Tristes Trópicos*, que a etnografia é uma das raras vocações autênticas: "podemos descobri-las em nós, ainda que não nos tenha sido ensinada por ninguém" (LÉVI-STRAUSS, 1996a, p. 59).

A "inovação" introduzida pelo *new journalism* precisa ser contextualizada, caso a caso, obra por obra, autor por autor. O mercado editorial e a imprensa norte-americanos estão adiantados em relação à imprensa latino-americana, por exemplo, há pelo menos três séculos. A jornalista e escritora argentina, Leila Guerriero, uma das convidadas da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip) de 2017, teve seu trabalho comparado ao de Truman Capote pela imprensa brasileira. Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, ela rebate a comparação e diz que suas principais influências são os jornalistas Rodolfo Walsh [1927-1977]⁵³ e Roberto Arlt [1900-1942]⁵⁴ "que fizeram

⁵³ Jornalista e escritor argentino, Rodolfo Walsh nasceu em 1927 e participou da criação da agência de notícias cubana *Prensa Latina*. Publicou quatro reportagens longas em livro. Desde 1977, é tido como desaparecido político. Suas principais obras são os romances-reportagem *Operación massacre* (1957), *Caso Satanowsky* (1958) e *¿Quién mató a Rosendo?* (1969), que o qualificam como precursor e expoente do *new journalism*.: <https://editora34.com.br/areas.asp?autor=Walsh,%20Rodolfo> Acesso em: 20/07/2023.

⁵⁴ *A literatura transgressora de Robert Arlt ganha reedições no Brasil*. O Estado de S. Paulo, 12/09/2020. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/alias/a-literatura-transgressora-de-roberto-arlt-ganha-reedicoes-no-brasil/> Acesso em: 20/07/2023.

muito antes o que fez Capote, e o faziam com as coisas que ocorriam em Buenos Aires, desde o ambiente da política ao do submundo do crime”⁵⁵.

Ao citar o *new journalism* na discussão sobre etnografia e observação participante não se tem a pretensão de reduzir a importância dessa vertente no jornalismo que, décadas depois, persiste com vitalidade nas produções jornalísticas contemporâneas. Há uma geração de novos jornalistas que já são chamados de *The New New Journalism* por Robert S. Boynton, diretor do programa *Literary Reportage*, na *New York University*:

[...] desde o manifesto de Wolfe, um grupo de escritores vem silenciosamente garantindo um lugar no próprio centro da literatura americana contemporânea de não-ficção de longa duração baseada em reportagens e narrativas. Esses novos novos jornalistas – Adrian LeBlanc, Michael Lewis, Lawrence Weschler, Eric Schlosser, Richard Preston, Alex Kotlowitz, Jon Krakauer, William Langewiesche, Lawrence Wright, William Finnegan, Ted Conover, Jonathan Harr, Susan Orlean e outros – representam o amadurecimento contínuo do jornalismo literário americano (BOYNTON, 2005, p. 7, tradução nossa).⁵⁶

Segundo Boynton, esse novo grupo se envolve com a ficção, mas sem a ansiedade sobre seu lugar no mundo literário que afligia os escritores da geração de Wolfe. A sociedade é bem mais complexa se comparada à geração do *new journalism* e as conquistas atuais do jornalismo literário “são mais jornalísticas do que literárias”, razão pela qual as discussões sobre essa herança focam hoje a prática e o método jornalístico.

O método jornalístico existe em fragmentos, em experiências isoladas que são repassadas de repórter para repórter (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004). Diferentemente dos antropólogos, os jornalistas não são treinados em métodos ou teorias de pesquisa, apesar de os cursos de jornalismo concentrarem algumas

⁵⁵ *Curiosa serial, jornalista argentina pula de reportagem em reportagem. Folha de S. Paulo*, 29/07/2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/07/1905396-curiosa-serial-jornalista-argentina-pula-de-reportagem-em-reportagem.shtml> Acesso: 27/01/2022.

⁵⁶ Trecho original: *In the thirty years since Wolfe’s manifesto, a group of writers has been quietly securing a place at the very center of contemporary American literature for reportorially based, narrative-driven longform nonfiction. These New New Journalists—Adrian LeBlanc, Michael Lewis, Lawrence Weschler, Eric Schlosser, Richard Preston, Alex Kotlowitz, Jon Krakauer, William Langewiesche, Lawrence Wright, William Finnegan, Ted Conover, Jonathan Harr, Susan Orlean, and others— represent the continued maturation of American literary journalism* (BOYNTON, 2005, p. 7).

noções dispersas de disciplinas das Ciências Humanas. Harrington (2003) cria uma analogia peculiar, retirada do contexto norte-americano, para diferenciar etnógrafos de jornalistas: os etnógrafos seriam os ‘segundos-tenentes’ com formação universitária que saem para o campo de batalha numa guerra; já os jornalistas são os ‘sargentos’ que foram endurecidos e esclarecidos pela experiência sem o benefício de um diploma.

Manter uma linguagem simples, precisa e direta está entre as qualidades dos repórteres e redatores, mas reunir esses atributos não é uma missão tão simples, segundo Harrington. Implica lutar diariamente e por anos para afastar da escrita jornalística a linguagem acadêmica, administrativa e burocrática. Os jornalistas têm dimensão do impacto da linguagem simples para os seus leitores que podem ser afetados, em muitas situações, em “nível emocional”. A instrumentalização de técnicas, contudo, domina a formação dos cursos de jornalismo.

O fato é que artifícios literários para tornar a linguagem jornalística mais atraente sempre fizeram parte do repertório dos jornalistas. Não são um recurso apenas de escritores, mas uma habilidade perseguida por diversos profissionais e estudiosos de outras áreas. Em *Obras e Vidas*, Clifford Geertz, já mencionado anteriormente, salienta toda uma linhagem de antropólogos cujas “questões literárias” são proeminentes, embora os textos antropológicos sejam, em geral, “simples e despretensiosos” (GEERTZ, 2018, p. 12). Geertz critica a busca de um estilo literário, impressionista, e não poupa grandes nomes como Lévi-Strauss, Malinowski, Ruth Benedict, Evans-Pritchard, entre outros.

Ao reexaminar esses autores, Geertz enuncia uma mudança da etnografia que tomou um rumo “bastante introspectivo” e os acusa de praticarem uma espécie de “teatro de linguagem”

[...] essa questão, a de negociar a transição do que se passou “estando lá” para o que se diz “estando cá” não é de caráter psicológico. É literária. (...) para o etnógrafo, colocar o alcance de sua sensibilidade – em vez, digamos, de sua capacidade de análise ou seu código social – no centro de sua etnografia é criar para si um tipo característico de problema de construção de texto: tornar seu relato fidedigno, tornando fidedigna a sua própria pessoa (GEERTZ, 2018, p. 101).

2.5 Ver por dentro: o ato etnográfico

Essa perspectiva antropológica – o de ver por dentro – é assimilada no jornalismo como prática de jornalismo imersivo para alcançar o “ponto de vista do nativo” (HERMANN, 2016a; 2016b). Cabe ressalvas sobre esta proposição de Hermann. O ponto de vista do nativo é apenas parte do processo. A ideia não é transformar-se num porta-voz do nativo, da comunidade, das minorias, dos excluídos. É dar voz a eles, sem estar cego ou míope para apontar as contradições. Estar lá, como testemunha, é uma condição que permite a coleta de dados etnográficos para observação. É preciso estar dentro, mas há necessidade do distanciamento, fugindo das armadilhas de adotar a postura de membro do grupo, como salienta Geertz: “não apenas estive lá, como fui um deles e falo com sua voz” (GEERTZ, 2018, p. 36).

A imersão é uma forma de se colocar no lugar do outro. No livro *Bruxaria, Magia e Oráculos entre os Azande*, publicado originalmente em 1937, o antropólogo britânico Evans-Pritchard [1902-1973] ressalta:

eu não tinha interesse por bruxaria quando fui para o país zande, mas os Azande tinham; e assim tive que me deixar guiar por eles. Não me interessava particularmente por vacas quando fui aos Nuer, mas os Nuer sim; e assim tive aos poucos, querendo ou não, que me tornar um especialista em gado (EVANS-PRITCHARD, 2005, p. 245).

A antropologia amadureceu, a partir do trabalho etnográfico, estratégias de aproximação e afastamento com seus interlocutores (no caso do jornalismo com as fontes) como nenhuma outra área talvez tenha desenvolvido. Ao argumentar sobre as razões que o levaram a dar o nome de *O Olhar Distanciado* ao livro publicado em 1983, Lévi-Strauss pontua, entre outros aspectos, que a possibilidade de distanciamento “constitui a essência e a originalidade da abordagem etnológica” (LÉVI-STRAUSS, 1983, p. 11). Para Lévi-Strauss, o afastamento é condição necessária à sobrevivência da antropologia. “É evidente que um nativo pode falar de suas tradições de modo que ninguém mais possa. Por outro lado, um não nativo pode ver coisas que ali não estavam evidentes para eles”⁵⁷.

⁵⁷ A frase é da antropóloga e professora Beatriz Perrone-Moisés, tradutora das obras de Lévi-Strauss no Brasil, durante a disciplina “Mitológicas” (FLS-5320), do Departamento de Antropologia da USP. As aulas foram ministradas no segundo semestre de 2021, de forma virtual, durante a pandemia de Covid-19.

Esse tipo de observação também vale para o jornalismo, que tem como um dos princípios a lealdade aos cidadãos (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004) que, por sua vez, têm o direito à informação (BUCCI, 2006). Um jornalista não é porta-voz de ONGs, de partidos políticos, igreja, empresas, corporações, sindicatos, associações de bairros e muito menos de governos (BUCCI, 2009). Partidarismos, no sentido de militância política, “são práticas expressamente condenáveis pelos códigos de ética americanos” (BUCCI, 2000, p. 103). Os jornalistas devem manter independência daqueles a quem cobrem. Jornalismo, afirmam Kovach e Rosenstiel, não é um termo mutável: “qualquer um pode ser jornalista, mas nem todos o são. O fator decisivo não é que tenham um passe para entrar e sair dos lugares; o importante está na natureza do trabalho” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 151).

O jornalismo de militância – que se baseia na concepção de que a informação está a serviço dos objetivos políticos – se distancia da ideia do jornalismo como fiscalizador dos poderes. Um exemplo emblemático – e que exigiria discussões mais aprofundadas – é o caso do jornalista argentino Rodolfo Walsh (1927-1977), que militou em organizações de esquerda e cujo trabalho contribuiu decisivamente para a derrota das forças que, com apoio militar dos Estados Unidos, tentaram, em abril de 1961, invadir Cuba e depor Fidel Castro. Com bons conhecimentos em criptografia, Walsh decifrou uma mensagem do governo da Guatemala para Washington, interceptada nos escritórios da *Prensa Latina*, onde trabalhou por dois anos. No contexto da Guerra Fria, a mensagem dava todos os detalhes sobre a hora, data e local do desembarque e ataque à ilha. O trabalho do jornalista e da Agência (totalmente comprometido com o processo revolucionário) sobre a questão da Baía dos Porcos teve repercussão no *The New York Times*, que foi sensível à perspectiva da CIA sobre o modo como o jornal deveria tratar o assunto⁵⁸. A questão que já se colocava à época é que a prática de militância fere o princípio de jornalismo como instituição a serviço do leitor, ouvinte ou telespectador.

As simplificações em torno das confluências entre jornalismo e etnografia se estendem nas pesquisas em jornalismo à ideia de que a antropologia e etnografia são a mesma coisa, ou seja, a prática etnográfica é vista como “um retrato como fim

⁵⁸ FIGUEIRA, João. Rodolfo Walsh: o jornalista-militante que “derrotou” Kennedy e a CIA na Baía dos Porcos. In: *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v.19, p. 141-155, n.1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/80371/51186> Acesso em: 20/07/2022.

último da antropologia”. Essa discussão, já citada anteriormente, não é problemática somente no jornalismo e está inserida também no debate antropológico. Tim Ingold diz que, ao sucumbir à etnografia, a antropologia desviou-se do seu propósito apropriado no sentido de contribuir para o debate de grandes questões de nosso tempo e comprometeu o seu papel na academia.

[...] é vital para o futuro da disciplina que paremos de ser tão evasivos e sejamos claros sobre a diferença entre a antropologia e a etnografia. Isto, naturalmente, significa ser claro sobre a definição e o propósito da disciplina [...] Sustento que a antropologia é uma investigação generosa, aberta, comparativa e crítica das condições e possibilidades da vida humana no mundo em que habitamos. É generosa porque está atenta e responde ao que as outras pessoas fazem e dizem. Em nossas pesquisas, nós recebemos de bom grado o que nos é dado ao invés de procurarmos meios de, por subterfúgios, extrair o que não nos é dado, criando um esforço para devolver o que devemos aos outros no nosso processo de formação moral, intelectual e prático (INGOLD, 2017, p. 223).

2.6 Entre deslizamentos e deslocamentos

O jornalismo e a antropologia são disciplinas que partem do empirismo para construir formas particulares de produção de conhecimento. Apesar do aporte teórico indispensável, a antropologia se fundamenta na pesquisa empírica:

[...] a empiria – eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos –, é o material que analisamos e que, para nós, não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fonte de renovação. Não são ‘fatos sociais’, mas ‘fatos etnográficos’, como nos alertou Evans Pritchard em 1950 (PEIRANO, 2014, p. 380).

Talvez por essa característica – de estarem com os pés fincados no empirismo –, as duas disciplinas também são questionadas (o jornalismo ainda mais) quanto à validade científica do que produzem. A Associação Americana de Antropologia (*American Anthropological Association*), fundada em 1902, propôs a retirada do termo “ciência” de seus documentos oficiais.⁵⁹

⁵⁹ SODRÉ (2014, p. 135) destaca esta informação ao salientar os questionamentos científicos sobre algumas áreas do conhecimento a exemplo dos estudos de comunicação e de antropologia.

No Brasil, Isabel Travancas (2002) desenvolveu alguns estudos de antropologia da comunicação, ressaltando semelhanças entre jornalismo e antropologia, com foco na antropologia da comunicação de massa. A autora destaca entre as confluências o papel de mediador que tanto o jornalista quanto o antropólogo desempenham. O jornalismo faz mediação de uma realidade social, “que a transforma em realidade midiática” (SPONHOLZ, 2009, p. 21), ou numa “segunda realidade”, como destaca Boris Kossoy⁶⁰ ao analisar o fotojornalismo.

A aproximação entre jornalismo e etnografia ocorre de forma mais nítida com o surgimento da antropologia urbana, considerada um ramo tardio na área. Magnani (2003) adverte, contudo, que os estudos sobre os modos de vida urbanos apresentam alguns antecedentes que foram contemporâneos da antropologia clássica, que era voltada para a investigação dos povos “primitivos”. Magnani lembra uma passagem de texto do jornalista e sociólogo Robert Park, da Escola de Chicago, com as observações sobre os estudos nas cidades. Em artigo de 1915, Park chamava a atenção para as investigações do “homem civilizado”, que são igualmente interessantes: “sua vida é mais aberta à observação e ao estudo”. Para efeito de comparação, diz Magnani, *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, de Malinowski, foi publicado em 1922, apenas sete anos depois do texto de Park (MAGNANI, 2003. p. 82).

Como lembra Travancas, jornalista é antes de tudo um habitante da cidade. A antropologia se dedicou durante muito tempo a pesquisar os “outros”, em pequenos grupos, e passou a estudar as populações mais complexas, em larga escala, que vivem nas cidades. Estudando a própria comunidade – o bairro, o vizinho – o antropólogo mudou o olhar, transformando o “exótico em familiar” e o “familiar em exótico”, como destacou o antropólogo Roberto DaMatta (1978). Gilberto Velho (2013) chama a atenção para essa mudança na antropologia urbana, que antes estudava os “outros” e passou a estudar “nós” e que, por isso, a área engatinha, enfrentando sérios problemas de metodologia (VELHO, 2013, p. 25). No jornalismo, essa discussão é igualmente complexa. Diferentemente do que ocorre como o antropólogo “que encara o índio bororo sob o sol dos tristes trópicos, não há nenhum

⁶⁰ KOSSOY, Boris. *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2022.

distanciamento cultural entre o homem que é repórter, o homem que é notícia e o homem que é destinatário da informação” (BUCCI, 2000, p. 92).

Há diferenças cruciais entre as atividades que podem ser agrupadas nas categorias diferença *versus* diversidade; objetividade *versus* subjetividade e permanência *versus* transitoriedade. Esta última permeada pela discussão do tempo do jornalista e o tempo do antropólogo. A categoria “tempo” será analisada no quarto capítulo, no qual se discutirá a problemática dos tempos na atividade jornalística, com base nas ideias do “gerúndio como forma do tempo histórico” (BUCCI, 2021, p. 151), no tempo como “fabricação do presente” pelo jornalismo (FRANCISCATO, 2005), além das questões a respeito do “acontecimento e experiência” (SODRÉ, 2009).

Os antropólogos vão se defrontar constantemente com a questão da diferença, segundo Travancas, ao passo que o jornalista “experimentará no seu cotidiano a cidade como espaço da diversidade, do cruzamento de mundos e ‘tribos’ diferentes, desvendando territórios heterogêneos e construindo assim um mapa, para muitos habitantes, desconhecido” (TRAVANCAS, 2002, p. 3).

Objetividade e subjetividade são conceitos que estão em constante discussão nessas duas profissões. Ainda que a antropologia “afirme ter se afastado da ideia positivista de que a ciência tinha a obrigação de produzir um conhecimento ‘objetivo’, e aposte na subjetividade como instrumento de trabalho, de maneira alguma esta questão parece totalmente resolvida” (TRAVANCAS, 2002, p. 4). Em relação ao jornalismo, a autora sublinha que a objetividade – que junto com a clareza e a concisão sempre foram os princípios a serem seguidos – perdeu o peso, mas não foi descartada. Travancas salienta, contudo, que o jornalismo poderá enriquecer-se se “for capaz de incorporar com rigor a ideia de subjetividade, não como uma ameaça, mas como um elemento importante que dará ao leitor uma visão mais complexa da realidade” (TRAVANCAS, 2002, p. 11). Esse contato pessoal, direto,

faz com que os padrões de objetividade científica tradicionais tenham de ser encarados com certa reserva. Por isso mesmo, o trabalho do antropólogo tende a assumir cada vez mais a dimensão da intersubjetividade (VELHO, 2013, p. 49).

O fato é que o antropólogo enfrenta os perigos da subjetividade em seu processo de pesquisa: “ao contrário do sociólogo tradicional, o antropólogo é menos

cauteloso com os perigos da subjetividade e, de fato, almeja e espera se relacionar com o informante como um indivíduo (BIRD, 2005, p. 302, tradução nossa).⁶¹ Pensa-se e declara-se que as emoções atrapalham a precisão, mas “o bom jornalismo nada tem a ver com a indiferença, com a neutralização do sujeito. Como toda atividade própria da cidadania, ele se alimenta também da indignação” (BUCCI, 2000, p. 94).

Outro aspecto discrepante é que os jornalistas normalmente fazem pesquisa sobre a própria profissão: são pesquisadores e objetos do estudo. Segundo Lago (2010), as pesquisas em jornalismo que estabelecem um paralelo com a antropologia não atentam para o problema do distanciamento, que é uma das categorias antropológicas por excelência: “a discussão sobre a subjetividade do pesquisador, que é forte na antropologia, está ausente nesses estudos que relacionam as duas áreas” (LAGO, 2010, p. 58).

Há uma particularidade contrastante entre os dois campos, que não é citada nas pesquisas consultadas. Diferentemente dos fatos e acontecimentos jornalísticos⁶², que circulam na forma de notícias, os “fatos etnográficos não existem”, uma vez que se torna necessário um esforço para reconstituir “os fatos invisíveis” por meio da “inferência construtiva” (MALINOWSKI, 1935, vol. 1, p. 317 *apud* GOLDMAN, 2003, p. 456). Ressalta-se ainda que, em relação a outras disciplinas das Ciências Sociais, antropólogos não têm hipóteses como observadas, na forma tradicional, nas áreas afins: elas são descobertas a partir da conjunção entre campo e teoria:

[...] no momento em que um fato etnográfico novo é revelado, traz a promessa de uma contribuição para a teoria acumulada. A teoria antropológica não é rígida, não é estável, está sempre em mudança e será sempre revigorada por novas pesquisas etnográficas (PEIRANO, 2022).⁶³

⁶¹ A frase original no original é: [...] *unlike the traditional sociologist, the anthropologist is less wary of the dangers of subjectivity and, in fact, aims and expects to relate to the informant as an individual*. (BIRD, 2005, p. 302).

⁶²Fato jornalístico empregado aqui não pretende levar em consideração as discussões filosóficas que envolvem o tema. Fato jornalístico é utilizado como acontecimento com base numa realidade objetiva, palpável. Os fatos jornalísticos são um recorte no fluxo contínuo, uma parte que, em certa medida, é separada arbitrariamente do todo (GENRO FILHO, 1987, p. 188). Para uma discussão aprofundada sobre esse assunto, cf. GOMES, 2009; SODRÉ, 2009.

⁶³Em aula inaugural virtual para o curso de pós-graduação em Antropologia na Universidade Federal do Piauí (UFPI), na qual explanou sobre os “Cem anos de Argonautas”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aBq0gyvzOF0> Acesso em: 24/06/2022.

Outro ponto distinto entre as duas disciplinas diz respeito à relação com as fontes. O interesse público norteia a atividade jornalística e, nesse caso, torna-se necessário em algumas situações relevar informações que não estejam nas intenções do entrevistado. Os jornalistas são comprometidos com a ideia de que sua lealdade final é com os leitores (também telespectadores e ouvintes):

[...] se tiver de reter o que sabemos ser verdade para proteger os sujeitos, omitindo dos leitores, não o retemos. Como jornalistas, costumamos citar nomes, ao contrário dos etnógrafos que escondem a identidade de seus sujeitos supostamente para protegê-los. Usamos nomes reais porque acreditamos que confere autenticidade às nossas histórias e porque a veracidade e precisão podem ser checadas, algo que é impossível com a maioria dos relatos etnográficos. (HARRINGTON, 2003, p. 100, tradução nossa)⁶⁴

No artigo *The journalist as ethnographer? How anthropology can enrich journalistic practice*, publicado originalmente em 1987 e atualizado em 2005, Bird aponta que um dos problemas centrais na atividade é a relação que o jornalista estabelece com as fontes, tratadas em grande parte nas abordagens como objetos quantificáveis – e não como sujeitos. A pesquisadora salienta as diferenças das relações com as fontes entre antropólogos e pesquisadores de outras áreas das Ciências Sociais e em relação ao jornalismo. Um dos pontos que levanta é a forma como os jornalistas conduzem as entrevistas. A entrevista é tão importante na antropologia quanto no jornalismo, mas a postura do etnógrafo tende a ser diferente das demais Ciências Sociais. Os sociólogos, afirma Bird, tradicionalmente, tratavam o sujeito como um repositório de informações que se tornava “objetificável” e “quantificável”. Uma perspectiva antropológica exige uma relação particular entre pesquisador e sujeito. O etnógrafo encara o entrevistado como sujeito da pesquisa e informante. Para muitos antropólogos, a entrevista ideal é semelhante à conversa. É da conversa que surgem as questões e não do questionário pronto, fechado e quantificável. Mas para o jornalista, adverte a pesquisadora, “a fonte é separada da personalidade do indivíduo e vista, muitas vezes, como um representante, uma unidade que fala por outras unidades semelhantes, e não como um indivíduo” (BIRD,

⁶⁴A frase no original: [...] *As journalists we usually name names, unlike ethnographers who hide their subjects' identities supposedly to protect them. We use real names because we believe it lends authenticity to our stories and because the truth and accuracy of those stories can then be tested, something that is impossible with most ethnographic reports* (HARRINGTON, 2003, p. 100).

2005, p. 302, tradução nossa)⁶⁵. Caso tenha de produzir reportagem sobre uma comunidade, por exemplo, o jornalista se restringe, na maioria dos casos, às informações passadas pelo líder comunitário, que normalmente possui relações de poder com políticos, partidos (e até com o tráfico de drogas) e, em raras exceções, checa com os outros moradores ou outras fontes a veracidade das informações passadas pelo representante comunitário. É dar voz a um único protagonista, e o jornalista publica como sendo a única visão possível de um problema ou assunto. É monólogo em vez de um diálogo possível: "o diálogo é democrático; o monólogo é autoritário. O primeiro interpreta as vozes dos grandes movimentos populares do século 20; o segundo satisfaz ao jogo da livre expressão, plataforma do liberalismo, nos séculos 18 e 19" (MEDINA, 1986, p. 7).

Um dos problemas apontados nessa relação reside, sobretudo, no fato de que as fontes a quem os jornalistas recorrem são entidades interessadas que desenvolvem estratégias com táticas bem determinadas, em particular nas áreas de política e de economia (incluindo aqui negócios). A profissionalização das fontes ganha força no Brasil a partir do desenvolvimento das assessorias de imprensa e das agências de comunicação, nos anos de 1970 e 1980, provocando um fenômeno que Chaparro (1994) denomina de "revolução das fontes". A transformação tornou-se mais contundente com o fortalecimento dos departamentos de comunicação das empresas, no período da Ditadura Militar [1964 - 1985]. A rápida expansão das assessorias de imprensa como mercado de trabalho jornalístico tem "raízes no sistema de controle da opinião pública implantado pelo regime militar, no período Emílio Médici [1969-1974]" (CHAPARRO, 1994, p. 69). A questão mais problemática desse processo é que o jornalismo deslocou o foco das redações para as fontes que, além de produzirem fatos, têm o poder e a capacidade de desenvolverem conteúdos com atributos de notícia, influenciando os sistemas e processos jornalísticos. Por mais que se aproximem do interesse público

os jornalistas que ocupam assessorias de imprensa são especialistas em técnicas e práticas comunicativas que preservam os interesses das fontes nos processos jornalísticos. Ao mesmo tempo, porém, trabalham com critérios jornalísticos a informação na origem, e lhe agregam atributos que facilitam seu aproveitamento como notícia

⁶⁵ O fragmento no original: *To a journalist, the source is too often seen as a "representative", a unit that speaks for other like units, rather than as an individual (BIRD, 2005, p. 302).*

imediate, referência para os bancos de dados ou pautas para posteriores desdobramentos jornalísticos (CHAPARRO, 1994, p. 71).

O uso indiscriminado do *off* (abordado no primeiro capítulo), a sugestão de pautas, a entrevista coletiva, a criação de acontecimentos e o rápido atendimento às solicitações das redações são práticas que se profissionalizaram durante esse período. Embora Chaparro descreva tão bem esse contexto, sugerindo uma apropriação dos procedimentos jornalísticos por parte dos assessores de imprensa, é bom que se reafirme que assessoria de imprensa não é jornalismo, por mais que sejam utilizadas técnicas de produção jornalística. Denominar de “revolução” esse processo – termo que Chaparro emprega antes do advento da internet – talvez não seja apropriado para descrever um dos problemas do jornalismo brasileiro: a falta de distinção entre jornalismo e assessoria de imprensa. “A atividade de assessoria de imprensa é incompatível com as atribuições de um repórter ou um editor” (BUCCI, 2000, p. 80).

Sobre o diagnóstico de Chaparro – de que as fontes se deslocaram da redação para as assessorias – Líriam Sponholz (2009) cita uma conclusão de pesquisa sobre cobertura política de um jornal austríaco. Segundo o estudo mencionado por Sponholz, uma reportagem feita diretamente do local do acontecimento pode reduzir a interferência das relações públicas, das assessorias. A influência de *press releases* e coletivas de imprensa, diz a autora, era menor onde os jornalistas foram direto ao local (SPONHOLZ, 2009, p. 161). É óbvio que estar *in loco* não garante isenção, uma vez que “não é um critério de objetividade” (SPONHOLZ, 2009, p. 162) mas procurar as fontes por iniciativa própria será sempre uma condição que, por princípio, permite escolhas, ampliação do foco de visão contraditória e tomadas de decisão do repórter. A autora, com base em outras pesquisas, cita como exemplo os jornalistas que cobrem setores específicos (como saúde, negócios, turismo etc.) e participam dos principais eventos das áreas. Os repórteres setorialistas “se expõem à influência das fontes, assumem as suas perspectivas e se dão por satisfeitos com as declarações das mesmas fontes de sempre” (SPONHOLZ, 2009, p. 162). Ou seja, as fontes utilizadas na atividade jornalística, em setores específicos, são costumeiramente repetidas, quase sempre oficiais ou ligadas a grupos de poder.

Pelas características intrínsecas ao ofício, o jornalismo capta informações, predominantemente, a partir da *dimensão discursiva* (GOMES, 2009), referenciada com dados estatísticos e aspectos quantificáveis da realidade social. “Discursivo”, empregado aqui, no sentido restrito de se pautar apenas no que o outro “disse”, indicados no texto a partir dos verbos *dicendi* – aquilo que a “fonte diz”. Mesmo em reportagens pouco se capta a partir de métodos de observação. No processo da escrita e de edição, as marcas linguísticas desse encontro com as fontes, simbolizadas pelas aspas declaratórias (ou por travessões) com pergunta e resposta, seguidas pelos cacoetes “fulano disse”, “beltrano respondeu”, “acrescentou ele” sinalizam os poucos recursos usados na captação do real (MEDINA, 1986). Esse aspecto é uma característica da atividade jornalística – e não é abordado nesta tese, necessariamente, como um problema epistemológico, e sim como uma limitação que pode ser superada.

2.7 Contextos socioculturais no jornalismo

[...] “Qualquer um que tenha tomado nota em uma entrevista e depois transcreveu a gravação sabe como é quase impossível até mesmo ouvir e escrever as palavras reais das pessoas. E esses são os desafios fáceis. Os desafios difíceis são saber o que as pessoas querem dizer quando dizem coisas, saber o que seus gestos e expressões significam, saber o que significam para elas os objetos que estão dispostos ao seu redor em suas casas”(HARRINGTON, 2003, p. 92, tradução nossa).⁶⁶

Com uma boa dose de elipses, a passagem acima situa com certa precisão o que se busca nesta tese: uma reportagem pode renovar os significados⁶⁷ dos fatos

⁶⁶ No original: [...] *Anyone who has taken notes of an interview and then transcribed the tape of that interview knows how nearly impossible it is even to hear and write down people's actual words. And those are the easy challenges. The hard challenges are knowing what people mean when they say things, knowing what their gestures and expressions mean, knowing what the objects they have arrayed around them in their homes mean to them* (HARRINGTON, 2003, p. 92).

⁶⁷A pesquisa adota o conceito de “significado” a partir da concepção de Ferdinand de Saussure [1857-1913]. O signo é constituído por dois aspectos: o significante e o significado. Bucci (2021), que também utiliza o conceito do linguista, sintetiza que os significantes são partículas da linguagem, que podem ser sonoras, escritas ou visuais, e que têm força para representar ou significar coisas que não elas mesmas (BUCCI, 2021, p. 298). Um exemplo simples seriam as letras e sílabas que formam palavras. As letras e sílabas isoladamente não fazem sentido — são apenas sinais gráficos e sons — e só fazem sentido quando combinadas. Elas seriam o significante. O significado é a ideia transmitida pelo signo, ou seja, o conceito. “É o lado mais acessível, menos abstrato, que tem contato direto com as vivências

ou assuntos abordados, a partir de práticas de observação-experiência etnográficas que possibilitem imersão em contextos socioculturais. O trecho, extraído do artigo *What journalism can offer ethnography*, de Walt Harrington, publicado na revista *Qualitative Inquiry*, elenca as virtudes da atividade jornalística que poderiam ser incorporadas à etnografia. A passagem expõe algumas sutilezas no ato de reportar ao se observar cenas com as quais os repórteres lidam no dia a dia.

Embora siga um caminho inverso ao que se propõe aqui, Harrington, jornalista experiente e professor de jornalismo literário da *University of Illinois*, nos Estados Unidos, não deixa de pontuar uma das questões centrais desta pesquisa. Assim como os escritores, os jornalistas entendem as necessidades de cada história para conquistar os leitores. Concisão, clareza, objetividade e simplicidade na linguagem se inserem entre as qualidades dos jornalistas. Harrington reconhece, contudo, citando outro autor, que a fraqueza das abordagens reside no fato de que os jornalistas “raramente inserem tão bem os indivíduos que capturam em um contexto cultural” (HARRINGTON, 2003, p. 101, tradução nossa).⁶⁸

Para a antropologia, os contextos são socioculturais, ou seja, os dados de uma realidade não são apenas sociais, mas também culturais. Para Geertz (2009), que adota um conceito “essencialmente semiótico”, a cultura “é um documento de atuação pública” (GEERTZ, 2019, p. 8). O autor, que insere as discussões da hermenêutica na antropologia, contextualiza o debate “interminável” em torno do qual se discute se cultura apresenta um caráter “subjetivo” ou “objetivo”, tendo como base a concepção de que o comportamento humano é visto como “ação simbólica”. A cultura, diz Geertz,

[...] não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser

das pessoas [...] o significado são as ideias que fazemos desses objetos, que passam a ser identificáveis e nomeáveis graças à linguagem” (BUCCI, 2021, p. 298). A questão a ser salientada aqui é que “a relação entre o significante e o significado não é fixa, é deslizante [...] ou seja, a relação entre eles se transforma e [...] tanto o significante — palavras nascem, caem em desuso e morrem — quanto o significado mudam (BUCCI, 2021, p. 299). Para um aprofundamento desse assunto, Cf. SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Organização de Charles Bally e Albert Sechehaye. São Paulo: Cultrix, 1969.

⁶⁸ A frase na íntegra: [...] Indeed, the weakness of journalists, as Randolph Fillmore has said, is that they too rarely place the individuals they capture so well into a cultural context. (HARRINGTON, 2003, p. 101).

descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade (GEERTZ, 2019, p. 10).

Pegando de empréstimo o raciocínio de Geertz, os contextos passaram a ter um peso na apuração jornalística. Num momento em que as tendências midiáticas exigem reportagens mais contextualizadas, a determinação do contexto

torna-se a principal função do jornalista que, além de apurar a notícia segundo as regras convencionais (o quê, quando, porquê, como), está tendo agora de dar igual prioridade à descrição dos diferentes contextos sociais, econômicos, políticos e culturais onde o fato aconteceu (CASTILHO, 2007).

Contexto, palavra que permeia praticamente todas as áreas de produção do conhecimento humano, – já que se refere, no caso das disciplinas das Ciências Sociais, a informações socioculturais, históricas, econômicas, políticas entre outras esferas da realidade – é um dos aspectos mais frágeis nas abordagens jornalísticas, principalmente quando se exige mais contextualização dos fatos em reportagens. De antemão, define-se aqui contexto como informações necessárias à compreensão das forças que atuam sobre o factual imediato para além dos critérios de notícia condensados no que o jornalismo chama de *Lead* (quê, onde, quando, por que, como). Contextualizar é mostrar um quadro complexo das situações. Ou seja, recorre-se a essa compreensão para fugir das explicações reducionistas dos fatos: “é complexo o que não pode resumir-se numa palavra mestra, o que não se reduz a uma lei ou a uma ideia simples” (MORIN, 2001, p. 8). Ao recorrer aos contextos, o jornalismo adota uma postura de recusa, consciente, à explicação simplista dos fatos e acontecimentos.

É exatamente nesse aspecto que os métodos e abordagens antropológicos podem enriquecer a atividade jornalística, principalmente a partir da etnografia. Um princípio central e unificador de todo trabalho etnográfico é que ele pode fomentar uma apreciação de novos padrões e conexões interpretativos, ajudando a mudar a “abordagem fragmentada e compartimentada no jornalismo” (BIRD, 2005, p. 302). A reportagem pode aprofundar os contextos dos fatos narrados. Mas o que caracteriza uma reportagem?

No livro *A arte de tecer o presente*⁶⁹, publicado em 1973, Cremilda Medina, em parceria com o jornalista Paulo Roberto Leandro [1947-2015], elencou quatro categorias analíticas da reportagem. O livro lança as bases para os primeiros estudos sobre jornalismo interpretativo no Brasil. Uma reportagem, segundo Medina, pode aglutinar, em seu conjunto, (1) o *contexto social*, que situa a problemática do assunto no tempo e espaço social, (2) a *captação de vozes especializadas*, com diagnósticos e prognósticos de pesquisadores; (3) a busca das *raízes histórico-culturais* dos fenômenos analisados, bem como as nuances que emergem do (4) *protagonismo anônimo* (MEDINA; LEANDRO, 1973). Ao propor os quatro eixos norteadores da prática da reportagem, Medina deixa subentendidas as fragilidades do jornalismo ao revelar contextos. A utopia da época, diz, era “propor teoricamente e concretizar na prática profissional a narrativa polifônica e polissêmica não só nos veículos periódicos ou nos livros-reportagem, mas também no jornalismo diário” (MEDINA, 2003, p. 127).

Cremilda Medina aplicou essas categorias da reportagem ao projeto de extensão universitária, idealizado e coordenado por ela, que deu origem ao *São Paulo de Perfil*⁷⁰, coleção de livros-reportagem temáticos sobre a cidade de São Paulo, produzidos em oficinas para alunos de graduação e pós-graduação durante as décadas de 1987 até 2007, na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP. Durante as duas décadas de existência, a série alcançou 27 livros temáticos.

Um dos diagnósticos identificados por Medina na disciplina que passou a oferecer a partir da década de 1980, *Narrativas da Contemporaneidade*, é o de que, ao expor a dinâmica dos contextos sociais, a atividade jornalística opera as representações de realidade a partir de abordagens padronizadas: utilização de entrevistas com perguntas-padrão, que justifiquem o direcionamento da pauta e, principalmente, no processo de escrita, uma recorrência ilimitada e cega às estatísticas, utilizadas não como ferramentas, mas como dados que “explicam” uma dada realidade. Estatísticas são instrumentos importantes para aproximação do problema, mas “dados também são somente instrumentos que os jornalistas utilizam

⁶⁹ Em 2003, a pesquisadora lançou outro livro homônimo, mas com conteúdo distinto do livro original. MEDINA, Cremilda. *A Arte de tecer o presente*. São Paulo: Summus, 2003.

⁷⁰ Para um aprofundamento sobre o São Paulo de Perfil, Cf. VARGAS, Raul Hernando Osório. *A reportagem literária no limiar do século 21: o ato de reportar, os jovens narradores e o projeto São Paulo de Perfil*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGCOM da ECA/USP, São Paulo, 1998; ALCÂNTARA, Alex Sander. *Sentidos da Metrópole, série São Paulo de Perfil na mediação do espaço público*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGCOM da ECA/USP, São Paulo, 2009.

para testar suas hipóteses. Eles são *a priori* a realidade primária. Um índice de desemprego não é o desemprego em si” (SPONHOLZ, 2009, p. 46).

As estatísticas fazem parte do dia a dia das pessoas, de instituições de pesquisa e, essencialmente, da atividade jornalística. Quando os jornalistas lidam com dados estatísticos, contudo, há uma vasta incompreensão e ignorância quanto à natureza dessa ferramenta de compreensão da realidade e do seu papel na formação do trabalho e da vida quotidiana do público. Um dos equívocos é confundir estatística com matemática

[...] não é difícil fazer uso de estatísticas para fins jornalísticos [...] as análises estatísticas tratam da aplicação de raciocínio válido, não de cálculo. Erros são frequentemente cometidos nas notícias, mas a maioria é devido a falhas na lógica aplicada aos dados e ao contexto. [...] O trabalho do jornalista não é aprender a usar fórmulas que entorpecem os olhos ou calcular coisas complicadas. Na maioria das vezes, os jornalistas lidam com dados pré-processados de outras fontes e o que eles precisam é uma determinação permanente de questionar os dados e um nível básico de raciocínio estatístico (NGUYEN; LUGO-OCANDO, 2015, p. 2-3, tradução nossa).⁷¹

Abre-se um parêntese apenas para ilustrar, de forma caricatural, a percepção desse recurso no jornalismo, a partir da crônica de Luis Fernando Verissimo. No texto *Auto-Entrevista*, o cronista faz uma sátira bem-humorada ao uso cego dos dados estatísticos na atividade jornalística. Em formato de perguntas e respostas, o autor cria um interlocutor imaginário (ele mesmo) que interage de forma inesperada a partir das perguntas tidas como bobas, cujas respostas têm por base o contexto social, econômico e político do país. A inversão nas respostas provoca estranheza ao leitor. Ao ser perguntado se é “cínico e se crê no amor”, por exemplo,

⁷¹ O trecho do original [...] *it is not hard to make use of statistics for news purposes. [...] The job of handling numbers for the news is often wrongly perceived as that of measuring, calculating and analysing things with eye-numbing formulae. Statistics and mathematics are two different things: It is not necessary to be adept at mathematics to be able to use statistics effectively. However frightening they might look, statistical analyses are about the application of valid reasoning, not calculation. Mistakes are often made in the news, but few involve getting the math wrong: most are due to flaws in the logic applied to data and their context. the journalist's job is not to learn and use eye-numbing formulae or calculate complicated things. For the most part, journalists deal with pre-processed data packages from other sources and what they need is a permanent determination to question data and a basic level of statistical reasoning* (NGUYEN; LUGO-OCANDO, 2016, p. 2-3).

o entrevistado narra a infância, o contexto político e social em que nasceu, e diz que a família “era tão comum, tão classe média, que teve 3,2 filhos”.⁷²

O que se quer reforçar é que expor os fatores que interagem nos contextos, limitando-se aos dados estatísticos, que chegam às redações pré-processados de outras fontes, é uma forma reducionista de recorte de realidade, uma síntese pobre da dinâmica dos processos socioculturais. É que a estatística, como ferramenta do conhecimento científico, opera a partir de um sistema de relações. A ênfase à abstração numérica, sem interação analítica com outras informações do contexto, revela uma das fragilidades da atividade jornalística.

No jornalismo, um bom texto alcança um grande número de leitores. Uma reportagem pode ser engenhosa no estilo, com linguagem próxima às experiências estéticas literárias, e igualmente deficiente do ponto de vista epistemológico no esforço de captar e compreender fenômenos, situações e contextos socioculturais. Um romance pode se valer de recursos artísticos para recriar fatos, cenas ou acontecimentos e torná-los verossímeis aos olhos do leitor, estabelecendo uma lógica interna à estrutura da narrativa. A esse processo literário denomina-se de *verossimilhança*. Já num trabalho jornalístico as nuances e sutilezas de cada abordagem afloram a partir do envolvimento do repórter com a cena vivida e observada, ou seja, não basta parecer verdadeiro – é fundamental que seja porque o jornalista opera a partir da *veracidade*. O jornalista

não é um escritor ou um artista entregue às suas idiossincrasias personalíssimas, não é uma “alma livre” flanando na literatura sem nenhuma baliza que o enquadre. O jornalista é um trabalhador intelectual a serviço da democracia e do direito à informação (BUCCI, 2000, p. 89)

2.8 “De perto, De longe”⁷³ e De passagem

Na história do jornalismo brasileiro, alguns veículos são referenciados por terem abordado os contextos socioculturais de forma imersiva, ou seja, numa

⁷² VERISSIMO, Luis Fernando. *O nariz e outras crônicas*. São Paulo: Ática, 1998, p. 15

⁷³ As aspas no subtítulo são necessárias porque o título é uma referência direta ao livro de entrevista com Lévi-Strauss *De Perto e de Longe*, citado na introdução desta tese e na bibliografia, mas abriga

perspectiva *De dentro*. Nesta, as observações em campo são imprescindíveis. A ausência dela, essencialmente, delinea a abordagem *De fora* ou *De longe*. Estas noções não são estanques e podem aparecer combinadas: *De perto* e *De longe*; *De perto* e *De dentro*, *De longe* e *De fora*. *De passagem* seria uma forma de apreensão *De dentro*, mas se caracteriza por registro de informações num curto espaço de tempo, como se verá mais adiante com conceitos e exemplos.

A revista *Realidade* [1966-1976] e o *Jornal da Tarde* [1966-2012] são citados por se diferenciarem dos demais veículos brasileiros na forma como captaram informações, na edição e no estilo de textos. São estudados sobretudo por terem adotados práticas similares ao do *new journalism* (FARO, 1999; LIMA, 2004).

Realidade, que pertenceu à extinta editora Abril, circulou por 10 anos e se tornou uma referência na prática da grande reportagem, imersiva e verticalizada, que “denunciava as mazelas sociais do país” (FARO, 1999, p. 20). O *Jornal da Tarde* (JT) se diferenciou de *O Estado de S. Paulo* (ambos pertencentes à mesma empresa, o Grupo Estado) desde sua estreia em 1966, quando chegou às bancas como um vespertino inovador que rompia com a sisudez do próprio Estadão (FARO, 1999, p. 95).

As experiências de reportagens publicadas pelo JT merecem uma ênfase sobretudo porque a revista *Realidade* sempre despertou atenções em pesquisas, que referenciam suas práticas inovadoras no jornalismo brasileiro. Diferentemente de *Realidade*, que era uma publicação mensal, o *Jornal da Tarde* ousava nas propostas em suas edições diárias: “o tratamento do fato jornalístico [no JT] passava por um processo de enriquecimento mesmo na imprensa diária” (FARO, 1999, p. 96).

Em parceria com a Secretaria Municipal de São Paulo e o Centro Cultural São Paulo, em 1985, por exemplo, o JT publicou em seis edições reportagens do projeto *Expedição São Paulo 1985*. Um dos objetivos da iniciativa era “despertar no

também as discussões sobre necessidade de aproximação e afastamento, um dos pontos centrais do debate na antropologia.

paulistano o interesse maior por sua cidade, envolvendo-o de modo mais direto e profundo com a realidade urbana que o cerca”⁷⁴. Segundo Magnani,

a ideia inicial era cotejar as mudanças ocorridas nas edificações, nos equipamentos, na ocupação dos bairros e no traçado viário com a situação contemporânea, transformando as observações em notas a serem publicadas diariamente numa seção especial do *Jornal da Tarde*, do Grupo Estado (MAGNANI, 2002, p. 294).

A *Expedição São Paulo 1985* foi concebida “à maneira dos antigos viajantes através da metrópole paulistana, no sentido Leste-Oeste, perfazendo em linha reta, uma distância de 70 km, entre os municípios de Mogi das Cruzes e Itapevi, passando pelos municípios de Suzano, Poá, Itaquaquecetuba, São Paulo, Osasco, Carapicuíba, Barueri e Jandira⁷⁵”.

O percurso era feito a pé nas cidades (e de carro nos trechos entre os municípios). A iniciativa reuniu o antropólogo José Guilherme Magnani, o arquiteto Benedito Lima de Toledo [1934-2019], o urbanista Antonio Carlos Teixeira, a médica e ambientalista Judith Cortesão, os jornalistas do *JT* Fernando Portello e Julio Moreno, além do repórter fotográfico Reginaldo Manente, entre outros, como os integrantes do Centro Cultural São Paulo. A caminhada etnográfica durou oito dias (de 28 de setembro a 6 de outubro de 1985), cujos textos foram publicados entre 25 e 30 de novembro daquele ano.

Vale aqui lembrar um registro histórico, na antropologia, em São Paulo, que guarda algumas semelhanças da experiência do *JT*. Lévi-Strauss⁷⁶, quando morou na capital paulista, entre 1935 e 1939, realizava caminhadas etnográficas ao redor da cidade. Essas observações sobre o desenvolvimento da capital serviram de base para o capítulo em que o antropólogo aborda São Paulo em *Tristes Trópicos* (LÉVI-STRAUSS, 1996a, p. 102-112) e representam uma referência para os estudos

⁷⁴ Citação de texto do projeto original a partir de arquivo particular do professor do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, José Guilherme Magnani. Consultado em fevereiro de 2023.

⁷⁵ Cf. nota 74.

⁷⁶ Lévi-Strauss fez parte da comitiva francesa que veio ao Brasil para integrar o quadro de professores da Universidade de São Paulo, fundada em 1934. O grupo foi recepcionado em Santos (SP) por Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, “uma das cabeças pensantes da grande burguesia paulista e peça-chave na criação da Universidade de São Paulo”. LOYER, Emmanuelle. *Lévi-Strauss*. São Paulo: SESC, 2018, p. 131.

de antropologia urbana no Brasil. Magnani analisa esse aspecto especificamente no capítulo *As Cidades de Tristes Trópicos* (MAGNANI, 2012, p. 281). Lévi-Strauss percebia, por exemplo, que, na década de 1930, São Paulo era uma “metrópole industrial”, mas “a vida rural permanecia, por sua vez, adormecida à sombra dos vilarejos do interior num ritmo colonial” (LOYER, 2018, p. 132).

Segundo Magnani, a partir desse “olhar em sequência”, foi possível obter na experiência com o *JT insights* reveladores sobre a cidade, seus moradores e sua dinâmica. Em meio às muitas observações diárias,

dei-me conta de uma (entre tantas) recorrências: o cardápio servido em botequins e restaurantes populares que ao longo da extensa mancha urbana então percorrida apresentava, com algumas variantes e complementos, a mesma estrutura. Uma tabuleta à porta dos estabelecimentos exibia: segunda-feira, virado à paulista; terça, bife à rolê; quarta, feijoada; quinta, frango com massa; sexta, peixe; sábado, feijoada, novamente (MAGNANI, 2002, p. 296).

Num primeiro momento, as observações sobre a alimentação do paulistano parecem banais, fruto da “mera curiosidade jornalística”, mas contemplando no contexto da viagem, afirma Magnani, levantou um bom indício para se entender melhor o *ethos* dessa cidade.

Uma primeira impressão foi a de segurança e familiaridade: onde quer que estivesse, o morador, na hora do almoço e longe de casa, não teria surpresas nem precisaria modificar uma dieta costumeira. Outra perspectiva de interpretação, diretamente ligada aos alimentos que compunham esse cardápio, apontava para a diversidade das origens da população desta cidade: caipiras, escravos, portugueses, italianos (MAGNANI, 2012, p. 296).

“Segurança” e “familiaridade” são duas categorias analíticas inferidas por Magnani, a partir da observação cotidiana dos hábitos alimentares do paulistano e de moradores de municípios próximos. A perspectiva de aproximação e de apreensão dos contextos socioculturais em São Paulo, adotada pelo *JT*, nesta cobertura específica, pode ser inserida num enquadramento *De perto e De dentro* (MAGNANI, 2002). Este enfoque surge com a antropologia urbana e representa uma mudança

de paradigma em relação à antropologia “de gabinete” ou de “varanda” (*De fora e De longe*) – esta uma perspectiva oposta ao olhar etnográfico.

Foi a partir deste enquadramento, *De perto e De dentro*, que tornou possível Magnani perceber, por exemplo, que entre a casa (espaço privado) e a rua (espaço público), categorias analisadas por Roberto DaMatta, na década de 1970, há o “pedaço” (MAGNANI, 1998), domínio intermediário entre o privado e o público, onde só entra o “chegado”, tópicos que serão abordados no quarto capítulo.

As formas atuais de abordagens jornalísticas – produzidas exclusivamente a partir de entrevistas via telefone ou através de outras ferramentas digitais, a fim de colher apenas as declarações dos entrevistados (“as aspas”, no jargão jornalístico), poderiam ser comparadas – com as ressalvas das finalidades de cada ofício – ao modo como os antropólogos realizavam pesquisas sem trabalho de campo, apenas registrando informações de terceiros: viajantes, missionários, entre outros.

Esse tipo de apreensão dos contextos socioculturais é uma herança de tradição sociológica positivista da qual a antropologia foi se distanciando. Como professor de sociologia da USP, Lévi-Strauss estava preocupado em apresentar uma outra dimensão aos estudos sociológicos e

desenvolveu um programa de ensino e pesquisa coerente tanto em seus conteúdos como em sua pedagogia, inteiramente centrado na observação atenta do real e no primado do empírico em detrimento de toda tentativa especulativa. Ao fazer isso, quer se libertar galhardamente da ortodoxia positivista-durkheimiana (LOYER, 2018, p. 145).

Lévi-Strauss incentivava os alunos da USP a pesquisarem na cidade. No livro *Saudades de São Paulo*, publicado em 1966, registra: “à guisa de trabalhos práticos, eu propunha a rua onde eles moravam, o mercado, a esquina, e só dependia deles observarem a sucessão no espaço dos tipos de *habitat*, das características econômicas e sociais dos moradores, das atividades profissionais” (*In*: LOYER, 2018, p. 145).

A primeira experiência do pesquisador de campo (ou no campo) é com a “domesticação teórica do olhar”, afirma o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira:

a partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto sobre o qual dirigimos o nosso olhar já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo. Seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade (OLIVEIRA, 1996, p. 15).

As pesquisas sobre o ato de observar identificam que esse processo também ocorre na atividade jornalística, mas ressaltam os limites, uma vez que “a observação no jornalismo não se orienta em um sistema teórico, o que a torna do ponto de vista científico, incontrolada” (MEDITSCH, 1992, p. 56). Ou seja, há uma ausência de um sistema teórico que possa sistematizar a prática, descrever processos e experiências, tornando essa dimensão pouco explorada na atividade jornalística. Sponholz (2009) é atraída pela mesma abordagem de Meditsch: “conhecer não significa simplesmente vivenciar ou perceber algo sobre a realidade ou o mundo exterior, mas sim trabalhar o que foi vivenciado ou percebido” (SPONHOLZ, 2009, p. 91).

Uma das dificuldades das práticas de observação é que

a pesquisa de campo não tem momento certo para começar e acabar. Esses momentos são arbitrários por definição e dependem [...] da potencialidade de estranhamento, do insólito da experiência, da necessidade de examinar por que alguns eventos, vividos ou observados, nos surpreendem (PEIRANO, 2014, p. 379).

Como já sinalizado, o sistema de produção atual de notícias e de reportagens, em fluxo contínuo, acentuou ainda mais o diagnóstico, proposto por esta pesquisa, de que a atividade jornalística atua hoje, predominantemente, cada vez mais a distância ao reportar fatos e acontecimentos. Os livros-reportagem são apontados como uma exceção e podem ser inseridos, na maioria dos casos, na categoria *De perto e De dentro* (MAGNANI, 2002), mas há outros exemplos também no jornalismo diário, como se verá a seguir. Antes vejamos um exemplo a partir de um livro-reportagem.

O livro *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, é o resultado das reportagens produzidas pelo jornalista, enviado pelo Estadão, em 1897, à área de conflito de Canudos, no interior da Bahia, levando na bagagem “uma qualidade que o diferenciava essencialmente dos demais correspondentes: a habilidade para situar um evento no contexto que o cerca, demonstrando para o leitor o sentido mais profundo do que retrata” (LIMA, 2004, p. 213). O jornalista participou da cobertura na quarta e última expedição militar.

Influenciado pelas ciências positivistas e pelo cientificismo das teorias evolucionistas do final do século 19, a descrição densa feita por Euclides da Cunha é objetiva, rigorosa e precisa. Segundo Lima (2004), com base na pesquisa de Carlos Marcos Avighi,⁷⁷ apesar de se orientar por um arcabouço teórico-científica, Euclides da Cunha

[...] não mede esforços para transformar seus próprios instrumentos de entendimento do real e rejeitá-los, se a constatação de campo provar-se incompatível com o arcabouço teórico que lhe balizara os primeiros enfoques daquela realidade complexa (LIMA, 2004, p. 215).

Citando novamente o estudo de Avighi, Lima indica que as reportagens de Euclides da Cunha vão se transformando à medida que o contato com a realidade vai se tornando mais forte do que as “bases da visão prévia de gabinete” (LIMA, 2004, p. 215). Ao descrever o espaço geográfico de Canudos, no sertão baiano, Euclides sugere que explorou grande parte da região onde se desenrolaram os conflitos entre as tropas oficiais e os seguidores de Antônio Conselheiro:

[...] um soldado descansava... descansava havia três meses. Morrerá no assalto de 18 de julho. [...] o destino que o removera do lar desprotegido fizera-lhe uma concessão: livrara-o da promiscuidade lúgubre de um fosso repugnante; e deixara-o ali três meses – braços largamente abertos, rosto voltado para os céus, para os sóis ardentes, para os luars claros, para as estrelas fulgurantes.... e estava intacto. Murchara apenas. Mumificara conservando os traços fisionômicos, de modo a incutir a ilusão exata de um lutador cansado, retemperando-se em tranquilo sono, à sombra daquela árvore benfazeja (CUNHA, 2000, p. 38).

⁷⁷ AVIGHI, Carlos Marcos. *Euclides da Cunha jornalista*. Tese de doutorado, ECA/USP, 1987.

As análises sobre *Os Sertões* sinalizam que, na medida em que Euclides da Cunha mergulhava no trabalho de imersão do contexto social, suas reportagens publicadas no *Estadão* passaram a ter um outro olhar: ganharam densidade no esforço para compreender o contexto social cuja visão era contaminada pelas teorias evolucionistas da época: “a nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social” (CUNHA, 2000, p. 71). Mesmo as acusações de manter um olhar preconceituoso, principalmente na primeira parte (*A Terra*) e na segunda (*O homem*), na qual apresenta o nordestino como um fraco, cuja estrutura óssea não permitia andar com firmeza em linha reta, pois seus membros eram desarticulados com “um andar sem firmeza, sem aprumo” (CUNHA, 2000, p. 105), Euclides se redime na terceira parte, *A Luta*.

Não se pode afirmar que o jornalista utilizou etnografia, no sentido *stricto sensu* do termo, até porque naquela época não havia uma discussão teórica nem uma sistematização sobre o assunto. Pode-se afirmar aqui que houve, certamente, uma sensibilidade do jornalista para um olhar etnográfico, mesmo que de forma intuitiva. A mudança de visão que ocorre ao longo da obra – e também nas reportagens publicadas no *Estadão* – pode ter sido fermentada a partir de métodos de observação, que mereceriam uma investigação à parte. Com frequência, os estudos que analisam *Os Sertões* ora abordam as discussões jornalísticas ora tratam das questões literárias presentes no livro.

A coleta inicial de informações *in loco* – que pode ser feita de forma individual e coletiva – resulta em textos que não podem ser chamados de etnografias. Também não se confundem com os diários íntimos do etnógrafo. Para os antropólogos, existem pelo menos três tipos diferentes de anotações no campo:

[...] um diário de campo específico da etnografia; um diário de pesquisa, tal como poderia desenvolver um historiador ou um filósofo; e um “diário íntimo”. Nesse último caso, conforme o modelo dos diários autobiográficos em que são depositados os humores e as emoções de seu autor (WEBER, 2009, p. 157).

É no *diário de campo* que se exerce plenamente a “disciplina” etnográfica, uma vez que ele “permitirá não somente descrever e analisar os fenômenos estudados, mas também compreender os lugares que serão relacionados pelos

observados ao observador e esclarecer a atitude deste nas interações com aqueles” (WEBER, 2009, p. 158). As duas outras facetas do diário de investigação (diário de pesquisa e diário íntimo) que, aliás, não são específicas à etnografia, “são frequentemente confundidas” com o diário de campo etnográfico.

Para jornalistas, o que se quer destacar é que o *diário íntimo* – também utilizado em trabalhos jornalísticos que se valem da etnografia como método – não constitui um relato etnográfico muito menos uma etnografia. Os relatos etnográficos podem contemplar um dia observação ou podem conter registros de poucas horas apenas. Eles servem para captar as primeiras impressões do fato observado, as pistas iniciais do que pode ser aprofundado ao longo da pesquisa.

Um exemplo de relato etnográfico⁷⁸, de autoria coletiva, é o texto *Três olhares compartilhados – Caminhada etnográfica pelo Arouche*, publicado na revista *Ponto Urbe*, do Departamento de Antropologia da USP. O relato, assinado por três autores (um antropólogo, um arquiteto e um jornalista), narra uma caminhada pelo Largo do Arouche até a praça da República, no centro de São Paulo, cujo tempo de observação é de pouco mais de 2 horas. O texto faz parte do projeto “Centralidades” que envolve pesquisadores do Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo (LabNAU-USP) e do *Centro de Investigación de la Arquitectura y la Ciudad da Pontificia Universidad Católica del Perú* (CIAC-PUCP), cujo objetivo é analisar as dinâmicas dos centros comerciais nas cidades de São Paulo e de Lima, no Peru.

Saliento no meu relato a dificuldade de enxergar o lugar com certo estranhamento, já que fui morador da região central por mais de 10 anos e tudo aquilo que via era muito familiar. Destaco a concentração do público gay, na rua Vieira de Carvalho, o comércio voltado para esse nicho ao redor da via, e a concentração de roubos de celulares na Praça da República pelas gangues de bicicletas. Comento que a técnica de roubo usada pelas gangues merecia um estudo etnográfico. O jeito de escolher as vítimas, os movimentos circulares com a bicicleta, à procura de alguém distraído com o aparelho na mão, eram códigos que eu reconhecia. José Guilherme

⁷⁸Um exemplo de relato etnográfico: MAGNANI, José Guilherme. CENTENO, Pablo Vega; ALCÂNTARA, Alex Sander. Três olhares compartilhados – Caminhada etnográfica pelo Arouche. In: *Ponto Urbe* [Online], nº 30 v.2, 2022. Disponível em <http://journals.openedition.org/pontourbe/12917>. Acesso em: 14/02/2022.

Magnani, professor de antropologia da USP, ateu-se a alguns aspectos de usos e apropriações recentes e inusitadas nos trajetos percorridos, bem como ao tipo de lojas comerciais, como as que vendiam artigos religiosos afro-brasileiros e esotéricos. A forma de aproximação, os diálogos com pessoas em situação de rua e com alguns que transitavam também foram registrados. Já o relato do arquiteto Pablo Vega Centeno, professor do *Departamento de Arquitectura de la Pontificia Universidad Católica del Perú*, captou, entre outros aspectos, o tamanho das árvores do Largo do Arouche, que “fornecem sombra, mas também iluminam a paisagem e tornam a experiência de caminhar muito mais suportável, apesar de muitas calçadas apresentarem quebras ou descontinuidades.” Os espaços construídos e os negócios imobiliários da zona também não passaram despercebidos pelo olhar do pesquisador peruano.

Os três relatos não constituem uma etnografia, mas levantam os primeiros indícios do que pode ser observado novamente de forma mais consciente e sistemática e, a partir daí, ser investigado à luz da antropologia. Ou poderiam servir para traçar novas estratégias de observação que fossem completamente diferentes do que foi registrado. Isso porque os planejamentos, o tipo de abordagem e de eixos de observação, os ajustes de expectativas são sempre provisórios e adaptáveis a cada ida a campo e às especificidades de cada pesquisa. Nem tudo que se vê é importante. Com a prática, é possível atualizar o entendimento do que será observado, modulando o olhar. Sobre este aspecto, Magnani (2009) diferencia a etnografia como prática e como experiência, assunto presente no quarto capítulo.

Vejamos dois tipos de observações jornalísticas que, na acepção adotada por esta tese, aproximam-se de relatos etnográficos e são citados como exemplos, com ressalvas, dos três tipos de enquadramentos centrais deste estudo. O primeiro exemplo é uma reportagem sobre um suicídio e, o segundo texto, um relato jornalístico feito diante da impossibilidade de entrevistar a fonte.

2.8.1 De perto e De dentro: o suicídio do reitor

A primeira análise se refere à cobertura sobre o suicídio do reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Luiz Carlos Cancellier de Olido, ocorrido em 2 outubro de 2017. Ter tirado a própria vida provocou uma reviravolta na cobertura jornalística que até aquele momento associava seu nome a esquemas de corrupção dentro da universidade.

Em 14 de setembro de 2017, os jornais noticiavam uma nova operação da Polícia Federal, batizada de Ouvidos Moucos, que apurava o desvio de verbas federais no programa de educação a distância da UFSC e citava a prisão do então reitor. O que se leu e ouviu à época era uma espécie de cartilha jornalística de como reportar as ações da PF nos moldes da operação mais conhecida da PF, a Lava Jato. As vozes dos denunciantes eram amplificadas, infográficos ‘explicavam’ de forma didática e esquematicamente como funcionava a trapaça. Além disso, o caso era ‘elucidado’ com a devida cronologia dos fatos. O espaço aos acusados existia ora com silêncio do acusado – na ausência de resposta – ora com manifestação dos advogados.

O tom do relato sofreu uma inflexão radical após o suicídio do reitor, dezoito dias depois ser preso, solto e impedido de frequentar a universidade. O bilhete deixado por Luiz Carlos Cancellier de Olido, o Cau, seria o mote para *Veja*, *Estadão* e *Folha* mandarem correspondentes a Florianópolis para entender o que havia acontecido. O bilhete deixado por Luiz Carlos levantou a hipótese de que um erro de apuração da PF levou um inocente a tirar a própria vida. Nele, o reitor atribuía sua morte ao fato de ter sido banido da universidade e de não poder circular pelo campus nem como pesquisador.

A *Veja*⁷⁹ se antecipou na apuração imersiva e publicou em 11 de novembro de 2017 uma extensa reportagem (com cerca de 10 páginas na versão impressa), intitulada “Crônica de um suicídio”, a partir de um levantamento minucioso de informações. Os repórteres Monica Weinberg e Thiago Prado conversaram por mais

⁷⁹ *Crônica de um suicídio*. VEJA, edição 2556, 10/11/2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/revista-veja/cronica-de-um-suicidio/> Acesso em: 20/04/2023.

de duas semanas com familiares, amigos e tentaram refazer os últimos atos em vida do reitor.

O *Estadão*⁸⁰ escalou o experiente repórter Luiz Maklouf Carvalho para ir a Florianópolis. Publicou, em 03 de dezembro de 2017, a reportagem em que compara a sucessão de equívocos da PF a cenas descritas no livro *O Processo*, de Kafka, descrevendo o ocorrido como “uma sucessão kafkiana de erros”. Apesar de bem concatenada, a matéria pouco acrescentou às informações já apuradas por *Veja*, não trazia elementos novos e insistia na tese dos erros de apuração da PF, como se a imprensa não tivesse de fazer um ponto de reflexão crítica sobre a própria cobertura.

Com atraso de 40 dias em relação à *Veja*, o repórter Rubens Valente, da *Folha*⁸¹, também produziu uma narrativa *in loco*, publicada no dia 21 de dezembro daquele ano. Não há qualquer elemento novo fora da ideia de sucessão de equívocos nas investigações da PF. A matéria é acompanhada de uma cronologia desde 2014, quando se iniciou a investigação, até o dia da morte do reitor.

As três reportagens trazem em comum o diagnóstico de que a PF foi apressada nas conclusões das investigações em curso que incluía o reitor como suspeito. As investigações indicavam que o reitor era acusado de obstrução da Justiça – e não de participação direta no esquema. Outro ponto estaria relacionado à quantidade de dinheiro envolvida no esquema: o valor de R\$ 80 milhões se referia a todo o montante do programa de Educação a Distância (EaD) do governo federal e não ao dinheiro desviado, como informou a PF.

A abordagem de *Veja* merece uma análise à parte não só pela habilidade em relacionar os fatos no contexto, mas pela capacidade de esmiuçar os acontecimentos, a partir de um trabalho de campo detalhado, estabelecendo nexos causais complexos entre o drama vivido pelo reitor e os erros sucessivos da PF. A

⁸⁰ *Suicídio põe PF sob suspeita*. Estadão, 03/12/2017, página A9.

⁸¹ *Dias antes de suicídio, reitor da UFSC disse à PF que não protegeu ninguém*. Folha de S. Paulo, 21/12/18, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/12/1945252-dias-antes-de-suicidio-reitor-da-ufsc-disse-a-pf-que-nao-protegeu-ninguem.shtml> Acesso em: 20/03/2021.

matéria aprofunda a discussão sobre o ato de suicidar-se, no contexto de “ser derrotado pelo peso da humilhação”.

A reportagem da *Veja* avança ao apresentar uma narrativa mais densa, com marcas cruciais colhidas de práticas de observação. O tom também é mais equilibrado mesmo ao expor os argumentos que inocentam o reitor, a partir do acesso a depoimentos de familiares e amigos. A matéria ressalta os protagonistas – não só os envolvidos diretamente no drama – mas dá ênfase sobretudo aos anônimos como o garçom José de Andrade, o Zé, que só ficou sabendo que o amigo era reitor com a notícia na TV. Não à toa, o texto começa e termina com Zé, uma sutileza da abordagem para ressaltar o quanto havia de simplicidade nas atitudes do reitor.

O encontro inicial com o garçom fornece as pistas para o desenrolar da tragédia. O “silêncio incomum e prolongando” de Cau e a despedida descrita em detalhes do abraço apertado, um beijo na bochecha esquerda e o “adeus”, em vez de até logo, criam a atmosfera trágica que antecede o ato final. A narrativa segue os passos do reitor, a poucos dias da sua morte: quem encontrou, lugares por onde passou, mudanças de comportamento. O texto se abre para o drama humano maior. Apesar de uma ênfase nos diagnósticos de especialistas, a reportagem de *Veja* consegue se diferenciar da apuração de seus concorrentes. Uma observação de campo, com características de relato etnográfico, informações de falhas nas investigações da PF aos depoimentos de amigos e familiares. Não apela para o ‘descritivismo’ desnecessário. Quais as razões que levam alguém – que nunca teve inclinação para atitudes suicidas e não estando deprimido – a tirar a própria vida? Um dos psiquiatras citados, o britânico Neel Burton, sinaliza para a possibilidade de estresse pós-traumático. No caso do reitor, a humilhação de não poder entrar na universidade nem como pesquisador “desencadeou uma bomba nuclear das emoções”. A UFSC era uma extensão de sua casa, destaca a *Veja*: “seu apartamento, de três cômodos, onde viveu dezenove anos, dois deles casado e o restante na companhia do filho, fica a 230 passos do campus”.

Ressalta-se que a cobertura da *Veja* se diferencie da dos demais veículos, em grande parte por aplicar um método de relato etnográfico, mas, assim como os demais veículos, a apuração *in loco* foi motivada pelo suicídio, drama que galvaniza as atenções dos leitores.

Passados quase seis anos do caso, em julho de 2023, o Tribunal de Contas da União (TCU)⁸² se manifestou sobre a representação que tratava de supostas irregularidades na UFSC. No dia 4 de julho, os ministros do tribunal decidiram arquivar a representação por considerá-la improcedente, conforme consta no acórdão nº 6540/2023.

O colunista da *Folha* e de *O Globo*, Elio Gaspari, publicou⁸³, no dia 11 de julho de 2023, em ambos os jornais, uma reflexão sobre o caso. Gaspari afirma que “a morte do reitor Cancellier foi um momento exacerbado dos tempos lava-jatistas. Revisitá-los com frieza evitará que se repitam”. O jornalista informa ainda que o ministro da Justiça, Flávio Dino, anunciou que investigará se foram praticados abusos na operação que levou à prisão do então reitor. Gaspari, contudo, não menciona a cobertura da imprensa, que também cometeu erros e contribuiu para o desfecho da tragédia. Nenhuma instituição está isenta de cometer equívocos. Reconhecê-los é um sinal de honestidade, transparência e credibilidade.

2.8.2 De passagem: o triste dia de Rodrigo Janot⁸⁴

Em 08 de outubro de 2019, a jornalista Mônica Bergamo, colunista da *Folha de S. Paulo*, foi ao lançamento em São Paulo do livro *Nada Menos Que Tudo*, do ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot. Ele não falaria com a imprensa devido ao rebuliço provocado pela revelação de que fora armado em uma das sessões do Supremo Tribunal Federal para matar o ministro do STF Gilmar Mendes. O que justificaria a presença de jornalistas num evento no qual o protagonista não faria declarações? Vejamos as observações da jornalista:

⁸² TCU não vê ilícitos em contratos da UFSC e Dino anuncia medidas sobre ‘abusos’ no caso Cancellier. Estadão, 09/07/2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/tcu-nao-ve-ilicitos-em-contratos-da-ufsc-e-dino-anuncia-medidas-sobre-abusos-no-caso-cancellier/> Acesso em: 17/07/2023. Na versão impressa do jornal, a matéria foi publicada em 11/07/2023, p. A11.

⁸³ Cancellier, a vítima do lava-jatismo, Elio Gaspari, Folha de S. Paulo, 11 de julho de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogaspari/2023/07/cancellier-a-vitima-do-lava-jatismo.shtml> Acesso em: 17/07/2023.

⁸⁴ O triste dia de Rodrigo Janot. Folha, C2, Mônica Bergamo, 09/10/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/10/oab-pedira-que-stf-limite-poder-de-promotores-contra-prefeitos.shtml> Acesso em: 17/02/2023.

Calado em frente a uma multidão de jornalistas, o ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot dá leves batucadas na mesa, coça a cabeça e olha para o relógio.

São 20h de segunda-feira (7), e a fila em busca de autógrafos na noite de lançamento de seu livro “Nada Menos Que Tudo” – que deveria terminar às 21h30 – mal chegou a se formar. E não existia mais.

Além de repórteres e funcionários da editora Planeta, alguns garçons circulam pelo salão – a cozinha fica no mesmo andar. Eles passam reto, em direção a um outro lançamento, que lotou o piso de cima.

“E aí? Tudo certo?”, ele indaga a uma assessora da editora que se aproxima. “Tudo certo!”, responde ela. Há 15 minutos, Janot não autografava livro algum.

Os dois olham para a frente e veem um senhor e uma senhora se aproximando. O casal, que se aposentou após 33 anos de trabalho no Tribunal de Justiça de SP, pede uma dedicatória, para a filha.

O advogado de Janot, Bruno Salles, que passou a defendê-lo depois que o ex-procurador revelou que planejou a morte do ministro Gilmar Mendes, do STF, prefere não entrar na livraria. “Vim para prestigiar. Já tenho o e-book. Mas sou que nem a Cármen Lúcia [ministra do STF]: gosto de processo, não de festa”.

“Enfim, sós”, diz Janot aos assessores e quatro seguranças que o cercavam, diante do salão de novo vazio. “Pois é”, responde uma delas.

Nova bisbilhotada no relógio. Às 20h15, Janot lembra da época em que estudou direito na UFMG: “Me formei em 1979 lá”. “Na UFMG, certo?”, indaga uma delas. “Isso, na UFMG”, responde.

A conversa dá voltas até chegar ao futebol: “Gostava mesmo era da seleção de 82. Foi a vez em que eu mais chorei quando perdeu”, diz uma assessora. Janot concorda: “É...”, pensa. “Tenho que voltar a assistir a mais [jogos]. Está faltando tempo”.

“Gente, acho que vamos encerrar”, interrompe um funcionário da livraria. Janot olha para o relógio pela terceira vez: são 20h30. Levanta-se, calado.

Dezenas de jornalistas o cercam – mas o paredão humano dos seguranças se impõe. Um carro preto vai embora levando Janot após 43 exemplares, dos 550 disponibilizados, serem vendidos. Antes de sair, autografou 15 livros que deixou na Livraria da Vila para quem chegasse após sua saída. Quatro foram vendidos até a noite de terça (8 de outubro de 2019). Onze estão nas prateleiras, à espera de um comprador.

A condição imposta pelo protagonista e a habilidade da jornalista transformaram aquilo que seria apenas uma nota curta com foto, na coluna que assina da *Folha*, em algo carregado de tensão e densidade. As observações sobre Janot, em atuação pública, são mais reveladoras e têm mais peso do que se a jornalista

optasse por emitir opiniões sobre o episódio. Mônica Bergamo faz um registro curto, num espaço de tempo que não deve ter sido muito superior a duas horas.

A observação é jornalística, mas poderia ser classificada também, na acepção antropológica aqui adotada, como um *relato etnográfico*, incluído na forma de apreensão *De passagem*. O texto de Mônica Bergamo instiga o leitor a refletir sobre as cenas observadas, sobre os silêncios constrangedores, a linguagem fática, conversas vazias, gestos nervosos, cujos desfechos das ações são carregados de significados.

É interessante o fato de a jornalista ter deixado no último parágrafo os dados que compuseram a maioria das coberturas tradicionais à época do lançamento. O registro desses dados quantificáveis no texto de Bergamo não é gratuito e compõe a atmosfera de ‘um dia triste’: “antes de sair, autografou 15 livros que deixou na Livraria da Vila para quem chegasse após sua saída. Quatro foram vendidos até a noite de terça [8 de outubro de 2019]. Onze estão nas prateleiras, à espera de um comprador”.

As abordagens dos demais veículos focaram na quantidade de livros vendidos, no lançamento esvaziado em São Paulo na comparação com o mesmo evento em Brasília, onde houve mais público, mais vendas e algumas declarações do público.

Essa perspectiva adotada no texto de Mônica Bergamo – *De passagem* – consiste em

percorrer a cidade e seus meandros observando espaços, equipamentos e personagens típicos com seus hábitos, conflitos e expedientes, deixando-se imbuir pela fragmentação que a sucessão de imagens e situações produz. O relato final, geralmente na forma de ensaio, termina por expressar essa experiência por meio do uso de metáforas que serão tanto mais sugestivas quanto maior a criatividade do analista e o leque de relações que estabelecer: “hibridização”, “porosidades”, “territorialidades flexíveis”, “não-lugares”, “configurações espaço-temporais”, “paisagens disjuntivas” e outras (MAGNANI, 2002, p. 18).

Esse tipo de abordagem, com observações de períodos curtos, mais exploratórias, lembram a figura do *flâneur* tão bem descrita por Walter Benjamin [1892 - 1940] em seus escritos sobre Paris. Os relatos se assemelham aos textos de viajantes que captam a densidade da vida com espírito nômade (ROUANET, 1993). “O *flâneur* entende a cidade como poucos, pois memorizou-a com os pés” (ELKIN, 2022, p.13).

Segundo Emanuelle Loyer, Lévi-Strauss explicou diversas vezes o valor desses rápidos passeios “por uma cidade estranha, a condensação de impressões surpresas significantes que a retina virgem do viajante apressado armazena”:

tais perspectivas podem encerrar intuições que a longa estadia tornará mais difusas. O que ele vê de São Paulo nesse dia⁸⁵? A cidade é tonitruante, múltipla, deixando a sensação de inacabada como atestam as fotos que ele tira com sua Leica, reunidas em *Saudades de São Paulo*: prédios em obras, caos urbano, letreiros, mas também um ambiente provinciano, poucos carros, bandos de vacas na rua caminhando calmamente junto a um bonde superlotado [...] (LOYER, 2018, p. 133).

O que se propõe não é introduzir a noção, já bastante difundida, de jornalista-escritor ou de escritor-jornalista, mas de jornalista-caminhante – um olhar antropológico sobre a rua – não importa se o espaço é físico ou virtual. A rua, como símbolo e suporte da experiência urbana (MAGNANI, 1993), será analisada no quarto capítulo, que também elencará e discutirá os achados da reportagem sobre o Minhocão, aprofundando as propostas das três formas de aproximação e apreensão dos fatos jornalísticos: *De perto*, *De longe* e *De passagem*.

⁸⁵ No dia em que Lévi-Strauss chegou à capital paulista, durante o Carnaval, em 24 de fevereiro de 1935.

*Uma imensa serpente de concreto*⁸⁶

Da sociabilidade passageira à transitoriedade permanente

De perto, de longe e de passagem, o Elevado Presidente João Goulart, o Minhocão, compõe múltiplos sentidos para quem mora, passa de carro no dia a dia, faz atividade física ou lúdica nos fins de semana e feriados, quando o espaço de concreto vira temporariamente parque. As discussões em torno dele são complexas e vão além dos propagados discursos sobre os problemas de trânsito ou de moradia em São Paulo. Considerado por alguns como uma cicatriz urbana, um projeto arquitetônico malsucedido, a ideia de demoli-lo acarretaria novos e infundáveis problemas. Por qualquer ângulo, o Elevado não é uma via de mão única e sua dinâmica não se limita à extensão de 3,4 km. O viaduto adquiriu uma importância metropolitana e regional, segundo urbanistas. Há um universo pulsante em todas as suas direções: por cima, por baixo, pelos lados. O Minhocão nasceu sob o surto de impaciência da metrópole e representa uma São Paulo com seus entrecosques de tempos, espaços e vidas.

3.1 De longe

Dona Angústia Lolita de Lourdes não faz outra coisa a não ser ver o tempo passar na tela de TV. 5h45, acorda.

6h10, toma café com leite e cinco bolachas de água e sal. 7h15, toma banho, prende os cabelos, calça os sapatos pretos.

⁸⁶ Por se tratar de um exercício de reportagem – e não de um texto acadêmico *stricto sensu* – este capítulo traz as indicações bibliográficas em notas de rodapé. No corpo do texto, haverá citação a obras, com ano de publicação, mas as indicações completas são registradas nas notas. Para marcar a diferença gráfica, o tipo de fonte também muda de *Arial* para *Georgia*.

[...] 7h35, senta a primeira vez no sofá. Dali dá pra ver perfeitamente o movimento do lado de fora.

7h53, começa a anotar o número de carros brancos que passam sobre o viaduto, no sentido centro da cidade.

[...] Mais ou menos 11h começa a contar os carros vermelhos que passam na pista da esquerda, no sentido bairro. Como é verão e faz muito sol, conta os carros vermelhos apenas durante uma hora.

A descrição da cena acima foi pinçada de uma obra de ficção baseada no cotidiano do Elevado João Goulart. De autoria de Diógenes Moura⁸⁷, o livro *Minhocão*, lançado em 2022, é dividido em *flash* com curtos períodos de observação, cuja obra é acompanhada de fotos, que o autor denomina de “foto fuligem”. O escritor capta cenas, cria seus personagens e narrativas a partir da vida real. Moura convive com o Minhocão e com seu entorno desde 1989, quando as pessoas puderam ter acesso à via suspensa. Três dos seus últimos livros – que serão citados no desfecho desta reportagem – respiram a atmosfera da “imensa serpente de concreto que corta uma parte da cidade, onde os homens desafiam o que resta dos deuses”.

A serpente de concreto, com extensão de 3,4 km, foi inaugurada em 24 de janeiro de 1971, com o objetivo de destravar o trânsito de São Paulo, unindo a cidade de leste a oeste. O polêmico viaduto invade a intimidade de quem mora nos andares inferiores dos prédios, deixa sujeira na forma de fuligem e material tóxico, comprometendo a saúde de quem convive diretamente com ele.

Pouco a pouco o intruso de concreto passou a fazer parte da vida dos paulistanos, principalmente de quem mora a quatro ou cinco metros da grade de contenção. Em cima, o Minhocão foi paulatinamente sendo apropriado pelas pessoas para diferentes usos: grupos teatrais se apresentam na via e nas janelas dos apartamentos, artistas plásticos utilizam suas varandas como ateliês e expõem as obras para o público que passa, *luthier* produz violinos e violoncelos tendo como pano de fundo o barulho dos carros ao lado. No espaço, há exibição de filmes nas laterais dos prédios. O lugar é cenário ideal para aulas de fotografia com dezenas de grafites que compõem a paisagem de concreto. Há caminhadas literárias, missas, cortejos e uma infinidade de eventos que acontecem com frequência sobre o Elevado. Tudo de forma espontânea: atualmente eventos de grande porte não são permitidos na via.

⁸⁷ MOURA, Diógenes. *Minhocão*. São Paulo: editora Noir, 2022, p. 59 e 60.

3.1.1 Surto de impaciência

Quando chegou a São Paulo, em 1935, vindo com a comitiva francesa que ajudaria a criar a Universidade de São Paulo⁸⁸, o antropólogo Claude Lévi-Strauss [1908-2009], à época com 27 anos, registrou suas impressões sobre a capital paulista. Permaneceu na cidade por quatro anos e, durante esse período, percebeu os contrastes: os bondes disputavam espaços com bois que circulavam livremente nas ruas do centro de São Paulo⁸⁹. O antropólogo percorria a região central a pé, e as proximidades de onde residia, na rua Cincinato Braga, próximo à avenida Paulista, no bairro da Bela Vista, conhecido como Bixiga. “Eu perambulava com frequência por essa região fascinado pelos contrastes entre construções muito modernas, avenidas ainda provincianas, colinas quase rústicas em uma parte da cidade que conservava um aspecto de aldeia”, registrou Lévi-Strauss no livro de fotografias *Saudades de São Paulo*⁹⁰, publicado em 1996. Realizava também incursões ao redor da capital, nos limites dos municípios vizinhos, para entender o processo de urbanização de São Paulo. Não por acaso seus estudos são considerados pioneiros entre os fundadores da antropologia urbana no Brasil⁹¹, assim como os de Ruth Cardoso [1930-2008], focados na imigração japonesa em São Paulo, e os de Eunice Durham [1932-2022] que pesquisou sobre imigração italiana e a migração rural urbana na capital paulista.

Em *Tristes Trópicos*, publicado originalmente na França em 1955, Lévi-Strauss condensou suas impressões sobre São Paulo. Não foi o aspecto novo que lhe chamou a atenção, mas a “precocidade dos estragos do tempo”. Apesar de seu olhar estrangeiro, mas sem estabelecer hierarquias de desenvolvimento, compara as cidades europeias – “onde a passagem dos séculos constitui uma promoção” – com as cidades americanas onde o avanço dos anos representava “uma decadência”. Assim como Nova York e Chicago, por onde passou na década de 1940, São Paulo parecia ter sido construída para se renovar com a mesma rapidez com que foi erguida. “São Paulo

⁸⁸ A USP foi criada por decreto em 25 de janeiro de 1934. Deram origem à USP o surgimento, quase simultâneo, da Escola de Sociologia e Política (de influência claramente norte-americana), o Departamento de Cultura Municipal e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – hoje Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP) – está calcada num modelo explicitamente francês. LOYER, Emmanuelle. *Lévi-Strauss*. São Paulo: Edições SESC SP, 2018, p. 137.

⁸⁹ LÉVI-STRAUSS, C. *Saudades de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b, p. 71.

⁹⁰ LÉVI-STRAUSS, C. *Saudades de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b, p. 49.

⁹¹ José Guilherme Magnani ressalta a contribuição de Lévi-Strauss sobre os primeiros estudos de antropologia urbana no Brasil no capítulo “As Cidades de Tristes Trópicos”, no livro *Da periferia ao Centro*. MAGNANI, José Guilherme C. *Da Periferia ao Centro: trajetórias de pesquisa em antropologia Urbana*. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2012, p. 281-308.

nunca me pareceu feia: era uma cidade selvagem, como são todas as cidades americanas⁹²”, registrou em *Saudades de São Paulo*. Os novos bairros eram “brilhantes demais, novos demais, alegres demais. Mais se pensaria numa feira, numa exposição internacional construída para poucos meses. Após esse prazo, a festa termina e esses grandes bibelôs fenecem: as fachadas descascam, a chuva e a fuligem traçam seus sulcos, o estilo sai de moda, o ordenamento primitivo desaparece sob as demolições exigidas, ao lado, por outra impaciência”⁹³.

O Minhocão foi inaugurado 32 anos após a saída de Lévi-Strauss de São Paulo, mas suas observações se aplicam, com grande atualidade, às características do Elevado, que completou 50 anos em 2021. À imagem e semelhança de São Paulo, o Minhocão parece “um simulacro de construções edificadas às pressas para atender a uma filmagem cinematográfica ou a uma representação teatral” [...] “a ausência de vestígios é o elemento do seu significado”⁹⁴. O que acontece sobre ele tem uma característica de algo provisório, de ocupação feita para durar um final de semana, um monta-e-desmonta constante de cenários, um vai e vem de pessoas nos fins de semanas. Sua lógica é a do movimento e da constante transformação: “atualmente, os habitantes da cidade vivenciam o resultado de quase cinquenta anos de transformação do Elevado, de um trambolho autoritário de concreto para um parque urbano de matéria incerta, plástica e moldável em contínua formação”⁹⁵, destaca João Pedro de Lima Campos, em artigo publicado na revista eletrônica *Ponto Urbe*.

O Minhocão foi idealizado numa época em que a cidade começava a ter muita pressa, e o modelo de cidade foi impulsionado pela mentalidade rodoviarista que ganhou fôlego com as políticas de incentivo à indústria automobilística no governo de Juscelino Kubitschek, entre 1956-1961. O entrelaço entre a urgência de desenvolver-se e o contexto histórico de um país que refletia contrastes gritantes ainda permanece visíveis.

Já foi considerado um estupro arquitetônico, um projeto urbanístico que priorizou os carros em detrimento do transporte coletivo, cuja concepção foi criticada pela imprensa desde o início. O projeto foi apresentado pelo arquiteto Luiz Carlos

⁹² LÉVI-STRAUSS, C. *Saudades de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b, p. 85.

⁹³ LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a, p. 103.

⁹⁴ LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a, p. 102 a 104.

⁹⁵ CAMPOS, J. P. L. Emergência urbana: criação de espaço público e o nascimento do 'Parque Minhocão' na cidade de São Paulo. *Ponto Urbe*, v. 26, 2020, p. 3. Disponível em:

<http://journals.openedition.org/pontourbe/8548> Acesso em: 15/02/2021.

Gomes Cardim Sangirardi na administração do prefeito Faria Lima, entre 1965-1969, que não levou a ideia adiante. Retomado pelo seu sucessor, Paulo Maluf, prefeito entre de 1969 a 1971, nomeado durante a Ditadura Militar, o Elevado foi construído em 11 meses. À época, o Minhocão foi considerado o maior viaduto suspenso da América Latina. Recebeu o nome de Elevado Costa e Silva, em homenagem ao segundo presidente do regime autoritário. Em 23 de junho de 2016, o então prefeito Fernando Haddad (2013-2016) sancionou uma lei aprovada pela Câmara Municipal de São Paulo na qual mudava o nome do local para Elevado Presidente João Goulart, em homenagem ao presidente civil deposto pelo golpe militar.

O Estado de S. Paulo questionou duramente, à época, a utilidade da obra. Na matéria *Quem diz que o Minhocão é útil?*⁹⁶, o jornal denunciava a falta de transparência da administração Paulo Maluf: o prefeito e seus assessores não exibiram os dados nos quais a equipe teria se baseado para a aprovação de um projeto que foi rejeitado pelo prefeito anterior. Um dos argumentos do *Estadão* é que a empreitada complicaria a construção do metrô ao longo da avenida São João, segundo a matéria, publicada um dia antes da inauguração. Para a cidade, salienta o jornal, seria mais rentável o metrô, “que pode transportar milhares de pessoas por hora, livrando as ruas de centenas de ônibus e milhares de automóveis e abreviando o tempo perdido no movimento de ir e vir”⁹⁷. Por ironia do destino, um carro quebrou no Elevado, no dia da inauguração, causando congestionamentos na via.

⁹⁶ Na edição de 23 de janeiro de 1971, p.12. Disponível no acervo de *O Estado de S. Paulo*: <http://m.acervo.estadao.com.br/noticias/acervo.conheca-a-historia-do-minhocao-em-paginas-e-fotos-do-estadao.70003591882.o.htm> acesso em: 24/01/2021.

⁹⁷ “Quem diz que o Minhocão é útil?” *O Estado e S. Paulo*, 23/01/1971, p.12.



Vista panorâmica do Minhocão, a partir do histórico Edifício Racy, localizado na Avenida São João. Foto: Alex Sander Alcântara (19/07/2022)

A via elevada de mão dupla, construída em concreto armado, desdobra-se sinuosa sobre a malha urbana, serpenteando sobre vias importantes de São Paulo como as avenidas Francisco Matarazzo, General Olímpio Silva da Silveira, São João e rua Amaral Gurgel. Interliga o Largo Padre Péricles, na Barra Funda, no lado oeste, à Praça Roosevelt, na extremidade leste, no centro histórico. Também faz conexão com o Parque Augusta, o mais recente, inaugurado em novembro de 2021, localizado também na região central. Durante décadas, urbanistas e arquitetos defenderam a demolição do viaduto, uma obra considerada feia, com impactos negativos na qualidade de vida e na saúde dos moradores que convivem com ele. Hoje há um certo consenso de que é possível conciliar interesses tão divergentes, aumentando o tempo de interrupção dos fluxos de carros na via: nem demolir – como pregava o Movimento Desmonte Minhocão (MDM) – nem a completa interdição dos carros, transformando-o em parque. “Paradoxalmente, passamos a ter uma relação com os carros de certa aliança. A nossa luta sempre foi o de conquistas graduais de horas e espaço no Elevado. Enquanto houver carro em São Paulo, haverá Minhocão”, diz o advogado Wilson Levy, doutor pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), na área de Direito Urbanístico, cuja tese discute, entre outros aspectos, o Minhocão e questões ligadas ao direito à cidade.

3.1.2 Apropriações espontâneas

Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), a arquiteta e urbanista Paula Santoro, uma das coordenadoras do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade/FAU/USP), diz que o Minhocão representa a dinâmica contraditória da cidade, mas o considera “um lugar incrível”. Na perspectiva de ex-moradora da região, “por mais que tenha uma péssima qualidade urbana, o Minhocão expõe formas de apropriação sociais muito ricas. Como ‘parque’, foi ganhando apropriações temporárias”. Segundo Santoro, o Elevado não deve ser visto como um espaço turístico, mas de lazer: “há uma carência de formas de lazer no centro de São Paulo. A minha fala tem um ponto de vista situado. Eu vivi o cotidiano do Minhocão por mais de dois anos, morei a meia quadra do Elevado, entre 2020 e início de 2023”.

O Minhocão se tornou parque pela força do uso. A decisão de fechar para os carros ocorre desde 1976, quando a via passou a ser interditada entre meia-noite e 5h da manhã, com o objetivo de amenizar o desconforto daqueles que moravam nos apartamentos contíguos à via elevada, muitos dos quais localizados a uma distância de 5 metros do muro de contenção⁹⁸. O público, contudo, ainda não tinha acesso à via. O processo de ocupação voluntário tem início em 1989, na gestão da prefeita Luiza Erundina,⁹⁹ (1989 e 1992), quando foi reduzido ainda mais o período de funcionamento para os carros, passando a ser das 21h30 às 6h, nos dias úteis, e era fechado aos domingos, fato que propiciou o surgimento do parque ampliando-se o tempo de uso pelas pessoas que, “quanto mais o utilizava, mais o transformava em algo distinto de uma via expressa”¹⁰⁰.

O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, havia sancionado uma lei aprovada pela Câmara que denominava o Elevado “Parque Minhocão”, em março de 2016, – denominação válida apenas no período em que o Elevado ficava fechado para os carros aos domingos. Na prática, não foi criada nenhuma estrutura sobre a via e

⁹⁸ CAMPOS, João Pedro de Lima. Emergência urbana: criação de espaço público e o nascimento do 'Parque Minhocão' na cidade de São Paulo. *Ponto Urbe*, nº 26, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/8548> Acesso em: 30/03/2023.

⁹⁹ Atualmente, Luiza Erundina é deputada federal por São Paulo até 2027, mas filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), partido surgido em 2004 por dissidentes do PT.

¹⁰⁰ OTERO, Guido D Elia. Às margens do Elevado: a produção do espaço no Minhocão entre o virtual e o concreto. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), São Paulo, 2020, p. 28.

nem haveria alteração no horário de abertura e fechamento para veículos¹⁰¹. Pegando carona, em 2018, a gestão João Doria (2017-2018) criou o projeto de lei 16.833 do Parque Minhocão. O Elevado passa a ser fechado, além do domingo, também aos sábados, mas, à época, a legislação foi suspensa pelo Ministério Público de São Paulo e, posteriormente, julgada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça de São Paulo¹⁰². O sucessor de João Doria, Bruno Covas (2018-2021), lançou o projeto Parque Minhocão, no qual uma parte do viaduto seria completamente fechada para os carros. A ideia não seguiu adiante.

O fato é que as pessoas começaram a ocupar a via suspensa de quase quatro quilômetros sem ações orquestradas pelos governos municipais que se sucederam. Foram anos de usos e disputas por espaços de lazer no centro de São Paulo. “O Minhocão é fruto do processo de ocupação espontânea do espaço público”, diz Felipe Morozini, presidente da Associação Parque do Minhocão desde 2021. “As pessoas começaram a ocupá-lo e fazer usos, sem interferência governamental. A ausência de um lugar de lazer no centro levou todos para lá. O Minhocão se ressignificou sem ser requalificado”. Em duas conversas com Morozini, no intervalo de um ano¹⁰³, no período pós-pandemia de Covid-19, as iniciativas para tornar o Minhocão um parque avançaram e retrocederam na mesma intensidade. “Andamos 10 passos e voltamos oito”, lamenta. Em 25 de julho de 2023, a Associação Parque do Minhocão deixou de existir e encerrou as atividades, após dez anos de existência.

O Minhocão começou a ter equipamentos de lazer para o público por iniciativa da prefeitura de São Paulo, a partir de maio de 2021, ou seja, somente após cinco décadas de sua construção – uma conquista da luta encabeçada pela Associação. Passou a receber bancos de madeira em caráter experimental nos fins de semana e feriados e ganhou dois dos oito acessos prometidos pela gestão municipal: um na altura do Terminal Amaral Gurgel, ao lado metrô Santa Cecília, e outro na Praça Marechal Deodoro. No final do ano de 2022, foi retirado todo o mobiliário, uma nova licitação foi feita e os equipamentos foram reinstalados em abril de 2023. Desta vez, quase seis meses depois, o Minhocão passou a ter banheiros químicos e segurança feita

¹⁰¹ *Haddad sanciona lei que cria o Parque Minhocão*, G1, 09/03/2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/03/haddad-sanciona-projeto-que-cria-o-parque-minhocao.html> Acesso em: 30/05/2022.

¹⁰² *Tribunal de Justiça decide que lei que criou Parque do Minhocão em SP é inconstitucional*. G1, disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/05/21/tribunal-de-justica-decide-que-lei-que-criou-parque-do-minhocao-em-sp-e-inconstitucional.ghtml> Acesso em: 13/02/2023

¹⁰³ Em 15 de março de 2022 e 03 de maio de 2023, ambos os contatos por telefone. Depois, fiz mais dois contatos via *WhatsApp*.

pela Guarda Civil Metropolitana (GCM), que trafega por toda a via com motos. Segurança e banheiros químicos nunca existiram desde que o Elevado passou a ser fechado para os carros nos fins de semana. Foram criadas mais quatro áreas de convivência, com cadeiras de praia, guarda-sóis, área para ioga, equipamento para skate, além de jogos de xadrez e dama. Colocaram também lixeiras grandes, que são retiradas no domingo às 22h.

Desde abril de 2023, o Minhocão saiu da gestão da Secretaria de Urbanismo e Licenciamento e passou a ser gerido pela Secretaria Municipal de Turismo. A situação do Minhocão é curiosa, segundo Morozini: “quando há mudança de prefeito, tudo pode retroceder”. De fato, as ações e projetos dos governos municipais avançam ou recuam, na mesma volatilidade das mudanças de secretários municipais e na mesma falta de interesse pelo Elevado dos que administraram a cidade. Jardins verticais¹⁰⁴ que não vingaram, concursos para selecionar projetos¹⁰⁵ que nunca foram postos em prática.

A Virada Cultural de São Paulo, que era concentrada no centro, aconteceu também no Minhocão, em 2012, mas, no Elevado, não houve continuidade. À época, Felipe Morozini foi o curador dos eventos no Elevado. Entre as atrações, a Virada no Minhocão reuniu barracas com comida de renomados *chefs* de São Paulo. A galinhada do *chef* Alex Atala foi a mais concorrida e houve tumulto. Seriam ofertadas iguarias para 500 pessoas e apareceram mais de cinco mil, causando transtornos na via.¹⁰⁶

Entre as administrações dos últimos dez anos, a gestão de Fernando Haddad é reconhecida entre as que mais diálogos criou com a população para debater melhorias no Minhocão. Morozini, contudo, classifica de “oportunistas” as administrações de Bruno Covas e do seu antecessor João Doria, ambos do PSDB. A gestão Bruno Covas apresentou, em fevereiro de 2019, desenhos preliminares que traçaram um projeto de um parque linear em parte de sua extensão. Na primeira etapa, ele ocuparia 900 metros da pista, nos dois sentidos sobre a rua Amaral Gurgel. No

¹⁰⁴ PALHARES, Isabela. *Após 2 anos bancando manutenção, prédios desistem do jardim vertical*. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 30 de março de 2019, p. A16.

ZYLBERKAN, Mariana. *Moradores do Minhocão vão à Justiça para remover jardins que definham*. Folha de S. Paulo. São Paulo, 13 de julho de 2019. Cotidiano, p. B1.

¹⁰⁵ Cf. Os projetos finalistas no 31º concurso realizado pelo Archdaily, plataforma que reúne projetos de arquitetura: <https://www.archdaily.com.br/br/920607/conheca-os-vencedores-do-concurso-projetarg-parque-minhocao> Acesso em: 13/06/2023.

¹⁰⁶ *Galinhada de Alex Atala tem tumulto no Minhocão*, O Estado de S. Paulo, 07/05/2012. Disponível em <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/galinhada-de-alex-atala-tem-tumulto-no-minhocao-imp/> Acesso em: 30/02/2023.

total, estavam previstos 17.500 metros quadrados de jardins, com floreiras e deques, dispostos em módulos pré-fabricados. O projeto, assinado pelo urbanista e ex-prefeito de Curitiba Jaime Lerner, era ambicioso: previa a instalação de nove acessos para pedestres ao longo de todo o elevador, construção de elevadores, rampas e escadas tanto no trecho de 900 metros do parque quanto nos demais. A parte restante continuaria a ser usada para lazer nos fins de semana.

À época, a crítica de especialistas foi contundente: a mesma administração que anunciava o projeto no Minhocão não dava conta sequer do jardim vertical na avenida 23 de Maio, idealizado pelo então prefeito João Doria. O projeto foi capa da *Veja São Paulo*¹⁰⁷, na edição de fevereiro de 2019. A proposta de Bruno Covas criava um parque semelhante ao *High Line* de Nova York, uma ideia que ninguém queria “porque tudo era proibido: andar de bicicleta, levar cachorro, muita coisa que já era o uso do Elevado”, lembra Morozini.

A opinião é compartilhada pela professora da FAU/USP, Paula Santoro, que também estuda o *High Line Park*¹⁰⁸, uma área degradada transformada em parque em 2009, em Nova York. “O *High Line* é um megaprojeto paisagístico, voltado para o turismo, mas de expulsão e exclusão de quem morava lá”. O Minhocão tem uma importância metropolitana e regional, analisa a urbanista, interligando zonas importantes de São Paulo. “Não pode ser discutido isoladamente. As pessoas não têm lazer no centro. O Parque Augusta, próximo ao Elevado, é muito pequeno e fica lotado nos fins de semana”. Em artigo¹⁰⁹ publicado no site do LabCidade, da FAU/USP, Paula Santoro criticou a ideia de Bruno Covas. “O *High Line* virou a Disneylândia de Nova York”, constata Santoro: “ninguém fica lá. Todo mundo passa, tira fotos e vai embora. É algo turístico apenas”.

O atual prefeito Ricardo Nunes (MDB), que substituiu Bruno Covas, também quer deixar sua marca de projetos que não vão sair do papel. É o pior na gestão do Elevado, na avaliação de Morozini: “ele não sabe o que fazer com o Minhocão”. Em

¹⁰⁷ Prefeitura anuncia a construção do Parque Minhocão, *Veja SP*, 21/02/2019. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/minhocao-capa-projeto-verde/> Acesso em: 30/06/2022.

¹⁰⁸ Por que o Minhocão não deve ser o nosso Parque High Line? publicado no site do LabCidade, laboratório da FAU/USP, em 19/09/2017. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/por-que-o-minhocao-nao-deve-ser-o-nosso-parque-high-line/> Acesso em: 1º/05/2023.

¹⁰⁹ Projeto da prefeitura de São Paulo não soluciona o problema do minhocão, publicado no site do LabCidade/FAU/USP, em 27/02/2019. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/projeto-da-prefeitura-de-sao-paulo-nao-soluciona-o-problema-do-minhocao/> Acesso em: 22/02/2023.

entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*¹¹⁰, no aniversário da cidade, em 25 de janeiro de 2023, Nunes falou de um projeto de criar um túnel sobre o viaduto para que o Parque Minhocão funcionasse, “algo inviável tecnicamente e da cifra de bilhões”, alerta Morozini. “Esse efeito túnel já existe na parte de baixo da via, e não faz sentido em cima do Elevado”, reforça Santoro. Para a professora da FAU/USP, “há muitos erros de projetos feitos por gente que desconhece o lugar”.

A solução para o uso compartilhado – para os carros durante a semana e para as pessoas nos fins de semana e feriados – com condições mínimas de funcionamento, que incluem banheiros químicos e segurança, parece ser, por ora, o modelo que tem dado certo, mas a licitação atual para os equipamentos dura um ano. Não há garantias de que haverá continuidade da estrutura. “Se algum político decidir tirar tudo, ele tira”, afirma Morozini. No dia 11 de junho de 2023, por exemplo, durante a 27ª Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo, o Minhocão ficou fechado para as pessoas sem qualquer aviso prévio ou informação disponível no local.¹¹¹

Os paulistanos já se acostumaram com a presença da serpente de concreto e não querem se livrar dela. Uma pesquisa Datafolha¹¹², divulgada em setembro de 2020, com foco em eleitores paulistanos, indicou que quase metade (46%) dos entrevistados paulistanos já passou ou costuma passar pelo Minhocão. Nesse grupo, há 38% que passam ou já passaram de carro pela via elevada, e 12% que a utilizam ou já utilizaram para lazer, quando fica fechada para o trânsito de veículos. A maioria (54%) avalia que o Elevado deveria ficar como está; 30% defendem que seja transformado em parque, e 7%, que seja demolido.

3.2 De perto e De dentro

A minha primeira caminhada etnográfica¹¹³, no Minhocão, foi realizada por cima da via suspensa, em 12 de março de 2022. Com a flexibilização das normas, no contexto da pandemia de Covid-19, o espaço foi reaberto ao público apenas para lazer

¹¹⁰ *Prefeito de SP quer túnel para criar parque no Minhocão. O Estado de S. Paulo*, p. A20, 25/01/2023.

¹¹¹ No Instagram, @parque_minhocao classificou de a situação de “absurda”. https://www.instagram.com/p/CtWjLyvuxqL/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==

¹¹² <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/09/1988879-54-defendem-minhocao-atual-e-30-preferem-parque-na-via-elevada.shtml>

¹¹³ No total de 14 caminhadas pelo Minhocão, em cima do Elevado e embaixo, entre março de 2022 e junho de 2023, realizadas aos sábados, domingos e, à noite, durante a semana.

noturno, em 6 de dezembro de 2021, das 20h às 22h, nos dias de semana. O acesso ao local para as pessoas ficou suspenso por 20 meses. Para entrar, os frequentadores precisavam usar máscaras e eram orientados a evitar aglomerações.

Com o olhar voltado para a pesquisa, escolhi um sábado para começar, embora domingo seja o dia mais movimentado, como pude atestar nas visitas. O relógio marcava 15h16 quando iniciei a primeira incursão. O que chama a atenção de quem não conhece o Elevado é que sua dinâmica é diferente dos demais parques. Tanto pelo lado leste, na rua Consolação, tanto pelo lado oeste, no Largo Padre Péricles, na Barra Funda, o controle é feito por funcionários de uma empresa terceirizada. Mas, diferentemente de outros parques na capital, como o Ibirapuera, os vendedores de água mineral, água de coco e refrigerantes não podem entrar. A comercialização é feita somente nas entradas, fora do Elevado. É proibido o comércio de qualquer produto na via elevada. “É uma grande bobagem não poder comercializar produtos no Minhocão. No parque Ibirapuera, isso é possível, e por que lá não é? É ridículo impedir. O importante é ver o que pode e o que não pode ser cadastrado, regulamentar para que se tenha uma oferta regular e permanente. Isso é a coisa mais fácil do mundo, é só querer”, sugere o ex-vereador José Police Neto (PSD-SP), ex-presidente da Câmara Municipal de São Paulo. A Prefeitura e os Bombeiros proibiram qualquer tipo de evento em cima do Minhocão. Um dos motivos alegados, segundo Felipe Morozini, é que o guarda-corpo tinha três centímetros a menos do que o indicado pelas normas de segurança. Durante a pandemia, foi colocada a proteção na altura recomendada. “Mesmo assim, não houve o interesse público e político de abrir o espaço novamente para eventos. Vivemos num lugar de incertezas”, lamenta.

As estruturas removíveis de madeira para descanso já estavam montadas na primeira visita. São organizadas às sextas à noite e desmontadas no domingo após as 22h, segundo um funcionário da empresa Sefra Segurança. Falou na condição de anonimato porque me identifiquei como pesquisador e jornalista. Ficou desconfiado e não quis revelar o nome, apesar de as perguntas serem pontuais e relacionadas apenas à montagem de toda a estrutura.

Estava nublado e havia probabilidade de chuvas esparsas. O Elevado estava meio vazio. No primeiro quilômetro andando, percebi que havia dezenas de prédios residenciais sendo construídos, muito próximos ao muro de proteção. Colado ao metrô Santa Cecília e ao terminal de ônibus Amaral Gurgel, embaixo do Elevado, havia um estande de vendas cujo empreendimento imobiliário, chamado Nurban Santa Cecília,

ficava a poucos metros do Minhocão, com apartamentos de até 24 metros. Numa pesquisa no site da construtora (nurbansantacecilia.com.br), há a promessa de moradia “no coração de uma das regiões mais incríveis da capital, ao lado do Metrô Santa Cecília e do futuro Parque do Minhocão”. O empreendimento faz parte do Programa Casa Verde e Amarela, versão do programa de financiamento de imóveis populares do ex-presidente Jair Bolsonaro. O detalhe é que a referência ao “futuro Parque Minhocão” é o projeto natimorto idealizado pelo ex-prefeito Bruno Covas. Pesquisas do LabCidade, da FAU/USP, apontam que a região faz parte de uma “nova frente de expansão do mercado imobiliário”¹¹⁴. Assinado por três pesquisadores, entre eles Paula Santoro, o artigo explica que uma das características dessa área são os novos produtos imobiliários baseados em contratos temporários e mais flexíveis de aluguel, mediante preços mais altos e menor área útil de venda/locação, voltados também para classes média e média alta. Não é bem o caso de empreendimentos como o Nurban, mas há prédios de padrão elevado já construídos na direção oeste do viaduto.

3.2.1 Espaço das técnicas

Prosseguindo a caminhada, deparo com a primeira cena que me faz parar: dois homens jogavam xadrez em um tabuleiro gigante no meio do asfalto. Observo a distância e lembro de uma máxima do antropólogo Tim Ingold: no campo, diferentemente do laboratório, “é preciso esperar que as coisas aconteçam e aceitar o que é oferecido, quando lhe é oferecido”¹¹⁵. Paro a 10 metros do tabuleiro. Me aproximo quando, encerrada a partida, um dos jogadores desce pela escada lateral, montada pela prefeitura de São Paulo, que dá acesso ao Terminal Amaral Gurgel, em baixo do viaduto. Sinto-me à vontade para me aproximar do senhor que permanece. Chama-se Marwan Shamas, um sírio de 60 anos¹¹⁶ que mora em São Paulo há sete anos. Fala muito pouco o português, mas compreende bem o que pergunto. Descubro que é um craque no xadrez. Reside no Jabaquara, na zona Sul de São Paulo. Veio para a cidade morar com o filho. Enquanto converso com Marwan, o seu parceiro, Ricardo Oliveira,

¹¹⁴ OTERO, Guido; HARKOT, Marina Kohler; SANTORO, Paula Freire. *A invisibilidade dos mais pobres no PIU Minhocão*, publicado no site do LabCidade em 04/09/2019. Disponível em <http://www.labcidade.fau.usp.br/a-invisibilidade-dos-mais-pobres-no-piu-minhocao/> Acesso em: 20/05/2023.

¹¹⁵ INGOLD, Tim. *Antropologia: para que serve?* Petrópolis (RJ): Vozes, 2019, p. 12.

¹¹⁶ Os dados coletados são de março de 2022.

71 anos, retorna em poucos minutos e se dirige a mim: “quer jogar, jovem?” Respondo que não sei jogar xadrez. Fico sabendo que eles formam um grupo de aposentados que se reunia no Largo São Bento, na região central, aos sábados, para jogar, mas com a pandemia os espaços foram todos fechados. Passaram a se encontrar no Minhocão após a reabertura da via ao público. Ou seja, o pedaço¹¹⁷ que utilizavam para se reunir não era ali. Eles formam um grupo de cerca de oito pessoas, mas quem quiser pode participar e se integrar. Mais comunicativo, Ricardo Oliveira começa a falar da técnica do xadrez: “qualquer coisa que a gente goste de fazer é bom, não é? Se você faz sem gostar, faz mal. Se você gosta, faz bem! Como jornalista, você gosta da profissão, jovem? Qualquer coisa que você faz bem-feito é difícil. Até jogar palitos (no qual se tira um por um sem mexer os demais), que parece simples, mas tem uma técnica, não tem? Por que tem alguns que jogam mais do que outros e sempre ganham? Se não fosse assim, por que um joga melhor que o outro? Fácil é fazer mal feito”.

Em poucos minutos, Oliveira me ensina as regras básicas do jogo. Entrego cinco folhas de caderno onde desenha os movimentos que cada peça do xadrez realiza no tabuleiro: um rei, uma dama, dois bispos, dois cavalos, duas torres e oito peões. Conta que o sírio só ganha. Foi campeão no país dele diversas vezes. O jogo é tão popular na Síria, explica Shamas, como o futebol é no Brasil.

Sentado em uma das cadeiras de praia ao meu lado – enquanto Shamas joga com outro parceiro que chegou – Oliveira me conta que trabalhou em escolas de São Paulo como inspetor de alunos e foi caixa de banco por 20 anos. Fala das vantagens de morar no centro, onde a comida é mais barata. Me mostra duas marmitas que comprou por R\$ 13 cada uma: “se eu fosse comprar perto da minha casa (no bairro Ipiranga, na zona Sul), seria muito mais caro. Pagaria uns R\$ 18 cada uma. No centro, tem mais oferta”. Não para de falar e conta sobre outro amigo, que joga com eles, que é advogado, mas vende roupa: “ele não gostava de ser advogado, gostava de vender roupas”. Volta a falar de técnica, mas agora o assunto é jornalismo: “jornalista de televisão tem de saber render a história, né? Começa com uma história pequena e vai loooonge.... O repórter tem de fazer com que os caras gostem do que ele está falando”. Eu concordo com ele. Digo que tem de fazer render o assunto como numa novela e que o domínio de habilidades exige treino, mas as regras no jornalismo se diferenciam de

¹¹⁷ *Pedaço* é utilizado na acepção antropológica desenvolvida por José Guilherme Magnani, assunto do próximo capítulo. MAGNANI, José Guilherme C. *Festa no pedaço: Cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: editora da Unesp, 1998, p. 115.

muitas profissões: os princípios éticos são mais importantes que a técnica. Penso que fui um pouco acadêmico e ele não prolonga a conversa sobre o assunto.

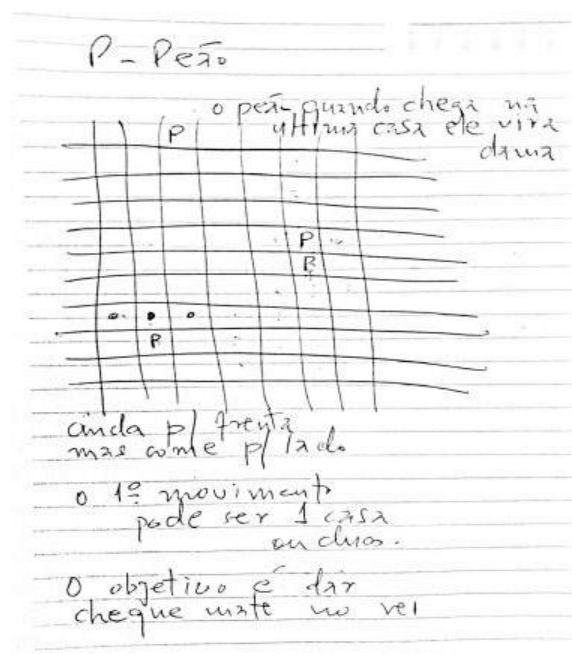
Um casal passa em frente, andando pelo Minhocão, e a mulher observa a cena. Eles diminuem os passos. Ela se entusiasma: “ai, gente, que lindo esse tabuleiro aqui! Como eu queria aprender a jogar!” Respondo: só tem fera aqui. “Não quero nem tentar”, responde. O acompanhante da mulher pergunta: “querem mais um crânio, aí? O casal retoma a caminhada às gargalhadas.

Sigo, depois de ficar quase duas horas com o grupo. A percepção de Antônio Oliveira sobre jornalismo – de que é preciso dominar a técnica para fazer bem as coisas – me fez refletir sobre no que consistiria a técnica jornalística, algo que está presente na minha pesquisa. Eu também estava ali para exercitar um tipo de técnica – no caso, o método antropológico de observar cenários, atores e regras. Lembro de uma citação que o jornalista e professor norte-americano, Walt Harrington, da *University of Illinois*, faz ao abordar a relação entre etnografia e jornalismo. Harrington cita a frase de outro jornalista, Mike Sager, que soa mais como uma metáfora a partir da experiência do que propriamente uma discussão sobre métodos: “a chave é afiar suas ferramentas de tal forma que elas façam seu trabalho sem pensar muito. Então, sua cabeça está livre. Domine a técnica e depois ouça seu coração. Você não precisa apenas de cérebro, mas de coragem – um sentimento visceral pelos assuntos. E você tem que ter confiança suficiente em si mesmo e no processo para saber que, se você se jogar em uma história, algo sairá dela”¹¹⁸.

¹¹⁸ A citação da frase do jornalista Mike Sager é: [...] *The key is to get your tools honed to such an extent that the tools do their job without too much thought. Then your head is freed to do its job. Master technique and then listen to your heart. You don't need just brains, but guts—a visceral feeling for subjects. And you have to have confidence enough in yourself and the process to know that if you throw yourself into a story, something will come out of it.* In: HARRINGTON, Walt. What journalism can offer ethnography. In: *Qualitative Inquiry*, Texas A&M University, Texas, v.9, n. 1, p. 93, 2003. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1077800402239342> . Acesso em 22/02/2022.



O sírio Marwan Shamas, de camiseta vermelho-escuro, joga com um amigo do grupo (de máscara), ganhando a partida em menos de 10 minutos. Foto: Alex Sander Alcântara (12/03/2022).



Rabiscos feitos por Ricardo Oliveira, explicando-me os movimentos das peças de xadrez. Foto: Alex Sander Alcântara (12/03/2022).

No mesmo dia da primeira caminhada, descobri meu segundo personagem, como se denomina no jargão jornalístico. A segunda história coincidentemente tem relação direta com a técnica aliada ao talento. Quem entra na via elevada pela avenida São João, no centro de São Paulo, vê uma sacada, no primeiro andar, com quadros e esculturas produzidas por José de Carvalho Neto, ou simplesmente JC Neto, com quem conversei, no dia 20 de março de 2022, um domingo à tarde, no apartamento onde mora com a esposa Ana. É uma mistura de ateliê e galeria. A sacada de JC virou uma mancha cultural no Minhocão. Caminhantes param, tiram fotos, comentam sobre as obras e postam nas redes sociais (@jcnetoartista). A recepção é tão espontânea que JC, em muitas situações, ouve os comentários do quarto. Nos horários de movimento intenso de carros, durante a semana, é possível contemplá-las e até fotografá-las. Segundo estimativas da Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo (CET), mais de 70 mil veículos passam pelo viaduto diariamente. Isso significa que um número considerável de pessoas deve apreciar as obras de JC também dos carros.

Nossa conversa de mais de duas horas foi na sacada que serve de “galeria” permanente. O tempo estava fechado, com chuva fina, mas constante. Poucas pessoas circulavam pelo Minhocão naquele dia e era possível ouvir o barulho dos carros na parte de baixo do Elevado mesmo no domingo, quando o movimento é bem menor. JC vive há mais de 10 anos a poucos metros do muro de proteção. Conta que morava na Vila Maria, zona Norte de São Paulo: “insisti muito para vir morar aqui no centro da cidade. Quando você mora em bairros, é mais difícil trabalhar com arte. Se você mora na Vila Madalena [na zona oeste, bairro considerado mais boêmio e artístico] é mais fácil porque as pessoas têm uma outra cabeça. Porque a arte é algo bem elitista. Isso aqui [apontando para suas obras] é para poucos”.

Quase não sobram espaços na sala, ocupados por quadros e esculturas. Conversamos sobre a influência do Minhocão em suas obras, sobre técnica e artistas preferidos. A primeira coisa que diz é que a obra de arte tem de “falar”: “se não comunicar, não é arte. Essa concepção não é minha, vem desde o Renascimento. Michelangelo [1475-1564] cansou de quebrar esculturas que produzia porque ele achava que não dizia nada”, relata o artista, que já lecionou História da Arte. JC é um grande contador de histórias da vida e das obras dos artistas e das técnicas utilizadas por grandes nomes. Tem o dom de falar com simplicidade e clareza.

Defende uma concepção particular sobre obras de arte, que alia recepção à obra e a intencionalidade do artista. Há aquelas que são fáceis de serem vendidas e outras que vão para galerias: “a obra de arte que fica é a primeira que o artista fez. O resto é releitura da primeira”. Exemplifica que, quando Edvard Munch [1863-1944] pintou *O Grito*, em 1893, produziu uma obra de arte. Já Claude Monet [1840-1926], prossegue, quando pintou *A Ponte* (1899), não fez uma obra de arte, mas pintura. “O Monet registrou uma paisagem. Não estou falando da técnica. Tem uma coisa que se chama pintura e outra que é a obra de arte”.

Mostra duas telas e uma escultura produzidas por ele. Me apresenta a pintura intitulada *A mulher de bicicleta*, que tem como cenário o Minhocão. Depois uma escultura belíssima de mármore que ele chamou de *O Cristo Retirante*: “esta obra de mármore eu não vendo por nada”. Cinco meses depois, vejo em sua página no *Instagram* que a escultura ficou em primeiro lugar no concurso realizado pelo Museu Casa de Portinari, em agosto de 2022, durante a 47ª Semana de Portinari, que aconteceu no município de Brodowski, interior de São Paulo. Para o concurso, JC a batizou de *Eu sou o que você enxerga*. Particularmente, eu preferiria chamá-la pelo

nome que deu durante a minha visita, *O Cristo Retirante*, porque envolve a intencionalidade do artista e não a opinião do receptor. Pelo que entendi sobre sua ideia de grande obra, não é uma questão de técnica apenas, mas de concepção. “Para o senso comum, a arte é figurativa, há quadros meus que não são vendidos, mas que podem ir para uma galeria”, defende.

Pega outro quadro, de fundo preto, com cinco pessoas, aparentemente figuras femininas, com roupas coloridas, portando instrumentos musicais, que diz ter uma influência direta do Minhocão. “Essas mulheres africanas estavam andando no Elevado. Eu sempre ando pelo Minhocão. Hoje não fui porque estava esperando por você. E, quando volto, anoto no caderno cenas que vi”. Me pergunta sobre o que vejo no quadro. Ensaio dizer que lembra *Os Retirantes*, de Portinari, pintado em 1944. Ele não concorda. Me explica que o objetivo não é mostrar a estética: “neste caso, o tema é bem social”. No caso de Portinari também, argumento. JC continua: “é muito interessante o olhar das pessoas. Esse fundo preto, com as cabeças desmembradas”. Faz uma pausa. “Na verdade, o que quero mostrar é que não é algo festivo. Este quadro induz à alegria, mas não é sobre isso. O que eu tento mostrar é o sofrimento delas, não vê? As cabeças estão todas desmembradas do corpo”.

Continua explicando a própria técnica: “gosto muito do preto, minha paleta é muito escura. No Impressionismo [tendência artística surgida no final do século 19 na França], você tinha isso. Se você pegar o Claude Monet e o Renoir [1841-1919], a paleta deles é completamente diferente. Renoir é muito alegre, tons azuis que levantam. O Monet é completamente diferente. Muitos desses pintores retratavam coisas alegres na tristeza”. Novamente, volta a falar da vida dos artistas.



Quadro sem título. Inspirado em mulheres africanas que transitavam pelo Minhocão. Fotos: Alex Sander Alcântara (20/03/2022)



A escultura **Cristo Retirante** ficou em primeiro lugar no concurso realizado pelo Museu Casa Portinari. Para o concurso, mudou o nome da obra para “Eu sou o que você enxerga”.

O repertório de histórias de vida de pintores de JC Neto é vasto, repleto de detalhes de grandes nomes. Além de Monet e Renoir, discorre sobre Modigliani [1884 - 1920], Pollock [1912-1956], Van Gogh [1853-1890]. Conta sobre os bastidores da Semana de Arte Moderna, de 1922, em São Paulo. Explica as razões pelas quais Candido Portinari [1903-1962] não participou. Ele era desafeto de Di Cavalcanti [1897 – 1976], um dos articuladores do evento que marcaria a história da literatura e das artes brasileiras.

JC se queixa das encomendas de arte para decoração, que às vezes tem de fazer: “eu produzo algumas telas de pintura abstrata sob encomenda que para mim não têm valor artístico algum. Eu faço para vender. A arte muitas vezes castiga a gente. Poucos artistas ficam ricos em vida”. Volta a falar novamente de Van Gogh, que vendeu apenas um único quadro em vida. Só ficou famoso depois da morte. Opino, afirmando que na história da pintura muitos artistas fizeram obras sob encomenda, produziram retratos de pessoas ilustres e não deixaram de produzir grandes obras. Ele concorda.

JC diz que pintura e alfabetização surgiram concomitantemente na sua vida. Aprendeu a desenhar com o pai aos oito anos: “ele praticamente me alfabetizou, me ensinando a desenhar as dimensões das caixas de remédios e escrevendo as letras das caixas. Morávamos com cinco irmãos num quarto só”.

Em sua avaliação, não há aspectos negativos no Minhocão. Pelo Elevado, relata, passam jornalistas, médicos, escritores, turistas: “é uma fonte de inspiração para mim. Você quer morar numa megalópole sem barulho? Vá morar num sítio. A vantagem de morar no centro é que todos os dias você encontra pessoas diferentes, mesmo indo aos mesmos lugares. Você vai um dia, no outro você não encontra a pessoa. É uma rotatividade de gente diferente de outros lugares. Eu não quero sair daqui por nada”.

Diz que deu entrevistas para televisão (Record, Globo, Cultura). A última foi para a TV Globo sobre os 50 anos do Minhocão. Estudantes de artes e de jornalismo requisitam entrevistas com ele frequentemente. Ele tem uma ideia para ser executada no Minhocão: colocar telas virgens para que as pessoas pintem o que elas estão vendo ou o que quiserem, mas falta patrocínio.



Sacada da residência de JC Neto vista do Minhocão. Foto: Alex Sander Alcântara (03/09/2022).



Na sacada-ateliê: José de Carvalho Neto no apartamento onde mora, a 5 metros da grade de proteção. Foto: Alex Sander Alcântara 20/03/2022)

A ideia de JC se coaduna com o movimento espontâneo que ganhou vida no Elevado, principalmente a partir de 2013, que coincide com o surgimento da Associação Parque Minhocão, formação de grupos de teatros que emergiram nas sacadas dos prédios, num contexto de uma série de manifestações e protestos de jovens pela cidade para ocupação de espaços. O Minhocão se tornou um dos pontos de São Paulo que aglutinam movimentos de ativismo cultural. Diferentemente da Avenida Paulista, por exemplo, que concentra muitas manifestações políticas, o movimento no Elevado se caracteriza por reunir intervenções artísticas.

Num dossiê coletivo¹¹⁹, produzido pela Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP), publicado em 2019, o Grupo de Trabalho Baixo Centro fez um inventário cultural no Minhocão. Foram identificadas quarenta e cinco referências culturais entre celebrações, formas de expressão, saberes, lugares, edificações e objetos, relacionadas aos grupos sociais que reocuparam o centro no momento de sua desvalorização imobiliária. Um exemplo, entre dezenas, são as rodas de samba que se iniciam depois da missa, atrás da igreja de Santa Cecília. O objetivo do inventário foi compreender a vivência, formas de ocupação e de apropriação dos espaços pelas pessoas, além das narrativas construídas.

¹¹⁹ REPEP. Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra *gentrificação*. 2019. Grupo de Trabalho Baixo Centro da Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP) São Paulo, 2019. Disponível em: <https://repep.fflch.usp.br/gt-minhocao> Acesso em: 15/05/2022.

Uma tese de doutorado¹²⁰ de Kelly Yamashita, defendida em 2020, no Instituto de Arquitetura e Urbanismo, na unidade da USP em São Carlos (SP), analisou as apropriações urbanas no Minhocão, ou seja, os usos pouco habituais experimentados sobre a via elevada. Com viés mais crítico, a pesquisa aponta que essas apropriações espontâneas no Elevado seriam um processo de encolhimento crítico em relação à experiência urbana,¹²¹ vivenciadas a partir do que se convencionou chamar de Jornadas de Junho de 2013,¹²² quando se observou uma série de agitações com a presença de jovens, em grande parte grupos ligados à produção cultural, em praças, parques e ruas da cidade de São Paulo. O marco inicial foram os protestos de jovens na capital paulista contra o aumento de R\$ 0,20 na passagem de ônibus, que entrou em vigor em 2 de junho de 2013. Resumidamente, a tese problematiza e aprofunda a discussão, mas, entre as conclusões, aponta que os movimentos de ocupação no Elevado, característicos de um urbanismo informal, apresenta uma certa “anulação da dimensão transgressora do ativismo cultural.”¹²³

Entre as dezenas de intervenções no Minhocão, a tese de doutoramento de Kelly Yamashita cita, entre outras, *Jardim Suspense da Babilônia*¹²⁴, ação produzida em 2009, por Felipe Morozini, artista, fotógrafo e presidente da Associação Parque Minhocão. “Eu pinteí umas flores gigantes no Minhocão, ganhei um prêmio em Nova York naquele ano como a melhor *street art* do mundo, porque foi a primeira vez que não era um desenho de um grafiteiro. Não era um trabalho rebuscado. Eram apenas

¹²⁰ YAMASHITA, Kelly. *Minhocão: via de práticas culturais e ativismo urbano*. Tese (Doutorado) do programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos (SP), 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-03082020-141952/pt-br.php> Acesso em: 21/03/2022.

¹²¹ Ibidem.

¹²² Para Wilson Gomes, professor da faculdade de comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), os protestos no Brasil de 10 anos atrás estão inseridos num contexto internacional de revoltas. O pesquisador lembra a Primavera Árabe, entre os movimentos pró-democracia, com uma mobilização baseada nas redes sociais cujas características são a transformação digital e o avanço da extrema direita mundial. Cf. *Junho de 2013 é parte de onda de movimentos globais, diz professor Wilson Gomes, Folha de S. Paulo*, 23 de junho de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/06/junho-de-2013-e-parte-de-onda-de-movimentos-globais-diz-professor-wilson-gomes.shtml> Acesso em: 23/06/2023.

¹²³ YAMASHITA, Kelly. *Minhocão: via de práticas culturais e ativismo urbano*. Tese (Doutorado) do programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos (SP), 2020, p. 371. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-03082020-141952/pt-br.php> Acesso em: 21/03/2022.

¹²⁴ A intervenção Jardim Suspense na Babilônia pode ser vista no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=XFXGEOhrvvg> Acesso em: 22/03/2022.

flores pintadas no asfalto, como desenhos de criança. Eu não tinha interesse na arte em si, eu tinha interesse nos meus vizinhos acordando no domingo”, conta Morozini.

A ideia surgiu, segundo ele, com a indignação que sentiu com a notícia de que naquele ano o Minhocão havia sido eleito a obra mais feia de São Paulo: “eu fiquei um pouco revoltado com isso e fiz alguma coisa para politizar o lugar. E acho que ali começou uma história minha de ativismo artístico. Eu enxerguei no Minhocão um meio para praticar a minha arte. Então, todo 25 de janeiro, que é aniversário de São Paulo, eu faço alguma intervenção no Elevado”. Por outro lado, diz o artista, o Minhocão ganhou o título de melhor espaço para as crianças andarem de bicicleta, patins ou skate. Morozini não soube indicar onde essas informações foram noticiadas. Encontrei as declarações dele sobre esse ponto em outra reportagem¹²⁵ na edição digital da revista GQ, em 31 de julho de 2020. Nas minhas buscas e pesquisas, não encontrei a referência do concurso que elegeu o Minhocão como a obra mais feia da capital paulista nem a enquete sobre o melhor lugar para andar de skate.

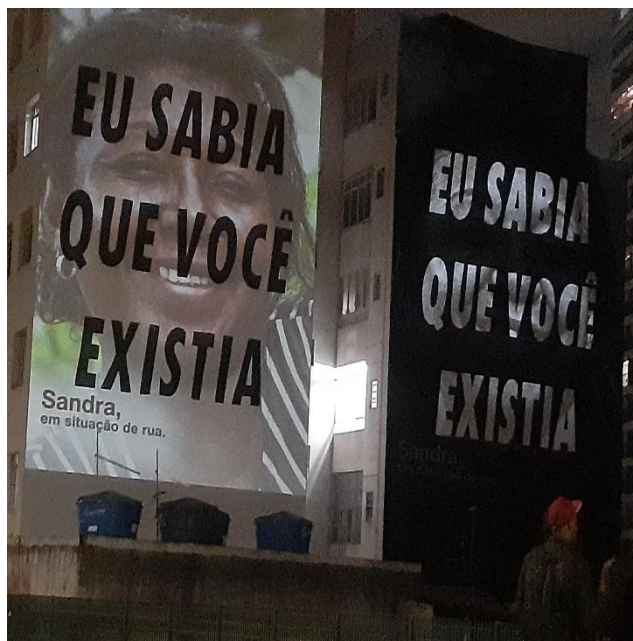
A informação de que o Minhocão foi eleito o monumento mais feio de São Paulo não encontrei, mas descobri outra mais indigesta: São Paulo está entre as cidades mais feias do mundo: ocupa a nona posição no ranking, segundo o guia americano de viagens *U. City Guides*. O site descreve São Paulo “como uma feia selva de concreto”, mas que “compensa a falta de beleza estética com restaurantes de primeira linha, vida noturna, compras e galerias sofisticadas. É muito barulhento, muito lotado, muito agitado e ninguém visita a cidade pensando em passear.”¹²⁶

Morozini é autor de uma série de *prints* com frases que estampam as laterais dos prédios no Minhocão, espalhados pela via suspensa, como pude comprovar. Uma das mais emblemáticas – *Eu sabia que você existia* – compõe um cenário visual que faz do lugar um dos pontos de São Paulo com a maior concentração de grafites: são quase 50 imagens ao longo do trajeto, isso sem contar as que estão na

¹²⁵ Cf. *Minhocão é vista da janela do apartamento de Felipe Morozini*. Disponível em: <https://gq.globo.com/Prazeres/Design/noticia/2020/07/minhocao-e-vista-da-janela-do-apartamento-de-felipe-morozini.html> Acesso em: 02/04/2022.

¹²⁶ Do original, no site do U.City Guides: [...] “São Paulo is the New York of the Latin world, a megalopolis with the most sophisticated and cosmopolitan life in South America. It is one of the world’s largest and most populous cities, and a major cultural and economic center. As an ugly concrete jungle, it makes up for the lack of aesthetic beauty with top-rate restaurants, nightlife, shopping, and high-end galleries. Yes, it’s too noisy, too crowded, too fast-paced, and no one visits the city with sightseeing in mind, but you’ll find the ultimate urban experience, where fashion, art, and design are flourishing”. Disponível em https://www.ucityguides.com/sao_paulo/ Acesso em: 29/05/2023.

parte de baixo, nas pilastras de sustentação, muitos deles apagados durante a gestão do prefeito João Doria, em 2017.



Projeção dos invisíveis: fotos de moradores em situação de rua, que vivem embaixo do Minhocão, projetadas em lateral de prédio, no Elevado, com frase interventiva de Felipe Morozini. Foto: Alex Sander Alcântara (22/04/2023)

3.2.2 Cine Minhocão: com Betty Boop, André e Bruna

“Olha meu filho”, aponta uma mulher em tom infantil, mostrando um boneco pendurado em suas costas, como se fosse uma bolsa. Ela estava acompanhada de um homem, que carregava um carrinho de supermercado com todos os pertencentes que possuíam na vida. Pergunto se eles estão passeando, mas ela diz que foram comer no metrô Marechal onde a doação de comida é boa. Logo fico sabendo que são moradores em situação de rua que dormem na praça Roosevelt, localizada na saída leste do Elevado.

Pararam ali por acaso. É a primeira vez que vejo pessoas em situação de rua por cima do Elevado. Eu tinha ido assistir a um filme do Cine Minhocão, projeto do diretor de desenho animado, Antônio Linhares, que exhibe curtas-metragens em uma lateral de prédio na via elevada. O projeto teve início em novembro de 2019, foi interrompido durante a pandemia, retomado em agosto de 2022. Depois desta data,

Linhares realizou algumas exposições, foi proibido de exibir novos curtas e passou uma *via crúcis* para conseguir uma autorização. Em 15 de julho de 2023, foi uma espécie de “reestreia” depois da última exibição em março deste ano.

Era um sábado à noite, estava marcado para as 19h e cheguei com atraso de 13 minutos para assistir ao curta Betty Boop, animação que apareceu no cinema pela primeira vez no desenho *Dizzy Dishes*, em 1930. A personagem surgiu pelas mãos de Max Fleischer, um polonês que viveu nos Estados Unidos e revolucionou o desenho animado. Betty Boop é um ícone *cult* entre os aficionados por animação.

Enquanto a exibição não começava, eu conversei com o casal. Ele se chama André Rezende, tem 49 anos, mas diz que tem dois anos a mais devido ao atraso na sua certidão de nascimento. O pai estava preso e só pode registrá-lo depois. Sua companheira é Bruna Geralda. Estão juntos há três anos. No encadeamento rápido da conversa, esqueço de perguntar a idade dela, mas parece um pouco mais jovem que ele: ambos, contudo, aparentam mais envelhecidos.

Só pararam ali porque estavam de passagem, depois de comer a marmita que recebem à noite em frente ao metrô Marechal. Em 20 minutos, eles contam a vida cuja história daria um filme. Além dos dois desenhos de Betty Boop, outras cenas foram narradas no curto espaço de tempo.

“Eu gosto de desenho”, diz André. “O moço [Antônio Linhares, idealizador do projeto] falou que era desenho”, acrescenta Bruna. Eles comentam sobre os lugares onde a doação de comida é boa. A do metrô Marechal era a melhor da região: “na Bela Vista [antigo Bixiga] também é, mas nós ‘tem’ de andar daqui até lá”, queixa-se André.

Ele demonstra uma certa consciência crítica: vive há quarenta anos pelas ruas de São Paulo. “O social é sustentado pela miséria”, resigna-se, em tom crítico ao assistencialismo. Traça uma linha cronológica de todos os prefeitos que administraram a capital enquanto esteve pelas ruas. Nenhum político escapou ileso de suas duras lembranças. Começou morando na Praça da Sé, no centro da capital.

Diz que muita gente quer matá-lo: “estou com minha cabeça a prêmio”. Bruna confirma a informação e diz que André brigou “com meio mundo de gente”. Ambos têm onde morar, mas optaram pelas ruas. “Eu tenho casa, mas morar sozinha é muito solitário”. André diz que a mãe mora perto do SBT [emissora de TV], próximo ao pico do Jaraguá, no km 18, na Rodovia Anhanguera: “eu não gosto de morar lá. Não consigo conviver em casa, não tem jeito. “Já fui pastor, católico. Já mexi com bruxaria, fui traficante de drogas”.

Quando roubava, conta, não roubava de pobre: “a pior coisa que tem é um pobre roubar de outro.” Falam do roubo do celular deles há poucos dias, o quinto aparelho que levaram em poucos meses. Bruna começou a passar mal por causa dos problemas de tireoide, não tinha tomado o remédio, recorda André, e deixou o celular na barraca, enquanto ele a levava ao posto de saúde.

Pergunto se o ‘rapa’ [*como são chamados os funcionários da prefeitura que apreendem mercadoria e agora passaram a remover barracas também*] está levando os pertences deles. “Já pegaram oito barracas da gente. Até a carroça estão levando, e eles quebram as varetas para não serem usadas mais em outras”, indignase Bruna. André conta que havia pago R\$ 1.800 pela última, comprada de segunda mão.

Ele começa a falar da cultura política brasileira que se alimenta da miséria. Conta uma história curiosa sobre as atitudes de Josef Stalin [1878-1953], ditador soviético que governou a ex-União Soviética entre 1927 e 1953, perseguiu opositores e minorias étnicas, causando a morte de milhões de pessoas. A narrativa girava em torno da crueldade do ditador envolvendo a morte de uma galinha. A moral da história, pelo que percebi, é que o povo ‘cisca’ atrás de migalhas de políticos. “Esses governantes precisam manter a miséria”, analisa.

Perguntam se sou jornalista de “escrita” ou “televisionado”. Digo que escrevo, mas que estou fazendo uma pesquisa sobre o Minhocão. Aproveito para perguntar se posso utilizar a história deles na pesquisa e se posso citar os nomes. Eles autorizam. André repete a história do Felipe Morozini sobre a feiura do Minhocão e me pergunta: “você sabe que o viaduto já foi considerado a obra mais feia do mundo?” “Já saiu no jornal isso”, acrescenta Bruna. Eu disse que já tinha ouvido falar, mas não achei a informação. André conta que, quando era criança, o Minhocão era cheio de boates, na parte de baixo, onde o sexo era ‘comum’.



Projeto Cine Minhocão: exibição de dois curtas do desenho Betty Boop.

De passagem: André e Bruna, que vivem nas ruas, na praça Roosevelt, em São Paulo, pararam para assistir, enquanto cruzavam o Elevado. À frente deles, Antônio Linhares, idealizador do projeto, despe-se de alguém após a exibição. Fotos: Alex Sander Alcântara (15/07/2023)



O filme começa e eles sentam. Prestaram muita atenção enquanto eram exibidos dois curtas da icônica personagem feminina Betty Boop: *Minnie The Moocher* (1932) e *Snow White*, de 1933. Ela assiste apoiando a cabeça no ombro dele. Riem em algumas cenas, que misturam, na narrativa, dança e jazz. Quando o filme termina, que durou pouco mais de 15 minutos, Bruna diz que vai ao banheiro químico já montado para o final de semana. Ela pede para André segurar o “filho” nas costas. Ao final, ele me pergunta: “esse desenho tem uma coisa sexual, não tem?”

Ele captou a essência da animação requintada. A personagem Betty Boop, desenhada por Max Fleischer, tem um corpinho atraente, com trajes provocantes, e rosto de criança numa cabeça desproporcional. Nos desenhos musicais, Fleischer se

inspirou nas garotas que, nos anos 1920, frequentavam salões para dançar *jazz* e *charleston*. Elas usavam maquiagem pesada, saias curtas, fumavam e bebiam em público, uma ousadia para época. Na vida noturna desses clubes, o sexo casual era comum.

Ao final eles se despedem e pedem um dinheiro para comprar um tipo de bebida adocicada vendida em vários sabores, chamada Corote. Dizem que bebem sempre e eles tinham uma garrafinha em mãos. Eu não tinha dinheiro em espécie, mas prometi procurá-los na praça Roosevelt quando voltasse.

Sobre a iniciativa do Cine Minhocão, eu já havia conversado com Antônio Linhares antes, em 26 de maio, para saber do projeto. Segundo ele, o grande mistério de realizar eventos no Minhocão é que mais da metade do público descobre o que está acontecendo na hora. “É uma espécie de arte de rua. A graça é que não precisa ser divulgado com muita antecedência.”

Relatou que já havia realizado exposições itinerantes em outros lugares como Ilhabela e São Sebastião, no litoral Norte de São Paulo: “é interessante que o público se sente menos convidado do que no Minhocão. No Elevado, as pessoas se sentem mais em casa. Quando eu estava nesses outros espaços, olhavam desconfiados e viam se havia alguma promoção, se havia alguém abordando. No Minhocão, isso não acontece, não há essa dúvida”.

A ideia surgiu quando comprou um projetor simples para usar em casa. “Comecei a experimentar na sala, inspirado por outros projetos, depois no Minhocão. Às vezes, a pessoa pega um curta pela metade, mas senta e vê o próximo”. Depois de um tempo, afirma que começou a divulgar o evento e as datas: “tem o outro lado de que eu gostaria de que o evento servisse de espaço de exibição de curtas. Há um estigma de acharem que quem faz curtas-metragens é iniciante. Mas não é. Há cineastas que gostam deste gênero. É um outro formato porque permite fazer coisas diferentes do longa”.

Durante a pandemia, em 2020, as sessões de festivais foram projetadas pela janela do prédio, mas não no Minhocão: “em parceria com amigos do projeto Cine Janela de Salvador (BA), fizemos sessões de premiados da Mostra Audiovisual de Cambuquira (MOSCA)”. Já as primeiras exposições de festivais no Minhocão começaram em agosto de 2022. O Cine Minhocão passou a funcionar como uma extensão dos festivais de curtas e virou uma ‘sala’ do Kinoforum, um festival tradicional de curtas de São Paulo que está na 33ª edição.

Em maio e junho deste ano, a gestão da prefeitura de Ricardo Nunes barrou o projeto de Linhares, sob o argumento de que não pode haver aglomeração no Elevado. A história é mais complicada do que a simples proibição atual. Vários órgãos da administração municipal apresentaram explicações diferentes. “Em 2019, quando havia alguns meses de exibição, uma funcionária da prefeitura me ligou e disse que se eu fizesse ‘espontaneamente’ poderia, mas aí teria de pedir autorização do dono do prédio.” Naquele mesmo ano, diz que recebeu uma mensagem, via Facebook, de um fiscal da subprefeitura da Sé, à época responsável pelo Minhocão, dizendo sobre o protocolo de autorização para eventos que tinha de preencher.

Embora não sejam permitidos eventos no Minhocão, já houve desfiles de modas¹²⁷ – como o da grife Cavallera, em 2009 – e mensalmente, em 2015, funcionava uma feira de roupas, livros e vinhos chamada Mercado das Pulgas¹²⁸. Começou em abril e foi proibida pelas subprefeituras em setembro do mesmo ano de surgimento.

Segundo o idealizador do Cine Minhocão, ele seguiu o passo a passo do documento a ser preenchido, que precisava de antecedência de 30 dias. “Eles negaram e disseram que lá não poderia ter eventos e nem poderia promover aglomerações mesmo antes da pandemia. Segundo eles, eu estaria incentivando uma aglomeração”. De acordo com Linhares, nas últimas exposições, em abril de 2023, funcionários da empresa terceirizada o abordaram, pedindo a documentação da prefeitura.

Conta que sempre pediu a autorização dos artistas e diretores de curtas para exibir, mas do prédio onde faz as exposições nunca solicitou: “passo no mesmo lugar, num edifício na altura do Largo do Arouche. Eu projeto na empena, no lado que não tem janelas porque é um prédio comercial. Nesse horário, não tem ninguém. Eu sei que a rigor eu precisaria ter autorização desse prédio.” Em contato com Antônio, em 23 de junho de 2023, por *WhatsApp*, ele disse que a secretaria de Turismo, órgão da prefeitura responsável atualmente pelo Minhocão, pediu que solicitasse a autorização da própria empresa terceirizada, algo estranho porque quem regula parques públicos

¹²⁷ *Modelos da Cavallera desfilam no Minhocão, no Centro de São Paulo*, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/PopArte/o.,MUL1202303-7084,00-MODELOS+DA+CAVALERA+DESFILAM+NO+MINHOCAO+NO+CENTRO+DE+SAO+PAULO.htm> | Acesso em: 20/01/2023.

¹²⁸ BINDA, Leticia; PINZAN, Matheus Del’Arco; SOUZA, Sâmia Graziela Pereira de. Mercado de Pulgas São Paulo: modelos de ciudad en disputa a través de una experiencia urbana, In: *Investiga Territorios*. Lima (Peru), Pontificia Universidad Católica del Perú, nº 7, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/investigaterritorios/article/view/21207> Acesso em: 20/02/2022.

é a prefeitura. Por fim, a autorização foi concedida pela Associação Mundo Melhor, responsável pela zeladoria do Elevado.

Como alternativa, Antônio Linhares diz que já exibiu os curtas embaixo do Minhocão. “Há outra saída. Se o projetor estiver em outro prédio em vez de estar no solo do Minhocão, teoricamente eu não estou usando o viaduto. Várias intervenções fazem isso.” Cita o Grupo Esparrama, que faz apresentações teatrais na janela cujo palco é o Minhocão e nunca teve problemas com a prefeitura. Conta que já fez mais de 20 sessões no Elevado, cada filme tem duração de 10 minutos e cada sessão tem no máximo 40 min. São sempre três ou quatro filmes: “eu monto a sessão de forma que os filmes dialoguem.”

Realizei duas tentativas de contato¹²⁹ com a secretaria de Turismo, por e-mail, e uma com assessoria de imprensa da prefeitura ao longo de 2023. Não obtive resposta de nenhum órgão.

3.2.3 Há arte nas ervas daninhas

O Minhocão é tão particular que a vida brota também de forma espontânea no concreto. Laura Lydía descobriu uma riqueza minúscula em toda a extensão do Elevado. Num ambiente insalubre, a artista estabeleceu uma imbricação entre arte e botânica: encontrou mais de 1.500 plantas no Elevado, mais conhecidas inapropriadamente como ervas daninhas. Ela prefere chamá-las de plantas espontâneas. “Não procuro por plantas que têm uma utilidade evidente. Me interesso por aquelas que brotam fora do cultivo, apesar da pavimentação do solo.” Eu não entrevistei a artista e as falas foram retiradas de vídeo disponibilizado no YouTube.¹³⁰

Lydia viveu em São Paulo por seis anos, entre 2008 e 2013, na Avenida São Luís, no centro, e depois em Perdizes (zona oeste). Foi quando o Minhocão passou a fazer parte de seu repertório. Passou oito domingos no Elevado, das 6h30 às 20 horas, parando somente para almoçar¹³¹. Segundo a artista, no primeiro momento, ela

¹²⁹ Em 4 e 16 de maio com a secretaria de Turismo, e em 22 de junho de 2023 com a Secretaria de Comunicação da prefeitura de São Paulo.

¹³⁰ Em explicação sobre o projeto *Ervas Daninhas*, que une artes visuais e meio ambiente, disponível no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=fuGpHL1JVH4> Acesso em: 02/06/2023.

¹³¹ Artista encontra 1,5 plantas em meio ao concreto do Minhocão, em 11/04/2015. *O Estado de S. Paulo*, 11/04/2015. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/artista-encontra-1-5-mil-plantas-em-meio-ao-concreto-do-minhocao/> Acesso em: 02/06/2023.

estabelece uma relação mais sensível com a planta. Desenha a partir de registros rápidos e, depois disso, com a ajuda de uma bióloga, especialista em botânica, faz uma identificação científica da espécie. A experiência de estar num ambiente urbano, diz, entender essa escala gigantesca da transformação do espaço em contraponto àquelas manifestações tão discretas, delicadas e aparentemente frágeis de plantas, é uma forma de chamar a atenção das pessoas para observar em detalhes o ambiente onde vivem. “Essas plantinhas, individualmente, não têm força. São sempre silenciosas. A força delas está nessa resistência como espécie, como ser vivo, de brotar num ambiente aparentemente inóspito. A potência delas está nessa somatória. Mesmo quando são arrancadas, voltam a brotar.”

O projeto *Ervas.sp* foi contemplado, em 2014, pela Fundação Nacional de Artes (Funarte), ligada ao Ministério da Cultura, incentivo que a possibilitou realizar o mapeamento em toda a extensão do Minhocão e construir um catálogo, distribuído na rede pública de ensino de São Paulo. É um material sobre botânica, mas é um livro de arte também. Laura Lygia conta que, quando estava agachada, no Minhocão, esse movimento causava estranhamento nas pessoas. “O que esta pessoa estava fazendo num lugar onde essencialmente quem passa anda rapidamente? É um trabalho efêmero assim como as plantinhas são efêmeras”, define.

3.3 —De passagem: o extraordinário

Na dinâmica da cidade de São Paulo tudo pede passagem. A toda hora ambulâncias precisam atravessar a barreira de carros que as impede de levar a vítima ao hospital. A polícia avança impacientemente. Bombeiros têm urgência, e motoboys, pressa e imprudência.

Das minhas 14 idas ao Minhocão, quatro foram somente para observar os cenários e as pessoas. O que acontece quando nada acontece? O romancista, poeta e ensaísta francês Georges Perec [1936 - 1982] denomina essa situação de extraordinário.¹³²

Ao andar sem objetivos pelo Minhocão, não poderia ficar preso às questões muito evidentes: ver e fotografar grafites, perguntar às pessoas o que faziam ali, o que

¹³² A referência foi tirada do livro *Flâneuse*, de Lauren Elkin. ELKIN, Lauren. *Flâneuse*. São Paulo: Fósforo, 2022, p. 16.

acham do Minhocão e do centro de São Paulo. Estabeleci como método que, se voltasse com mais perguntas do que respostas, atingiria meu objetivo. Um dos ensinamentos da etnografia é a capacidade que se adquire de levantar novas questões para os mesmos problemas.

Era sábado à tarde, 06 de agosto de 2022, quando entrei pelo Minhocão pelo lado leste, na Consolação, até a outra ponta, no lado oeste. O objetivo era ir e voltar, no total de quase 7 km de percurso. O relógio marcava 14h47 quando entrei. Uma mulher sozinha rodopiava com patins, na pista do lado direito. Fazia um balé imaginário, sem se preocupar com as pessoas que passam e a observavam em seu transe quase ensaiado. Mais à frente, no meio-fio que separa as duas pistas, outra mulher lia um livro em voz alta, completamente fora daquele espaço. Quis interrompê-la, mas desisti porque nem notou minha presença. Estava tão mergulhada na leitura que achei indelicado atrapalhá-la.

Chama a atenção que, em alguns trechos, nas curvas, a distância da grade de proteção para as janelas dos prédios nos primeiros andares é de pouco mais de um metro em alguns casos. Como deve ser morar ali a uma distância tão pequena dos carros? Fotografo e penso que eu poderia conversar com algum morador desses andares tão próximos. Seguindo, deparo com um grupo que cantava músicas que remetiam à dança “carimbó”, típica da região Norte.

Durante o percurso de quase três horas, não vi a presença da polícia militar ou de guardas municipais metropolitanos. A segurança era feita por uma empresa chamada ESC Segurança. Conteí 15 funcionários no total, posicionados em lugares estratégicos, principalmente nos pontos de descanso, nas saídas laterais, com passagem para a Rua São João e Largo do Arouche. Às 16h15 cheguei ao final da caminhada no Largo Padre Péricles, na Barra Funda. Comecei o caminho de volta para retornar ao meu ponto de partida. Voltando, o Farol Santander, antigo prédio do Banespa, é o horizonte para quem retorna em direção à saída da praça Roosevelt.



No ritmo do Carimbó: Grupo tocando músicas típicas da região Norte. Foto: Alex Sander Alcântara (06/08/2022)

Num dia nublado e meio frio, fazendo trajeto no sentido oeste-leste, um senhor de boina e com duas sacolas em uma das mãos andava pelo viaduto falando ao celular. De imediato, reconheço que é o Marcio Rachkorsky, advogado, especialista em condomínios e comentarista do SPTV 1ª edição (*Rede Globo São Paulo*), no quadro “Meu condomínio tem solução”. Pensei na rara oportunidade de conversar *in loco* com um especialista em moradia. Ando por quase dois quilômetros, enquanto Marcio fala ao telefone de forma ininterrupta, sem medo. O Minhocão é conhecido por uma série de roubos de celulares. Gangues passam de bicicleta e levam o aparelho, principalmente se estiver fotografando. Além da segurança privada, as entradas são compostas de grades em zigue-zague, o que dificulta descer em velocidade. Depois de um tempo, Marcio guarda o celular e crio coragem para abordá-lo. Explico os motivos de estar ali e pergunto se ele poderia me dar um depoimento sobre o Minhocão e sobre o centro de São Paulo. Gentilmente, ele diz que sempre faz o percurso para ir fazer a barba no mesmo lugar, no lado oeste. Para minha surpresa, como especialista em discutir assuntos ligados à moradia em prédios, diz o oposto do que eu imaginaria sobre a vida nos prédios no Elevado. Afirmo ser um apaixonado pelo centro. Mora na República, na Avenida São Luís, num prédio histórico de arquitetura parisiense, construído há 90 anos. “Meu sonho foi sempre morar ali. Ando a pé o tempo todo. Frequento sempre os mesmos lugares. Acho a arquitetura magnífica. Vejo coisas lindas que as pessoas só dão valor quando saem do país. E tem tudo em São Paulo”.

Reconhece que o centro tem as suas mazelas e fala dos problemas de zeladoria. “O que me incomoda é a sujeira. Rasgam o saco de lixo que se espalha. O resto é tudo inerente a uma grande metrópole”.

Conta que sempre leva os filhos ao Minhocão e caminha todos os finais de semana no Elevado. “Acho que o Minhocão pode ser um espaço magnífico como já é hoje. Ainda é subaproveitado. Poderia ter muito verde, um canteiro central com flores. Pode ser um espaço para dança, arte, música. Nos dias de sol, já tem ficado assim. Ele é uma peça fundamental para a cidade. É feioso, mas tem sido necessário durante muitas décadas e agora podemos usá-lo com mais inteligência.”

Em relação à segurança, diz que já está acostumado à dinâmica do centro. “No Minhocão, deveria ter policiais militares andando de bicicleta. Tinha que ter câmeras, algo que não têm. Meus amigos perguntam: você leva sua filha para Minhocão? Eu respondo que acho aqui mais seguro do que o Parque Ibirapuera. Eu vivo a cidade intensamente. Sou um amante e um explorador do centro.”



À direita: encontro inusitado com Márcio Rachkorsky, comentarista do telejornal SPTV 1ª edição, da Rede Globo. À esquerda: vista do Elevado, em sua 'função parque'. Fotos: Alex Sander Alcântara e Márcio Rachkorsky (06/08/2022)

Marcio Rachkorsky acredita que as pessoas que moram nos andares inferiores no Minhocão já não ligam de terem a privacidade invadida. Há muitas sacadas enfeitadas com obras artísticas, decoradas de forma a chamar atenção de

quem passa. Do Elevado, é possível ver tudo o que ocorre dentro dos apartamentos nos andares inferiores. Alguém que está lendo, assistindo à TV, recebendo amigos.

Nos dias de domingo com sol, o Minhocão ferve. Na minha última visita, realizada em 04 de junho de 2023, no outono, estava calor e a temperatura marcava 24 graus. Entrei pela rampa de acesso do metrô Marechal. Havia uma maior organização. Logo na entrada, uma placa alertava sobre o uso obrigatório de focinheira em cães de raças violentas como *rottweiler*, *doberman*, *pitbull*, *boxer*, fila, pastor alemão, entre outras. O ataque de cães violentos é um assunto recorrente na página da Associação Parque Minhocão (@parque_minhocao), no Instagram, que apela para o bom senso das pessoas. Aos domingos, as bicicletas só podem ocupar um lado da via, assim como os que andam de patins e skates.

Reparei que em alguns apartamentos a vida seguia alheia à agitação externa. Uma mulher estudava, outra lavava roupa e outra pessoa assistia à televisão sem desviar o olhar para os que passavam ao lado de sua janela. Andando um pouco mais, vi o oposto: um rapaz dançava efusivamente sozinho na janela da sala de um prédio, no sétimo andar. Com uma das mãos segurava uma taça; com a outra, acenava e mandava beijos para quem o percebia, como se tivesse num grande camarote, sendo apreciado e apreciando uma grande atração. A música era nitidamente ouvida, e o ritmo animava alguns que interagiam com ele, ao longe. Parte da letra cantada dizia: *Eu já cansei de brigar contigo / Mas eu pensei, não vou mais brigar / Sofro demais, parece castigo / Porque nasci para te amar*. Não sabia de quem era música. Descobri, posteriormente, em pesquisa, que se tratava de uma canção do Rei do Carimbó, o cantor paraense Pinduca, de 86 anos. Pela segunda vez, coincidentemente ou não, as manifestações culturais da região Norte apareciam nas minhas visitas.

Nesse mesmo dia, procurava alguém para uma entrevista, no entanto, fui o entrevistado. Enquanto descansava, observei um trio de jovens, com microfone e uma câmera fotográfica posicionada em um tripé. Ao passar por eles para retomar a minha busca por entrevistas, sou abordado. Identificaram-se como alunos do curso de Rádio e TV, da Faculdade Cásper Líbero, tradicional no ensino de jornalismo no país. Procuravam pessoas que pudessem dar a opinião sobre o Parque Minhocão, para compor um trabalho da faculdade. Naquele momento, de passagem, os interesses se entrecruzaram. Aceitei a entrevista, ao mesmo tempo que a gravava. Me faziam perguntas sobre o que achava do “parque”, se deveria ser demolido e sobre as

discussões atuais do Plano Diretor. Expliquei, resumidamente, a trajetória do Minhocão até virar “parque”, agradei a contribuição mútua e segui.

Após muitas idas diurnas, precisava observar a dinâmica noturna do Elevado. À noite, nos dias de semana, quando fecha para os carros, às 20 horas, o Minhocão é incrivelmente bonito. Parece um lugar artificial, uma cidade cinematográfica, ofuscada por excesso de luz. À noite, é ocupado por moradores do entorno, que utilizam o espaço para correr, andar de bicicleta, patins ou levar o cachorro para passear. No dia primeiro de junho de 2023, esperei os funcionários terceirizados liberarem a passagem pela via. Algumas pessoas esperavam no portão da Rua da Consolação. Esperando a abertura da via, percebi que alguns utilizam o Elevado apenas para cruzar de leste a oeste com bicicletas de aplicativos. Um grupo de ciclistas (cerca de 12 pessoas) se impacientou com os funcionários da empresa terceirizada, porque já passavam das 20h e a via não estava aberta. O funcionário precisava da confirmação de que todos os acessos estavam fechados e sem carros. O grupo discutia se não seria melhor fazer o trajeto por baixo, pela rua Amaral Gurgel, mas o trânsito faria com que perdessem mais tempo. Resolveram esperar.

Ao entrar, pude perceber quem foi só para correr e passear porque faziam o trajeto de volta. Fazia 18 graus e o Minhocão permaneceu esvaziado durante as duas horas em que estive por lá. Pouquíssimas pessoas estavam paradas e sentadas no meio-fio. Aproveito que um casal estava conversando, acompanhado de duas cadelas – uma delas veio efusivamente em minha direção e tive o mote para a conversa.

Pergunto se moram em um dos prédios do Minhocão. “Eu moro muito perto, mas minha janela não dá vista para o Minhocão”, responde Poline Rabelo, que é de Goiânia, e está há quatro meses em São Paulo. Explico os motivos de estar ali e dou a informação de que o Elevado já foi considerado o lugar mais feio de São Paulo. Ela se espanta: “sério, que já foi considerado o lugar mais feio? Eu amo aqui. Eu digo que, se eu me mudar para São Paulo, quero morar no centro, perto do Minhocão”, revela. A minha percepção, diz Rabelo, é a de que a maioria das pessoas que moram perto, gostam daqui. Diz que prefere vir às noites durante a semana. “Não gosto dos finais de semana. Aqui fica cheio.”

Fico sabendo que o acompanhante não é namorado. Intitulam-se “amigos do Minhocão”. O rapaz chama-se Bruno Cubells. Demoro segundos para entender o sobrenome e peço para soletrar. É econômico no diálogo: “eu comecei a vir depois da pandemia. Antes eu vinha para poucos passeios.” Um outro amigo chega e começa a

conversar com eles. Sou apresentado, mas o estranho me ignora completamente e retomo a caminhada.

A sensação que se tem é que, à noite, o Minhocão é um lugar, essencialmente, de passagem – uma via que serve de trajeto. No sábado, há indícios de ser de uso misto, cujo espaço atende às necessidades de quem pratica esportes e permanece algumas horas na via com amigos. Domingo é o melhor dia para observá-lo sob uma perspectiva *De dentro*. Tem clima de praia e a permanência das pessoas é maior. O volume de gente, porém, dificulta andar de bicicleta, skate ou patins em ritmo mais acelerado. À noite e aos sábados, não se veem crianças acompanhadas dos pais. No domingo, a presença delas é visível.

3.4 – De perto e De passagem: pelos baixios, carregando a bandeira

Após ter feito caminhadas aos sábados, domingos, feriados e, à noite, durante a semana, uma primeira observação. Por cima da via, não se veem moradores em situação de rua, algo presente em todo o centro de São Paulo. Quando sobem – caso de André e Bruna, já citados –, estão de passagem. Usam a via para cruzar o centro de leste a oeste. Não há pedintes na parte superior do Minhocão. Há relatos de roubos relacionados às gangues de bicicletas, mas isso é um problema de toda região central e, atualmente, devido à presença de segurança privada, guarda municipal e PM, os roubos diminuíram – segundo a percepção dos entrevistados.

Enquanto se discutem ideias na parte superior, o incômodo social no Minhocão é percebido, percorrendo-o pelos baixios. Todos os projetos propostos para o Elevado até hoje apresentam soluções e ênfase na qualificação espacial do plano superior.¹³³ É por baixo que o Minhocão mostra as entranhas de uma cidade desigual, violenta e contrastante. Quando se pensa na baixa qualidade urbana no Minhocão, imagina-se sempre no efeito dos carros por cima mas, por baixo, “soma-se a isso um efeito túnel, que gera muito incômodo. Morar ali ou circular por baixo é barulhento, poluído, inóspito, sujo e ainda temos de enfrentar o fato de que ele servir como uma

¹³³ YAMASHITA, Kelly. Minhocão: via de práticas culturais e ativismo urbano. Tese (Doutorado) do programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos (SP), 2020, p. 344. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-03082020-141952/pt-br.php> Acesso em: 21/03/2022, p. 330.

megahabitação coletiva para moradores em situação de rua. O Elevado tem essa função de abrigo também”, constata a professora da FAU/USP, Paula Santoro.

Nas incursões por baixo¹³⁴, além da sensação do “efeito túnel”, de algo fechado, escuro e repleto de fuligem no ar, percebe-se uma predominância de bares e pequenos restaurantes, hotéis populares que funcionam como motéis e muitos cortiços. No meio, entre as pilastras que dividem a pista nos dois sentidos, o espaço é disputado por barracas de moradores em situação de rua, ciclovia e pontos de ônibus. Santoro acha absurda a concepção de ciclovia ali. Como ex-moradora da região, diz que quase atropelou um morador de rua que ocupava aquele espaço.

Há uma diferença nítida do tipo de moradia até o metrô Santa Cecília – o Minhocão é servido por duas estações de metrô (Santa Cecília e Marechal), além do terminal de ônibus Amaral Gurgel. Segundo pesquisas do LabCidade, da FAU/USP, o Minhocão é uma zona de transição de rendas familiares. Há uma clara divisão entre os dois lados do Elevado. Nos bairros de Santa Cecília, Higienópolis, Pacaembu e Perdizes reside uma população com renda muito mais alta do que a do lado oposto, nos bairros de Campos Elíseos e República.¹³⁵ A concentração de moradores em

¹³⁴ Em 12 de abril de 2022; 25 e 30 de março de 2023 e 04 de abril e 12 de junho de 2023.

¹³⁵ OTERO, Guido; HARKOT, Marina Kohler; SANTORO, Paula Freire. *A invisibilidade dos mais pobres no PIU Minhocão*. São Paulo: LabCidade/FAU/USP, 04/09/2019. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/a-invisibilidade-dos-mais-pobres-no-piu-minhocao/> Acesso em: 04/01/2023.

situação de rua ocorre até o metrô Marechal. A partir dele, no sentido oeste, percebe-se uma densidade menor.



***Pelos baixios:** Minhocão na perspectiva por baixo, em 03 de setembro de 2022. Foto: Alex Sander Alcântara*

O primeiro contato por baixo ocorreu com pessoas vulneráveis. Em 25 de março de 2023, eu estava acompanhado da assistente social Ana Carolina Onofre, que tem experiência nas abordagens com esse público. Uma cadelinha chamou a atenção de Ana Carolina. A cachorrinha pertencia à Samara Paula Oliveira Félix, uma mulher trans, de 32 anos. A empatia foi criada a partir do contato com Atena, a cadelinha, e aos poucos a conversa foi se desenrolando. Samara começou a contar pouco a pouco sua história, a partir de perguntas pontuais da assistente social: morou por cerca de três anos embaixo do Minhocão, em uma das barracas instaladas ao lado das colunas de sustentação que divide o espaço entre as duas pistas e a ciclovia. Havia se mudado, naquela semana, para um quarto de pensão próximo. O custo da moradia era de R\$ 600 por mês, mas combinou com a dona da pensão de pagar por diária, no valor de R\$ 20. Até então o motivo da nossa atenção curiosa por ali não havia sido revelado — intencional e conscientemente da parte de Ana Carolina, que colhia as primeiras impressões a partir do diálogo espontâneo.

Samara cita as abordagens recentes da Guarda Civil Metropolitana (GCM) e dos funcionários da prefeitura, popularmente chamados de ‘rapa’, que começaram a desmontar as barracas na madrugada. São medidas do atual prefeito, Ricardo Nunes, que declarou diversas vezes que sua gestão tem como objetivo removê-las¹³⁶, sob o argumento de que esses moradores têm a opção de irem para abrigos.

Em determinado momento, após 20 ou 30 minutos de conversa, Ana Carolina explica as razões de estarmos ali: me apresenta oficialmente como jornalista que está fazendo uma pesquisa sobre o Minhocão. Samara comenta que concedeu entrevistas à TV Globo e ao *G1*. Posteriormente, encontrei um depoimento dela em reportagem no site de *O Estado de S. Paulo*, em 24 de janeiro de 2021, no cinquentenário do Minhocão, e o jornal publicou algumas matérias novas e abriu acervo para as edições veiculadas pelo jornal em 1971. Até aí tudo bem, a empatia já havia quebrado os protocolos, mas quando pergunto se poderia gravar, pego o bloco de notas, o companheiro de Samara, Edvaldo dos Santos, 41 anos, que ouvia a conversa de soslaio, enquanto ajudava a levar móveis para um estabelecimento de objetos usados ao lado de onde conversávamos, intromete-se. A conversa perde um pouco da espontaneidade [este episódio será analisado no quarto capítulo como uma falha de estratégia de aproximação].

Edvaldo demonstra consciência política e conhecimentos sobre os direitos da população que vive nas ruas. Critica a atual gestão municipal, que vem removendo as barracas e, equivocadamente, cita o nome da deputada que entrou com uma liminar [ele chama de “preliminares”]. Atribui o pedido à ex-deputada estadual de São Paulo Erica Malunguinho (PSOL-SP), eleita em 2018, a primeira mulher transgênero da Assembleia Legislativa de São Paulo. Mas quem ingressou com o pedido no Supremo Tribunal Federal (STF) foi a deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP),¹³⁷ também a

¹³⁶ A *Folha de S. Paulo* publicou uma série de matérias sobre a política de remoção de barracas de moradores em situação de rua, em fevereiro de 2023. Cf. *Prefeito sinaliza que poderá remover barracas de moradores de rua em SP*, FSP, publicada em 07/02/2023: Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/02/prefeito-sinaliza-que-podera-remover-barracas-de-moradores-de-rua-em-sp.shtml> Acesso em: 28/03/2023. Cf. *Prefeitura intensifica remoção de barracas de sem-teto no centro de SP*, FSP, 12/02/2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/02/prefeitura-intensifica-remocao-de-barracas-de-sem-teto-no-centro-de-sp.shtml> Acesso em: 28/03/2023.

¹³⁷ BERGAMO, Mônica. Erika Hilton vai ao STF contra remoção de barracas por Ricardo Nunes. *Folha de S. Paulo*, 05/04/2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2023/04/erika-hilton-vai-ao-stf-contraremocao-de-barracas-por-ricardo-nunes.shtml> Acesso em: 05/04/2023.

primeira deputada federal trans eleita, em 2022. Há outras ações judiciais movidas pelo deputado federal Guilherme Boulos (PSOL-SP).

A crítica de Edvaldo reverbera nos números. Segundo dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), divulgados pelo G1¹³⁸, a capital paulista tinha, até março de 2023, mais de 53 mil pessoas em situação de rua, cujo quadro foi agravado durante a pandemia de Covid-19. Edvaldo conta que antes eles não levavam nada. “Agora, acabou esse negócio. Não tem mais esse negócio. Eles passam na madrugada tirando foto. Já cataram algumas barracas na força bruta, na pancada. A população acha que a gente é trouxa. Aí fala que nós é vagabundo, que é usuário de droga, que não trabalha, não sabe de nada.”

Edvaldo demonstra conhecer todo o aparato de defesa de direitos da população de rua como Ministério Público, Defensoria Pública, Pastoral da Rua (Padre Júlio Lancellotti). Mas sabe que “quando você vai falar com a CGM e diz que vai até o Ministério Público, a Defensoria Pública, eles respondem: pode ir que, não vai dar em nada”.



À direita: Praça Marechal Deodoro, vista a partir do Minhocão, em 03 setembro de 2022, antes da retirada das barracas. À esquerda: Minhocão, por baixo, completamente esvaziado na divisória que separa as duas pistas, em 21 de maio de 2023. Fotos: Alex Sander Alcântara

¹³⁸ Cidade de SP registra mais de 53 mil moradores em situação de rua, alta de 1,8% em março, segundo levantamento. G1, 09/06/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/06/09/cidade-de-sp-registra-mais-de-53-mil-moradores-de-rua-alta-de-18percent-em-marco-segundo-levantamento.ghtml> Acesso em: 09/06/2023.

Após a decisão da Justiça favorecendo as ações da prefeitura¹³⁹, nas caminhadas que realizei durante as semanas por baixo e mesmo nos fins de semana, começando pela parte inferior, percebi um esvaziamento quase completo de barracas. Em frente ao metrô Marechal, havia uma concentração delas, algumas até com simulacro de estrutura de casa: sala montada com sofá e mesa para as refeições do lado de fora das barracas. Na última visita, em 02 de junho, apenas alguns permaneciam com colchões, mas sem barracas. Um deles me contou que “armam e retiram à noite” por causa dos fiscais: “se deixar, eles levam.”

A lógica utilizada pela gestão municipal atual – que se repetiu em gestões anteriores – é a mesma utilizada na Cracolândia: fazê-los andar e circular sem ponto fixo, criando dispersão, espalhando a população de vulneráveis, sob o argumento de que há espaço destinados a esses moradores, tirando da vista os problemas sociais crônicos de São Paulo.

Enquanto ando de ponta a ponta no Minhocão, penso que as ações atuais da prefeitura lembram as cenas descritas por Jack London [1876-1916], que publicou em 1903, *O Povo do Abismo*, grande-reportagem que narra a vida dos miseráveis na Londres do início do século 20. O livro registra a vida dos miseráveis que habitavam o *East End* londrino. O escritor se passou por um marinheiro americano desempregado, comprou roupas usadas e alugou um quarto na região mais pobre de Londres. No décimo capítulo¹⁴⁰, intitulado *Carregando a bandeira*, London explica o significado da expressão para os miseráveis da cidade: andar pelas ruas a noite inteira, já que uma lei proibia dormir ao relento. London descreve a rotina desses peregrinos noturnos, que esperavam a abertura do parque que abria mais cedo, às 4h15, o *Green Park*, “muito conhecido pelos carregadores de bandeira [...]. Estava chovendo de novo, mas, exaustos por terem andado a noite toda, eles imediatamente se deitaram nos bancos e dormiram. Vários esticaram-se completamente na grama encharcada e, com a chuva caindo sem trégua sobre eles, dormiram o sono da exaustão.”¹⁴¹

¹³⁹ Em 25 de julho de 2023, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, suspendeu a liminar que permitia a remoção de barracas no centro de São Paulo. Cf. *Moraes diz que Estado é omissivo com moradores de rua e proíbe remoções forçadas. Folha de S. Paulo*, 25/07/2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/07/moraes-diz-que-estado-e-omisso-com-moradores-de-rua-e-proibe-remocoes-forçadas.shtml> Acesso em 25/07/2023.

¹⁴⁰ LONDON, Jack. *O povo do abismo: fome e miséria do império britânico: uma reportagem do início do século XX*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020, p. 183.

¹⁴¹ LONDON, 2020, p. 188.

Encontrei Samara novamente duas vezes¹⁴² para saber mais sobre a vida dela, já que no primeiro contato foi silenciada quando o companheiro Edvaldo começou a falar. Encontrei-a novamente, em 04 de abril de 2023, acompanhado da assistente social Ana Carolina, para uma conversa num minúsculo quiosque na esquina da Rua da Consolação, número 777, com a rua Maria Antônia, muito próximo à entrada do Minhocão. Lá, Samara trabalha informalmente como atendente.

O quiosque pertence à Alainy Priscilla Oliveira da Silva, que aluga quartos onde Samara e o companheiro Edvaldo estão morando atualmente. Samara faz uma permuta. Fica algumas horas na lanchonete, das 7h às 19h, com folga duas vezes por semana, em troca do aluguel do quarto. Começou a ajudar a Priscilla no quiosque no dia anterior à entrevista. O lugar fica aberto 24h.

Natural de São Luís, capital do Maranhão, Priscilla pergunta o que estamos fazendo: “uma reportagem, é?” Explico a natureza do trabalho e pergunto se preferem que eu omita o nome delas: “meu filho, a gente é mais conhecida que nota de R\$ 1” (risos). Ela diz que está em São Paulo desde 2011 e conhece Samara desde 2014. Fez Faculdade de Direito e que morou na Argentina, na época, casada com um milionário: “mas aí tinha uma coisa nele assim, estranha, nublada. Voltei para o meu país, vim comer meu arroz com feijão porque aqui eu sei me virar. Melhor do que ficar aqui esperando o cara me dar a comida e meu aluguel. Daqui a pouco o amor acaba e eu vou pra onde? Pra rua?”

Conta que em São Paulo foi garota de programa, e que trabalhou na boate Escândalo, no bairro do Ipiranga. “Eu sempre fui um pouco espertinha, sabe? Eu não queria fazer programa, eu queria fazer negócio”. Diz que fechou um contrato lá e que, depois disso, virou um “arquivo político vivo”. Não pedi detalhes sobre o que ela queria dizer com “arquivo político vivo” porque não era informação essencial para a reportagem. Tinha a ver com o passado dela. Além do mais, publicar detalhes sobre isso poderia colocá-la em risco desnecessariamente. No quarto capítulo, retomo essa discussão porque, embora as pessoas não tenham obrigação de contar, um dos papéis fundamentais do jornalismo é convencê-las a falarem.

¹⁴² Em 4 e 16 de abril de 2023.

Inicia a conversa destacando o quanto Samara é amorosa com os animais. “Se você tem um olho clínico para cuidar de um animal, você tem todo o meu respeito. Sobre como conheceu Samara, relata: “como eu era da noite, né, vivia a madrugada todinha sempre rodando o centrão de São Paulo, cumprimentando um e outro, aí nasceu a amizade.”

Pryscilla leva Ana Carolina para ver o lugar onde aluga quartos, que fica a poucos metros dali, praticamente ao lado do quiosque. Eu fico sozinho com Samara. Natural da capital, ela nasceu no bairro Itaim Paulista, na zona Leste de São Paulo. Morava com a família até os 16 anos, mas os familiares começaram a “descobrir a opção sexual” dela, como ela se refere. “Na época, eu era gay. Hoje eu sou mulher trans”. Ela não consegue falar muito disso. Tem dificuldade de abordar este assunto. Sentada, voltada para a Rua da Consolação, quase não me olha nos olhos quando ficamos sozinhos.

Samara não fala mal da vida, é doce, sorri em alguns momentos. Não reclama das dificuldades, mas do preconceito da família e da época da escola. A sua orientação sexual era um tabu. Diz que na família tem ela, que é trans, e “duas sapatonas”. Apesar da não aceitação inicial, ela mantém contato com os familiares (pais, irmão, irmã, sobrinhos). Com 18 anos, época em que começou a trabalhar, conheceu o primeiro marido, com quem foi morar. Separou-se, encontrou Edvaldo e está com ele desde então. Tinha 16 anos quando o conheceu, mas não se relacionavam. “Ele me ajuda e eu ajudo ele. Somos parceiros, tirei ele do *crack*. Dois anos e meio batalhando. Hoje ele só usa a... [referindo-se gestualmente à maconha]”.

Sobre como é morar embaixo do Elevado, Samara diz que os ruídos são terríveis até meia-noite. De quinta a domingo, o barulho é infernal. Afirma que já sofreu um acidente, morando no local: um carro invadiu o canteiro central, avançando nas barracas. Já viveram situações de roubos enquanto dormiam, agressões, abordagens policiais na madrugada; eles recolhiam objetos cortantes, pois não é permitido possuir faca. Enfatiza: “mesmo com o meu marido do lado, eu sempre ando com uma faca... quando eu tô sozinha, é a minha proteção”. Na sua opinião sobre os abrigos da prefeitura, Samara constata que esses locais não possuem capacidade para acolher muitas pessoas, e que há riscos de agressão. Afirmou que não pode ir para um abrigo feminino porque “certos tipos de situação vão constranger elas (as demais abrigadas)”, referindo-se ao fato de ser mulher trans. Diz que tem vontade de fazer cursos de empreendedorismo, ser maquiadora.

De volta ao quiosque, Priscilla insere-se na conversa e ressalta a afetividade entre Samara e Edvaldo. “Ele traz comida para ela no prato, saem sempre juntos para passear...” “Quando a gente não sai na porrada!”, interfere Samara. Edvaldo trabalha com coleta de materiais recicláveis, com carroça. Consegue apurar, em média, R\$ 200 por mês, catando latinhas, papelão. Ele trabalha como ajudante de carreto também e recebe R\$ 50, em média, pelo serviço. Samara o acompanhava antes; hoje não mais.

Quando chegou ao Minhocão, o casal dormia na calçada de um mercadinho, recorda Samara. Utilizavam o banheiro de um bar próximo, conhecido como Adega. Depois mudou para debaixo do viaduto, conseguiu uma barraca emprestada com uma colega. Logo compraram uma com o dinheiro do Auxílio Emergencial [benefício concedido pelo governo federal durante a pandemia de Covid]. “Antes de comprar (a barraca), fazia cama com cobertas no início do Elevado”. Priscilla sai em defesa dos que vivem embaixo do viaduto. “Os moradores de rua que ficam ali podem beber uma cachacinha, fumar um *beckzinho* [cigarro de maconha], mas não roubam; os ladrões andam de bicicleta e correm para lá.”

Pergunto o que significa o Minhocão para elas. “Ah, pra mim, representa um pouco de sofrimento e dor”, diz Samara. “Pra mim, são as feridas da cidade”, reflete Priscilla. “Vou te falar agora um segredo, tá? Aquela lixeira ali [aponta para uma lata de lixo na esquina do semáforo] é meu experimento social. Ela não tá ali por estar. Tá ali como experimento social. Por ali passam, mais ou menos, umas 400 pessoas por dia, procurando lixo para comer. É triste, mas é a realidade”. “A maioria das pessoas não sabe o que a gente sente por dentro quando tá lá embaixo”, acrescenta Samara. Priscilla interfere, explicando que a fome não está só na barriga, mas na alma também.

Priscilla diz que gosta de escrever. Pega o celular e pergunta se pode ler algo, um poema que intitulou de “carta contra a nova ordem mundial”, publicado aqui em fragmentos:

A realidade colhida na cidade de São Paulo / Pessoas que parecem não estar mais lá / Palavras escritas e não ouvidas / Silêncio / Pessoas governadas, destroçadas pelas ideologias impostas para dividir a massa / Levadas ao limite da miséria total / Que mal dão conta de suas próprias vidas / O verdadeiro rosto da cidade de São Paulo é composto por milhares de rostos / Desfigurado pela navalha do progresso da modernidade / Não se trata mais de um resmungo isolado / E sim da cacofonia de uma multidão curiosa / Sou observadora e atenta ao dia a dia paulistano...

Em contato posterior comigo, via *WhatsApp*, Priscilla mostra indícios do seu posicionamento político, deixando mais evidente suas concepções ideológicas a favor do bolsonarismo. Falou também que era evangélica, ligada à igreja Universal do Reino de Deus. Nos despedimos naquele dia, com convite para retornarmos quando quiséssemos. Em 16 de junho de 2023, ela entrou em contato, via *WhatsApp*, pedindo ajuda: queria saber se eu conhecia alguém do Conselho Nacional de Justiça porque recebeu uma ordem de despejo do prédio onde ela aluga os quartos e onde Samara mora com Edvaldo. Tinha advogado, mas, pelo que entendi, não cabia mais recurso, e a juíza foi “arbitrária”, na visão dela, que diz ter formação em Direito. Eu disse que não tinha contatos na Justiça e não tinha como ajudá-la nesse caso.

3.4.1 Pelo apelido

A partir do metrô Marechal Deodoro, no sentido oeste, o cenário começa a mudar: há uma redução de barracas, depois das medidas de remoção adotadas pela prefeitura de São Paulo.

Na caminhada que realizei em 30 de março de 2023, à tarde, resolvi conversar com o senhor que atende pelo nome de Careca. Ele é proprietário da banca de revistas Metrô Marechal, há 12 anos, mas ela existe desde 1954. Ele se orgulha de ter trabalhado nesse ramo e hoje ser proprietário de uma banca histórica: “tem uma foto dela dentro do metrô, já viu?” Recusa-se a dizer o nome de nascimento porque todo o mundo o conhece por “Careca”. Também não quer falar sobre o que ele acha do movimento no Minhocão. Pergunta se estou gravando. Digo que sim e paro de gravar. Não queria que registrasse em áudio a opinião dele sobre os moradores em situação de rua que vivem ali, mas que poderia escrever: “pedem dinheiro para cachaça”, diz. Sentencia que há um certo comodismo sobre os que permanecem ali. Fala de forma crítica das ONGs que “alimentam” a população de rua, ações que os prendem na mesma condição. Pelo que entendi, na concepção dele, a “preguiça”, sustentada pela rede de apoio, mantém essa inércia. “Nada muda por causa disso”, diz.

São Paulo é uma cidade muito rica. Ele chama atenção para o aumento da segurança privada naquela região do metrô Marechal. A 10 metros da banca havia dois seguranças de uma empresa privada que não consegui identificar. Nos demais metrôs ao redor – Sé, República e Santa Cecília – a segurança é feita pelos próprios funcionários. A banca dele é a única em todo o Minhocão que tem uma oferta grande

de livros e revistas. Chamam a atenção obras de Pablo Neruda, Charles Bukowski, Garcia Lorca, Freud, Friedrich Nietzsche, Platão, que dividem espaço com guarda-chuvas, bolsas, doces, refrigerantes e uma infinidade de quinquilharias ofertadas pelas bancas de revistas, que perderam espaço para o mundo digital. Fala da pensão que tem de pagar à ex-mulher, da vida difícil que levou, da habilidade em contabilizar tudo o que gasta: “na vida, tudo o que você faz hoje engloba a matemática. Se você não trabalhar com a matemática na cabeça, não vai a lugar nenhum”. Eu brinco e digo que sou ruim nos cálculos, mas aprendi a dividir. Ele ri, me despeço, e prossigo a caminhada.

3.4.2 — *La Fontaine do Minhocão*

Fonte

Não me afrontem....
Nem covil, nem vilão,
sou a fonte, ponte instalação...
Avenida e viaduto par que busca interação
Vinde a mim os artistas
poetas, grafiteiros, malabaristas
La Fontaines do Minhocão
(Gil Veloso)

O Minhocão é decantado em verso em prosa, como na poesia de Gil Veloso, que lançou, em 2015, o livro *Um viaduto chamado Minhocão*, um dos finalistas da 58ª edição do Prêmio Jabuti, em 2016. Os poemas são acompanhados de desenhos de Paulo von Poser, e foi inscrito na categoria Didático e Paradidático. Os prêmios necessitam de enquadramentos para nomear as produções artísticas e o classificam como uma obra direcionada ao público juvenil – equivocadamente. Poderíamos dizer que o livro alcança também adolescentes por ter ilustrações e pelo estilo lúdico da construção na linguagem. Os poemas de Gil Veloso “não têm prazo de validade: são poesias de grande envergadura. As descobertas que esta poesia nos promete são muitas – até metafísicas”, comenta outra poeta, Maria Lúcia Dal Farra¹⁴³, ex-professora de Literatura Comparada na Universidade de Campinas (UNICAMP) e atualmente professora titular de Literatura Portuguesa na Universidade Federal de Sergipe (UFS).

¹⁴³ Análise publicada no *release* encaminhado à imprensa para divulgação do livro em 2015.

À maneira do poeta francês Jean de La Fontaine [1621-1695], conhecido principalmente pelas fábulas, Veloso é autor também de *Fábulas Farsas*, livro de fábulas publicado pela editora Dedo de Prosa, em 2013, entre outras obras. O trabalho polifônico e polissêmico de sua poesia e as referências contidas na obra o inserem na categoria de criador – e não de ‘versejador’ apenas – como se definia o poeta cearense Patativa do Assaré [1909-2002].¹⁴⁴

A obra é marcada por diálogos com outros poetas e escritores – como na poesia acima com citação a La Fontaine – que se encaixa ao contexto do Minhocão e de quem convive com o Elevado há mais de 40 anos, conhece seu entorno, passou por todas as fases, discussões e intervenções culturais nos 52 anos de existência da via suspensa. No poema acima, “Fonte”, a ideia do Parque Minhocão é engenhosamente representada no verso “Avenida e viaduto par que busca interação”. Veloso brinca com os significados de “par” (avenida e viaduto), em oposição a “impar”, criando a sonoridade de ‘parque’ com a ideia de integração. Ou seja, como um artífice da linguagem, o substantivo “parque” se desmembra para outro substantivo “par” que se junta ao pronome relativo “que”.

O diálogo com Carlos Drummond de Andrade [1902-1987], no poema de abertura *Drummondiano: Tinha um Minhocão no meio do Caminho*; e com o músico Tom Jobim [1927-1994], na poesia *Jobimniando: Fotografei o Minhocão / Idas, polaroides e vindas.../ Revelou-se sua enorme gratidão!* compõe uma equação perfeita entre forma e conteúdo, um mergulho na busca por novos sentidos para o Minhocão.

Sua visão de condor [*o maior pássaro do mundo que tem uma envergadura de asas com mais de três metros*] nos permite apresentar o Minhocão do alto, com as referências paulistanas desconhecidas até para seus moradores, como no poema *ParaOpeito*:

¹⁴⁴ MACHADO, Cassinao Elek. *Patativa do Assaré - Aos 91 anos, poeta passarinho é tema de três novos livros*. Folha de S. Paulo, 19/07/2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1907200006.htm> Acesso em: 12/06/2023.

*Daqui, dos meus gigantescos parapeitos
pode-se ver a Rua Lopes Chaves
da Casa Mário de Andrade;
a Praça Roosevelt dos Sátiros e Parlapatões,
oficinas, jardins verticais e galerias,
o Paiol, o Memorial, o Galpão do Folias...
Mais adiante onde me encurvo
vê-se a Funarte.
Transtornos à parte,
o meu entorno respira arte.*

Natural do município de Dois Vizinhos, no Paraná, Veloso mora no bairro de Santa Cecília, ao lado do Minhocão, há quatro décadas. Eu encontrei referências sobre ele nas pesquisas na internet e marcamos uma conversa-andante pelo Elevado em 22 de abril de 2023, um sábado à noite. Estava acompanhado do amigo Adriano, professor de música. Conversamos sobre o Minhocão por cerca de uma hora e fomos assistir à exposição *Eu sabia que você existia*, composta de fotos de moradores em situação de rua que residem embaixo do Elevado, cujas imagens foram projetadas na lateral de um prédio.

Durante o percurso, Veloso contou vários episódios ocorridos com ele no Minhocão: “já fiz de tudo aqui, já vi apresentações musicais, de teatro, trouxe até araras de roupas para vender. Fui assaltado, roubaram a minha bicicleta.” Aponta para um prédio onde funcionava a boate Proibidos, cuja sacada é colada ao Minhocão. A lista de histórias, sempre bem-humoradas, é extensa e daria uma reportagem à parte. Ele mostra o prédio de onde, durante a pandemia, gravou um videodocumentário em que lê trechos do livro *Um viaduto chamado Minhocão* e fala de sua relação com o Elevado: “quer queira ou não, o viaduto está vivo no organismo e no imaginário dessa cidade. É um espaço cultural”, diz.

3.4.3 "São Paulo é o meu sertão"¹⁴⁵

O último poema do livro de Gil Veloso traz uma referência à obra *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa. O poema – *Roseando: Grande Minhocão* – ocupa duas páginas em branco, sem texto ou imagem. A aridez do concreto mantém uma relação profunda com o sertão de Guimarães Rosa: “o sertão está em toda parte”¹⁴⁶. Gil Veloso é um dos idealizadores de uma caminhada anual que acontece no Elevado, chamada *Grande Minhocão: Veredas*, que mistura referências literárias, musicais, arquitetônicas, que ele denomina de sarau literomusical ambulante.

O evento atualmente é organizado pelo grupo *Oficina de Leitura Guimarães Rosa*, do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP. Em 17 de maio de 2023, conversei por vídeo com alguns membros do grupo, que já existe há 20 anos: Rosa Haruco Tane, Neli Martins, Regina Pereira, Cleisa Rosa, José Osvaldo dos Santos.

Rosa Tane conta que a caminhada acontece anualmente em Cordisburgo, Minas Gerais, percorrendo alguns lugares citados na obra de Guimarães Rosa. José Osvaldo dos Santos, o Brasinha, organiza a peregrinação literária mineira, onde aglutina mais de 400 pessoas. “A caminhada no Minhocão foi uma consequência dessa aprendizagem”, explica Rosa.

“Todos os caminhos nos dão contextos e a capacidade de interpretar o que é um pouco a vida. Ninguém tem uma definição exata do que é a vida. Como dizia Guimarães Rosa, a vida nem é da gente. Ela dá sete voltas. Voltas são caminhos”, define Brasinha. A andança começa no Minhocão, a partir da rua Guimarães Rosa, na Bela Vista (Bixiga).

Durante o percurso, distribuem rosas feitas em papel crepom com frases de Guimarães. “A recepção das pessoas é algo surpreendente. O que acontece no Minhocão guarda algumas semelhanças com a jornada que ocorre em Minas Gerais”, testemunha a andante Regina Pereira. “No sertão, já ouvi muita gente dizer ‘não tem nada aqui. É tudo seco. O que eu vim fazer aqui?’ É um grande exercício de olhar”, define: “essa coisa do caminhar a gente vem perdendo. As pessoas não andam mais nas ruas ou, quando andam, é por necessidade. Não existe esse exercício. A cidade não

¹⁴⁵ Parte da letra da música “Aprendiz de feiticeiro”, de Itamar Assumpção, gravada por Cássia Eller, no CD *Com você o meu mundo seria mais completo*, em 1999.

¹⁴⁶ ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 13.

é tão amistosa assim, como o Minhocão também não é. Quando entramos, dizem: cuidado com o celular, com a máquina. Se você não abstrair isso, não aproveita. A caminhada serve também para amolecer um pouco a couraça de algumas pessoas, quebrando essa resistência”.

Há andanças longas e de diferentes formas. Cleisa Rosa, por exemplo, produz bordados, a partir das histórias contadas por Guimarães. O detalhe é que não sabe desenhar e encena na linha a sua interpretação das obras roseanas. “A caminhada sai da cabeça, borboletando”, diz. “O bordado é um caminho”, completa Brasinha: “ao bordar, você vai fazendo um caminho. Todo assunto tem uma trajetória, até a travessia de vida da gente é uma caminhada”, filosofa Brasinha.

Neli Martins, que se integrou ao grupo em 2022, participa de outro evento similar, mas no Noroeste de Minas, onde percorrem a pé 180 km, passando por lugares mencionados por Guimarães em outra obra – *Sagarana*. Este ano o percurso aumentou e terá 192 km. “A travessia faz a gente emergir e submergir sobre nós mesmos. Eu senti na pele a metafísica do sertão. O cansaço a gente sente, mas o que nos impulsiona efetivamente é a grande travessia que é feita. São momentos de pura reflexão”, conta.

3.4.4 Foto fuligem

O escritor Diógenes Moura percorre os caminhos do Minhocão desde que o viaduto passou a ser aberto ao público em 1989. O Elevado é uma extensão da sua vida. Mora no bairro dos Campos Elíseos, atravessado pela via suspensa, há 35 anos. Os personagens dos seus livros estão diretamente ligados a essa atmosfera árida, seca e à vida sem redenção. Seus personagens, pinçados do cotidiano do Minhocão, não têm saída, sobrevivem na secura existencial, como Cesário Triste, Sebastião Lopes Cansado, Dona Angústia Lolita de Lourdes, Erotildes dos Ventos Antônia, Eufrásia dos Cantos de Lima, entre outros, protagonistas do livro *Minhocão*, publicado em 2022.

Conversei com Diógenes Moura, em 08 de maio de 2023, na cafeteria “Por um punhado de dólares”, próximo ao Minhocão, localizado na rua Nestor Pestana. A escolha do lugar, com uma decoração moderna e público “descoladinho”, foi o mote para o início da nossa conversa sobre seus três últimos livros ambientados em torno do Minhocão. Detona com o bairro onde vive há mais de três décadas e não é pela

convivência com “o povo do crack que está em seu *habitat* desde que foi morar nos Campos Elíseos”. O bairro, segundo ele, sofria preconceito porque só moravam nordestinos e travestis – ele é de Recife e também morou em Salvador. O processo de “ruína” ocorre há mais de dez anos devido à presença do que chama de “pseudocivilizados”.

“Este bairro (Campos Elíseos), que vizinha com Barra Funda, Santa Cecília e Higienópolis, nos últimos dez anos, se tornou moda, o que é algo insuportável. Começaram a chegar os pseudocivilizados, aqueles que chamam cachorros de ‘meu bebê’, pessoas que usam boné do MST e não sabem o que é reforma agrária, são pessoas que andam de bicicleta e atropelam os velinhos em cima das calçadas, usam aquelas bolsas biodegradáveis, comem bolo de fermentação lenta, têm um discurso petista que, na verdade, é apenas um discurso. São pessoas que falam de negro, *gays*, de índios, de quilombolas, de favelados. Esse bairro vive disso. Isso é interessante você falar”, recomenda. A observação de Diógenes Moura sobre o que chama de “pseudocivilizados” é um fenômeno estudado na antropologia urbana como a *hipsterização* das metrópoles. Há dois bairros no entorno do Minhocão, principalmente Santa Cecília e Vila Buarque, que são estudados à luz desse fenômeno, assunto que será tratado no próximo capítulo.

Segundo o escritor, seus três últimos livros [*O Livro dos Monólogos* (2018), *O Antiacarajé Atômico* (2021) e *Minhocão* (2022)] estão ambientados no bairro onde mora. “Eu não pensei no Minhocão. A gente pensa numa coisa do ponto de vista físico quando essa coisa não pertence ao seu corpo, não pertence à sua pele. O Minhocão está dentro de mim, inteirinho”.

Explica que passou sete anos escrevendo *Minhocão*. Quando estourou a pandemia, e não podia subir, percorria-o por baixo todos os domingos. “Eu anotava as cenas dos bares que estavam com meia porta aberta. Por isso, tem uma parte chamada ‘vinheta de passagem’, que são cenas da vida real. No meio disso, o Minhocão rasga essa chaga de concreto humano”, analisa.

Moura foi durante 13 anos curador de fotografia. O livro tem fotos em preto e branco, mas que apresenta uma técnica mais requintada. “Eu não gosto de fotografias que ilustram literatura. Estou farto disso. No livro, tiramos todo o preto da fotografia para que ficasse uma ‘foto fuligem’ e que se incorporasse à palavra”, explica, mostrando uma foto sobre o Minhocão que ficará eternamente: a de um mendigo na penumbra. De fato, é uma imagem cheia de significados. Fala do incômodo “desse

bando de fotógrafos em cima do Minhocão, registrando a intimidade das pessoas, acordando, lavando roupa... para nada”.

A obra nasceu como um processo de mimetização. “É uma ficção, mas tem muito da minha convivência com muitos dos personagens que viveram ali. Alguns já morreram. Outros perambulam pelas ruas ainda, eu tenho uma relação próxima com eles”, diz ao reforçar, mostrando o livro: “ninguém tem saída aqui. Não escapa ninguém”. Volta a falar da ocupação do bairro pelos pseudocivilizados: “o povo do crack não faz assaltos como se diz, não são violentos como se diz. Os moradores de rua não fazem assalto como se diz. Não são violentos como se diz. Isso é um preconceito absurdo”. No *Livro dos Monólogos*, por exemplo, entre as cenas narradas, ele conta a história do roubo ao seu apartamento [na rua Alameda Eduardo Prado], ocorrido em 2017, com imagens das câmeras do prédio, mostrando os assaltantes, que levaram um *laptop*, uma garrafa de uísque quase vazia, dois carregadores de celular e um Buda lotado de moedas de um real.

Despede-se de mim com outra recomendação, com um tapinha no meu ombro direito: “tenha coragem!” Acho que se referia ao fato de publicar as suas declarações sobre o bairro. Expandi o recado enigmático a outros aspectos da vida.

POR UMA RAZÃO NÔMADE NO JORNALISMO

O *homo viator* está na origem do *homo sapiens*. A condição humana e a condição de viajante continuam interligadas, centenas de milhares de anos depois. Só os homens viajam, pois os animais limitam-se a migrar, como os salmões e as gaivotas, para desova ou fugindo dos rigores do inverno. (ROUANET, Sergio Paulo. *A razão nômade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993, p. 7).

Este último capítulo discute aspectos centrais da experiência de reportagem sobre o Minhocão e elenca alguns achados, a partir da concepção da via suspensa como parque. O espaço público dividido em três categorias – a casa e a rua (DAMATTA, 2000) e o pedaço (MAGNANI, 1998) – será discutido sob a ótica antropológica, apontando como estas noções estabelecem relações que variam conforme os contextos socioculturais. O processo de imersão, formas de aproximação e o acesso às pessoas, além da problemática do tempo para produção da reportagem são algumas discussões inerentes ao capítulo.

4.1 O estar lá

Procurar entender os contextos por meio da experiência é uma das formas de apreensão antropológica, a partir da etnografia, que pode tornar a prática jornalística menos burocrática, menos previsível e, conseqüentemente, apresentar variados níveis de profundidade a partir de métodos de observação. Ted Conover (2023), professor do *Journalism Institute of New York University*, onde ministra uma disciplina de pós-graduação sobre etnografia para jornalistas, reforça a ideia de que o contato com o método etnográfico transformou sua experiência como jornalista e professor: “eu sou jornalista e professor de jornalismo, cuja exposição à etnografia

sugeri caminhos em direção a um jornalismo mais profundo que tenho buscado e tentado ensinar por muitos anos” (CONOVER, 2023, p. 1, tradução nossa).

O primeiro ponto a destacar é que, numa perspectiva de abordagem *De perto e De dentro*, a imersão possibilita uma escrita com enorme potencial para semear empatia, segundo Conover, que cita a antropologia como disciplina que pode permitir esse mergulho: “a escrita de imersão tem imenso potencial para semear empatia no mundo. É um caminho para introduzir leitores a pessoas que lhe são estranhas e fazer com que esses leitores se importem” (CONOVER, 2016, p. 6, tradução nossa).¹⁴⁷ Ao estar com as pessoas, reforça Conover, lidamos com situações desafiadoras:

saindo [...] você aprende muito mais sobre elas do que poderia apenas com realização de entrevistas. Comendo com elas, viajando, respirando o ar delas, você obtém mais do que apenas informações. Você ganha experiência compartilhada. E muitas vezes você obtém histórias verdadeiramente poderosas (CONOVER, 2016, p. 11, tradução nossa).¹⁴⁸

Embora reconheça que etnografia e jornalismo sejam atividades muito diferentes – acentuando a questão do tempo como maior fator de distinção –, a constatação de Conover sobre o processo de alteridade emerge, principalmente, a partir do diálogo com os ensinamentos antropológicos. Tudo na antropologia é fundado na alteridade, afirma Roberto DaMatta, “pois só existe antropólogo quando há um nativo transformado em informante. E só há dados quando há um processo de empatia correndo de lado a lado” (DAMATTA, 1978, p. 10). O objetivo primordial da antropologia é educativo, ou seja, na relação com o outro aprende-se com as pessoas – e não sobre elas. É um processo “semelhante ao do aprendiz ou do aluno” (INGOLD, 2019, p. 13).

¹⁴⁷ No original: [...] *Immersion writing has huge potential for sowing empathy in the world. It's a way to introduce readers to strangers and to make them care, a way to shine a light into places that need it* (CONOVER, 2016, p. 6).

¹⁴⁸ Do original: O parágrafo no original: *The point is that by simply spending time with people, being at their sides as they encounter challenging situations – by hanging out, in other words – you learn a lot more about them than you might by only conducting interviews. By eating with them, traveling with them, breathing their air, you get more than just information. You gain shared experience. And often you get powerful true stories.*(CONOVER, 2016, p. 11).

Esse processo – o de ter acesso ao outro – não é tão simples na atividade jornalística, uma vez que, no jornalismo, o conflito é parte inerente à profissão (BUCCI, 2000). O acesso é uma questão chave para a escrita de imersão, pontua Conover, ao destacar que os jornalistas lidam com esse desafio todos os dias: o e-mail sem resposta, o telefonema não retornado, a dificuldade de acesso se o jornalista não trabalha num grande veículo. Na fase inicial da pesquisa, ao fazer contato com um dos representantes do Movimento Desmonte do Minhocão, por exemplo, não houve interesse na entrevista: antes disposto a participar, o interlocutor queria saber, após o primeiro contato, realizado em 13 de janeiro de 2022, para qual veículo ele daria entrevista. Ao saber que se tratava inicialmente de uma pesquisa acadêmica – com chances de publicação da reportagem em algum jornal ou revista – o representante (que nunca se identificou) não deu continuidade aos contatos iniciados na *Fanpage* do grupo, no *Facebook* e, posteriormente, pelo *WhatsApp*. As pessoas não têm obrigação de falar com a imprensa, diz Conover, e podem ter boas razões para evitá-la:

às vezes, as credenciais são importantes. Se você é sortudo o suficiente para poder dizer que está ligando do *New York Times* ou *CNN* ou *NBC* ou *National Public Radio*, você pode ter sucesso mais frequentemente. Se você é Tom Wolfe, esses astronautas¹⁴⁹ vão estar mais prontos para falar com você. Às vezes, a expressão “jornalismo de acesso” tem sido usada para se referir a uma prática de negociação de relacionamentos com as fontes (CONOVER, 2016, p. 38, tradução nossa).¹⁵⁰

Embora as pessoas não tenham obrigação de falar com a imprensa, o trabalho de jornalista consiste, essencialmente, em convencê-las a revelar e obter declarações, com transparência e boa-fé. Por isso, a atividade é tão preciosa, requer talento e competência técnica. No trabalho de reportagem, no terceiro capítulo, por exemplo, uma ex-garota de programa declarou que era “um arquivo político vivo”. Não

¹⁴⁹ A palavra “astronautas” utilizada no texto original de Conover está diretamente relacionada ao livro do jornalista e escritor Tom Wolfe que lançou *The Right Stuff*, em 1979. A obra narra as primeiras experiências de sete astronautas envolvidos no programa espacial da NASA para exploração espacial.

¹⁵⁰ O parágrafo no original: [...] Sometimes, credentials matter. If you're lucky enough to be able to say you're calling from the *New York Times* or *CNN* or *NBC* or *National Public Radio*, you may succeed more often. If you're Tom Wolfe, those astronauts are going to be more ready to talk to you. Sometimes the phrase “access journalism” has been used to refer to a practice of trading on relationships (and in certain circles a shady expectation of tit-for-tat) to arrange an interview with somebody famous or important (CONOVER, 2016, p. 38).

perguntei o que significava isso: o assunto não era uma informação essencial à minha pesquisa, senti que ela não queria falar sobre e que a revelação poderia colocá-la em risco, desnecessariamente.

As barreiras relacionadas ao acesso se repetem, de forma até previsível, com representantes de governos, sejam eles secretários municipais sejam estaduais, prefeitos, governadores e ministros. Ao entrar em contato, em 04 e 16 de maio de 2023, com a secretaria municipal de Turismo de São Paulo, órgão atual responsável por gerenciar o Minhocão, não houve resposta por e-mail. O objetivo era conversar com o secretário Rodolfo Marinho. Também sem sucesso, em 22 de junho, fiz contato por e-mail com a Secretaria de Comunicação da prefeitura de São Paulo.

O jornalismo apresenta uma forte tendência de veicular informações a partir das fontes oficiais (assunto abordado no segundo capítulo) cujas instituições possuem forte estrutura de comunicação com relações próximas a várias fontes jornalísticas. Os protagonistas-anônimos – pegando de empréstimo uma acepção utilizada por Cremilda Medina (1985, 1996, 2006, 2008) ao se referir às vozes não oficiais e à dinâmica da ação coletiva nos espaços públicos – ocupam visibilidades pontuais e circunstanciais em matérias específicas. As pessoas menos conhecidas, observa Conover, podem ser mais fáceis de serem encontradas e ainda podem ter vidas que são extremamente interessantes (CONOVER, 2016, p. 38, tradução nossa).¹⁵¹ Não existe manual que estabeleça estratégias de aproximação com esses anônimos. Esse processo de descoberta de fontes é gradual, diz o autor, é algo que se desenvolve ao longo de dias, semanas ou meses, acesso que é possível de improvisar ao longo do processo: “esse tempo é gasto aprendendo não apenas sobre como entrar, mas também sobre as dimensões do seu assunto, sobre o que você pode escrever” (CONOVER, 2016, p. 39, tradução nossa)¹⁵². Como chegar às pessoas que podem abrir caminhos para novos contatos? Os documentaristas costumam usar intermediários para apresentá-los às pessoas certas e ajudar na

¹⁵¹ No original: [...] *Lesser-known people can be easier to meet, and still have lives that are hugely interesting.* (CONOVER, 2016, p. 38).

¹⁵² A frase no original: [...] *My first advice is to relax and take a few breaths. Arranging access is sometimes a matter of making a key phone call, but more often it seems to be a process of gradual discovery, something that unfolds over days, weeks, or months. That time is spent in learning not just about how to get in but also about the dimensions of your subject, what it is you might write about* (CONOVER, 2016, p. 39).

logística de transporte: “uma ONG pode ajudar nesse processo”¹⁵³ (CONOVER, p. 41, tradução nossa).

No caso da pesquisa, o presidente da Associação Parque Minhocão, Felipe Morozini, me indicou o advogado e pesquisador sobre o direito à cidade, Wilson Lévy, além do ex-vereador José Police Neto. Eu não teria como encontrar o escritor Diógenes Moura, que acabara de publicar um livro sobre o Minhocão, e o Grupo de Estudos Guimarães Rosa, que estuda as obras do autor e realiza anualmente a caminhada *Grande Minhocão: Veredas*, sem as indicações fundamentais do escritor e poeta Gil Veloso. Foi ele também quem me falou sobre o projeto que une arte e botânica no Elevado, da artista Laura Lydia. O próprio trabalho de Gil Veloso foi uma fonte fundamental para a reportagem porque definiu eixos de abordagens.

4.2 Visibilidade *versus* invisibilidade

Tentar entender a dinâmica dos lugares e como as pessoas agem em público podem ser decisivos. Nas primeiras imersões por baixo do Minhocão, por exemplo, realizei caminhadas exploratórias, partindo da extremidade leste, na Rua da Consolação, próximo à Praça Roosevelt, até a outra ponta, no sentido oeste da cidade, até o Largo Padre Péricles, na Barra Funda. Em uma delas, eu estava acompanhado da assistente social Ana Carolina Onofre, que tem experiência nas abordagens com moradores em situação de rua. Essa primeira caminhada, devidamente registrada na forma de relato etnográfico, pretendia mapear pontos e situações que poderiam ser explorados posteriormente. O objetivo era entender como viviam aquelas pessoas que moravam em barracas embaixo do viaduto cuja situação precária e ambiente completamente insalubre são potencializados pelo excesso de monóxido de carbono, liberado 24 horas por dia, pelo barulho constante e ausência de sol. Os moradores que moram naquele lugar em barracas ou ao relento debaixo do Minhocão sobrevivem em meio à fuligem, na penumbra.

¹⁵³ No original: *There's a nonprofit group, or NGO, that might help* (CONOVER, 2016, p. 41).

Aproximar-se das histórias de vida dos que sobreviviam ali era o principal objetivo. Quem mora nos prédios, na perspectiva de cima do viaduto, para onde convergem as discussões de melhorias na qualidade de vida, o efeito dos transtornos é parcialmente amenizado à noite e nos fins de semana, quando o Minhocão se transforma em parque, um privilégio não estendido aos que vivem na parte de baixo. Um primeiro sintoma, observado durante as caminhadas nos fins de semana e nos dias úteis à noite, é que os moradores em situação de rua circulam esporadicamente na parte de cima – moram e permanecem na parte de baixo. Ou seja, o Minhocão proporciona bem-estar para quem de fato pode usufruir dele para práticas esportivas e de lazer. Na parte de cima, eles usam a via para cruzar de um ponto a outro. O casal André e Bruna, por exemplo, só assistiram ao filme do projeto Cine Minhocão porque estavam cruzando o Elevado para sair em direção à Praça Roosevelt, onde sobrevivem embaixo de marquises.

Nas imersões por baixo, a experiência de aproximação com Samara Paula Oliveira Félix, narrada na reportagem, sugeria que, quando se observa contextos nos quais as pessoas são vulneráveis e são consideradas invisíveis no dia a dia – no caso de moradores em situação de rua ou em ambientes que requerem atenção para não se correr riscos –, passar despercebido é a principal estratégia para um jornalista. Ou seja, é preciso também tornar-se invisível nesses contextos. Apresentar-se como repórter no primeiro contato ou parecer um turista à procura do inusitado não são estratégias bem-sucedidas para quem buscava o tipo de informação de que se precisava. A forma como manuseie o gravador e o bloco de anotações – atitudes que foram salientadas pela assistente social que me acompanhava – provocou um ruído, quebrando a espontaneidade dos entrevistados. Naquela situação, as ações precisavam ser mais sutis, o que não significa mentir sobre a profissão ou omitir sobre os reais motivos de estar ali. São estratégias de negociação que envolvem, paulatinamente, pactos de confiança.

Na ocasião, o companheiro de Samara, Edvaldo, deu dicas de como “devíamos transitar” por baixo, partindo da percepção de que eu era “estudante” e a assistente social sabia como se aproximar. Sugeri que não tirasse fotos: “ela (referindo-se à Ana Carolina) já é cavalo andado. Observe as coisas ao redor. Ela sabe por onde pisar, ele (eu) não, que é estudante”. Na ocasião, eu informei que

estava fazendo doutorado (como se isso valesse de alguma coisa quando estamos falando dos códigos de rua) e que morei no centro por 12 anos. Mas ele retruca: “Mesmo assim”. Na verdade, Edvaldo percebeu em mim falhas de abordagens que ele não via na assistente social, que conduzia a conversa com naturalidade.

No primeiro contato, Samara tinha falado da condição atual do casal que precisava conseguir R\$ 20 para pagar a diária do quarto onde vivia. Eu doei o valor para que eles conseguissem pagar a diária do domingo. Isso se repetiu em dois outros encontros que mantive com eles. Em contexto muito diferente, Lévi-Strauss descreve essa situação em *Tristes Trópicos*, a de ter de pagar para tirar fotos ou presentear os informantes:

ensina-se aos jovens etnógrafos que os índios receiam que suas imagens sejam captadas pela fotografia que convém paliar esse receio e indenizar o que eles consideram um risco, presenteando-os com um objeto ou com dinheiro. Os Cadiueu haviam aperfeiçoado o sistema: não só exigiam ser pagos para se deixarem fotografar, como ainda me obrigava a fotografá-los para que eu os pagasse; praticamente não se passava dia em que uma mulher se apresentasse a mim vestida com extraordinário aparato e me impusesse, querendo eu ou não, homenageá-la com um disparo do obturador acompanhado por alguns mil-réis. Para poupar meus rolos de filme, quase sempre eu me limitava a um simulacro, e pagava (LÉVI-STRAUSS, 1996a, p. 188).

Outro ponto é que há uma percepção equivocada de que jornalistas têm uma rede de contatos influentes. É fato que repórteres lidam com muitas fontes importantes, mas quando não se está ligado a um veículo esses vínculos não são duradouros. Em 16 de junho de 2023, Pryscilla (ligada à história de Samara) entrou em contato comigo, via *WhatsApp*, pedindo ajuda: queria saber se eu conhecia alguém do Conselho Nacional de Justiça porque recebeu uma ordem de despejo do prédio onde ela aluga os quartos e onde Samara mora com Edvaldo. Ela tinha advogado, mas, pelo que entendi, não cabia mais recurso, e a juíza foi “arbitrária”, na visão dela que diz ter formação em Direito. Eu disse que não tinha contatos na Justiça e que não tinha como ajudá-la. A própria Samara já havia me acionado quando a guarda municipal havia levado uma barraca de um dos moradores que ainda estavam embaixo do viaduto.

A necessidade de discrição quando se quer observar contextos socioculturais é salientada por Lauren Elkin, que publicou *Flâneuse*, em 2016 (no Brasil, em 2022), obra que narra a experiência de ser uma andante feminina, – daí o neologismo *Flâneuse* – notadamente uma prática masculina. Uma mulher sozinha não passará despercebida a depender dos contextos. Segundo a autora, o argumento contra a *Flâneuse* se baseia na questão da visibilidade. Para o *flâner*, é essencial ser funcionalmente invisível, escreve Elkin ao citar a frase do escritor francês Luc Sante, que define o *flâneur* como sendo do gênero masculino. “Essa observação é, ao mesmo tempo, injusta e cruelmente precisa. Gostaríamos de ser invisíveis como um homem [...]. Mas se nossa presença é tão chamativa, por que fomos excluídas da história das cidades?” (ELKIN, 2022, p. 24).

Nesse ponto é interessante destacar, a partir da experiência na caminhada realizada com a assistente social, o quanto a questão do gênero pode interferir na visibilidade ou invisibilidade como estratégia para o êxito (ou não) da aproximação. “Na rua, a gente tem que saber entrar e saber sair”, salientou Ana Carolina, referindo-se à necessidade de se observar o contexto para poder abordar e também em relação à segurança dela. Observei que, no primeiro contato que tivemos com Samara, a assistente social sempre se dirigia à entrevistada, no entanto, mantinha um contato mais distante com Edvaldo, não só como uma forma de estabelecer minimamente um vínculo com Samara, mas deixando subtendido que cumpria um código social. Naquele contexto, o fato de estarmos em “casal” deixou Samara (e também Edvaldo) receptivos à aproximação, possibilitando outros encontros – inclusive, sem a presença de dele. Em outra ocasião, no curto momento em que estive entrevistando Samara a sós, e ela não me olhava diretamente, percebi que precisava respeitar esse código sutil. Refleti, posteriormente, que as abordagens que realizei no Minhocão sozinho, foram aos homens ou a casais, pois não senti abertura para abordar mulheres que estavam desacompanhadas – seja por sinais de limites emitidos por elas seja por inconscientemente cumprir regras de abordagem. O Minhocão é considerado um lugar inseguro pelos moradores e frequentadores. Entendi, portanto, que a prevalência dos códigos socioculturais não é, necessariamente, um impeditivo para a aproximação, mas deve ser considerada.

Na relação com a mídia nos espaços públicos, por exemplo, é perceptível em muitas situações a disparidade entre discursos e comportamentos. Na rua, ao contrário dos espaços privados, as opiniões tendem a ser mais brandas. As contradições se manifestam de várias formas no plano do discurso, mas diante da mídia, de jornalistas e de seus aparatos (câmeras, gravadores, blocos de anotações, entre outros recursos técnicos) as pessoas tentam moldar comportamentos e discursos. Em geral, elas encenam quando estão fora do ambiente privado, distante da vigilância de outros. Não por acaso, as agências de comunicação ofertam serviços de treinamento de mídia (*media training*) para que líderes empresariais, políticos e celebridades sejam treinados quando participam de entrevistas.

No contexto brasileiro, há estudos antropológicos que estabelecem distinções sobre formas de agir e de se relacionar em ambientes privados e públicos. No caso do Brasil, a casa e a rua não designam simplesmente espaços geográficos. Para Roberto DaMatta (2000), é possível ler o país de um ponto de vista da casa e outro a partir da perspectiva da rua. Uma de suas principais teses é a de que a sociedade brasileira é relacional – um elemento estrutural que teria formado o país. No Brasil, a relação é um dado básico de todas as situações, que

permite compreender como as mediações dos conflitos engendram uma prática de gradações (como ocorreu com o escravo, liberto pouco a pouco) [...] Assim, conseguimos ser liberais e manter nossos escravos do mesmo modo que não somos o que dizemos na rua com o que somos em casa (DAMATTA, 2000, p. 105).

Esse dado estruturante teria formado, segundo o antropólogo brasileiro, uma sociedade dotada de éticas múltiplas. Enquanto nos Estados Unidos, a sociedade tem um código dominante que orienta todas as esferas da vida social, afirma DaMatta, no Brasil, há códigos específicos para cada esfera que a sociedade tem como básica:

[...] somos uma pessoa em casa, outra na rua e ainda outra na igreja, no terreiro ou centro espírita. Nossa lógica é relacional no sentido de que estamos sempre querendo maximizar as relações e a inclusão, criando com isso zonas de ambiguidades permanentes (DAMATTA, 2000, p.106).

Conforme o antropólogo, o estudo das relações permite ultrapassar aquela visão tradicional da identidade nacional como caráter ou traço. O valor básico fundamental no país, reforça DaMatta, é “relacionar, juntar, confundir, conciliar. Ficar no meio, descobrir a mediação e estabelecer a gradação, incluir (jamais excluir!)” (DAMATTA, 2000, p. 108). Nesse sentido, o que tipifica o caso brasileiro, analisa, seria essa institucionalização e autonomização do relacionamento: “entre nós em vez de haver decisão em nível das partes em conflito, haveria sempre uma decisão em nível de elos” (DAMATTA, 2000, p. 108).

A tese de DaMatta – a da relação como um fato social no Brasil, ou seja, a da institucionalização do relacionamento – apresenta consonâncias com outros estudos, como os desenvolvidos pelo crítico literário Roberto Schwarz e pelo antropólogo Darcy Ribeiro [1922-1997]. Resumidamente, ao analisar obras de Machado de Assis, Schwarz destaca a prática do favor como uma instituição social no Brasil. Em *O Povo Brasileiro*, Darcy Ribeiro dedica um capítulo para abordar as relações entre índios e estrangeiros. Salienta que a instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi o cunhadismo, “velho uso indígena de incorporar estrangeiros à sua comunidade”. A prática consistia em lhes dar uma moça índia como esposa: “assim que ele assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo” (RIBEIRO, 2015, p. 63). A função do cunhadismo, acrescenta, na sua nova função civilizatória “foi fazer surgir a numerosa camada de gente mestiça que efetivamente ocupou o Brasil” [...] sem a prática do cunhadismo, era impraticável a criação do Brasil” (RIBEIRO, 2015, p. 64).

Com base nas categorias *casa* e *rua*, de Roberto DaMatta, José Guilherme Magnani percebeu mediações entre esses dois espaços geográficos. Entre a casa e a rua, há “pedaços”, há zonas intermediárias. Magnani (1998) identificou, a partir de uma perspectiva da antropologia urbana, *De perto e De dentro*, esses espaços intermediários ao analisar formas de lazer na periferia de São Paulo. *Pedaço* é o domínio intermediário entre o privado e o público, define Magnani, identificado ao se observar as atividades de lazer. “É ao mesmo tempo espaço físico – território demarcado por equipamentos – e social como a rede de relações que combina parentesco entre vizinhos e encontros comunitários” (MAGNANI, 1998, p. 115 - 116).

Mas

não basta, contudo, morar perto ou frequentar com certa assiduidade esses lugares: para ser do “pedaço” é preciso estar situado numa rede particular de relações que combina parentesco, vizinhança, procedência. Algumas categorias definem o grau de inserção nesta rede: diz-se que alguém é “chegado” a fulano quando é apenas conhecido e os vínculos com eles são superficiais (MAGNANI, 1998, p. 115).

Pedaço é uma categoria de sentido que, no caso do estudo de Magnani na periferia de São Paulo, refere-se a pessoas que se conheciam. Ao tentar analisar esta categoria na Galeria do Rock, no Centro de São Paulo, por exemplo, o antropólogo percebeu uma mudança significativa. Muitos dos que circulavam no espaço não se conheciam, mas “se reconheciam” por outros códigos e símbolos: camisetas, estilos do cabelo, uso de adereços característicos das bandas de rock, etc. Na Galeria do Rock, os frequentadores vinham de várias localidades. A ideia de pedaço era limitada para entender o espaço dedicado aos fãs de rock e o termo que melhor explica a dinâmica do lugar é o de mancha urbana. *Manchas* são

áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante. Numa mancha de lazer, os equipamentos podem ser bares, restaurantes, cinemas, teatros, o café da esquina etc., os quais, seja por competição seja por complementação, concorrem para o mesmo efeito: constituir pontos de referência para a prática de determinadas atividades. Já uma mancha, caracterizada por atividades ligadas à saúde, por exemplo, geralmente se constitui em torno de uma instituição do tipo âncora – um hospital –, agrupando os mais variados serviços (farmácias, clínicas particulares, serviços radiológicos, laboratórios etc.), e assim por diante (MAGNANI, 2002, p. 22).

4.3 O Elevado como espaço de relações

Entender esses espaços – *casa, rua, pedaço* – foi fundamental para compreender a dinâmica no Minhocão. Assim como a rua, o Elevado representa um “símbolo e suporte da experiência urbana” (MAGNANI, 1993) e opera um sistema de relações com base em eixos múltiplos e não em tipologias fixas, como destaca Magnani, porque não se está falando da rua em si, espaço físico destinado a fluxo, “mas de uma experiência de rua [...] às vezes, um espaço é hostil ou indiferente

durante o dia, mas acolhedor à noite. E assim por diante” (MAGNANI, 1993, p. 49). A dinâmica de um espaço, diz Magnani, “não se esgota no seu perímetro, assim como o significado mais amplo de uma comunidade religiosa afro-brasileira vai além dos limites do território” (MAGNANI, 1993, p. 51). A rua que interessa, identificada pelo olhar antropológico é recortada “por variados pontos de vista, oferecidos pela multiplicidade de seus usuários, suas tarefas, suas referências culturais, seus horários de uso e formas de ocupação” (MAGNANI, 1993, p. 48).

Com sua finalidade de ser um meio que desafogaria o trânsito de São Paulo, o Minhocão não significa apenas uma via, um trajeto para carros. A experiência de reportagem, a partir das observações etnográficas, aponta para o Minhocão como um espaço que está para além da sua função. O uso atual da Elevado se caracteriza por ser uma via para carros, com intervalos de tempo para lazer. Apesar de o Minhocão ser um lugar essencialmente de passagem, os rituais cotidianos que as pessoas realizam lá distribuem-se num mosaico dinâmico da vida social e cultural de São Paulo, em constante fluxo, e cujos sentidos vão se formando espontaneamente.

Ao problematizar a discussão sobre o emprego da etnografia na reportagem sobre o Elevado – como método de observação – a pesquisa considerou alguns traços específicos do fazer etnográfico: não só como prática, mas também como experiência. Apesar de um recorte específico do assunto, o estudo baseou-se numa certa noção de totalidade (MAGNANI, 2009) que, nesse sentido, aproxima a etnografia do fazer científico. Uma característica da totalidade como pressuposto da etnografia, segundo Magnani, diz respeito à dupla face que apresenta: “de um lado, a forma como é vivida pelos atores sociais e, de outro, como é percebida e descrita pelo investigador” (MAGNANI, 2009, p. 137). Assim,

uma totalidade consistente em termos da etnografia é aquela que, experimentada e reconhecida pelos atores sociais, é identificada pelo investigador, podendo ser descrita em termos de categoriais: se para aqueles constitui o contexto da experiência diária, para o segundo pode também se transformar em chave e condição de inteligibilidade. Posto que não se pode contar com uma totalidade dada, postula-se uma, nunca fixa, a ser construída a partir da experiência dos atores e com a ajuda de hipóteses de trabalho e escolhas teóricas, como condição para que se possa dizer algo mais do que generalidades e platitudes a respeito do objeto de estudo (MAGNANI, 2009, p. 137).

A experiência etnográfica consistiria, portanto, como “primeira impressão, em contato com um tema e campo completamente desconhecidos e, em seguida, como experiência reveladora, com a pesquisa já em andamento” (MAGNANI, 2009, p. 149).

No caso da experiência, em termos de categorias analíticas percebidas no uso do Elevado como forma de lazer, nos fins de semana, pode-se inferir que o Minhocão se caracteriza, diferentemente de outros parques, como *espaço das técnicas*. É um lugar propício para andar de bicicletas, patins e skates, praticar atletismo, segundo depoimentos dos moradores e visitantes. Mesmo quando o foco da discussão não era esse, e não envolvia práticas de atividades físicas, os entrevistados, voluntariamente, abordaram a “técnica” como aspecto primordial, a exemplo dos grupos de xadrez, do artista plástico e do produtor de animação, que exhibe curtas-metragens no Elevado. Embora não tenha explorado na reportagem, o lugar é o cenário ideal para aulas de fotografias. A partir do movimento de ocupação espontânea, que caracteriza a via suspensa, pode-se inferir que o Minhocão é, por excelência, um *espaço para as artes*. Grupos de teatros e de música, cortejos, caminhadas literárias encontram lá um cenário propício para apresentações.

A sensação que se tem é que à noite o Minhocão é um lugar, essencialmente, de passagem. No sábado, é de uso misto: mais para prática de esportes e menos para o lazer. Domingo apresenta um clima de praia, essencialmente voltado para o lazer, e a permanência das pessoas é maior na comparação com os demais dias.

4. 4 A hipsterização do entorno

No contexto cultural mais amplo, quando se consideram o entorno e os bairros cortados pelo Elevado, principalmente Santa Cecília, Vila Buarque, é possível perceber o fenômeno da *hipsterização*, que é mais do que um estilo passageiro de moda ou uma mera importação de estrangeirismos,

reflete uma intrincada rede de referências, preferências estéticas e posicionamentos políticos que não se restringem somente aos estilos de vida individuais das pessoas classificáveis com o termo *hipster*. Trata-se de um conjunto heterogêneo de tendências globais que, quando acessadas por pessoas munidas de repertórios para sua identificação, e detentoras de capital econômico, social e criativo

suficientes para sua tradução para o contexto local, são capazes de reconfigurar a imagem e a desejabilidade de bairros inteiros da região central da cidade por segmentos de alta renda – na contramão da tendência histórica de deslocamento das elites para cada vez mais longe do Centro (ALCÂNTARA, 2020, p.656).

O bairro de Santa Cecília vive esse processo de forma mais intensa atualmente. Reportagem da *Veja São Paulo*, publicada em 2020, já denominou os moradores do bairro de “santa ceciliers”. O comportamento heterogêneo do público *hipster* vai desde poder degustar o salgado em cadeiras de praia espalhadas pelo passeio, tomar cerveja artesanal, comer comida vegana, comprar roupas em brechó e móveis de segunda mão a participar de clubes de doações de objetos. As residências têm chão de taco e são decoradas com samambaias e plantinhas trepadeiras. O movimento desperta o interesse de um público mais jovem, de alta renda, predominantemente progressista, ‘moderno’ e *vintage* em suas formas de se vestir e consumir.

A ambiência urbana oferecida por esses bairros, a oferta de serviços e o relativo baixo custo para se instalar empreendimentos faz com que não apenas haja um fluxo de novos moradores, mas também a inauguração de uma série de estabelecimentos comerciais voltados a este público (ALCÂNTARA, 2020, p. 642).

Mas, segundo Alcântara, que fez uma pesquisa etnográfica (mestrado) no bairro Vila Buarque, não são quaisquer itens que podem ser encontrados em quaisquer outros lugares pela cidade, são produtos

artesanais, orgânicos, veganos, autorais, releituras, de produção independente. Mais do que mera estratégia de marketing para vender produtos por um maior preço e maior margem de lucro a consumidores de maior poder aquisitivo, essas características operam uma distinção que requer um repertório de gostos e referências estéticas que são compartilhados entre proprietários e frequentadores destes lugares (ALCÂNTARA, 2020, p.648).

Segundo o pesquisador, que também publicou um livro¹⁵⁴ sobre o tema, apesar da evidente heterogeneidade de atividades, produtos e serviços oferecidos por cada espaço,

¹⁵⁴ ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de. *São Paulo, a cidade na escala hipster: um estudo sobre cosmopolitismo, “gentrificação” e trabalho*. São Paulo: editora Telha, 2023.

todos esses lugares apresentam muitas características em comum. A primeira delas é que a quase totalidade destes estabelecimentos não é parte de nenhuma rede de lojas ou negócios: em geral, são lojas independentes, resultado dos investimentos pessoais (tanto em termos financeiros como de projetos de vida) de seus proprietários. Estes são pessoas que, em determinado momento de suas vidas, optaram por fazer transições profissionais – abrindo mão de carreiras em outras áreas profissionais para apostar em atividades novas [...] (ALCÂNTARA, 2020, p.642).

Um terceiro aspecto em comum entre todos os estabelecimentos que se inserem nessa tendência são traços da decoração dos espaços, com “fachadas discretas”, “ambientes muitas vezes são minimalistas”, “há o uso explícito de materiais baratos na composição do mobiliário” (ALCÂNTARA, 2020, p.649).

4.5 A fabricação do presente

O tempo é apontado como principal característica para diferenciar o trabalho jornalístico do antropológico. Esta tese seguiu outro caminho ao estabelecer diferenças entre as áreas: o que distingue as duas disciplinas é a finalidade dos processos de conhecimentos envolvidos em cada uma, uma vez que a discussão do tempo também permeia a antropologia.

O jornalismo se define por uma relação bastante estreita com o tempo, moldado por fenômenos socioculturais, impulsionado pelo avanço do capital e mediado pelo desenvolvimento tecnológico. Segundo Isabel Travancas, que estabelece um diálogo entre as duas áreas, a antropologia

deseja a permanência, a solidez que o saber científico propicia. O antropólogo não corre atrás do tempo como o jornalista, não tem um *deadline* tão apertado, nem o trabalho de campo está restrito há algumas horas de conversa com os entrevistados. Há o tempo da partida e o da volta, da pesquisa e da escrita, e entre eles há o tempo da reflexão (TRAVANCAS, 2002, p. 10).

Esta mesma análise distintiva é compartilhada também por Ted Conover que estabelece como diferença crucial entre etnografia e jornalismo a discussão do

tempo. A etnografia, diz Conover, “é uma pesquisa de longo prazo sobre questões da vida social humana de interesse particular para os cientistas sociais. Jornalismo é a pesquisa (geralmente chamada de “reportagem”) sobre questões do dia para um público amplo” (CONOVER, 2016, p. 20, tradução nossa).¹⁵⁵

A partir do diagnóstico do tempo como fator de distinção, estabelecer alguns paralelos entre jornalismo e antropologia se esbarraria no problema das condições de trabalho de jornalista, nos objetivos que separam cada profissão. A comparação do trabalho de ambos é “enganosa”, segundo as críticas mais contundentes, uma vez que, enquanto o antropólogo é um pensador com condições para propor os problemas epistemológicos de seu próprio trabalho, o jornalista seria

[...] um homem de ação que deve produzir um discurso com as limitações do sistema produtivo no qual está inserido. Pois é claro que não se pode sugerir o ‘diálogo possível’ para uma atividade necessariamente marcada por um ritmo veloz, distinto do tempo lento da pesquisa (MORETZSOHN, 2007, p. 162).

Ainda nesta perspectiva crítica, as reportagens que investem nesse relato feito por dentro, a partir da experiência vivida, “costumam ter grande sucesso, mas constituem uma espécie de variação empobrecida da técnica da observação participante comum a estudos etnográficos” (MORETZSOHN, 2007, p. 154). A aposta na vivência, segundo Moretzsohn, revelaria a simplificação corrente no trabalho jornalístico e [...] “frequentemente esgota-se na descrição de situações capazes de comover o público, sem alcançar um nível de argumentação que leve a questionar por que as coisas são como são” (MORETZSOHN, 2007, p. 153).

As ponderações de Moretzsohn são pertinentes, mas centradas principalmente na discussão sobre as condições (na maioria dos casos, precárias) do trabalho jornalístico. Focar nesta perspectiva é semelhante à problemática que a sociologia clássica enfrentou ao longo do século 20 quando analisava os movimentos sociais urbanos: privilegiava-se a categoria trabalho, por exemplo, em detrimento do lazer quando são analisadas as condições de vida das pessoas na cidade. “O lazer é uma área

¹⁵⁵ No trecho original: *Ethnography and journalism are very different pursuits. Ethnography is long-term research into questions of human social life of particular interest to social scientists. Journalism is research (usually called “reporting”) into issues of the day for a broad audience* (CONOVER, 2016, p. 20).

relativamente negligenciada já que há uma tendência de os cientistas sociais privilegiarem a categoria trabalho em suas análises” (OLIVEN, 1995, p. 61). Magnani também cita essa tendência ao analisar o “tempo livre” dos trabalhadores numa periferia de São Paulo, que tinham como lazer o circo:

à época, auge das análises sobre movimentos sociais urbanos, uma pesquisa sobre lazer era vista quase como diletantismo, pois se considerava que havia coisas mais importantes a tratar, como o mundo do trabalho ou da política, por exemplo. Estudar o tempo livre? E mais, justamente entre moradores de bairros de periferia onde a palavra parecia desprovida de qualquer sentido das necessidades mais urgentes da vida cotidiana? (MAGNANI, 1998, p. 11).

As críticas de Moretzsohn (2007), contudo, focam na problemática do tempo cronológico e cronométrico, cujas análises estão presas a um ciclo de publicações da imprensa que durava 24 horas e que não existe mais. O tempo não é linear, e não é composto apenas de durações ou de ciclos, mas também de descontinuidades. As noções de tempo são “produto de interação social” (SOROKIN; MERTON, 1990, p. 60). Atualmente as notícias são produzidas e circulam em fluxo contínuo, num contexto para o jornalismo do “tempo que não tem tempo” (BUCCI, 2021, p.173). Nas atividades de produção simbólica, contudo, destacando aqui, por exemplo, a literatura que produz diversas temporalidades, os tempos são múltiplos: podem ser históricos, podem vir da memória oral, da experiência vivida. A narrativa, segundo Paul Ricoeur, também citado por Sodré (2009), articula o tempo do mundo à experiência humana e à linguagem (RICOEUR, 1998). Ao aprofundar as discussões sobre o fato jornalístico, Sodré divide o tempo em duas categorias: o acontecimento e a experiência. A primeira está ligada aos critérios de produção da notícia, enquanto estratégia de narração do fato social, e a segunda associada à narratividade. Neste sentido, na atualidade não caberia falar sobre tempo, mas sobre os “tempos no jornalismo”, na medida em que

a informação pública, sempre a meio caminho entre a produção e o lazer, insere-se na lógica moderna de estruturação do tempo social. A temporalização operada pelo jornalismo realiza uma síntese das continuidades, mudanças e passagens que, de modo disperso ou caótico, definem o cotidiano. A periodização, que orienta a sequencialidade temporal de jornais e revistas (afim à linearidade e sequencialidade do livro) é um exemplo de vinculação da experiência do tempo com os fatos da comunidade. Se o tempo cronológico já implica em si mesmo uma homogeneização da duração, o discurso

informativo, acionado pelo tempo, constrói uma imagem de unidade de funcionamento do cotidiano (SODRÉ, 2009, p. 87).

O que se quer sublinhar é que o tempo presente no jornalismo é uma fabricação (FRANCISCATO, 2005), ao longo do qual a produção jornalística transformou o presente em “fetichismo” (SCHUDSON, 1986), que veio se moldando a partir das revoluções burguesas e mudanças socioculturais. O tempo é um fenômeno sociocultural e não somente tecnológico, embora a noção de tempo presente, no jornalismo, tenha sido profundamente modificada pelas categorias simultaneidade e instantaneidade, que alteraram a noção de periodicidade na atividade jornalística. A simultaneidade é um componente da atualidade jornalística (FRANCISCATO, 2005). Hoje temos um presente “inchado” e “estendido” que [...] “pode durar um milésimo de segundo, assim como pode durar alguns bilhões de anos. O que está lá é o presente, do qual ainda não sabemos nada” (BUCCI, 2021, p. 190), de tal forma que poderíamos afirmar que o tempo predominante na comunicação social, em particular no jornalismo, é o do “gerúndio, a forma verbal dos agoras” (BUCCI, 2021, p. 194). O acontecimento,

que movimenta a vida pública na sociedade moderna, é assim o aspecto temporal do fato social. Escrito na atualidade por meio de um artifício narrativo que o temporaliza à maneira de um gerúndio (o tempo está sendo!), ele se presentifica, ou seja, o passado e o futuro são sentidos como um aqui e agora (SODRÉ, 2009, p. 87).

Essa discussão também está presente na antropologia de outra forma. Autor de uma densa obra sobre a discussão dos tempos na antropologia – *O tempo e o Outro*, publicado originalmente em 1983 – e uma das principais referências para os debates teóricos e epistemológicos sobre os limites e as possibilidades da interpretação antropológica, Johannes Fabian expõe sua crítica ao que chama de “a negação da coetaneidade” no trabalho antropológico, termo que o autor usa para designar a junção significativa das palavras contemporaneidade e simultaneidade/sincronicidade. Não cabe nesta tese entrar na discussão epistemológica proposta por Fabian em uma obra considerada hermética, mas alguns pontos podem ser pinçados para se estabelecer um paralelo com o jornalismo. Em entrevista à revista *Mana*, publicada em 2006, o antropólogo chama a atenção para o

fato de que, no trabalho antropológico, não há uma separação nítida entre a realização da investigação e o registro escrito porque

antes de mais nada, deve ficar claro que não há uma separação nítida entre a realização da investigação e o registro escrito porque, quando se olha para o que fazemos, vê-se que escrevemos desde o primeiro momento. Isso, aliás, vem junto com outra coisa sobre a qual venho sempre insistindo: não há separação entre os dados e a teoria. Não existe uma fase em que você apenas colhe os dados, apenas anota as coisas, e daí uma outra, na qual você faz teoria sobre aquilo. [...] É o momento da tomada de consciência da importância do fato de que, como cientistas, o que fazemos não é simplesmente escrever: nós escrevemos em *gêneros* (isso em todos os níveis, desde os mais básicos, como o do uso dos tempos verbais, por exemplo) (FABIAN, 2006, p. 511).

Fabian critica, entre outras questões epistemológicas, o presente verbal utilizado nos trabalhos etnográficos. O antropólogo vê no recurso do tempo presente e na utilização da terceira pessoa (eles/elas), por exemplo, um artifício linguístico-literário que distancia o antropólogo do outro. Segundo ele, o tempo presente, no caso das pesquisas antropológicas, sinaliza a intenção do escritor de transmitir um discurso ou comentário sobre o mundo:

relatos etnográficos no passado situariam um texto na categoria de história ou estória, indicando talvez uma intenção humanística, em vez de científica, por parte do escritor. Essa, no entanto, não é uma solução satisfatória. Seria facilmente demonstrável que antropólogos com uma propensão científica podem escrever etnografia no pretérito, enquanto os que professam uma orientação humanístico-histórica podem escrever no presente (FABIAN, 2013, p. 111).

Ao esmiuçar as ideias do linguista francês Émile Benveniste [1902-1976], busca entender o uso obstinado da terceira pessoa no gênero etnográfico que, pela dominância do presente, é claramente marcado como discurso/comentário pronunciado por uma primeira pessoa do singular (eu). A “terceira pessoa” na gramática opõe-se à primeira e à segunda como uma não participante do diálogo. A “terceira pessoa” não é uma pessoa, citando Benveniste, “então o que o uso obstinado da não pessoa (terceira pessoa) nos relatos etnográficos cujo tempo presente sinaliza que são dialógicos tem a nos dizer sobre a relação entre sujeito e objeto do discurso antropológico?” (FABIAN, 2013, p.113). Pronomes e formas verbais na terceira pessoa marcam um outro fora do diálogo, um afastamento, e

representam a eliminação do contexto dialógico. No entendimento de Fabian, o conhecimento produzido pelos antropólogos possui uma contradição fundamental. De um lado, a antropologia está baseada em uma pesquisa de campo, que consiste em uma prolongada interação com o outro. Mas a construção do conhecimento utiliza-se de um discurso sobre o outro fundado em uma distância temporal e espacial.

O que se quer expor é que atualmente a problemática do tempo não é o ponto central das discussões antropológicas. Há etnografias feitas em curtos espaços de tempo. O que está em questão é a qualidade do relato extraído do processo de observação, aliada à capacidade de relacionar dados bibliográficos, contextos e às múltiplas formas de conhecimento disponíveis.

Ao elencar uma série de definições para o que seria a prática do “jornalismo lento”, dentro do qual se encaixaria o jornalismo etnográfico, Erik Neveu (2016) afirma que “lento” pode significar “menos”, adjetivo que expressa uma reação à overdose de notícias transmitidas de última hora em telas de celulares, rádios e revistas. Isso vale também, segundo Neveu, para a banalidade do que é rotulado como notícia,

com ênfase em celebridades e situações sensacionalistas, o fascínio pela dramatização artificial que transforma microeventos (um exame de próstata do presidente francês) em uma montanha-russa dramatizada de narrativas sobre a saúde dele. “Melhor menos, mas melhor” poderia ser o lema. O jornalismo lento é seletivo, explicativo. A escolha de alguns sites para desenvolver apenas uma longa história por dia é típica dessa estratégia¹⁵⁶ (NEVEU, 2016, p. 451-452, tradução nossa).

A experiência com o tempo mais lento proporciona três momentos para o jornalista que se aventure a fazer uma observação etnográfica. Segundo Anne Hermann (2016b), com base em outros autores, o primeiro deles diz respeito à “arregimentação”, fase em que são reunidas as informações coletadas; o segundo estaria associado à “representação”, que é exatamente o resultado de observar o cotidiano em vez de eventos urgentes; em terceiro lugar, a “desaceleração” permite que os jornalistas etnográficos descrevam até o ponto em que suas atitudes começam

¹⁵⁶ No original: [...] The criticism also targets the triviality of what is labelled as news, with the emphasis on celebrities and sensational situations, the fascination for artificial dramatisation that transforms micro-events (a prostate check-up by the French president) into a dramatised rollercoaster of narratives on his health. “Better less but better” could be the motto. Slow journalism is selective, explanatory. The choice of some websites to develop only one long story a day is typical of this strategy (NEVEU, 2016, p. 451-452).

a mudar e eles começam a entender “como as coisas fazem sentido para suas fontes”.

Hermann (2016b) propõe uma terceira categoria de tempo dentro do “jornalismo etnográfico”. Haveria outra temporalidade, que classifica de “reorientação” (*reorientation*), que ocorreria quando, depois de um longo tempo em campo, o repórter alcança o chamado “ponto de vista do nativo” (HERMANN, 2016b, p. 493). Em sua perspectiva, a partir das entrevistas que realizou com jornalistas que utilizaram a etnografia como método, “seus interlocutores descreveram uma espécie de ponto de inflexão em que começaram a se identificar com suas fontes” (HERMANN, 2016b, p. 500, tradução nossa).¹⁵⁷

Ao intitular este capítulo de “razão nômade”, um diálogo direto com Walter Benjamin (2007), a partir da visão de Rouanet (1993) sobre as obras benjaminianas, o objetivo é propor um resgate da dimensão epistemológica da rua – entendida aqui não apenas como via do perímetro urbano – mas como um laboratório de experiências para observar situações cotidianas no esforço de compreender os contextos socioculturais. A ênfase na caminhada etnográfica proposta nesta tese, no resgate da rua com olhar antropológico, imortalizado na figura do *Flâneur*, é antes um convite para o jornalismo entender a dinâmica da cidade em sua complexidade.

Assim como o livro de Rouanet (1993) é sobre viagens, esta tese propõe também incluir os vários momentos constitutivos do ato de viajar,

sobretudo o da fantasia, que dispensa o viajante de um verdadeiro deslocamento físico, por modesto que seja, como o que Xavier de Maistre¹⁵⁸ fez em torno do seu quarto. Precisamos partir, sim, precisamos do trânsito e da chegada – mas não temos necessariamente que sair do lugar (ROUANET, 1993, p. 9).

¹⁵⁷ [...] *his interlocutors described a kind of inflection point in which they began to identify with their sources* (HERMANN, 2016b, p. 500).

¹⁵⁸ Xavier de Maistre (1763-1852), escritor francês, que escreveu *Viagem ao redor do meu quarto* [*Voyage autour de ma chambre*], publicado em 1794.

PREGANDO PARA OS CONVERTIDOS?

(Considerações finais e inferências, sem conjunções conclusivas)

Como a matemática ou a música, a etnografia é uma das raras vocações autênticas. Podemos descobri-las em nós, ainda que não nos tenha sido ensinada por ninguém. (LÉVI-STRAUSS. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a, p. 59)

A primeira consideração a se fazer é que a reportagem, no terceiro capítulo, não é uma etnografia. Pode-se até chamá-la de reportagem etnográfica, na concepção defendida por Hermann (2016a, 2016b), como um gênero jornalístico. Utilizei o método etnográfico de observação para acrescentar à reportagem informações que o jornalista, na condição privilegiada de testemunha, pode dispor. É um acréscimo ao método de verificação que o jornalismo já possui como prática essencial (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004). Na era digital, as técnicas de captação e de distribuição de informações mudaram, mas os princípios básicos continuam os mesmos.

A tese traz o diagnóstico de que a atividade “pode ter perdido parte de sua hegemonia no espaço público, contudo, não perdeu a sua essencialidade” (BUCCI, 2000, p. 200). Mesmo com a descentralização da produção e da distribuição, não é qualquer relato factual pode ser chamado de jornalismo. O que diferencia a atividade das demais é a finalidade: o jornalismo é o “discurso que se destina ao atendimento do direito à informação” (BUCCI, 2006).¹⁵⁹

¹⁵⁹ A citação se refere a uma palestra realizada no Espaço Cultural CPFL com apoio da TV Cultura. O evento foi editado em dois CDs, intitulado *Jornalismo Sitiado*. Cf. BUCCI, Eugênio; BASILE, Sidnei (curadores). *Jornalismo Sitiado*. São Paulo: Log Editora Multimídia, 2006.

A reportagem aplica o que se discutiu teoricamente: especificamente o método etnográfico, adotando as perspectivas antropológicas *De perto*, *De longe* e *De passagem*. O Minhocão é um lugar onde a permanência das pessoas no Elevado, na função parque, é curta. O objetivo primordial é reforçar a necessidade de imersão na atividade jornalística, não importando o tempo para de observar. A imersão permite estabelecer estratégias de aproximação e distanciamento com as fontes, além de fornecer o exercício constante de estudos sobre formas de acesso às pessoas, uma das questões primordiais no jornalismo.

Nesse sentido, a pesquisa cumpre a função de esclarecer alguns equívocos e algumas imprecisões relacionados à etnografia aplicada à prática jornalística e aos estudos que abordam as duas áreas. O método etnográfico não consiste somente em descrever – embora se valha disso particularmente. A tese demonstra que não é excesso de detalhes o que caracteriza o método: ele inclui diferentes técnicas (MAGNANI, 2002). Também não se trata de conhecimento instrumental exclusivamente – exige um certo domínio das teorias antropológicas em seus diferentes ramos. Pontua também que etnografia não se restringe à ideia de observação participante (ou trabalho de campo, outro nome genérico utilizado).

O estudo demonstra que há mais do que observação participante na etnografia. Não basta observar; é preciso ajustar a modulação do que se observa – e isso só se aprende com a experiência. Estando lá, é imprescindível criar empatia e interagir. Ajustar as expectativas. Etnografia é um conjunto de procedimentos dinâmico, maleável, e adapta-se aos diversos tipos de pesquisa. Em essência, é um método heterodoxo. Ver “por dentro” é uma condição para os estudos etnográficos, mas não garante, por si só, o êxito do empreendimento. É necessário um afastamento estratégico. Não é tão simples como parece: exige disposição, esforço intelectual e físico.

Escritores conseguem fazer descrições profundas sobre pessoas e cenários para compor suas narrativas, mas essas habilidades literárias partem da *verossimilhança*, um artifício para parecer real o que veio da imaginação criativa do autor. Há muitos relatos etnográficos na produção jornalística, com fins pragmáticos, que recebem equivocadamente o nome de etnografia, “gerando uma série de mal-

entendidos e uma banalização, como se fosse possível separar o método do esquema conceitual”, como destaca Magnani:

o ponto de partida é que não se pode separar etnografia nem das escolhas teóricas no interior da disciplina, nem da particularidade dos objetos de estudos que impõem estratégias de aproximação com a população estudada e no trato com os interlocutores (MAGNANI, 2009, p. 133).

Como salientado, a reportagem foi um exercício para testar o método etnográfico de observação. A ideia da pesquisa foi aplicá-lo em circunstâncias mais próximas às do jornalismo diário. Se pensarmos o tempo que utilizei em campo nas 14 visitas, de forma contínua, no intervalo de um ano, seriam 14 dias seguidos, com média de duas horas de observação diária, o que é um período bastante próximo ao de uma revista semanal na produção de matérias especiais. A tese sustenta a ideia de que, mesmo nos jornais diários, seria possível produzir uma matéria especial nesse intervalo de tempo. Essa escolha foi consciente e intencional.

As práticas de observação existem no jornalismo diário e constituem um recurso bastante explorado em perfis, mesmo em intervalos de horas ou de poucos dias. *O triste dia de Rodrigo Janot*¹⁶⁰, texto da jornalista Mônica Bergamo, é um exemplo perfeito sobre as possibilidades de se extrair informações a partir de práticas de observação. Em se tratando de perfis, o exercício acontece, contudo, quando a fonte não pode ou não quer falar. A proposta desta tese prioriza os contextos socioculturais.

Um segundo aspecto deve ser salientado, que remete diretamente ao título destas conclusões: para qual tipo de leitor se destina a proposta da tese? Quem são as audiências desse tipo de reportagem? As questões são levantadas por Erik Neveu ao abordar o que chama de “jornalismo lento”. A prática desse tipo de jornalismo reúne frações do público com alto capital cultural (e ricos suficientes para assinar revistas caras ou canais de documentários)? questiona Neveu. Ou são produtos jornalísticos

¹⁶⁰ *O triste dia de Rodrigo Janot*. Folha, C2, Mônica Bergamo, 09/10/2019. Disponível na web: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/10/oab-pedira-que-stf-limite-poder-de-promotores-contraprefeitos.shtml> Acesso em: 17/02/2023

capazes de canalizar de volta para o consumo de notícias, para um uso crítico e cidadão da informação, o público da classe trabalhadora? [...] Será que eles podem combinar a compreensão de experiências subjetivas e a produção de explicações causais? Aqui está provavelmente o maior desafio das inovações promissoras do jornalismo lento e suas pesquisas (NEVEU, 2016, p.459, tradução nossa).¹⁶¹

Não há respostas para essas questões nem soluções simples. E sim mais perguntas. Neveu afirma que a “existência de padrões legítimos ou dominantes de jornalismo não deve impedir os pesquisadores de prestarem atenção ao fato de o campo jornalístico ser um espaço de competição e inovações permanentes”¹⁶² (NEVEU, 2016, p. 449). Segundo o autor, diante dos atuais desafios enfrentados pelo jornalismo de mudanças nas tecnologias, nos comportamentos do público e na alfabetização, “essa atenção ao jornalismo como algo plural é mais necessária do que nunca” (NEVEU, 2016, p. 449, tradução nossa).¹⁶³

No caso do jornalismo brasileiro, há desafios adicionais, que são básicos. O país apresenta uma particularidade cultural: diferentemente de países como os Estados Unidos e os do continente europeu, a imprensa nunca foi veículo de massa no Brasil devido ao grande número de analfabetos, segundo diagnóstico de Nelson Werneck Sodré, no clássico *A História da Imprensa no Brasil*, publicado em 1966. A imprensa nunca obteve o alcance que o rádio e depois a TV tiveram. Com a internet, esse contexto se tornou mais complexo e desafiador.

Há outros impasses como a ausência da definição do que é a atividade no país, o que Bucci chama de diluição conceitual (BUCCI, 2009, 2015, 2016). As

¹⁶¹ O parágrafo do original: Let us also suggest an open question for future exploration: who are the audiences and readerships of this new space of reporting? Are slow journalism simply preaching to the converted, rallying the fractions of the public with high cultural capital (and wealthy enough to subscribe to expensive magazines or documentary channels)? Or are they able to channel back into news consumption, into a critical and citizen use of information, the working-class audiences? Could slow journalism invent a way of “talking about society” (Becker 2007) that is simultaneously illuminating and entertaining? Could they be able to combine the comprehension of subjective experiences and the production of causal explanations (Neveu 2014)? Here is probably the major challenge of the promising innovations of slow journalism and its research (NEVEU, 2016, p.459).

¹⁶² No original: [...] But the existence of legitimate or dominant patterns of journalism should not prevent researchers paying attention to the fact that the journalistic field is a space of competition and permanent innovations (NEVEU, 2016, p. 449).

¹⁶³ No original: As journalism and the press are currently facing the challenge of extraordinary changes in technologies, audiences’ behaviours, and literacy, such attention to journalism as something plural is more needed than ever (NEVEU, 2016, p. 449).

atividades de assessoria de comunicação e de jornalismo são regidas pelo mesmo Código de Ética, uma particularidade do contexto do jornalismo brasileiro.

Ao propor um diálogo com a etnografia, a pesquisa corrobora com a concepção de que o jornalismo é uma atividade intelectual e não se define apenas por uma técnica, mas por uma ética (BUCCI, 2000). Parte do diagnóstico de que a profissão necessita de uma imersão acadêmica (ROSENSTIEL, 2013). A ênfase dos cursos na instrumentalização da técnica não melhora a atividade jornalística: [...] “a crise das redações, hoje, mais do que crise econômica ou tecnológica, é uma crise de pensamento. Para cobrir bem é preciso pensar bem – com independência” (BUCCI, 2019).¹⁶⁴

Acrescida a essa discussão, existem incompreensões quanto ao papel da imprensa na sociedade brasileira. De forma generalizada, há uma visão asséptica, que alimenta a crença de que o jornalismo costuma ser tacitamente assimilado “como um difusor técnico neutro que não deve incomodar os interesses dos grupos de poder” (BUCCI, 2016, p. 2).

5.1 A força da (im)precisão

Ao recorrer a um método de observação, buscou-se agregar outras formas de apreensão de conhecimento à prática jornalística. A tese prova que, em muitas circunstâncias, a informação crucial não se encontra na precisão dos dados estatísticos, no depoimento do entrevistado, mas na capacidade do jornalista de extrair informações e relacionar contextos, a partir do que viu, transformado pela experiência, cruzando informações. Jornalistas, em geral, não sabem lidar com incertezas, apesar da incerteza ser a essência da atividade jornalística, segundo Bucci. “O incerto é seu ponto de partida. Não só isso: dada a incompletude essencial de toda notícia, o incerto é também seu ponto de chegada, ainda que seja incerto um pouco menos incerto que o ponto de partida” (BUCCI, 2023, p. 91).

A antropologia também segue os caminhos das incertezas. Os fatos etnográficos não existem. Torna-se necessário um esforço para reconstituí-los por

¹⁶⁴ *Imprensa, objetividade e militância. O Estado de S. Paulo, A2, 14/10/2019.*

meio da inferência construtiva. Os fatos etnográficos, em essência, são invisíveis. “Antropólogos não têm hipóteses na forma tradicional que se conhece das áreas afins: estas são descobertas a partir da conjunção entre campo e teoria” (PEIRANO, 2022).¹⁶⁵

5.2 Pelos tempos, de passagem

Esta tese adota a concepção de que o “tempo” não é o fator de maior distinção entre a atividade jornalística e a antropológica. O que distingue, na concepção desta pesquisa, é a finalidade do conhecimento produzido em cada área. O tempo de observação não é o que garante o fazer etnográfico, mas a qualidade do olhar, da experiência e da capacidade de relacionar os dados em contextos específicos.

O jornalismo não está mais preso ao tempo cronológico e cronométrico. O ciclo de publicações hoje é contínuo e, nas atividades de produção de conhecimento simbólico, entre as quais se inclui o jornalismo, os tempos são múltiplos. O tempo não é linear: é um fenômeno sociocultural. O presente verbal é uma fabricação (FRANCISCATO, 2005), transformado em “fetichismo” (SCHUDSON, 1986) pelo jornalismo. Hoje temos um presente “inchado” e “estendido” (BUCCI, 2021, p. 190). O tempo predominante na comunicação social, em particular no jornalismo, é o do “gerúndio, a forma verbal dos agoras” (BUCCI, 2021, p. 194). O acontecimento, “se presentifica, ou seja, o passado e o futuro são sentidos como um aqui e agora” (SODRÉ, 2009, p. 87).

5.3 A técnica e o espaço das artes

A experiência de reportagem no Minhocão revelou que, como espaço de lazer o Elevado se caracteriza, diferentemente de outros parques, como *espaço das técnicas esportivas*. E também, a partir do movimento de ocupação espontânea, que

¹⁶⁵Em aula inaugural virtual para o curso de pós-graduação em Antropologia na Universidade Federal do Piauí (UFPI), na qual explanou sobre os “Cem anos de Argonautas”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aBq0gyvzOF0> Acesso em 24/06/2022.

qualifica a via suspensa, pode-se inferir que o Minhocão é, por excelência, um *espaço para as artes* nas diferentes formas de manifestações.

No entorno do Minhocão, é possível perceber o fenômeno sociocultural da *hipersterização*. Nos bairros cortados pelo Elevado, principalmente Santa Cecília, Vila Buarque, é possível perceber a tendência desse fenômeno, que é mais do que um estilo passageiro de moda ou uma mera importação de estrangeirismos, “reflete uma intrincada rede de referências, preferências estéticas e posicionamentos políticos que não se restringem somente aos estilos de vida individuais das pessoas classificáveis com o termo *hipster*” (ALCÂNTARA, 2020, p.656).

Ao se fazer um diálogo com a antropologia, em particular com o método etnográfico, o que se propõe é reforçar a perspectiva de um jornalista-caminhante – um olhar antropológico sobre a rua – não importa se o espaço é físico ou virtual. A rua, como símbolo e suporte da experiência urbana (MAGNANI, 1993). As entrevistas, as formas de captação de dados e as abordagens no jornalismo são muito padronizadas.

Aprender a extrair informações a partir de métodos de observação é um exercício constante em terreno movediço, mas igualmente fértil. O que o saber antropológico ensina é que não existem fórmulas nem receitas para isso. É exatamente o caráter incompleto do trabalho que mantém a força permanente de se estabelecer novas perguntas para o mesmo problema.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, M. F. A Vila Buarque torna-se hipster: conceitos globais, efeitos locais. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 21, n. 54, 2020, p. 642-659. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/103765> Acesso em 2 jul. 2023.
- ALCÂNTARA, Maurício Fernandes. A Vila Buarque torna-se hipster: conceitos globais, efeitos locais. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 21, n. 54, 2020, p. 642-659. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/103765> Acesso em 2 jul. 2023.
- DOWNIE Jr, Leonard; SCHUDSON, Michael. The Reconstruction of American Journalism. *Columbia Journalism Review*. University of Columbia, New York City, 2009. Disponível em: https://archives.cjr.org/reconstruction/the_reconstruction_of_american.php. Acesso em: 01 fev. 2020.
- BELTRÃO, Luiz. *Iniciação à filosofia do jornalismo*. São Paulo: Edusp, 2003.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.
- BIRD, S. Elizabeth. The journalist as ethnographer? how anthropology can enrich journalistic practice. In: ROTHENBUHLER; Eric W.; Coman Mihai. *Media Anthropology*. (eds). Florida (EUA), 2005, p. 301-308. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319968557_The_journalist_as_ethnographer_How_anthropology_can_enrich_journalistic_practice. Acesso em 01 abr. 2020.
- BIRD, S. Elizabeth. Anthropological methods relevant for journalists. *Journalism & Mass Communication Educator*, Estados Unidos, Iowa, v.41, n. 4, 1987, p. 5-33. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/107769588604100402?journalCode=jmc_a Acesso em 01 jun. 2019.
- BOYNTON, Robert S. *The New New Journalism*. Conversations with America's best nonfiction writers on their craft. New York: Vintage eBooks, 2005.
- BUCCI, Eugênio. *Incerteza, um ensaio*. Como pensamos a ideia que nos desorienta (e orienta o mundo digital). Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2023
- BUCCI, Eugênio. *A Superindústria do Imaginário*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021.
- BUCCI, Eugênio. *Qualquer relato factual pode ser chamado de jornalismo?* – implicações no conceito (ou da ausência de um conceito) na prática e no ensino da profissão. Palestra apresentada para o grupo de pesquisa Jornalismo Direito e Liberdade, no Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA/ECA-USP), em 20 abril de 2016. Disponível em: <https://jdlusp.files.wordpress.com/2017/01/conceito-de-jornalismo-no-grupo-jdl-abril-2016.pdf> Acesso em 25 abr. 2022.
- BUCCI, Eugênio. Para ensinar é preciso saber definir a profissão. In: BUCCI, Eugênio (Org.). *Uma Escola de Jornalismo para o Futuro*. São Paulo: ESPM, 2015, p. 288-330.
- BUCCI, Eugênio. *A imprensa e o dever da liberdade*. São Paulo: Contexto, 2009.
- BUCCI, Eugênio.; BASILE, Sidnei. *Jornalismo Sitiado*. São Paulo: Log Editora Multimídia, 2006.

- BUCCI, Eugênio. *Sobre Ética e Imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CAMPONEZ, Carlos. Jornalismo Regional: proximidade e distâncias. Linhas de reflexão sobre uma ética da proximidade no jornalismo. In: CORREIA, João Carlos (Org.). *Jornalismo de Proximidade: Limites, desafios e oportunidades*. Portugal: LabCom Books, 2012., p 35-48. e-book.
- CAMPOS, João Pedro de Lima. Emergência urbana: criação de espaço público e o nascimento do 'Parque Minhocão' na cidade de São Paulo. *Revista Ponto Urbe*, [São Paulo], n. 26, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/8548>. Acesso em 30 mar. 2023.
- CONOVER, Ted. Slow journalism: a letter to ethnographers. *Frontiers in Sociology*, New York v. 8, 2023. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fsoc.2023.1141033/full> Acesso em 16 mai. 2023.
- CONOVER, Ted. *Immersion: A writer's guide to going deep*. Chicado (EUA): The University of Chicago Press, 2016.
- CASTILHO, Celso. Contexto, a nova palavra chave do jornalismo. *Observatório da Imprensa*, [S.], 16 mar. 2007. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/contexto-a-nova-palavra-chave-do-jornalismo/> Acesso em 12 jan. 2023.
- CASTRO, Celso. *Textos básicos de antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do Jornalismo*. Buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 1994.
- COULON, Alain. *A Escola de Chicago*. Campinas: Papirus, 1995.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Ática, 2000.
- DAMATTA, Roberto. *A Casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 6ed, 2000.
- DAMATTA, Roberto. O ofício de Etnólogo ou Como ter Anthropological blues. In: *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*. Rio de Janeiro, 1978. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/bmna/article/view/49240/26886>. Acesso em 04 jul. 2022.
- DOWNIE Jr, Leonard; SCHUDSON, Michael. The Reconstruction of American Journalism. *Columbia Journalism Review*. University of Columbia, New York City, 2009. Disponível em: https://archives.cjr.org/reconstruction/the_reconstruction_of_american.php. Acesso em 01 fev. 2020.
- ELKIN, Lauren. *Flâneuse: mulheres que caminham pela cidade em Paris, Nova York, Tóquio, Veneza e Londres*. São Paulo: Fósforo, 2022.
- EUFRASIO, Mario Antonio. A Escola de Chicago de Sociologia: Perfil e Identidade. In: *Práticas e Representações*. Lucena, Célia Toledo; Campos, Maria Christina Siqueira de Souza. (Org.). São Paulo: Humanitas/CERU, v. 1, p. 13-27, 2006.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FABIAN, Johannes. *O Tempo e O Outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2013.

FABIAN, J. A prática etnográfica como compartilhamento do tempo e como objetivação. *Revista Mana*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 503-520, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/4TXqswtk5DHwi8jWQJSw4fB/?lang=pt>. Acesso em 27 abr. de 2021. [Entrevista].

FARO, José Salvador. *Revista Realidade (1966-1968): tempo da reportagem na imprensa brasileira*. Canoas (RS): Ed. da Ulbra/AGE, 1999.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. *A fabricação do presente*. Como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão (SE): Ed. UFS/Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

GEERTZ, Clifford. *Obras e Vidas*. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2018.

GENRO FILHO, A. *O segredo da pirâmide: por uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre, Editora Tchê, 1987.

GOLDMAN, Márcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política e, Ilhéus, Bahia. *Revista de Antropologia*, v.46, nº.2, São Paulo 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27171/28943> Acesso em 01 jun. 2022

GOMES, Wilson. *Jornalismo, Fatos e Interesses*. Ensaios de teoria do Jornalismo. Florianópolis, Editora Insular, 2009.

HARRINGTON, Walt. What journalism can offer ethnography. *Qualitative Inquiry*, Texas A&M University, Texas, v.9, n. 1, p. 90-104, 2003. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1077800402239342> . Acesso em 22 fev. 2022.
HARRINGTON, Walt. *Intimate journalism: The art and craft of reporting everyday life*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1997.

HERMANN, Anne K. Ethnographic Journalism. *Journalism*, [S.], v. 17, p. 260–278, 2016a. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.1177/1464884914555964>. Acesso em 19 nov. 2022.

HERMANN, Anne K. The Temporal Tipping Point. Regimentation, representation and reorientation in ethnographic journalism. *Journalism Practice*, [S.], v. 10, p. 492-506, 2016b. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17512786.2015.1102605?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 19 nov. 2022.

HERMANN, Anne K. J-School Ethnography. *Journalism Studies*, [S.], v. 18, p. 228-246, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1461670X.2015.1043322>. Acesso em 19 nov. 2022.

HOHLFELDT, Antonio. Cinquentenário de publicação de Iniciação à filosofia do Jornalismo, de Luiz Beltrão. *Conexão – Comunicação e Cultura*, UCS, Caxias do Sul, v. 9, n. 18, jul./dez., p. 27-39, 2010. Disponível em <https://xdocs.com.br/doc/cinquentenario-iniciaao-a-filosofia-do-jornalismo-beltrao-28556e51lm8x> Acesso em: 15 ago. 2022.

INGOLD, Tim. *Antropologia: para que serve?* Petrópolis (RJ): Vozes, 2019.

INGOLD, Tim. Antropologia versus etnografia. *Cadernos De Campo*, nº 26, vol 1, p. 222-228, 2017. Tradução: Rafael Antunes de Almeida. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/140192> Acesso: 20 dez. 2022

KOVACH, Bill.; ROSENSTIEL, Tom. *The Elements of Journalism*. Revised and updated 4th edition. Nova York: The Elements of Journalism. New York: Crown, 2021.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

KUNCZIK, Michael. *Conceitos de jornalismo: Norte e Sul*. São Paulo: Edusp, 1997.

LAGO, Cláudia. Antropologia e Jornalismo: uma questão de método. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. (Org.). *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010, v. 1, p. 48-66.

LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O sexo dos Astros. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural II*. São Paulo: Cosac & Naify, 2008, p. 219-228.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Olhar distanciado*. Lisboa (Portugal): Edições 70, 1983.

LÉVI-STRAUSS, Claude; ERIBON, Didier. *De Perto e De Longe*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Saudades de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas ampliadas: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Barueri (SP), Manole, 2004.

LOYER, Emmanuelle. *Lévi-Strauss*. São Paulo: SESC, 2018.

MACHADO, Elias. O Pioneirismo de Robert E. Park na pesquisa em Jornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, [S. l], n 1, p. 23-34., 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2086> Acesso em 12 mar. 2021.

MAGNANI, José Guilherme; CENTENO, Pablo Vega; ALCÂNTARA, Alex Sander. Três olhares compartilhados — Caminhada etnográfica pelo Arouche. *Ponto Urbe* [Online], n. 30 v.2, 2022. Disponível em <http://journals.openedition.org/pontourbe/12917>. Acesso em: 14 fev. 2022.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Da Periferia ao Centro: trajetórias de pesquisa em antropologia Urbana*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *A antropologia urbana e os desafios da metrópole*. *Tempo Social*, [S.l.], v.1, n 15, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/vqyqN9fNjSThKjGQ4j7Hm8r/?lang=pt> Acesso em: 15 abr. 2021.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e De dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira Ciências Sociais*, São Paulo, v.17 n. 49, junho de 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KKxt4zRfvVWbkbqsfQD7ytJ/?lang=pt> Acesso em: 12 jul. 2021.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: Cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: editora da Unesp, 1998.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Rua, símbolo e suporte da experiência urbana. Versão revista e atualizada do artigo *A rua e a evolução da sociabilidade*, originalmente publicado em *Cadernos de História de São Paulo* 2, jan/dez 1993, Museu Paulista- USP. Disponível em: https://nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/rua_simbolo%20e%20suporte%20da%20experiencia%20-%20magnani_0.pdf Acesso em: 12 jul. 2019.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/6PHBfP5G566PSHLvt4zqv9j/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 12 jul. 2019.

MEDINA, Cremilda. *Ciência e Jornalismo: Da herança positivista ao diálogo dos afetos*. São Paulo: Summus editorial, 2008.

MEDINA, Cremilda. *O signo da relação*. São Paulo: Paulus, 2006.

MEDINA, Cremilda. *A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano*. São Paulo: Summus, 2003.

MEDINA, Cremilda. *Povo e Personagem*. Canoas (RS): Ed. Ulbra, 1996.

MEDINA, Cremilda de Araújo. *Entrevista: o diálogo possível*. São Paulo: Ática, 1986.

MEDINA, Cremilda; LEANDRO, Paulo Roberto. *A arte de tecer o presente: jornalismo interpretativo*. São Paulo: Média, 1973.

MEDITSCH, Eduardo. *O jornalismo é uma forma de conhecimento?* Conferência realizada nos Cursos da Arrábida - Universidade de Verão. 1997. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf> Acesso em: 04 fev. 2022

MEDITSCH, Eduardo. *O Conhecimento do Jornalismo*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1992.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MORETZSOHN, Sylvia. *Pensando contra os fatos*. Jornalismo e Cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

NGUYEN, An.; LUGO-OCANDO, Jairo. The state of data and statistics in journalism and journalism education: Issues and debates. *Journalism: Theory, Practice & Criticism*. Bournemouth, United Kingdom, n. 17, v. 1, p. 3-17, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1464884915593234>; Acesso em 20 mar. 2022.

NEVEU, Érik. *Sociologia do Jornalismo*. Portugal: Porto Editora, 2005.

NEVEU, Érik. On not going too fast with slow journalism. In: *Journalism Practice*, v. 10, 2016, p.448-460. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17512786.2015.1114897> Acesso em 19 nov. 2022

OTERO, Guido D Elia. *Às margens do Elevado: a produção do espaço no Minhocão entre o virtual e o concreto*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), São Paulo, 2020.

OTERO, Guido; HARKOT, Marina Kohler; SANTORO, Paula Freire. *A invisibilidade dos mais pobres no PIU Minhocão*, publicado no site do LabCidade em 04/09/2019. Disponível em <http://www.labcidade.fau.usp.br/a-invisibilidade-dos-mais-pobres-no-piu-minhocao/> Acesso em 20 mai. 2023.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista De Antropologia*, [S. l], v. 39, n. 1, 1996, p. 13-37. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111579> Acesso em 03 mai. 2021.

OLIVEN, Ruben George. *A antropologia de grupos urbanos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In: STEINBERG, Charles (Org.) *Meios de Comunicação de Massa*. São Paulo: Cultrix, 1976. p.168- 185.

PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento social no meio urbano. In: VELHO, Otávio G. (Org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PEIRANO, Mariza. *A favor da Etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. Porto Alegre: *Horizontes Antropológicos*, n. 42, 2014, p. 377-391. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/n8ypMvZZ3rJyG3j9QpMyJ9m/?lang=pt> Acesso em: 20 nov. 2020

PEIRANO, Mariza. Argonautas, cem anos depois. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: ano 27, n. 61, p. 379-403, set./dez. 2021.

REPEP. Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação. 2019. Grupo de Trabalho Baixo Centro da Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP) São Paulo, 2019. Disponível em: <https://repep.fflch.usp.br/gt-minhocao> Acesso em 15 mai. 2022.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global, 2015.

- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Vol III. Campinas (SP): Papyrus, 1998.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global, 2015.
- ROUANET, José Paulo. *A razão nômade. Walter Benjamin e outros viajantes*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1993.
- ROSENSTIEL, Tom. Why we need a better conversation about the future of journalism education. St. Petersburg, Florida (USA), *The Poynter Institute*, 2013. Disponível em: <https://www.poynter.org/reporting-editing/2013/why-we-need-a-better-conversation-about-the-future-of-journalism-education/> Acesso em 27 abr. 2022.
- SANTOS, Augusto Ventura dos. Etnografia é observação participante? Trabalhando com um método constitutivamente heterodoxo. *Ponto Urbe*. v.28, 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/10089> Acesso em 10 jan. 2022.
- SANTORO, Paula; ROLNIK, Raquel. Projeto da prefeitura de São Paulo não soluciona o problema do minhocão. In: Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade/FAU/USP), publicado em 27/02/2019. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/projeto-da-prefeitura-de-sao-paulo-nao-soluciona-o-problema-do-minhocao/> Acesso em: 18 abr. 2023.
- SCHILLER, Mariana; SANTORO, Paula Freire. *Por que o Minhocão não deve ser o nosso Parque High Line?* In: LabCidade, Laboratório da FAU/USP, em 19/09/2017. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/por-que-o-minhocao-nao-deve-ser-o-nosso-parque-high-line/> Acesso em 10 mai. 2023.
- STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.
- SCHUDSON, Michael. *The Power of News*. New York, Harvard University Press: 2000.
- SCHUDSON, Michael. "WHEN? Deadlines, Datelines, and History." In: *Reading the News: A Pantheon Guide to Popular Culture*, edited by Robert Karl Manoff and Michael Schudson, 79–108. New York: Pantheon Books, 1986.
- SPONHOLZ, Liriam. *Jornalismo, Conhecimento e Objetividade: além do espelho e das construções*. Florianópolis (SC): Editora Insular, 2009.
- SODRÉ, Muniz. *A Ciência do Comum*. Notas para o método comunicacional. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2014.
- SODRÉ, Muniz. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.
- SOROKIN, Pitirim; MERTON, Robert. Social-time: A Methodological and Functional Analysis. In: HASSARD, John (ed.). *The Sociology of Time*. New York: Palgrave Macmillan, 1990.
- TRAVANCAS, I. S. . An ethnography of journalistic production: case studies of the brazilian. *Brazilian Journalism Research (Online)* , v. 6, p. 82-102, 2010. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/19/20> Acesso em 24 jan. 2022.
- TRAVANCAS, I. S. Jornalistas e antropólogos: semelhanças e diferenças da prática profissional. Trabalho apresentado na Sessão de Comunicações – Tem as Livres, XXV

Congresso Anual em Ciência da Comunicação (Intercom), Salvador/ BA, 03. setembro.2002.

Disponível em:

https://www.academia.edu/24033061/Jornalistas_e_Antrop%C3%B3logos_Semelhan%C3%A7as_e_Distin%C3%A7%C3%B5es_Da_Pr%C3%A1tica_PROFISSIONAL1 Acesso em 24 jan. 2022.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo* (Vol. 1): por que as notícias são como são. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. In: *Revista Ponto Urbe*, São Paulo, nº 11, 2012. Disponível em:

<https://journals.openedition.org/pontourbe/300> Acesso em 20 abr. 2022

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo: por que censurar seu diário de campo? In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, nº 15, n. 32, p. 157-170. 2009.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/ZqxMGvJtb5f79JCFzBwcNnz/?lang=pt>
Acesso em 08 mar. 2022.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 2003.

WOLFE, Tom. *Radical Chique e o novo jornalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VELHO, Gilberto. *Um Antropólogo na Cidade: Ensaio de Antropologia Urbana*. Rio de Janeiro, 2013.

YAMASHITA, Kelly. *Minhocão: via de práticas culturais e ativismo urbano*. Tese (Doutorado) do programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos (SP), 2020. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-03082020-141952/pt-br.php>
Acesso em 21 mar. 2022.